



.....

ESCRITOS POLÍTICOS

CARTAS DE ERASMO

A CORTE DO LEÃO

A FESTA MACARRÔNICA

José de Alencar

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 92



José Martiniano de Alencar (Mecejana-CE, * 1^o/5/1829 – † 12/12/1877), jornalista, político, advogado, cronista, romancista e dramaturgo brasileiro.

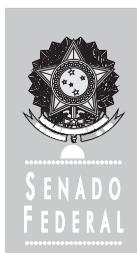
.....

ESCRITOS POLÍTICOS

CARTAS DE ERASMO

A CORTE DO LEÃO

A FESTA MACARRÔNICA



Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney
Presidente

Senadora Marta Suplicy
1º Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago
2º Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena
1º Secretário

Senador João Ribeiro
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino
3º Secretário

Senador Ciro Nogueira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Gilvam Borges
Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval
Senadora Vanessa Grazziotin

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 92

ESCRITOS POLÍTICOS

CARTAS DE ERASMO

A CORTE DO LEÃO

A FESTA MACARRÔNICA

José de Alencar



Brasília – 2011

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 92

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do País.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2011

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-316-3

.....

Alencar, José de, 1829-1877.

Escritos políticos ; Cartas de Erasmo ; A corte do leão ; A festa macarrônica / José de Alencar. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

240 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 92)

1. Política e governo, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 320

.....

.....

Sumário

JOSÉ DE ALENCAR
E A “ALFORRIA DO VOTO”
Por Octaciano Nogueira
pág. 9

O DRAMA POLÍTICO DE ALENCAR
Por Brito Broca
pág. 21

ESCRITOS POLÍTICOS
pág. 35

Cartas de Erasmo
pág. 37

Ao Imperador
Cartas políticas
pág. 38

Ao redator do
Diário
pág. 110

Ao Visconde de Itaboraí
pág. 117

Ao Marquês de Olinda
pág. 130

Ao Povo
Cartas Políticas
pág. 138

A corte do leão
pág. 207

A festa macarrônica
pág. 225

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 235

.....
José de Alencar e a “alforria do voto”

OCTACIANO NOGUEIRA

NO DICIONÁRIO com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebrou o centenário da Independência de 1922, Augusto Tavares de Lyra concluiu a história do sistema eleitoral brasileiro assinalando: “Quem estuda a nossa história política, sabe bem que temos experimentado tudo, absolutamente tudo que se encontra na legislação dos povos cultos para chegar à solução do problema eleitoral que vem a ser alistamentos regulares, eleições reais, apurações verdadeiras; e que sobre o voto temos ensaiando todos os sistemas conhecidos, com exceção apenas do voto obrigatório, do voto proporcional e do voto das mulheres, sendo que, quanto a este último tem havido iniciativas parlamentares para estabelecê-lo, datando a primeira de 1831, quando Alves Branco e José Bonifácio propuseram à Câmara que ele fosse concedido às mães de família viúvas.

Quando fez esse registro, Tavares de Lyra estava longe de prever que, duas das três conquistas por ele reclamadas iriam, dez

anos depois, incorporar-se ao modelo político brasileiro com o Código Eleitoral de 1932. entretanto, elas não foram capazes de chegar ao que ele entendia ser a solução do problema eleitoral: “alistamentos regulares, eleições reais, apurações verdadeiras”. A manipulação dos resultados das urnas sobreviveu por décadas, embora as mudanças de nosso primeiro Código Eleitoral, representassem significativo avanço. As mazelas estavam arraigadas na cultura política do país em que o poder tudo pode. Por isso, a despeito da criação da Justiça Eleitoral e da adoção do sistema proporcional para a escolha de vereadores, deputados estaduais e federais, até hoje não foi possível tornar efetivo o art. 240 do Código Eleitoral que proíbe a propaganda eleitoral antes da respectiva escolha dos candidatos pela Convenção partidária. Iniciado o penúltimo ano da legislatura e do mandato presidencial, os postulantes do voto se acirra e se entregam às manobras que viabilizem suas aspirações, escondendo-se atrás de um rótulo que a lei não prevê, o de pré-candidato, condição inexistente na legislação eleitoral.

O avanço mais relevante de nosso sistema representativo, depois de mais de um século, restringiu-se, efetivamente, à criação da Justiça Eleitoral. Não só por ter retirado da esfera do Executivo o alistamento, a administração dos pleitos e a apuração de seus resultados, mas, sobretudo, pelas duas últimas conquistas, a informatização do cadastro eleitoral e, posteriormente, a adoção da urna eletrônica. Mesmo não sendo à prova de algumas formas de fraude, elas são hoje restritas e passíveis de correção, mediante a identificação digital do eleitor.

Quando José de Alencar aludiu à alforria do voto, há mais de cem anos, estava se referindo à necessidade de torná-lo imune à influência do poder, historicamente o pecado capital do sistema representativo, tanto no Império, quanto na República Velha.

O famoso discurso do “sorites” de Nabuco de Araújo, reproduzido por seu filho Joaquim Nabuco na biografia do pai, Um Estadista do Império², sintetiza, de forma eloqüente, a quanto se resumia o exercício da representação política no Brasil no primeiro e no segundo reinado: “Vedes este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador poder chamar a quem quiser apara organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!”. Do veneno dessa mordaz influência, o grande escritor provaria quando, participando como o mais votado da lista tríplice, da qual o Imperador retirava, a seu alvitre, o Senador de sua escolha, foi preterido em decorrência de conhecido incidente a que adiante nos referimos.

Jurista, Político, Parlamentar ou Escritor?

Na introdução escrita para o volume que inaugurou a coleção Perfis Parlamentares da Câmara dos Deputados, dedicado a José de Alencar, no centenário de sua morte, Rachel de Queiroz chamou a atenção para o fato de que “em geral, o grande público ignora que o romancista foi também um político de importância”. E mais adiante completou: “E agora vem a grande pergunta, obrigatória em todos os casos de homem de letras que cede à tentação da Política e se dedica com devoção paralela a ambas atividades. Valeu a pena? Em que ele foi maior - como homem público ou escritor”? E ela mesma respondeu: “Em José de Alencar, evidentemente, o homem de letras esteve muito acima do Deputado e Ministro”. E concluiu: “Não que lhe faltassem qualidades intrínsecas para o ofício, mas faltavam-lhe as qualidades acessórias, cuja ausência muito lhe dificultou a vitória política”³.

A relevância do papel que ele desempenhou na política partidária e na vida parlamentar e na vida parlamentar, porém, não deixa dúvidas quanto à sua vocação. Afinal, foi Deputado geral eleito em quatro legislaturas: na 11ª, de maio de 1861 a igual mês de 1863; na 14ª, também de maio de 1869 a maio de 1872; na 15ª, de dezembro de 1872 a outubro de 1875 e na 16ª, de fevereiro a outubro de 1877, dois meses antes da morte, em 12 de dezembro do mesmo ano. Eleito sempre pelo 1º Distrito do Ceará, sua terra natal, entre julho de 1868 e janeiro de 1870, foi nomeado Ministro da Justiça, no 23º Gabinete do segundo Reinado. Esse Gabinete era presidido pelo Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, líder do Partido Conservador, quinze vezes Ministro, duas vezes Presidente do Conselho de Ministros. Deputado em 3 Legislaturas e Senador de 1844 até sua morte em 1872⁴. A escolha de Alencar como Ministro da Justiça se justifica pelo fato de, ao se formar Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, ter se dedicado à prática da Advocacia, destacando-se como jurista e professor de Direito Mercantil na Corte, ao mesmo tempo em que foi, sucessivamente, diretor de seção e em seguida consultor por nove anos do Ministério, até a extinção dessa função. Em remuneração de seus serviços, pleiteou apenas a publicação, no Diário Oficial, dos pareceres proferidos enquanto lá permaneceu.

José de Alencar tinha 32 anos quando eleito Deputado pela primeira vez e 39 quando nomeado Ministro da Justiça. Para Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, no livro Figuras do Império e outros ensaios⁵, José de Alencar entrou na evidência política pelas Cartas de Erasmo, em 1864, que também integra este volume. “Dizendo ao Imperador grandes verdades, não o fazia, contudo, sem tratá-lo com afeto e carinho”, sendo sabido que o monarca “o honrava entre os colegas, com indissimulável predileção. Escutava-o

mais e senão com maior deferência, com mais assiduidade que a outros. Quedava-se longas horas em sua companhia em palestras litarárias”. Foi em virtude dessa forma elegante e respeitosa que Manuel de Assis Mascarenhas, a ele se referiu mais tarde dizendo-lhe: “V. Exa., com as Cartas de Erasmo, mostrou como sabia fabricar o doce mel da lisonja”. Mas nem assim impediu experimentar o dissabor de confrontar-se com o monarca.

Ainda Ministro, José de Alencar pretendeu disputar uma das duas vagas de Senador por sua Província, cargo que seu pai tinha ocupado entre 1832 e 1860. Ao comunicar ao Imperador que ia apresentar-se, este o aconselhou: “No seu caso não me apresentava agora; o senhor é muito moço...” O Ministro teria lhe contestado: “Se prevalecesse esse motivo, Vossa Majestade devia ter devolvido o ato que o declarou maior aos quinze anos”. Ainda de acordo com Batista Pereira, ele teria amaciado a dureza da frase com esta restritiva: “entretanto, ninguém até hoje deu mais lustre ao governo”. O Imperador alegou que obedecera a uma razão de Estado, ao que Alencar teria respondido: “É também para um político uma razão de Estado defender o seu direito”. Pelo mesmo testemunho, o monarca encerrou o diálogo dizendo-lhe: “Dei apenas uma opinião. Faça o que entender”, ao que Alencar teria comentado: “Opinião que vale uma sentença”.

Apuradas as eleições de 12 de dezembro de 1869, Alencar veio na lista tríplice para a escolha do Imperador, em primeiro lugar com 1.185 votos, seguido de Domingo José Nogueira, Visconde de Jaguaribe com 1.112 votos e de Manoel Fernandes com 1.109. ainda Ministro da Justiça, Alencar, de acordo com as Reminiscências do Visconde de Taunay⁶, teria procurado o Imperador em 9 de janeiro de 1870, para pedir sua demissão, alegando, quando indagado das razões, “desacordo com alguns colegas que vai, cada

mais se acentuando”, além de acrescentar: “Demais, desejo deixar a mais ampla liberdade a Vossa Majestade, na questão do Ceará”. Como explica o Professor Walter Costa Porto na Introdução da obra Sistema Representativo publicada em edição fac similar pelo Senado, em 1997, a versão, segundo Luiz Viana Filho, em seu livro A vida de José de Alencar, seria “fantasiosa”, mesmo porque “fugia às praxes um Ministro pedir ao Rei sua exoneração”.

Sua militância política, que inclui a vida parlamentar razoavelmente longa, como Deputado e como Ministro, em face de suas atividades como escritor, parece encontrar confirmação no texto já citado de sua conterrânea Rachel de Queiroz, quando afirma “na verdade, a política, na existência de Alencar seria um elemento essencial, desses que vêm na massa do sangue, fator primeiro de sua herança. A política fora sempre a ocupação vital e o interesse apaixonado de sua gente, geração, atrás de geração; em vez de com ela namorar, cortejá-la, conviver com ela esporadicamente, para José de Alencar a política parece ter sido uma obcecação doméstica a que precisou fugir, uma amante possessiva da qual necessitaria defender-se permanentemente, a fim de conseguir tempo e alma livres que dedicasse à sua obra literária”.

Conservador, progressista e pioneiro

As quatro obras aqui reunidas. O Sistema Representativo, publicada pela primeira vez em 1868, Reforma eleitoral, em 1874, Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo em 1866 e Ao Imperador, Novas Caras Políticas de Erasmo em 1867, seguramente dão razão a Rachel de Queiroz. No Brasil, o sistema majoritário foi utilizado desde a escolha dos Deputados às Cortes Constituintes de Lisboa, em 1821 até a vigência do Código Eleitoral de 1932, quando foi aplicado nas eleições à Constituinte de 1934. Foram,

portanto, 122 anos de um mesmo sistema, com várias modalidades e muitas variações. Na Introdução de O Sistema Representativo, o próprio Alencar começa advertindo: “Há anos que o autor desta obra se ocupou da questão eleitoral, base do governo representativo. Em janeiro de 1859, inseriu no Jornal do Comércio alguns artigos no desígnio de resolver o difícil problema da representação da minoria. Propunha o meio prático da restrição do voto de modo a deixar margem suficiente para que fosse apurado o voto das facções(...)”

Em suas próprias palavras, “Foi a primeira sugestão de semelhante idéia no Brasil. Nem mesmo na Inglaterra era ela então, como foi logo após, objeto de sérios estudos. Nesse ano de 1859, publicou Thomaz Hare um opúsculo sobre a matéria; e em 1860 foi seu sistema desenvolvido em outra publicação por Henry Fancett. A obra de Stuart Mill, onde essa nova tese política é sustentada com vigor e alto senso, apenas em 1861 veio a lume”. Ele se refere ao trabalho do pensador inglês como Government representatif. São dois os textos a que José de Alencar faz referência, como esclarece o Professor Walter Costa Porto em sua obra Dicionário do Voto⁷: O primeiro é o fascículo de Thomaz Hare, The Machinery of Representantion, de 1857 e o segundo o livro de Stuart Mill, The Treatise on the Election of Representatives, de 1859, revisto em 1861.

As alusões evidenciam não só como José Alencar se mostrava atualizado em relação às mudanças e reformas eleitorais que vinham sendo propostas em países europeus, notadamente na Inglaterra, como também revelam sua preocupação com a legitimidade do sistema representativo em nosso país. Ele frisa, depois de citar as duas obras que “Não se recorda esta mínima circunstancia para daí colher glória. Em todas as épocas não são os pensadores que logram os proventos de suas lucubrações; sim, os espíritos costumeiros,

*desprendidos de convicções que tem o jeito de amoldar as idéias alheias à feição do tempo”. E conclui: “Quando desenvolveu o autor seu primeiro pensamento em prol da representação da minoria, estavam os espíritos de novo preocupados com a questão eleitoral tratada em 1856”. Refere-se Alencar ao Decreto nº 1.812, de 23 de agosto de 1856 que “Contém instruções para execução do Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855” que, por sua vez, “altera a lei de 19 de agosto de 1846”, a primeira lei eleitoral aprovada depois do Ato adicional de 1834, cuja ementa “Regula a maneira de proceder às eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais”⁸. Era uma das sucessivas reformas políticas aquelas que poderíamos dizer calcadas no modelo Lampedusa no romance *Il gattopardo*, necessárias, “para que tudo fique como está”.*

José Alencar pertenceu ao Partido Conservador e como membro desse partido, integrou o Gabinete conservador de 16 de julho de 1868, conservador como Deputado e como Ministro, foi progressista nas idéias que defendeu e pioneiro nas propostas que formulou. No discurso que pronunciou na sessão legislativa de 1874, deixou claras suas convicções e suas posições, quando afirmou: “Já uma vez em 1871, quando nesta casa se discutiu a reforma do elemento servil [refere-se à lei do ventre livre] eu, membro da oposição, e então identificado com ela na defesa das idéias e tradições do Partido Conservador, fui obrigado a levantam-me para reivindicar contra meu próprios amigos a iniciativa ministerial na proposição de reformas políticas e sociais”⁹. nesse discurso de 1871 foi o emérito mestre Wanderley Guilherme dos Santos quem buscou a ementa com que abriu a primeira reedição destes dois textos de Alencar, por ele publicados pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1991. O trecho sintetiza o pioneirismo do conservador

progressista que foi o político, o parlamentar e o ministro José de Alencar: “Senhores, há outras alforrias que não seriam fatais, mas ao contrário úteis e proveitosas para o país, e pelas quais o governo devia empenhar-se de preferência à do ventre. Tais são: a alforria do voto, cativo do governo; a alforria da justiça, cativa do arbítrio; a alforria do cidadão, cativo da guarda nacional; e finalmente, senhores, a alforria do país, cativo da preponderância do governo pessoal”.

Conservadorismo da política

Um velho ditado inglês, no Brasil sempre repetido pelo Deputado baiano Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, afirma que “nada mais parecido com um Conservador que um Liberal no poder”. Em nosso país, não foram poucos os exemplos das reformas insistentemente pregadas pelos liberais que terminaram materializadas pelos conservadores, quando o poder. Na Inglaterra do início do séc. XIX, as distorções eleitorais constituíam uma notória aberração, tornada incompatível com as mudanças provocadas pela 1ª Revolução Industrial. Na cadente crítica que fez ao livro de Edmund Burke sobre a Revolução Francesa, Thomas Paine denunciava: “O condado de Yorkshire, com um milhão de habitantes, envia dois deputados à Câmara dos Comuns; o mesmo número que o de Rutland, que não tem dez mil. A cidade de Old Sarum, que não tem três casas, também elege dois deputados e a de Manchester que tem mais de sessenta mil almas, não envia um sequer”. Tratava-se de uma situação que foi amenizada, mas não resolvida com o Reform Act de 1832.

Outro testemunho dessas distorções pode ser lido no comentário do sistema representativo inglês do prof. Afonso Arinos de Melo Franco¹⁰: “Em fins do séc. XVIII, já depois das Revoluções

Americana, de 1776 e Francesa, de 1789, uma Sociedade dos Amigos do Povo, existente na Inglaterra, comprometeu-se a provar que 70 deputados eram eleitos por 35 circunscrições em que não havia praticamente eleitores; 90 eram eleitos por 40 distritos de menos de 50 eleitores e ainda por 37 por 40 distritos de menos de 100 eleitores”. Até hoje a Grã-Bretanha utiliza o sistema majoritário, e as distorções permanecem. Em três eleições sucessivas, de 1983, 1987 e 1992, o Partido Conservador obteve a mesma proporção de votos, 42%, mas conseguiu respectivamente 61%, 58% e 52% das cadeiras na Câmara dos Comuns. Já os Liberais Democratas, nesse mesmo pleito, com 25%, 23%, 18% dos votos lograram respectivamente, 45%, 3% e 3% das cadeiras. O resultado é que na eleição de 1987, por exemplo, um candidato do Partido Conservador precisava de 36.000 votos para se eleger, um Trabalhista de 43.700 e um Liberal-Democrata tinha que lograr 334.000 sufrágios.

O conservadorismo não é um mal só da Política, mas é inquestionavelmente na Política que as resistências às mudanças mais se acentuam. Quando se trata da questão eleitoral, as razões são explicáveis. Aqueles que se elegeram por um determinado sistema, são naturalmente os que mais resistem a mudá-lo, sob o razoável argumento de que, mudando as regras, os parlamentares por elas eleitos não sabem se serão reeleitos ou não.

Esse raciocínio personalista tem o caráter de uma regra fundamental. A idéia de se adotar um novo sistema eleitoral que, se não resolvesse, pelo menos amenizasse as distorções já referidas, foi tentada nas eleições de 1855 na Dinamarca, por Carl Andrade, oficial engenheiro do Exército e professor da Escola Militar, quando Ministro da Fazenda e logo em seguida Presidente do Conselho de Ministros. Tratava-se do sistema proporcional, experimentado para a escola de 30 das vagas do senado que, contudo não prosperou, o

mesmo ocorrendo na Inglaterra, apesar das contribuições de Thomas Hare e do apoio de Stuart Mill, cujos argumentos valem para qualquer país em qualquer época, em especial a atuais sociedades de massas como a nossa: “De todos os tipos possíveis de representação proporcional, este é o que oferece a melhor segurança, em termos de qualidades intelectuais desejáveis para os representantes. No momento, é do conhecimento geral o fato de que está cada vez mais difícil, para as pessoas que possuem apenas talento e caráter, entrar para a Câmara dos Comuns. As únicas pessoas que podem se fazer eleger são aquelas que possuem influência local ou que vão abrindo caminho por meio de grandes gastos ou que, a convite de dois ou três comerciantes ou advogados, são retirados dos clubes londrinos, por um ou dois grandes partidos com cujos votos os partidos podem sempre contar”. Uma sentença do séc. XIX aplicável sem dúvida a grande parte das democracias contemporâneas.

Além da experiência dinamarquesa de Carl Andrae, o sistema proporcional foi aplicado por curto período na Costa Rica em 1893 e na Tasmânia em 1896. Aperfeiçoado pela contribuição do advogado belga Victor D’Hont, para a distribuição das sobras, o primeiro país a adotar esse sistema em termos nacional foi a Bélgica, em 1899, fato explicado pela existência da divisão histórica entre flamengos e valões. Seguiram-lhe a Finlândia em 1906, a Dinamarca e Áustria em 1920 e o Brasil em 1932. Em nosso caso, foi aplicado apenas na eleição de 1933 que escolheu os membros da constituinte de 1934. Isto explica por que o tema das Reformas Políticas, como até hoje, nunca deixou de enfeitar a agenda política brasileira. A palavra reforma adquiriu na linguagem da Política, entre nós, o seu sentido etimológico original – dar nova forma, mantendo-se a mesma substância. Afinal, fomos o último país a abolir a escravidão entre os 66 que no séc. XIX ainda a pratica-

vam, o penúltimo a adotar o divórcio, em toda a América Latina e, provavelmente, seremos o último a substituir as “refofinhas de ocasião”, a que se referia mestre José Honório Rodrigues, aludindo as mudanças em nossas leis eleitorais, por uma autêntica, profunda e verdadeira reforma política.

São fatos que consagram a luta de José de Alencar pelos direitos das minorias e o inscrevem na lista dos poucos e verdadeiros progressistas em matéria política.

.....

O drama político de Alencar

BRITO BROCA

NO FRAGMENTO *de autobiografia* Como e por que sou romancista, *José de Alencar* declarou:

O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira ou considerava o governo do Estado coisa tão importante e grave que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto, eu saía de uma família para quem a política era uma religião e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos da nossa história.

Não teria Alencar vocação para a política? Se tomarmos o termo política no elevado sentido da palavra é impossível negar-lhe essa vocação. Quer como deputado, quer como ministro da Justiça, agiu ele com verdadeiro espírito público, procurando oferecer solução para alguns dos principais problemas do país na época. O que não possuía era decerto a fibra, a resistência moral necessária aos que se envolveram nas lutas políticas. Não logrou superar a rudeza dos golpes a que estão sujeitos todos os políticos. Sua sensibilidade de artista não fora talhada para semelhantes embates. Assim, não será exagerado dizer-se que a morte prematura de Alencar antes

dos cinqüenta anos *resultou da profunda desilusão que lhe causou o fracasso político.*

Quando o romancista faleceu, Saldanha Marinho disse com muita razão no Diário do Rio de Janeiro:

Os Lamartines não foram talhados para a política. Têm o seu mundo à parte. Na larga e brilhante esfera a que foram destinados, assentam a sua glória. A política que não os aprecia e que jamais foi compreendida por eles não lhes daria posição mais real, mais elevada e nobre do que aquela por eles conquistada nos labores literários, por um grandioso talento e profundo estudo.

No Parlamento pesava sobre os literatos o preconceito de não possuírem a seriedade necessária ao trato das coisas públicas. Mas Alencar era também jornalista e como tal se tornou conhecido nas colunas do Correio Mercantil, ao lado de Francisco Otaviano, e Sales Torres Homem, ambos políticos com rápida passagem pela literatura. Acreditamos, pois, ter sido antes o título de jornalista que o de romancista o principal motivo da sua eleição a deputado geral pelo Ceará, em 1860.

O Visconde de Taunay, no livro Reminiscências, tem uma famosa página, em que alude à decepção causada pela estréia parlamentar do autor de O Guarani. Os dotes oratórios constituíam então condição essencial para o êxito de um político na Câmara ou no Senado no tempo da Monarquia. Os discursos podiam, muitas vezes, pecar pela falta de espírito prático, mas nenhum parlamentar se distinguiu, dizendo tolices em mau português como hoje acontece. No caso de Alencar, tratando-se de um escritor, era natural que se esperasse, desde logo, um grande discurso. E não foi o que se verificou. Só alguns anos depois, quando apeado do poder, sentiu a necessidade de defender-se dos inimigos, surgiu nele, como produto exclusivo de uma vontade férrea, o orador.

Ocupando a cadeira de deputado, embora não desse provas de grande eloqüência, mostrou o mais vivo desejo de trabalhar

pela causa pública. A falta de uma estruturação sólida para os dois partidos, conservador e liberal, entre os quais revezava o poder, a corrupção eleitoral, os vícios de toda espécie que infelicitavam o regime foram os problemas em que incidiram logo as vistas de José de Alencar. E em 1865, exercendo o mandato em outra legislatura, inicia ele a publicação das famosas Cartas de Erasmo, que iam levá-lo ao poder.

Essas Cartas, assinadas com o pseudônimo de Erasmo, a exemplo do Libelo do Povo, de Torres Homem, que também adotara o pseudônimo de Timandro, eram escritas no tom veemente de quem estava interpelando o Imperador, mas ia uma grande distância das acusações de Torres Homem, em 1849, para a atitude de Erasmo, que, pintando em cores negras a situação do país, não atribuía ao monarca outra culpa senão a de abster-se duma intervenção mais enérgica, com os meios que lhe dava o Poder Moderador. Decerto, muita gente na época ter-se-ia equivocado sobre o verdadeiro sentido do libelo de Alencar. Até hoje um espírito tão lúcido e erudito como Agripino Grieco parece aceitar a versão de que o panfleto era contra o Imperador. Na Evolução da Prosa Brasileira, referindo-se ao comportamento político do romancista, escreve ele: “Sabe-se também que as Cartas de Erasmo valeram por boa fricção de lixa em D. Pedro II, sendo que em nome do Paço, respondeu um plumitivo de muitas frases e pouca lógica, que se mascarava com o rótulo clássico de ‘Scaligero’.” Mas, como observou um político da época, Silveira Lobo, as Cartas, em lugar de ser essa “fricção de lixa” a que alude Agripino, era o “doce mel da lisonja” nos lábios imperiais (não se sabendo, porém, se ia qualquer intenção maldosa na desagradável cacofonia ou se esta fora involuntária). O fato é que a lisonja define-se, em termos claros, com frequência, no decorrer do panfleto. “O Brasil só pode ser arrancado do abismo em que se precipita pelas

mãos do seu amado Imperador.” Em outra passagem: “No trono contempla o vulto de um monarca, homem probo, príncipe liberal e ilustrado, rei justiceiro. A torva suspeita ou o validismo odioso não flutua nessa região imperial; as névoas que a turvam, às vezes, não as impelem à paixão.”

Mas a quem Alencar então acusava? Aos políticos corrompidos, aos oligarcas, aos que faziam da burocracia uma forma de parasitismo. “Só vive, pensa e governa no Brasil o espírito burocrático” – dizia ele. E clamava pelos direitos do povo, do povo sacrificado, iludido, espoliado. Seria uma revolução que o romancista desejava? Diríamos antes uma reação. Conservador, achava ele que o movimento devia ser feito de cima para baixo, com o fortalecimento do Poder Moderador. Suas palavras espantavam certas pessoas que nelas viam um apelo ao absolutismo. “O absolutismo? – respondia Alencar – Quem não o vê? Não convive conosco. Onde a minoria subjuga a maioria aí está a tirania; seja de um, seja de outro.” Era justamente contra esse absolutismo de fato, – conclui-se de suas palavras, em que uma camarilha manifestava a vontade do povo e da nação, que procurava ele reagir, preconizando a aliança sincera da realeza com a democracia para regenerar o elemento aristocrático, inoculando-lhe novos brios e estímulos capazes de preservá-lo da corrupção. Em suma, o poder pessoal do monarca apoiado no povo teria um sentido mais ou menos ditatorial, que o termo democracia não conseguia disfarçar. Hoje diríamos as coisas com outras palavras; um estado autoritário e uma espécie de imperador fascista, talvez talhado pelo modelo de Napoleão III. Embora acusado de autoritarismo e visto, mais tarde, pelos republicanos como um verdadeiro tirano, D. Pedro II não possuía a envergadura desse monarca reclamado por Erasmo.

Nem por isso mostrou-se indiferente às exortações de Alencar, e em, 1868, teria partido dele a indicação do romancista para

Ministro da Justiça ao novo presidente do Conselho, o Visconde de Itaboraá. Pelo menos se o Imperador não quisesse, nesse momento, em que a queda do Gabinete liberal resultara de um verdadeiro golpe de Estado, Alencar não viria a fazer parte do governo.

Mas, uma vez no poder, esse homem voluntarioso não pode reprimir as expansões de sua índole independente que desde logo deviam chocar um tanto o Imperador. Existe na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional uma série de bilhetes do monarca a José de Alencar, quando este era ministro. Conseguimos examiná-los, graças à gentileza do nosso amigo, o poeta Darci Damasceno, chefe da referida Seção, e neles nada encontramos capaz de elucidar aspectos da atração política do escritor. O que ali tivemos foi mais prova da meticulosidade com que D. Pedro II se desempenhava de suas funções administrativas, trazendo os ministros numa permanente vigilância; fazendo-lhes constantes recomendações sobre medidas a tomar, advertindo-os sobre minúcias burocráticas, querendo saber tudo, estar informado sobre tudo, num zelo que não podia deixar de exasperar um espírito como o autor de O Guarani.

A ação de Alencar no Ministério foi fecunda. Tomou muitas medidas de relevo, uma das quais a supressão dos leilões de escravos, expostos publicamente como animais, no nefando mercado do Valongo. Uma cena deprimente, que aumentava o horror do cativo e causava a pior impressão aos viajantes estrangeiros. Cabem aqui duas palavras sobre a atitude de Alencar em face da escravidão.

Conservador, mantinha-se no ponto de vista do seu partido na época. Nas Cartas de Erasmo estendeu-se longamente sobre o assunto. Considerava o cativo um fato social que só poderia ser abolido com a evolução da sociedade e da economia brasileira. Depois de remontar às raízes históricas, ao papel do escravo na Antigüidade Clássica e a dos servos da gleba na Idade Média,

concluí de que no Novo Mundo o cativoiro fora uma necessidade: sem ele o Brasil e os Estados Unidos teriam permanecido verdadeiros desertos. Chegaria porém o momento em que poderíamos prescindir dessa necessidade e a abolição se faria por si mesma. Forçar as circunstâncias seria um erro. E enquanto isso, cumpria atenuar a instituição, por ele reconhecida infamante, com medidas humanas e cristãs. Era o que fazia, como Ministro da Justiça, suprimindo o mercado do Valongo.

Eis as suas palavras veementes em julho de 1871, quando, já apeado do poder, combatia no Parlamento a Lei do Ventre Livre apresentada pelo Gabinete Rio Branco, na qual via um passo decisivo para a extinção total do cativoiro.

Vós, os propagandistas, os emancipadores a todo transe, não passais de emissários da revolução, de apóstolos da anarquia. Os retrógrados sois vós, que pretendeis recuar o progresso do país, ferindo-o no coração, matando a sua primeira indústria, a lavoura... Vós quereis a emancipação como uma vã ostentação. Sacrificais os interesses máximos da pátria a veleidades de glória. Entendeis que libertar é unicamente subtrair ao cativoiro – e não vos lembrais de que a liberdade concedida a essas massas brutas é um dom funesto, é o fogo sagrado entregue ao ímpeto, ao arrojo de um novo e selvagem Prometeu! Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta, para vós, dizer à criatura tolhida em sua inteligência, abatida em sua consciência – Tu és livre; vai, percorre os campos como uma besta-fera! Não, senhores, é preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer – Vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos redimimos, não só do cativoiro como da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade em que jazeis.

O que Alencar não explicava, porém, pelo menos aí, era de que maneira, dentro de uma instituição infamante, que implicava fatalmente a permanência da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade, podia-se “esclarecer a inteligência” do escravo e elevar-lhe a “consciência humilhada”.

Em todo caso, seria a opinião bem repressiva de um conservador romântico.

Ministro da Justiça aos 39 anos, Alencar tinha diante de si, certamente, uma bela carreira política, que podia desviá-lo por completo da literatura. Mas quis antecipar a fortuna, decidindo-se a candidatar-se a uma cadeira de senador pelo Ceará. Compreende-se facilmente essa ambição quase prematura. A senatoria era um cargo vitalício, em que um político podia ficar completamente independente, desligado de compromissos eleitorais e de injunções de qualquer outra espécie: a situação privilegiada, que convinha a Alencar para dar largas à sua índole ativa e autoritária.

O monarca, a quem competia escolher o senador entre os mais votados numa lista tríplice, via, porém, com maus olhos a candidatura de um ministro ao referido posto, pois sabia que isso acarretaria certa pressão sobre o eleitorado. Daí a advertência que teria feito a Alencar, quando este lhe foi comunicar o propósito: “– No seu caso eu esperaria mais um pouco; o senhor é ainda muito moço.” Alencar respondeu em termos meio impertinentes, e confiado no prestígio partidário e ainda mais, decerto, na projeção do seu nome. Achou que se figurasse entre os mais votados, o Imperador, mesmo a contragosto, não poderia deixar de escolhê-lo. Quanto ao fato de disputar a senatoria no poder, não seria o primeiro; havia precedentes. Mas Alencar parece não haver compreendido o quanto o soberano era caprichoso, quando o contrariavam.

Numa carta a Itaboraí, a 14 de junho de 1869, alegando que não pedira vênias a Sua Majestade para candidatar-se, não a julgando necessária, quando se tratava de exercer um direito de cidadão, dizia-se apenas no dever de comunicar ao Presidente do Conselho um fato que no “alto critério” do monarca podia alterar-lhe a posição perante a Corte. Informado do caso e não concedendo

a demissão ao ministro, o Imperador dava a entender que transigia tacitamente com a candidatura.

Mas é possível que D. Pedro achasse inútil a demissão, e incapaz de anular o princípio em que se estribava: continuando os correligionários de Alencar no gabinete, estaria ele indiretamente no poder. De qualquer forma, se o monarca foi de um rigor um tanto estreito no seu ponto de vista, Alencar agiu também com certa precipitação e falta de habilidade política.

A decisão imperial – como observa Taunay, nas Reminiscências – causou realmente espanto e lástima. Os escolhidos, Jaguaribe e Figueira de Melo, não podiam comparar-se nem de longe com Alencar. Não se encontrou outra explicação para o fato senão numa vingança pessoal, tanto mais que a escolha costumava consultar, quase sempre, os interesses partidários, e o romancista era mais prestigiado por seus pares do que os preferidos, embora todos pertencessem ao bloco conservador. Muritiba dirá, mais tarde, haver empregado todos os esforços junto ao monarca, em favor de Alencar, vendo-se, no entanto, obrigado a respeitar as decisões do Poder Moderador.

Quanto à demissão do romancista, concedida, enfim, em janeiro de 1870, não teria ela sido pedida, a fim de dar ampla liberdade de escolha ao Imperador, mas imposta pelas divergências que de há muito se vinham agravando entre Cotegipe e o Ministro da Justiça. Um dos dois deveria ser sacrificado, e como Itaboraí declarara a impossibilidade de o Ministério continuar sem Cotegipe, Alencar é quem tinha de afastar-se. Perde ele, assim, de uma só vez, o cargo de ministro e a senatoria almejada. Duro golpe para uma sensibilidade tão delicada, uma vaidade tão exasperada, como a do autor de As Minas de Prata.

Retornando à Câmara dos Deputados, em 1870, rompe com os correligionários do Partido Conservador, então no poder, para

assumir uma atitude de aguerrida oposição. O orador que não era nele bem dotado, vai apurar-se nessa refrega. Movido pela necessidade da luta, num esforço de vontade prodigioso, acabará colocando-se à altura dos maiores tribunos parlamentares da época. “Teve dias de verdadeiras glórias oratórias” – dirá Araripe Júnior.

Ao mesmo tempo, volta à atividade jornalística, no 16 de Julho, órgão que fundara para rebater os ataques do Diário do Rio de Janeiro onde já havia trabalhado – agora sob a inspiração de Cotegipe, enquanto Paranhos e Paulino de Sousa movem outros jornais contra o ministro demissionário.

Na Câmara, Alencar defende seus atos no Gabinete, justifica, entre outros, os motivos que o levaram a candidatar-se a senador, alegando já ter havido muitos precedentes de candidatos ministros. Cotegipe, um dos principais alvos dessas tiradas, perde por vezes o ar irônico de velha raposa, ante as enérgicas arremetidas do orador. E levanta-se para chamá-lo de teimoso e dizer que a incompatibilidade entre ambos, no Gabinete, provinha do fato de Alencar insistir sempre em fazer prevalecer a própria opinião.

São grandes dias do Parlamento esses, em que o romancista-deputado, o “fanadinho”, como lhe apelidou um adversário, enfrenta Cotegipe, ergue uma “armadura rija” aos petardos de Zacarias, revida as invectivas de Silveira Martins – o Sansão dos Pampas, homem que na tribuna devia ser um mestre em dós-de-peito – e coloca-se à altura da eloqüência elegante e ponderada do Visconde do Rio Branco.

Sua mágoa ia, porém, mais diretamente contra o monarca. Reconhecia que já nada lhe era dado esperar daquele que detinha nas mãos o Poder Moderador – esse poder para o qual tanto apelara nas Cartas de Erasmo, como o único instrumento capaz de salvar o Brasil. Não havia, pois, outro meio senão colocar-se em posição contraditória à que assumira anteriormente, e atacar o autoritarismo

do Imperador – as excessivas prerrogativas de que este se valia no governo para impor os seus caprichos – e passando a ver afinal, no Poder Moderador já não mais a esperança de salvação do país, e sim a perspectiva de todas as calamidades.

Em tudo, Alencar encontrava um pretexto para atingir o monarca. Denunciou até o protocolo imperial, como antiquado e ridículo, achando que se as pompas, em cortes do tipo da Inglaterra se justificavam pelas tradições, no Brasil, país visceralmente democrata e jovem, destoavam de maneira grotesca. E, em 1871, quando D. Pedro II pede licença à Câmara para realizar sua primeira excursão à Europa, a voz de José de Alencar é uma das que se fazem ouvir com maior vigor contra a idéia. Correu, então, em folheto, incorporado hoje à obra do romancista, o famoso discurso que pronunciou. Depois de mostrar toda a inoportunidade da viagem – combatida, aliás, pelos próprios conservadores que se achavam no poder – acaba por considerá-la “uma aprendizagem útil ao Imperador, desde que ela lhe oferecia ocasião de ver os homens e as coisas não somente de alto a baixo, mas também horizontalmente”. O Conde Ludolf, Ministro da Áustria no Rio, em carta para o respectivo governo, citada por Heitor Lira na História de Dom Pedro II, acusa Alencar de “ostentar o seu despeito por não ter sido nomeado senador” nesse discurso que lhe parece “altamente inconveniente”.

A questão da animosidade entre D. Pedro II e José de Alencar é um capítulo comum de nossa história política e literária, e como os que têm trazido contribuições para esclarecê-lo se mostram freqüentemente apaixonados, não se pode ainda dizer a última palavra sobre ele.

Fala-se em ciúme da glória literária do escritor. O termo será, talvez, excessivo. Realmente, o monarca gostava de adotar os talentos que porventura surgissem no Brasil e fazer depender da

proteção imperial o êxito dos mesmos, excedendo-se, às vezes, um pouco nessa tutela.

Em 1883, na publicação semanal Lucros e Perdas, espécie de Farpas brasileiras, Sílvio Romero, com aquela sua linguagem destabocada, increpava o Imperador de intervir em todas as iniciativas literárias, como se quisesse dizer: “Ou aceitam o meu conselho ou suas pretensões se dissolvem em fumo.” Ora José de Alencar era dos que não aceitavam conselho nem orientações vindas do alto. Mas a ponta de despeito que podia provocar no espírito do monarca uma glória feita à revelia do seu beneplácito, não seria possivelmente bastante para indispor-lo contra o escritor, se este não aliasse à independência a arrogância.

O Imperador suportava, por vezes, certas impertinências dos seus ministros, nem sempre subservientes como se imagina, e chegara a chamar para o poder políticos como Torres Homem e Ferreira Viana, que lhe haviam dirigido os mais pesados ataques, na imprensa e no parlamento; José de Alencar agira, porém, sem tato político, ferira, naturalmente, aquela corda do amor-próprio que fizera o Imperador insistir na perseguição de López e na condenação de D. Vital.

Quando Gonçalves de Magalhães publicou A Confederação dos Tamoios, Alencar atacou rudemente a obra, sob o pseudônimo de Ig. D. Pedro, que protegia Magalhães e acreditava no talento deste, chegou a apelar para o alto juízo de Alexandre Herculano, cuja resposta o decepcionou algum tanto, já que encerrando uma desaprovação aos princípios inspiradores do poema, indiretamente o desmerecia; emprazou, então, Monte Alverne para defender Magalhães, e ele próprio, o monarca, corroborou nessa defesa em artigos publicados no Jornal do Comércio, sob o pseudônimo de Outro Amigo do Poeta.

Não se diga que a animosidade tivesse partido daí; depois vieram as Cartas de Erasmo... Mas na pasta da Justiça, como já vimos, Alencar mostrou-se muito autoritário, tendo atitudes que não podiam deixar de ferir a susceptibilidade do monarca. Basta um exemplo. Nabuco de Araújo, no Gabinete da Conciliação estabeleceu a praxe de o Ministério da Justiça enviar ao Imperador os recortes dos jornais da província referentes a assuntos políticos e administrativos, a fim de que este, mais amplamente orientado sobre o que se passava nos recantos distantes do país, pudesse fiscalizar melhor os atos dos ministros. Alencar rompeu com a praxe, justificando-se numa carta em termos um tanto bruscos, em que, depois de alegar outras razões, dizia:

Essa inspeção minuciosa que V.M.I. deseja exercer sobre o país, na melhor das intenções e com o pensamento de bem usar de sua alta e benéfica atribuição moderadora, toma aos olhos da nação um aspecto que se não coaduna, nem com o espírito constitucional do soberano, nem com a dignidade do seu Ministro da Justiça.¹

Por aí se pode avaliar o tom de semelhante carta, que muito havia de irritar D. Pedro e constitui um dos motivos para levar-nos a desculpar, ou pelo menos a tolerar, o seu comentário por ocasião da morte do escritor: “Era um homenzinho muito malcriado.”

José de Alencar ter-se-ia vingado do Imperador, retratando-o no romance Guerra dos Mascates (1870), na personalidade de Sebastião de Castro Caldas, caráter tíbio e vacilante. Ingênua vingança! – considerou um biógrafo. Ingênua, sobretudo, porque o romance é dos que lograram menor repercussão na vasta obra do escritor, e até hoje figura como um dos menos lidos.

¹ Heitor Lira, *História de D. Pedro II*, Cia. Editora Nacional.

Apesar de sua índole combativa e do ardor com que se pôs a enfrentar os adversários na Câmara e na imprensa, Alencar ia sentindo interiormente um grande desalento moral. A capacidade criadora decresce com o revés político. Depois, o cerco é de todo lado: atacam-no como político e como escritor. O português José Feliciano de Castilho (assalariado ou não?) acossa-o pelos dois flancos, sob o pseudônimo de Cincinato, unindo-se, em seguida a Franklin Távora (Semprônio) para uma análise minuciosa, nem sempre justa e por vezes incompreensiva de alguns livros do romancista. Em 1875, quando Alencar, exasperado, protesta contra o fracasso de O Jesuíta, Joaquim Nabuco submete-o, em O Globo, a um severo requisitório, que, encontrando no escritor uma vigorosa reação, não podia deixar de abater-lhe o ânimo e concorrer para a dúvida secreta que começara a torturá-lo. “– Você acha que chegarei à posteridade?” – perguntará, mais tarde ao Visconde de Taunay.

No Parlamento, a condição de literato, em lugar de prestigiá-lo, oferece mais um motivo para a chacota dos adversários. Teófilo Otoni manda-o volver aos seus romancetes e Zacarias tem a pretensão de corrigir-lhe a pronúncia de uma conhecida palavra inglesa. Taunay, nas Memórias, alude a um deputado do Rio Grande do Norte, um desfrutável Raposo, que fazia alarde de nunca haver escrito romances: “– Decerto, Sr. Presidente”, dizia ele, “nunca saíram de minha imaginação tipos como os que engendrou o Sr. José de Alencar, nenhum guarani à guisa do célebre...”. E interrompeu, não atinando com o nome. “– Como é que se chama o tal índio?” – perguntou a dois colegas ao lado, e como estes respondessem, um após outro, Peri, continuou muito alto – “Como o célebre Peri-Peri!...”, o que provocou enorme gargalhada no recinto. Também naquela casa – acrescenta Taunay – entre mais de cem representantes da mentalidade brasileira, apenas uns cinco ou seis teriam lido O Guarani.

Numa página incluída no livro Crítica Literária, Machado de Assis dá-nos a triste impressão de um encontro com Alencar, no Passeio Público, nessa época. Profundamente aniquilado, só tinha ele palavras de desânimo, e amargor. A política fora uma ambição demasiado perigosa para seu temperamento nervoso de escritor romântico. A política liquidara-o.

ESCRITOS POLÍTICOS

.....

Cartas de Erasmo

A

ADVERTÊNCIA

TENTATIVA foi bem decidida. O favor público a acompanhou e deu-lhe forças e estímulos, para progredir.

A primeira série, contendo dez cartas, cingiu-se à necessidade da iniciativa imperial para arrancar o país da crise em que se debate.

Limitou-se o trabalho ao estudo consciencioso da atualidade. Dos fatos ressalta a verdade. No meio da inércia e compressão de todas as forças vivas da nação, só o impulso generoso da Coroa terá eficácia.

Dois pontos ainda se oferecem muito palpitantes ao exame público; são os corolários deste primeiro estudo. Demonstrada a necessidade de imprimir ao governo do estado outra marcha, enérgica e moralizadora; parece natural complemento desenvolver as idéias capitais da nova ordem de coisas: em outros termos, assentar as bases da futura política, tanto interna como externa.

Continuando a benevolência dos leitores a atentar a empresa, ela se abalará a esses novos cometimentos.

No fim publica-se em nota a carta dirigida à redação do Diário pela conexão que tem com o assunto aqui tratado. Nela se acha como em relevo breve o pensamento desta série.

Janeiro de 1866.

AO IMPERADOR

CARTAS POLÍTICAS

Nemini Cedo

I

Senhor.

A verdade, filha do Céu, como a luz, não se apaga. No seio da escuridão mais densa jaz a centelha que afinal propaga a chama.

Em todos os tempos, quando a corrupção invade a sociedade e o vício contamina as fontes da vida pública, Deus suscita um apóstolo para salvar no meio da geral dissolução a dignidade da razão humana. Às vezes é um historiador como Tácito, ou um poeta como Juvenal; outras é Demóstenes orador, ou Sêneca filósofo.

Através do zumbir da lisonja, do riso aparvalhado das turbas, do resfolgo oprimido das consciências, no meio das bacanais públicas; ergue-se vibrante e sonora a voz da verdade, semelhante ao canto do cisne de uma sociedade que sucumbe.

O Brasil passa neste momento um transe bem doloroso. Se a rotação dos estados tem seus dias e suas noites, nós chegamos já às sombras crepusculares de uma tarde medonha; os pródromos da tormenta são sinistros; a calma podre da opinião assusta os espíritos mais intrépidos.

Um publicista, tão robusto no raciocínio, quanto profundo na observação, Montesquieu, deixou escritas estas palavras:

A desgraça de uma república é a carência de luta; sucede isso quando corrompem o povo; ele torna-se frio e se afeiçoa ao dinheiro; mas perde o gosto aos negócios. Sem interesse pelo governo e pelo que lhe propõem, espera tranqüilamente o salário.

(Esp. das Leis – Liv. 2º, cap. 2º.)

Quem não sente a presença desse grave e terrível sintoma de corrupção, na infeliz atualidade, em que tudo se merca e barateia, voto, honra e reputação?

A região superior em que vos colocou a soberania nacional, não sobem, senhor, nem o pó que torvelinha, nem os rumores que se escutam,

no estádio onde se agita a pátria, aflita do presente e temerosa do futuro. Os miasmas da terra não costumam atingir às eminências.

Mas é tempo que a verdade penetre os paços imperiais para falar-vos só e desassombada. Arroste embora os motejos da turma que se espoja na praça pública, pronta a escarnecer da gente séria e a apedrejar a virtude. Assanhe as iras dos iludidos amigos que pensam engrandecer-vos defendendo vossa pessoa à custa de vossa glória.

Não choque o melindre imperial a pouquidade do instrumento que maneja a Providência para iluminar-vos o coração. Em vossa inteligente religiosidade haveis de adorar muitas vezes a sabedoria divina, até no humilde inseto de efêmeras asas que anuncia a aproximação do temporal.

Cerrai por instantes os ouvidos ao cortejo oficial e à linguagem de aparato para escutar uma voz áspera, mas sincera; é também devota e mais leal do que muitas outras que entoam melodiosas nas manifestações públicas; e sardônicas trauteiam pelos escusos recantos.

Fala-vos um amigo verdadeiro. Crede-o, senhor, crede sem hesitação. Ele sente em si a coragem do louvor cordial e franco, porque tem a consciência do reparo justo e moderado.

Monarca, eu vos amo e respeito. Sois nestes tempos calamitosos de indiferentismo e descrença um entusiasmo e uma fé para o povo. As esperanças que brotaram na primeira metade de vosso reinado, se murcharam ao sopro mau do presente, ainda podem reflorir sob os raios de vossa coroa. O cidadão livre se aproxima sereno de vosso trono porque nunca aí sentou-se a tirania; sua dignidade não se vexa ao reclinar-se para beijar-vos a destra augusta, porque em vós acata ele o pai da nação.

Homem, eu vos prezo e admiro. Virtudes cívicas e domésticas adornam vossa pessoa. Na cúpula social onde a nação vos colocou, sois para a sociedade brasileira mais do que um rei, sois um exemplo. Quando por toda a parte se ostenta impune o pungente espetáculo do relaxamento do dever e obliteração do senso moral, a alma da gente honesta se expande contemplando em vós um tipo de homem de bem.

Em uma palavra ela resume vosso elogio. Bem poucos monarcas diriam como D. Pedro II: – “Nunca em um reinado de vinte e cinco anos, estreado com a inexperiência da juventude, nunca abri meu coração

a um sentimento de ódio, nunca pus meu poder ao serviço de mesquinhas vinganças.”

Sem receio pois, senhor, inclinai a fronte à minha palavra; porventura austera alguma vez, mas sempre respeitosa, não há de ofender-vos a majestade. Não esquece o cidadão que fala ao primeiro magistrado da pátria, nem o brasileiro que se dirige à inteligência superior de quem só o país espera e instante reclama a salvação. Se algumas vezes o quadro for em demasia carregado, se obedecerá ao judicioso pensamento de Joubert: “A graça da verdade é aparecer vendada.”

Deslizou-se há pouco a pena nestas palavras estranhas – coragem do louvor! Dizer novo e característico da época. A lisonja tem infelizmente grassado por tal forma, que o cidadão cauto e discreto evita manifestar todo o bem que sente a vosso respeito com receio de confundir-se.

Ouvi, senhor!

Neste momento mesmo, em que resolvo fazer um supremo apelo à vossa augusta e nobre consciência, estruge pelos teatros e praças a vozeria da gente leviana, que entre hinos e flores vos saúda como o herói da Uruguaiana! A inconsideração chegou a ponto de projetar-se uma espada de triunfo que vos devia ser oferecida em nome da nação!

Vossos amigos sinceros, ainda cheios de regozijo pela volta de seu adorado monarca, se entreolhavam sucumbidos ouvindo estas aclamações. Receosos de divulgar o pensamento, se interrogavam mudamente, na dúvida de que tal ostentação escondesse uma sátira amarga.

Por que seríeis herói em Uruguaiana, onde não se feriu batalha, nem celebrou vitória?

Pela magnanimidade do perdão? Já era D. Pedro II herói antes de lá ir. Não tem conta as vezes que ele perdoou a seus inimigos as injúrias e doestos com que armam a popularidade. Esta clemência foi maior e mais difícil, porque era de vosso próprio agravo.

O bárbaro insulto feito à dignidade da pátria, não sei que poder algum tivesse faculdade para o absolver e até honrar emprestando-lhe o caráter de guerra.

Que faríeis da espada triunfal que vos pretendiam ofertar a vós, rei constitucional?

E espada do soldado é sem dúvida um instrumento de civilização e liberdade, como é o gládio da Justiça ou o báculo da Igreja. Mas vossa destra, a Providência a armou de mais sublime insígnia; do Cetro, que é símbolo de governo.

É neste ponto que os reis são feitos à imagem de Deus.

O Supremo Criador, fonte de vida e inteligência, não se incumbe de influir o universo de sua própria essência; nem se move de um outro ponto para ativar a rotação das esferas. Ele permanece no centro da criação; e instituiu seus ministros a luz, o ar, o fogo, a terra, a água, todos os elementos que dirige em sua eterna sabedoria.

O critério que possuíis em alto grau inspirou-vos desta vez. Apenas chegado, reduzistes ao silêncio aquela indiscreta lembrança dando outro destino às jóias que deviam adornar a sonhada espada. Praza aos céus que essa energia vos assista sempre para ir espancando com um cenho da majestade tantas e tão inconvenientes aberrações do pundonor, como por aí fermentam a cada canto.

Que esvairar incompreensível de gente irrefletida! Ao passo que ali celebram como um grande feito a vitória incruenta do algarismo e do tempo, aqui se lembram de simbolizar esse triunfo em um instrumento essencialmente guerreiro!

O decoro da majestade vossa e o brilho do nome brasileiro exigem um pronunciamento vigoroso contra semelhante perversão da razão e senso público. A mentira escandalosa ateia por todo o país e afronta de colo alçado a indignação dos caracteres circunspectos. A pátria cala-se, mas cora: e o estrangeiro já não esconde o riso de mofa.

Proponho-me, senhor, a dizer-vos a verdade inteira a respeito do país, sobre os homens, como sobre as coisas; e quero enunciá-la em público, ante a nação, para que ela saiba que enfim já não a ignorais e se regozije com a esperança do pronto remédio.

Não tenho ambição nem interesse em cujas aras sacrifique, não tenho despeito ou ódio a cevar com alheio sofrimento; mas sinto ardente o amor da pátria e veemente a impulsão do dever, que arroja o homem ao martírio da justiça e da verdade.

Levanto apenas o pendão de uma cruzada santa. Convocai para ela, senhor, vós que podeis, todos os homens honestos; congre-

gai-os ao redor de vosso trono, para que sobre as ruínas dos antigos partidos desbaratados pelo egoísmo se eleve o grande partido da lei e da moralidade.

O povo espera de vós que aniquileis os bandos de ambiciosos que se associam para explorar as desgraças públicas em proveito seu; que expulseis dos santuários da nação os réus de improbidade política, como Cristo enxotou os mercadores do templo; que ordeneis aos poderosos o respeito à moral e à justiça, dando vós primeiro o exemplo do desprezo pelos caracteres poluídos, qualquer que seja a altura a que tenham galgado.

Cometei a empresa, senhor. Erigi acima de todas as pequenas conveniências, como das vaidades enfatuadas, esses dois títulos que rutilam em vossa coroa imperial, e devem daí refletir nas páginas de vosso reinado – virtude e inteligência.

Quando houverdes consumado a gloriosa conquista, não sereis o herói de qualquer vila, nem o vencedor de um ridículo tiranete. Podereis desvanecer-vos de ser o herói de um império e talvez de um século americano; tereis esmagado a hidra da corrupção que ameaça devorar a pátria.

A nação inteira irá depositar a vossos pés, não espadas ou despojos opimos de hinos e flores; mas um troféu que raros conquistadores já mereceram e tiveram: o coração agradecido de um povo orgulhoso de seu monarca.

Avante, senhor!

Ao mote brasileiro – “Pela cruz, pela coroa, pela lei” – replicai com esta nova divisa – “Pela honra” – e caminhai à glória, à glória pura e excelsa que Deus destina aos reis. A parte sã do país vos acompanhará cheia de fé e entusiasmo; a outra sentirá, vendo-vos passar, o remorso precursor do arrependimento pungir na consciência.

De meu canto, desconhecido e não obstante votado à execração dos maus, eu vos aplaudirei.

Se alguma vez o fervor da convicção arrebatá-me a palavra, que ela, apesar de meu firme propósito, vos magoe a justa suscetibilidade, perdoai-lhe, senhor, essa rispidez da sinceridade. E assim, perdoando e ouvindo, sereis defendido pelas duas virtudes que, Salomão disse, fazem a guarda do rei. *Misericórdia et veritas custodiunt regem.*

Nesta e em sua santa guarda, rogo eu a Deus vos conserve muitos anos para felicidade do Brasil.

17 de novembro de 1865.

II

Senhor.

Rompa-se o véu à miséria da pátria. Contemplai, Senhor, vosso império.

É este o Brasil florescente que há dez anos perlustrava com soberbos cometimentos a larga senda do progresso?

Decênio fatal foi esse que ao vigoroso império, cheio de seve, transformou em país decadente, salteado de temores, oberado de males.

Longe de carregar as sombras ao quadro, busco rarear o fumo para menos afligir vosso coração patriótico.

A política, alma da nação, espírito que a vivifica e anima, que ruim vício a corrompeu, senhor, que dela fogem como da peste cidadãos eminentes, seus antigos e mais ferventes apóstolos?

Outrora, nos tempos condenados de lutas ardentes, a política foi uma ocupação importante para o povo, e uma dedicação profunda para os cidadãos que aspiravam à direção dos negócios públicos.

Viam-se passar nestas ruas do Rio de Janeiro, a pé, na rudez do trajo e modéstia de sua honrada pobreza, os Feijós, Vergueiros, Andradas, Paulas Sousas, Limpos, Torres e Paulinos. Não se anunciavam pelo rodar das carruagens, e contudo a nata do povo os via de bem longe e depois de saudá-los os acompanhava respeitosamente com o olhar.

Evaristo para governar a opinião do país não carecia de salas douradas e lautos saraus; o singelo balcão da pequena livraria que, ainda bem pouco tempo há, se viu na Rua da Quitanda, servia de modesto altar à liberdade.

Ali concorriam em número, a beber as idéias de um homem de bem e sincero liberal, patriotas dedicados; não os levava a esperança de pingues empregos ou cobiçadas condecorações.

Eheu! prisca fides!... Atualmente a política é para as massas um simples folgar, quando não é um pacto indecoroso.

Sabeis, senhor, onde hoje em dia se encontra vosso povo, aquele mesmo povo entusiasta que fez a Independência, a Abdicação e a Maioridade?

Nas audiências dos ministros, nas casas dos patronos de maior voga, à porta da matriz onde se arremata a eleição em hasta pública. Se aí não estiver, é porque forma o cortejo de alguma leviana donzela trajada à militar, ou aplaude com frenesi as chocarrices da farsa e as corridas do circo.

Cobiça e prazer – *panem et circenses* – eis o que move as massas quando as desampara a crença da liberdade e a dignidade popular.

Rasga-se a Constituição, entorna-se sem medida a renda nacional, calcam-se as leis da segurança, ofende-se a propriedade individual, engana-se despejadamente o país zombando de sua boa-fé.

O povo não se move; ri às vezes, com o grosso rir do bonachão que se diverte à custa própria.

Os homens que pretendem atualmente foros de estadistas e chefes de uma opinião formam contraste perfeito com os antigos patriotas. Para eles a causa pública não é devoção, porém repouso apenas de ocupações mais lucrativas.

A política já não cria como de princípio mártires da liberdade, servidores de uma idéia, cidadãos eminentes; agora distribui sorrisos e favores àqueles que a requestam. Aos felizes arranca-lhes a flor da reputação, que uma vez crestada nunca mais tornará a viçar; aos desprezados sopra-lhes o desânimo n'alma!

Deploro, senhor, esta depravação da substância nacional, que é o exercício da soberania e a expansão das forças vivas do povo; mas não ousou condenar as vítimas do terrível contágio.

E como, se culpados somos todos nós, que nos encerramos no alvéolo de nossa individualidade, quando o dever de cidadão nos manda reagir fortemente contra o torpor fatal?

A influência climatérica é também uma verdade filosófica no mundo moral: a alma tem como o corpo sua atmosfera, em cujo ambiente respira. É forçoso que o espírito se inteirice na temperatura glacial da dúvida e da incerteza.

Ninguém dá atualmente à política mais que vislumbres de uma inteligência embotada pelo receio e apatia; também nenhum favorito granjeia dela senão lucros e vaidades.

A verdadeira glória, a alma da popularidade que dilata as nobres e ousadas ambições, murchou. Os bordados fardões, recamados de ouro, ostentando os emblemas de subidos cargos e altas dignidades, não arrastam após si os votos e respeitos da multidão! E alguns há não somente dignos, mas credores desse justo tributo.

Outra coisa era a casaca rapada que envergavam os chefes da maioria em outras eras, quando generosos de seu nome e individualidade se misturavam com o povo para o dirigir.

Não deveis portanto admirar-vos, senhor, da esterilidade dos últimos anos: a fé, que é o calor fecundante do coração, desertou daqueles que deviam inspirar o país. “E os grandes pensamentos”, disse Vauvenargues, “vêm do coração.”

As atas legislativas desta década fatal não encerram uma idéia digna da inteligência e adiantamento do povo brasileiro.

O Primeiro Reinado em oito anos legou-nos a Constituição, belo padrão de sabedoria e liberalismo; o Código Criminal; a organização das municipalidades e a instituição dos juízes de paz.

A Regência foi rica de trabalhos: o Ato Adicional, a organização das províncias, o Código do Processo, a ordem judiciária e financeira, além de muitas outras medidas administrativas.

O Segundo Reinado até 1854 deu-nos as melhorias da organização judiciária e do regímen eleitoral, o Código Mercantil, a abolição do tráfico, o restabelecimento das finanças, o desenvolvimento do crédito e espírito de associação; prosperidade no interior, glória no estrangeiro.

Nos últimos dez anos o Poder Legislativo depois de deturpar sua origem, o sistema eleitoral, não deixou outros vestígios senão o rastro desolador de um longo desperdício dos dinheiros públicos.

Era lógico. As câmaras filhas da venalidade do voto deviam ser essencialmente mercantis e industriais. À margem as idéias grandes, passem adiante os orçamentos caudatos, terríveis cometas que arrastam o todo e mais da renda pública.

Semelhante perversão da política produz um lastimoso fenômeno renovado todas as vezes que uma mudança ministerial se opera.

Longe da solenidade que devia ter e já teve esse acontecimento indicativo da ascensão de um partido ao poder, provoca ele modernamente uma inconveniente hilaridade.

A crise, ou com mais propriedade, a dissolução ministerial é anunciada previamente, por zombeteiros anúncios, róis de caricatos personagens, apresentados como aspirantes ao conselho da Coroa.

Liberdade da imprensa!... dizem. Desgarros da licença, que não ousara tanto, se a opinião reagisse com indignação contra esse insulto à soberania representada no poder! Mas por desgraça nossa o riso e o exemplo insuflam tais misérias!

O ministério, exposto ao motejo público, responde por alguns arrancos, e de repente desaparece atrás do reposteiro, sem que o país saiba a razão verdadeira por que veio e se foi.

Trata-se da nova organização. As versões mais ridículas, as mais extravagantes chacotas correm as ruas. É do tom lançar passando algum dito chistoso sobre o cômico assunto. Justam os de arguto engenho na mordacidade e sarcasmo.

Triste e aflitivo lance de um povo escarnecendo de sua própria dor e vergonha!

Opera-se logo uma covarde deserção. Os vultos salientes da situação, geralmente indigitados, se esquivam. O organizador nesse abandono, vacilante entre a abnegação do alto posto de honra e a justa ambição de servir a Coroa e o país, é forçado a lançar mão de personagens secundários.

Publica-se nos princípios de cada sessão uma lista de nomes dos deputados com o fim de facilitar o conhecimento de suas respectivas moradas. Esse papel!...

Deverei dizer-vos, senhor?... É doloroso, mas é necessário patentear-vos toda a profundez da úlcera que chaga a nação e de instante se conflagra!

Esse rol, arranque-se a palavra, já apontou ministros a vossa Coroa! E estes, filhos da sorte, são talvez preferíveis a outros, meros clientes, apresentados por famosos patronos.

Aqueles que estavam habituados a venerar a majestade na altura inacessível onde não deve subir o bafo das paixões que rastejam, sentirão confranger-se a alma, assistindo ao amesquinamento das mais altas posições.

Os olhos medem a imensidade do firmamento pela majestade dos astros que fulguram nos céus. Imagine-se que em vez desses ministros esplêndidos da luz, mal bruxuleiam pequenos meteoros, e a idéia majestosa do infinito afoga-se na dúvida.

Efeito análogo há quando se grupam em volta do trono, onde só deve subir o civismo provado e o prudente saber, nomes desconhecidos, alguns até mesmo pela sua mediania. Por força que declina a sumidade onde paira a Coroa.

A administração ressentem-se profundamente dessa subversão da política.

Homens novos, sem prestígio, de chofre surgidos da obscuridade, entrando nos conselhos da Coroa tomados da vertigem da súbita ascensão, escalando o ministério com o arrojo e orgulho dos favoritos da fortuna, não podem imprimir ao país uma direção prudente com energia, forte com moderação.

Não se violenta debalde a ordem natural, porque ela breve reage contra o insulto; a planta de que se arranca um fruto temporão, a infância de que se precipita o desenvolvimento, mingam logo e se exaurem.

Quantos representantes da nova geração política não se teriam habilitado no trato dos negócios para aproveitados estadistas, que uma elevação precoce aos mais altos cargos eivou! Passados os breves intumescimentos de uma felicidade caprichosa, apenas resta a vaidade que insufla a ambição, porém sufoca o estudo e o trabalho.

Os delegados do governo nas províncias, cargos de suma importância, são medidos pela craveira ministerial. Aqueles que entraram na vida pública anteriormente aos jovens ministros, ou já adquiriram certa reputação, desdenham qualquer presidência.

Algum chefe que porventura resolva aceitar a comissão, como Sila e Mário levavam nas águias de suas legiões o voto do Senado e povo romano, transporta ele consigo a porção correspondente do Poder Executivo e investe a ditadura.

A repercussão do que se passa no cimo da hierarquia vai de ponto em ponto degradando até os últimos e inferiores agentes da administração; é um efeito infalível do exemplo, essa grande electricidade do espírito.

O povo menoscaba a autoridade; esta desdobra um aparato de força, como o charlatanismo ostenta galas de ciência; mas cônica da real fraqueza não ousa afrontar-se com os poderosos e suas clientelas; imola os humildes.

É usual, nos tempos correntes, ver enfurecida e armada contra a ratonice, a autoridade, que saúda o crime aristocrático ao passar no soberbo trem borrifando-o de lama.

Amiudaram ultimamente os atentados do governo contra a Constituição; nunca o Executivo alardeou com maior desgarro sua onipotência; e entretanto nunca ele pôde menos, nunca tremeu tanto. Sob essa ostentação de vigor, resvalam os favores, e rola o ouro, que adormecem a opinião. *Audendo magnus tegitur timor.*

Chamfort, em uma breve máxima, traçou o caráter político das principais duas nações da Europa; disse ele que “o inglês despreza a autoridade e respeita a lei; o francês despreza a lei e respeita a autoridade”.

Não viver atualmente o ilustre moralista que descobriria em nós um duplo contraste!

Não respeitamos a lei, porque falta-nos aquela fé robusta de sua autonomia que tem alto grau o povo inglês para quem a lei é como uma consciência nacional.

Não respeitamos a autoridade, porque ela não reveste o lustre que em França constitui sua maior força. Essa Atenas moderna como a antiga se embriaga facilmente de glória e talento.

Voltei agora, senhor, vossa conspícua atenção para as finanças, que são as forças musculares da nação.

O espírito que tenta devassar a situação econômica do império vacila, como o olhar de quem sonda as profundezas de um abismo imensurável que fascina. E há realmente na atualidade financeira uma voragem, para onde remoinha o país com espantosa rapidez.

O que apavora os ânimos, senhor, não é o déficit maior da terça parte da renda ordinária, confessado pelo governo na última sessão quando a guerra ainda em princípio não patenteava a enormidade dos sacrifícios que exige do país.

Não é a dívida crescida que já contraímos dentro e fora do país, e a nova ainda mais avultada a que seremos forçados muito breve para remir nossos empenhos.

Não são as despesas tamanhas, já não orçadas, que se vão decretando desordenadamente, sem prudência e medida, para ostentar um supérfluo armamento predestinado à rápida deterioração.

Não é enfim a exaustão dos recursos presentes, que incute o terror aos que refletem sobre a situação financeira; é sim o golpe profundo desfechado ultimamente em nosso crédito.

País recente na civilização como na independência, a Europa divertia-se a zombar de nossa infância social; não obstante inspirava o Brasil tal confiança, que nossa firma foi sempre respeitada no primeiro mercado do mundo, ainda mesmo nos tempos difíceis da organização.

De repente abateu-se o crédito brasileiro ao nível de uma velha nação arruinada e do pequeno estado de uma federação assolada pela guerra mais devastadora dos tempos modernos.

A nação agitou-se com uns assomos de indignação pensando que a tinham sacrificado; o governo emudeceu, naturalmente de tristeza; e acaba de selar com um ato de contrição aflitivo, a certeza de falência de nosso crédito.

A reintegração do negociador do último empréstimo em suas funções diplomáticas é a confissão feita pelo poder da impossibilidade de obtermos do nosso banqueiro melhores condições. Tal confissão, nas vésperas de um novo empréstimo e no coração de uma guerra mais pecuniária que belicosa, é a bancarrota.

Não vos iludi, senhor; a insolvabilidade acompanha de perto a perda da confiança; e por opulento que seja vosso império, seu território não se transforma em renda e numerário, às palavras mágicas dos fabricantes de orçamentos.

Se a alta do algodão e a uberdade do solo fizeram nos últimos tempos crescer a receita, estes bafejos de prosperidade em vez de serem motivo para serenar vosso espírito, o devem amargurar.

As colheitas exuberantes são alternadas pelas escassas; a grande concorrência e a paz americana ameaçam o algodão de uma baixa. Demais, ainda persistindo esse acréscimo de receita nem sequer equilibraria os orçamentos anuais.

A este quadro lastimoso junta-se a crise das duas fontes principais da renda pública. O comércio jungido a uma liquidação forçada, que

princípios em 10 de setembro de 1864 e terminará ninguém sabe quando, aniquilando cerca de dois terços da fortuna particular; a agricultura ameaçada pela questão magna da emancipação que avança a grandes passos e estremece até o ímo a sociedade.

Eis, senhor, em largo esboço a medonha catadura da situação, que buscam velar a vossos olhos com falso brilho de uma glória marcial, e os vislumbres embaciados de falazes esperanças.

Arredai os andrajos, ponde a destra unguida no coração da pátria e escutareis as palpitações redobres e tênues.

Se alguma coisa há de mais aflitivo do que a miseranda fisionomia da pátria, é esse desânimo que apoderou-se dela: a confiança a desamparou, vagam-lhe em torno os olhos pávidos, e não enxergam senão indiferença e egoísmo nos maus, angústia dos bons que a deploram impotentes para defendê-la. Só vós, senhor, podeis ainda salva-lá; e apressai-vos para que não seja tarde.

Confiai mais na própria força e no poder supremo que a nação depositou em vossas mãos.

Quando um povo livre, abdica o pleno exercício da soberania, é dever imperioso do monarca, seu primeiro representante, assumir essa grande massa inerte de poder, para evitar que ela seja dissipada por um grupo de ambiciosos vulgares.

Ache ao menos a liberdade que desertou à alma sucumbida da pátria, um abrigo à sombra do manto imperial para que não morra conspurcada nos tripúdios da anarquia.

25 de novembro.

III

Senhor.

A abdicação de sua autonomia pela nação não é um fenômeno recente. Seu traço vem de longe; em 1848 já se desenha saliente na história da pátria.

Volter ao passado, quando a atualidade na avidez do futuro devora com sôfrega impaciência os sucessos contemporâneos, é afrontar a indiferença pública.

Mas eu não sacrifico à fátua curiosidade que só estimulam o picante do escândalo e os adubos de grosseira especiaria. Levo os olhos, além, na prosperidade da nação e brilho de nosso trono. Vou devagar, porque vou longe; *lente festino*.

Enfim, dirijo-me a vós, para que as páginas de vosso reinado devam ser, como os refolhos da consciência imperial, abertos à posteridade.

Naquele ano de 1848, o país observou atônito o suicídio do grande partido que já em 1837 esbanjara no poder sua popularidade e fortaleza. Foi aos lampejos sinistros da Revolução Francesa, quando por toda a parte a democracia exultava, e a realeza estremecia com a repercussão do terrível desmoronamento da monarquia de julho, que este ato se consumou.

Os liberais brasileiros, senhores da opinião, representados no Parlamento por uma mocidade ilustrada que dirigiram os mais ilustres veteranos da política, resignaram pelo órgão de seu chefe Paula Sousa a direção do país.

Esta fase caracterizada por um mote que se tornou histórico – *a quebra dos remos* – foi a solene confissão que fez o liberalismo de sua impotência. Alguns chefes mais enérgicos, dos quais a fé não se evadira de todo, protestaram contra a exautoração do partido; o espírito público reagiu em duas províncias; mas, domado pelas armas vitoriosas do governo, sucumbiu.

Como a república romana expirou com o austero Catão nos campos de Útica, o Partido Liberal brasileiro finou-se com Nunes Machado, sincero patriota, no ataque do Recife.

Anos depois, em 1852, soou a hora para os vencedores.

O Partido Conservador, que havia inaugurado seu domínio cheio de vigor, sentiu por sua vez a caducidade precoce. Não lhe valeram nem sua plêiade de eminentes estadistas, nem a aspiração geral dos espíritos para o repouso das lutas. Realizado o grande benefício da extinção do tráfico, desenvolvido o progresso material, melhorada a administração, quando se abriam ante seus esforços largos horizontes, ei-lo que abandona o poder; sua dispersão começa.

Eusébio de Queirós, vulto proeminente, se retira do gabinete de 29 de setembro com Mont’Alegre, presidente do conselho, um dos decanos da política, e Tosta, já notável pela sua energia. O ilustre abolicionista do

tráfico, cercado de grande popularidade, insinuou como motivo da retirada uma fadiga que a sua então robusta virilidade contrastava.

Foi essa a primeira convulsão do Partido Conservador; o desânimo dos chefes não era senão o contágio do torpor que invadira as camadas inferiores.

Dois chefes, dois grandes nomes, Torres e Paulino, resistiram ainda; talvez para tentar um esforço que de novo consolidasse o partido; talvez porque julgavam empenho de honra consumir a obra começada. A guerra argentina estava concluída com glória, o princípio da autoridade firme e respeitado, o progresso material em rápida ascendência; mas era preciso desenvolver a política brasileira no rio da Prata, dar impulso ao crédito, e pôr em execução a organização recente das finanças e diplomacia.

O gabinete recomposto sob a presidência de Torres, e logo após modificado, teve afinal de deixar o poder em setembro do ano seguinte. Esse acontecimento assinala o começo de um segundo período da decomposição sempre crescente do Partido Conservador. O desânimo prostrara mais dois valentes lutadores.

Nota-se então, senhor, uma anomalia que prognostica o futuro. Ao tempo em que se relaxam os elos desse partido, que ao número opunha a compacidade e ao entusiasmo a disciplina, seu adversário, o Liberal, feito para a oposição, longe de ressurgir dos destroços, cada vez mais se aniquilava.

Os antigos e ilustres chefes, uns ceifava-os a morte, outros recolhiam à vida privada para se finarem na pureza de suas crenças. Flutuavam, porém, uns sobejos de lidadores que, muito moços ainda para se encerrarem no sarcófago do passado, aspiravam a novos cometimentos; com eles se encontram os conservadores que, rotos os antigos vínculos, já vogavam à discrição.

Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios, que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época.

Paraná, que às antigas reminiscências de sua vida parlamentar e administrativa acabava de juntar as recentes glórias da missão especial no rio da Prata, incumbido de organizar o gabinete de 6 de setembro de 1853, tentou, mas desistiu da formidável empresa de consolidar o partido. E, entretanto se alguém havia para tal esforço era ele, o homem das grandes

audácias e heróicas resistências, o deputado de 30 de julho e da maioria, o presidente do Rio de Janeiro em 1842 e de Pernambuco em 1849.

Desamparado pelos chefes a que se dirigiu, forçado a organizar com um amigo e cinco nomes novos um gabinete que só do seu reflexo recebia força; essa vontade rígida, sentindo que o chão de suas glórias antigas vacilava, tirou da posição crítica novo arrojo. Apoderou-se da enguia nojenta que resvalaria em outras mãos; e fez da conciliação uma política, emprestando-lhe idéias e aspirações.

Os chefes conservadores deploraram a tendência do novo ministério; mas, companheiros de lutas e amigos do organizador, remeteram-se ao silêncio; apenas a espaços ouviram-se as vozes do Marquês de Olinda, em formal oposição, de Eusébio de Queirós, protestando contra a inconstitucionalidade da reforma eleitoral.

Entretanto, Paraná lançava os fundamentos de sua política, atraía a si a flor da inteligência e mocidade, deslumbrava a população com projetos de engrandecimento material, e arrancava das câmaras a lei dos círculos que se lhe afigurava a verdade do sistema representativo, quando devia ser o aviltamento.

Com a popularidade e energia de que dispunha, conseguiria o estadista comover até as entranhas a nação, e arrancar-lhe novos partidos, novos entusiasmos? Deus o chamou a si antes da decepção.

Seu ministério decapitado arrastou-se até a abertura da sessão de 1857, em que evadiu-se do poder.

A esperança na formação de novos partidos, que alentara o prestígio do Marquês de Paraná, esvaíra-se mal viu o país que as três sumidades políticas da época, Eusébio, Itaboraí e Uruguai, não saíam da sombra para arrecadar a herança do ilustre inovador. Coube a tarefa de continuar a política chamada da conciliação ao único dos chefes conservadores que a havia combatido de frente e com vigor, ao Marquês de Olinda.

Tal era o baralhamento de idéias, homens e tradições, tal a confusão que reinava nesse amálgama dos sobejos de partidos corruptos, que um cidadão venerando, ilustrado com a suprema magistratura da regência, no último quartel da vida, em que o espírito como o corpo se torna mais sedentário, rejeitava todo seu longo passado, recentemente avivado, para dar um passo adiante da conciliação.

Em outras condições, esse acontecimento se chamara uma apostasia; nas circunstâncias que o acompanharam, foi uma sujeição implacável à ordem providencial dos acontecimentos. Era necessário que o título estimado de Partido Liberal, e alguns nomes históricos que permaneciam puros na sombra da vida privada, tornassem à cena, a fim de serem também por sua vez submergidos nessa voragem de paixões mesquinhas e sórdidos interesses, que devorou a escola antiga e a flor da nova geração.

Para galvanizar os fragmentos do extinto Partido Liberal e consumir assim a obra de sua degeneração, a Providência designou o mais acérrimo dos adversários, o último campeão que na tribuna do Senado levantara o enérgico protesto contra a conciliação e defendera a pureza das tradições conservadoras.

O ministério de 4 de maio de 1857 foi de coalizão; surgem com ele nomes históricos, que figuravam nas antigas lutas; seu reaparecimento na cena produz grande efeito moral nos restos esparsos do antigo Partido Liberal; pululam esperanças, que os orvalhos do poder vão regando aqui e ali.

Vem o gabinete de 12 de dezembro de 1858 que precipita com a questão econômica a marcha dos acontecimentos; o lisim que de muito tempo já se notava na maioria parlamentar abre fenda; ainda o pudor ou hábito conseguem, se não unir, demorar a completa ruptura, com a organização do ministério de 12 de agosto, mútua e solene mistificação.

O Marquês de Caxias, amado no exército e simpático ao país, organizou o gabinete de 4 de março de 1861, derradeiro esforço dos conservadores arcando com a decomposição.

Assim como aparecem a espaços convulsões que subvertem a natureza bruta, haverá na história dos povos períodos funestos, nos quais uma causa ignota conturbe os espíritos?

É preciso crer nesse fenômeno para não duvidar da provada inteligência e critério de muitos homens dos que ultimamente atravessaram a cena política do Brasil. Há circunstâncias, dizia o ilustre Chateaubriand, em que o talento é completamente inútil, e o maior ministro se achata e desaparece sob a ponderação das coisas. (*Revoluções Antigas*. – Cap. 34.)

O ministério de 4 de março, proposto à regeneração dos conservadores, forte do elemento militar para debelar o espírito de agitação em fermento, foi justamente o que desfechou no partido o golpe de misericórdia.

Rotas as últimas junturas da maioria parlamentar, o poder resvalou com a facção dela para os bancos da oposição.

Em 20 de maio terminou a agonia do Partido Conservador.

Estes últimos três anos são preenchidos pelas repulsivas contorções de uma coalizão, que, à semelhança dos reptis, estorteja depois de morta e decepada.

A esmo repetem ainda essas denominações de conservador e liberal; os partidos a que elas correspondiam, bem vedes, senhor, que estão realmente extintos.

Não se concebe um partido sem imprensa, especialmente o da ordem, que rejeita o concurso do braço, e só combate com a palavra. Todos os esforços empregados para criar na Corte um órgão conservador têm sido vãos!

Faltam chefes. Os antigos, venerandos pelos grandes serviços, mas vergados ao peso dos anos ou feridos pela enfermidade, reclamam o repouso a que têm direito. Os novos não se formaram; a luta que os prepara e o triunfo que os consagra tinham passado; nenhum se acha com força de reunir os fragmentos esparsos.

A oposição é a convalescença dos partidos, debilitados no poder. Como Anteu, cobram novas forças tocando o chão da arena política. Quando o Partido Conservador, abatido há três anos, jaz no mesmo profundo letargo, é porque decididamente o espírito o abandonou.

O outro, que se chamou progressista, nunca foi partido. Repelem tal designação a decência e a dignidade de alguns caracteres sisudos que figuram na situação.

Amálgama de quantos despeitos e ambições gerara o desbarato político dos últimos anos com as puras, mas ilusas aspirações de poucos homens honestos, eis a liga. Apenas no poder desarticulou-se, como as várias peças de um esqueleto; por toda a parte aparece a cárie, e desprendem-se esquirolas nojentas cobertas de sânie.

A aura que a exaltou ao poder e saudou com júbilo seu triunfo, muito há que a abandonou enjoada. Os próprios truões da farsa quando recolhem aos bastidores gargalham das visagens e esgares com que armam à pingue receita.

Plaudite, lictores!.... Debalde; o país oficial é quem primeiro se lastima por tanta ignomínia; homens laboriosos, que juntaram em longos

anos cabedais de conhecimentos práticos, tragam cruéis humilhações, vendo-se ludíbrio da ignorância e fatuidade.

Meditai, senhor, esta página sucinta da história pátria, que deixo aberta ante vossos olhos, e repassai-a dos lumes de vossa razão egrégia.

Os partidos, no sistema representativo, são a milícias da nação; velam sobre o exercício da soberania: defendem as instituições e preservam simultaneamente o monarca e o povo. Destruídas essas legiões da idéia, ficam em campo as *guardas pretorianas*, que fazem e desfazem ministros, como outrora imperadores.

Durante oito anos tivestes senhor, nove gabinetes, e maior fora a proporção, se as ambições assanhadas não encontrassem óbices em vossa prudência.

É preciso ainda mais nausear-vos com o aspecto repugnante dessa putrefação dos partidos?

Aí está o Parlamento. Se algum já mereceu a qualificação dada à desprezível assembleia enxotada por Cromwell *rump parliament*, é sem dúvida o que durante o decênio fatal presidiu aos destinos do Brasil.

A legislatura de 1853 vota sob a ameaça da dissolução a lei dos círculos, proposta como um corretivo à impureza das eleições; e depois de se confessar ilegítima perante o país funciona um ano ainda!

A de 1857 suporta a coalizão liberal do Marquês de Olinda, contrária à feição da quase unânime maioria; recebe o gabinete Abaeté, puro conservador, e logo o rechaça a pretexto de uma questão econômica; afinal junte-se ao ministério Ferraz, que a condena às forcas caudinas, arrancando-lhe a lei bancária, antes repelida.

A de 1861 aceita complacente um ministério organizado em desprezo dela; dá no seguinte ano o triste espetáculo de uma maioria movediça que viu três ministérios em oito dias; e acaba pasmando, aterrada ante uma combinação numismática, subversiva do governo parlamentar.

Da atual estão na tela as indecências. Três ministérios foram devorados; três outros já ela abortou. O sétimo não existira, se não acreditassem que, como Palas, saíra armado do cérebro de Júpiter; por isso a Câmara ofereceu-lhe sem hesitação o holocausto de sua dignidade. Que não a dará para que a desprezem a ponto de esquecê-la?

Admira senhor, como os cidadãos individualmente probos e cordatos se consolidam assim com a escória em uma liga monstruosa, que humilha a cada uma no recesso da consciência.

É o efeito lastimoso da atração do vício, à qual deveis opor quanto antes a coesão da virtude, operada ao influxo da majestade.

Devo falar-vos do povo.

Mas onde está ele, senhor, que o não vejo?

Nas urnas só acho as cédulas pagas à vista ou descontadas com promessas de rendosos empregos e depreciadas condecorações.

Os três poderes do povo, como os chama Brougham, a imprensa, o júri e os comícios, apenas vislumbram.

A imprensa está bem desenhada nesta grande capital que mata as folhas políticas e só fomenta as gazetas industriais. O júri, ônus insupportável, de que se esquivava o cidadão, ainda mesmo pagando. Os comícios, espetáculos divertidos, nos teatros públicos, quando não é o rosnar da fome, como em 1860.

Que resta senhor, do país? Há alguma parte onde viva ainda e pulse a soberania?

O povo inerte, os partidos extintos, o Parlamento decaído!

Restam porventura alguns cidadãos eminentes, abrigados na tribuna vitalícia; como as relíquias do senado romano, esperam tranqüilos em suas curules o momento de morrer com a liberdade que amaram.

São fracos, porque estão descridos; mas acendei-lhes a fé no coração enregelado, que se tornarão fortes e vigorosos. Com esse elemento do passado podereis ainda corrigir a têmpera desta geração caquética.

3 de dezembro.

IV

Senhor.

Quando o Poder Executivo absorve uma grande porção da soberania, é natural que o povo colocado em plano inferior atribua o fato à ação da coroa situada na cúpula do sistema.

À medida que os partidos se corromperam no Brasil e a vitalidade da opinião esmoreceu, foi surgindo de entre essas ruínas políticas uma idéia que a pouco e pouco tem grassado no país.

A existência do governo pessoal está na crença de muitos brasileiros.

Deleita-se a malignidade em cultivar semelhante convicção, interpretando a jeito alguns fatos recentes, ou pondo em circulação uma cópia de anedotas de reposteiro; fábulas que fugindo à luz da publicidade e pululando quais imundícias no lodo escuro, não são esmagadas como deveriam.

Insôfregas ambições já têm por mais de uma vez formulado positivamente a acusação. Mas deveis regozijar-vos, senhor; são elas próprias que ao aproximar-se do trono mais se alucinam na atmosfera superior, e dão ao público o grotesco espetáculo de sua ebriedade cortesã.

O povo que os vir partir rígidos e indomáveis em sua rusticidade democrática, logo os percebendo de longe vacilantes e balbos, acaba por acreditar que flutua realmente nas altas regiões do poder um princípio corrosivo da liberdade.

Se há falsa prevenção é esta que se tem estabelecido a respeito do governo pessoal. Minha convicção vai muito além. Não somente nenhuma influência direta exerce no governo; mas vosso escrúpulo chega ao ponto de freqüentes vezes concentrarmos aquele reflexo que uma inteligência sã e robusta como a vossa deve derramar sobre a administração.

Rei constitucional, vossa missão é a do sol; não aquele astro fatídico e abrasador de Luís XIV, que condensou a borrasca de 1789, mas o foco brilhante que rege todo um sistema e dardeja luz e calor para a nação.

Quanto às brumas das paixões se interfiram entre vossos raios benéficos e o povo para quem viveis é vosso dever espancá-las para que se veja sempre na limpidez da alta política o régio aspecto da majestade cingido de esplendor.

Como é possível que se propague esse erro deplorável do estabelecimento de um governo pessoal, quando as atas contemporâneas a cada passo o dissipam completamente?

Aberração do espírito público; tanto mais extravagante, quanto os fatos geralmente assinalados com o cunho da pretendida influência da

Coroa, são aqueles em que mais se acusa uma escrupulosa imparcialidade. Senão, percorram-se os sucessos dos últimos anos.

O acontecimento talvez mais saliente e que logo fere o espírito é a composição anômala dos ministérios e sua marcha vacilante. Propalam que os vícios orgânicos, a efêmera existência e as matizadas combinações de várias opiniões, *tesselated pavement*, como as chamou Burke, tudo é devido à ingerência direta que tendes na política.

Protesto alto contra semelhante imputação, e não quero mais prova que o próprio fato; dispense os argumentos que poderia tirar do vosso critério e austeridade de princípios.

Não fôsseis quem sois, um rei que não fascina o império, e vos tomasse acaso a ambição do mando absoluto; qualquer dos últimos gabinetes, fracos e apenas protegidos com a sombra imperial, seria um instrumento dúctil à vossa vontade, nenhuma das câmaras modernas que o menor jeito desarticula e a só lembrança da dissolução estremece, vos houvera resistido.

Esta verdade está na consciência pública.

Que necessidade, pois obrigaria um soberano usurpador, secundado em seus projetos, a mudar freqüentemente o Ministério, afrouxando por tal forma a ação administrativa que fora de seu interesse robustecer com a permanência e solidariedade dos agentes?

Que empenho teria esse monarca de reunir em um mesmo gabinete, não só adversários políticos, mas inimigos pessoais ou charras mediocridades, desmoralizando assim a autoridade e debilitando o governo com surdas reações de rivalidades latentes?

O cálculo da própria ambição repelira semelhante atropelo.

Jorge III, notável pela inflexibilidade de caráter, apesar da decidida influência que exerceu no governo, foi coagido a mudar repetidas vezes seu ministério, e até a recorrer à célebre coalizão de North, Fox, Cavendish, Keppel, Burke e outros.

Mas a razão?

No parlamento inglês lutavam partidos vigorosos, que a inflexibilidade da Coroa opunha à firmeza e rigidez de seus princípios. A guerra americana lançara a Inglaterra em uma crise aterradora. Nesse transe, entre

a ameaça da abdicação por parte do rei, e o formidável aspecto da oposição, os chefes *whigs* sacrificaram-se para salvar a nação e a Coroa.

Estadistas como Fox e Burke para quem o ministério era um declínio, podiam fazê-lo com sobrançeria, ainda mais quando levavam ao poder a franqueza das crenças e a probidade das convicções. Mas a justiça do povo inglês é severa para os partidos, como para os cidadãos, que delinqüem da honra. Fox perdeu a imensa popularidade; e só muito depois de sua morte a posteridade lavou a mácula que ofuscara tão bela reputação. Cinquenta anos expiou o partido *whig* sua avidez de mando; lição dura aos partidos que se aviltam.

Não sois Jorge III, senhor. Se dele tendes a abnegação do império, tendes mais que ele as virtudes do rei e do cidadão. As coalizões que se opera em vosso conselho não resultam como na Inglaterra da reação de partidos poderosos contra a tenacidade da Coroa, nem as inspira o mesmo pensamento nobre e franco; são apenas uma aliagem de individualidades na esperança de engrandecimento pessoal.

Fora, porém, vossa posição e vosso caráter idênticos aos daquele infeliz monarca. Não vendo como ele em torno de vós uma plêiade ilustre de varões, digna dos melhores tempos de Grécia e Roma, não havíeis de ser tão pródigo da pureza e prestígio de vossos estadistas. Ao contrário o lustre de vossa glória vos estimularia a poupar nestes tempos escassos os raros nomes estimados e os caracteres íntegros que formam a riqueza moral da pátria, e servem de colunas ao trono.

Onde está o Pitt brasileiro, para vir depois do desbarato dos nossos estadistas, assoberbar a crise e restituir o país à sua anterior prosperidade?

Em alguns atos inconstitucionais do Poder Executivo, pretende igualmente divisar bem transparente vossa vontade imposta a ministros frágeis que não ousariam tanto sem a certeza do apoio da coroa.

Vosso espírito de retidão é reconhecido; acredito que nutris o desejo de ver a magistratura depurada da imoralidade que porventura a deturpa. Mas ousou afirmar que se uma generosa indignação vos arrancasse um ato de força contra a corrupção escandalosa, não se limitaria a dar com a aposentadoria o repouso à venalidade de alguns magistrados; mas havia de fazer justiça plena, imprimindo o estigma da culpa em todo que o merecesse, magistrado e administrador, humilde e soberbo.

É tal o delírio, que simultaneamente com esse ato de severidade vos atribuem o de uma benevolência excessiva para a fraude: as medidas tomadas por ocasião da crise mercantil! O simples cotejo mostra a toda a luz que as duas idéias não são filhas de um só e mesmo pensamento, mas da confusão e diversidade de homens que de repente sobem à tona do poder para logo sumir-se no pego de sua obscuridade.

A instituição dos voluntários está longe também de ser de vossa iniciativa. Apreciais devidamente o exército, que ama com entusiasmo seu monarca e zeloso protetor. Não era possível que cogitásseis um meio de desgostá-lo profundamente, estabelecendo preferências a favor de bisonhos soldados, com preterição de bravos veteranos cheios de serviços, e já traquejados pela vitória.

Em todas estas medidas, o que se revela bem patente é a precipitação e temeridade de ministros efêmeros que peregrinam pelo poder, sem cuidar dos estragos que vai deixando sua passagem. A fraqueza os excita à audácia; quando alguma reação fugaz do espírito público surde contra seus desatinos, não trepidam em esconder-se sob o manto imperial descobrindo a coroa e perturbando a placidez da majestade.

Mas uma prova longa de que não existe no Brasil governo pessoal é a guerra do Rio da Prata.

Quando o ministério de 31 de agosto, surpreendido pela situação grave que se desenhou de repente para a nossa política internacional teve necessidade de um hábil diplomata que dirigisse sobre o terreno as negociações, a escolha recaiu com espanto geral sobre o Conselheiro Paranhos.

Se vossas inspirações se traduzissem na marcha do governo, não colocaríeis decerto, na posição inconveniente de missionário de uma política adversa, a um dos mais reputados estadistas desta geração, de quem podíeis muito breve carecer para criar uma nova situação.

Menos ainda havíeis de consentir que o despedissem sem aquela polidez costumada entre pessoas decentes, para substituí-lo por um escritor de talento incontestável, mas alheio aos homens com quem ia tratar e baldo das provas essenciais em tão crítica emergência.

O desejo que nutris desde o princípio da guerra de ver à frente dos exércitos brasileiros, nosso primeiro, senão único general, é de todos conhecido. O ministro da Guerra se dirigiu ao ilustre Marquês de Caxias,

o qual tão dedicado cidadão, quanto leal soldado, não declinou de si a honrosa, mas árdua comissão.

Chefe político, nome prestigioso em quem numerosos conservadores viam ainda um símbolo de restauração, olvidou sua elevada posição, como seu repouso, para acudir ao reclamo da pátria; e o fez desinteressado e modesto, sem as exigências que soem encarecer certas dedicações.

Uma só condição pôs ele, e essa em bem da campanha que ia dirigir; a substituição do presidente do Rio Grande do Sul por uma pessoa de sua inteira confiança. Aquela província fronteira que devia ser o centro de nossas operações, reclamava uma administração militar, imediatamente sujeita ao general dos exércitos em guerra. Sem essa uniformidade de vistas e unidade de ação, infelizmente raras em nosso país, nada se faz de grande e insigne.

Quem o diria?... Apesar do voto de vossa prudência, que era o dia da maioria do país sem distinções políticas, não foi substituído o presidente do Rio Grande do Sul, porque à potestade que o patrocinava não aprouve condescender com essa medida. Prescindiu-se então do general, que significava a vitória no campo da honra, pelo orador de quem se esperava o apoio na tribuna do Senado. Para observar da queda seis ministros, quantos brasileiros não pereceram em Paissandu e nos hospitais, que seriam salvos por uma prudente e sábia direção da campanha!

O generalato brasileiro confiado a um valetudinário, ficou em vergonhosa interinidade, quando as moléstias agravadas obrigaram o Barão de S. Gabriel a escusar-se. Substituiu-se em vez de um presidente, um ministro, o da Guerra; e escolheu-se homem que só tinha mais que o antecessor um mérito, o de tornar impossível o nobre Marquês de Caxias.

Correm os tempos. À falta do ilustre general já familiar com o bastão de chefe e respeitado pela vitória das margens do Prata, devemos talvez a inconveniente igualdade do tratado de aliança. Mas era necessário à voracidade do gabinete de 31 de agosto, mais esse bocado da dignidade nacional.

Enfim realizaram-se as previsões: as rivalidades inveteradas que a influência do pacificador do Rio Grande em 1845 houvera sopitado, atearam de uma maneira espantosa no momento mesmo em que o inimigo invadia a província e calcava o solo da pátria.

Destes então, senhor, um exemplo de sublime abnegação, que eu peço a Deus não se repita. Arrancando vosso coração às sagradas afeições que o prendem, e vossa pessoa à placidez em que a nação a deseja, partistes para o lugar do perigo e da dedicação. Arroastastes as intempéries como o último soldado; e conseguistes ser ainda o primeiro cidadão nas privações como na hierarquia.

Aprouvesse à vossa sabedoria dominar a situação, e a marcha do governo teria sido outra muito diversa. Diríeis ao chefe do gabinete: – “A situação é a guerra, pois ela comove todo o império. A guerra carece do primeiro general brasileiro em quem o país espera e o exército confia. Se vós, governo, não podeis satisfazer essa indeclinável exigência da situação, não sois os homens para ela; é vosso dever retirar-vos!”

E a história pátria não teria de corar registrando tantas humilhações que pungem dolorosamente o amor-próprio nacional. A numerosa descendência dos Fábios não havia de pulular nesses campos fatais onde já em 1826 um general brasileiro, Lecor, granjeou o sardônico título de *Cunctator segundo*.

Guiados por uma espada acostumada a segar os louros do Prata, e preservada portanto da fascinação dos primeiros fumos da glória, nossos bravos soldados marchariam mais prudentes e mais firmes ao combate. Teríamos jornadas heróicas como as de Paissandu, Riachuelo e Cuevas, porém como a de Caseros, menos lutuosas para a Pátria.

Os escrúpulos vos retraíram, senhor, à expectativa. Nela podeis bem parodiar com relação a vossos ministros chistoso dito de Filipe de Macedônia: – “Em toda minha vida só achei um general, Parmenião; os atenienses fazem dez cada ano.”

Desenganem-se pois os abusados a respeito do governo pessoal.

Nas páginas em que se desenrolam os últimos acontecimentos, o que está em relevo é a abstenção da Coroa levada a um extremo que talvez exceda da imparcialidade constitucional. Vossa augusta pessoa somente se destaca quando trata-se do sacrifício e abnegação. Então vos debuxais no primeiro plano, reclamando a parte do leão na fadiga e perigo.

Só apareceis onde vossa presença é necessária para cobrir as faltas do governo e seus agentes. No Rio Grande para promover a defesa desleixada por muitos meses e aplacar dissensões. Em Uruguaiana para resguardar o

decoro nacional comprometido por grave omissão do tratado de aliança. Na corte para ativar a expedição das tropas e trem de campanha ou zelar o bem-estar do soldado.

Mas é só dedicação atividade individual que assim dispensais prodigamente; a majestade se envolve na magnânima cordura que releva a negligência e o erro.

Esta é a verdade.

Nem pretextos ofereceis, como vosso pai, à malevolência. Alguns amigos que vos cercam, caprichastes sempre em os ter arredados da polícia, reservando-os para as diversões do espírito.

O bando dos *King's friends*, satélites infalíveis do governo pessoal, não é de vosso reinado.

9 de dezembro.

V

Senhor.

As crises, Senhor, são acompanhadas de excentricidades.

Enquanto vos esquivais à política, a nação desabusada dos homens que a governam vos reclama e solicita com abundâncias de coração.

Não sou um discípulo de Dâmocles, nem de Maquiavel. Para falar-vos a linguagem nojosa do cortesão ou encarecer a hipocrisia do absolutismo, não arrostara eu, por certo, a fúria de ódios acesos e famulentas cobiças.

Esta voz dura que eriça as torpezas e imoralidades da época, logo se denuncia pela rispidez; não tem a insinuante doçura da lisonja nem a astúcia da dissimulação. É a voz de homem livre.

Ela pode repetir as severas palavras do velho Chatam no parlamento inglês: – “O momento é perigoso e tremendo; o tempo não está para a adulação. As blandícias da lisonja não podem salvar-nos nesta crise terrível e solene. Cumprê habituar a Coroa à linguagem da verdade.”

Mas sempre se interpõe entre o trono e a nação uma gente ambígua, que vive ao mesmo tempo das graças do poder, e da tolerância do povo. Seu interesse é irritar ambos, um contra o outro, para os enfraquecer e melhor dominar. Por isso, quando na iminência do perigo, os liberais

sinceros se empenham em estreitar a aliança do monarca com a opinião, a gente bifronte se alvoroça.

Pleiteio contra essa improvisada aristocracia da imoralidade o livre exercício dos direitos do povo e dos direitos da realeza, que são as molas do sistema representativo. É natural pois que simultaneamente me denunciem a vós, senhor, como anarquizador; à plebe como absolutista.

Não importa; basta que vossa atenção e os votos dos homens de bem me acompanhem.

Ainda não chegou o ensejo de discutir perante vosso prudente alvitre as transcendentais questões da política, e os meios eficazes de fazer da Constituição uma realidade.

Estou desenhando ao aleijão desta atualidade; quero pôr ante vossos olhos sua esqualida nudez, com o risco mesmo de molestar o pudor da majestade. Não vos falta a coragem moral para encarar de frente os males do país.

Uma deformidade sensível da época, senhor, é este anelo com que a nação vos está provocando a assumir o governo pleno do Estado!

É impróprio de um estado livre, mas a evidência do fato se patenteia. Por todos os poros rompe a efusão do país que se abandona e confia exclusivamente da lealdade e critério de seu monarca.

Este povo apático e indiferente às mais nobres funções da soberania, ainda sente por vossa pessoa sinceros transportes. Não sereis sua fé única; porém com certeza sois o estímulo das outras raras e sopitadas; o estandarte capaz de nestes tempos inertes levantar entusiasmos em prol de uma causa.

Quereis exemplos?

Em 30 de março de 1862 inaugurou-se a estátua equestre do fundador do império. A democracia protestou contra o monumento da gratidão nacional pela voz dos mesmos tribunos que cerca de ano antes arrastavam à eleição as massas eletrizadas. Pois o povo correu pressuroso a saudar o desmentido de bronze, associando-se com fervor ao vosso júbilo filial e patriótico.

Nos primeiros dias de 1863 as represálias inglesas assaltaram de indignação o país. O ministro que havia descurado a questão em princípio acabou comprometendo a honra nacional. Mas vosso busto foi erigido ante a

opinião. De todos os pontos rompem felicitações por um fato que se deveria selar com o altivo silêncio da dignidade mártir.

A aura que bafejou a liga em sua nascença, não foi a espontânea e livre expansão do espírito público em favor de uma idéia; mas somente um influxo do prestígio imperial. Lastrou a crença de que vosso tédio pelos conservadores já não se recatava; a atoarda ganhou vulto depois da questão inglesa, com o pretexto de vos terem abandonado as notabilidades do partido. A opinião empenhou-se em satisfazer vosso pretense desejo de aproximar os liberais do trono.

O gabinete de 15 de janeiro provocou aturrido o rompimento com o Estado do Uruguai; foi apeado do poder quando a coerência exigia que desenvolvesse sua nova política internacional; sucedeu-lhe o gabinete de 31 de agosto, que não estava na altura da situação. O país enojado de tanta miséria, das infantilidades da liga, como de seus escárnios ministeriais, amou-se. Propala-se, porém, que a guerra é idéia vossa; e as levas surgem, e o povo anima-se com alguns lampejos de entusiasmo.

Anunciais de repente vossa partida para o Rio Grande do Sul. O desgosto pela má direção da guerra; as tristes preocupações deixadas pelas dificuldades da última organização ministerial; os novos receios trazidos com a notícia da invasão da outra fronteira do império; e até o perigo de vossa ausência da Corte em tão grave emergência; tudo disfarça o povo. Vistes como se aglomerou em vossa passagem à hora da despedida e da volta.

A desconsolada notícia da rendição de Uruguaiana entrou a barra ao som do canhão. A população magoada com o triste desenlace recalçou seu justo ressentimento, porque lá estivestes presente, senhor; e ela temeu desgostar-vos lamentando o malbarato dos brios nacionais. Seu respeito foi a ponto de receber como hóspede ilustre estólido bárbaro que vilmente nos insultara.

Onde quer que brilhe o reflexo de vossa luz, a opinião como o inseto noturno atraído pela flama, voa a adejar em torno umas vezes para beber raios de esperança, outras infelizmente para queimar as asas.

Nem é somente nas manifestações solenes que se traduz esse geral sentimento dos brasileiros; diariamente se revela por uma série de incidentes e circunstâncias exíguas. Destacados não teriam significação esses

fatos mínimos; porém múltiplos e contínuos compõem a fiel expressão do ânimo público.

Desde certo tempo os jornais atendem com excessivo zelo as vossas menores ações. Durante a questão inglesa se editaram minúcias de vossa pessoa, duplamente nocivas; de um lado vos apresentavam ao estrangeiro desornado daquela gravidade que é uma insígnia da realeza; de outro faziam alardo da fascinação de uma cidade livre por essas lantejoulas da Corte.

Na parte não editorial, são freqüentes os artigos pagos com endereço à vossa augusta pessoa. Contêm eles queixas de indivíduos de todas as classes sobre minudências do expediente de empregados subalternos! Apela os súditos para vossa autoridade, à qual parecem ter devolvido toda confiança e todo poder.

A literatura, e artes desenhavam também uma face da vida histórica dos povos. Raros livros vinham a lume ou trabalhos se executavam que não fossem postos sob vossa invocação. Como Luís XIV, Frederico II, e Napoleão I, entrais agora no período heróico, que prepara o mitologismo.

Esses grandes monarcas, porém, reviam-se no palco sob um nome pagão, vendados pela alusão e fraldados da clâmide grega ou toga romana. Para vós o poema, o romance e o drama antecipam a posteridade e preludiam já a apoteose.

Não franqueais os passos imperiais ao aulismo, nem o nutris com as festas da Corte; é natural que ele se derrame pela cidade.

Há, senhor, nesse pronunciamento que brota a cada canto uma demasia que degenera em lisonja e frisa com o ridículo. Mas não convém escarnecer destes desvios, e somente corrigi-los. Todo o entusiasmo do povo é generoso; e neste dos brasileiros por seu imperador, parece que estão realmente concentradas durante a crise as forças vivas da nação.

Ai de nós se se parte essa fibra da pátria; a convulsão sobrevirá terrível e instantânea.

Nas camadas superiores da sociedade onde a luz penetra mais clara, o sentimento de adesão à vossa pessoa não obstante se condensa. A gente sensata, vendo a cada instante se aluírem em torno os nomes de sua fé, e se derrocarem as melhores reputações como as idéias mais sãs, apenas enxerga no seu horizonte pura e sobranceira vossa efigie. Para ela naturalmente convergem todas as esperanças dos bons.

Os mesmos varões fortes que de longe gritam contra o imperialismo e vos atribuem exclusivamente os males da atualidade... algum será sincero; do geral quereis provar a têmpera à sua independência?

Aproximai-os do trono. Mais de uma vez já viu as ambições encouraçadas dos demagogos que empunharam a acha popular contra a tirania, abaterem as fúrias ante vossa magnanimidade. Se lhes estendeis a mão benévola, elas se agacham para beijar a cauda do manto imperial.

Quando vos acusam, esquecem o passado alheio e não pressentem o próprio futuro!

Já tive ocasião de falar-vos do Parlamento. Passou o axioma ali que a Câmara não pode repelir preliminarmente um ministério organizado em desprezo dela porque esse voto seria um desacato à Coroa!

Assim tortura-se o bom senso e incorre-se no escárnio público para disfarçar com a máscara do princípio a depravação de uma instituição política.

É também notório que as maiorias parlamentares já não se fazem pelas convicções e sim pela senha de que os ministros se dizem portadores. Os grupos se aglomeram e se dispersam como ao sopro da brisa que venta de S. Cristóvão, mas pela boca eólia dos fardados.

Qualquer ministro que se apresente com um decreto de aposentadoria de magistrados ou uma doação de alguns mil contos à companhia estrangeira obtém grande sucesso, se tiver a segurança e arte que exige o desempenho do papel. Mal percebem, porém, que o vizir não traz como inculca, o anel e o cordão, o despedem com descortesia.

Enfim, senhor, bem vistes.

A Câmara de 1863 onde tinham assento sectários de todas as opiniões, até do ódio ao governo pessoal, foi em corporação felicitar-vos por vossa energia durante o conflito inglês. Com esse ato reconheceu na Coroa uma competência administrativa; e de legisladora desceu a cortesã!

Jorge III, a quem acusam como a vós, de ingerir-se no governo, abrindo o primeiro Parlamento felicitou seu Ministério pela boa direção que dera à guerra americana; o parlamento respondeu à felicitação do rei com uma oposição enérgica.

A Câmara de 1865, quando lhe anunciaram vossa imutável resolução de partir para o Rio Grande, encheu-se de entusiasmo e também

votou ovações. Até ali era costume aliciar-se o Parlamento com a miragem da Coroa. Nessa ocasião a deslumbravam com o aparato de vossa vontade inflexível. Não tarda que a disperse por um recado arrogante, se não houver a uma sombra de Mirabeau para repeli-lo com sangrenta ironia.

Nestas linhas do Parlamento, estão em relevo os ministérios.

Sem apoio no país e auxílio de partidos, os gabinetes só vivem e se nutrem da confiança imperial. O instinto da conservação os impele a fortalecer-se nela contra as oposições que vai levantando em sua marcha.

O organizador cata algum nome que possa insinuar a idéia de ser a combinação leitura vossa; depois cada ministro excogita um ato, pelo qual mais se estreite com o trono. Assim gera-se a crença do governo pessoal; dela resulta para o poder uma força imensa.

Vossos escrúpulos a poupam; quando muito aproveitais migalhas. Mas o gabinete onipotente a esbanja com prodigalidade.

Senhor! A Constituição vos fez sagrado e inviolável; a corrupção desta época elimina o salutar princípio e vos responsabiliza ante a nação e a história pelos desvarios de vossos ministros!

A nação vos ama; mas a história vos julgará com severidade.

E havia o súdito amigo que vos respeita, de encerrar-se em tímido silêncio, deixando com o tempo se acumular sobre vosso reinado este limo?

Aflija-vos embora a verdade; eu devo proclamá-la contra vossos escrúpulos.

Sim, senhor! Uma generosa reserva tolhe à majestade a plenitude das atribuições supremas que a nação lhe confiou. Muitas vezes pela absorção de exíguas parcelas do Executivo, cai em estéril repouso o alto princípio que é o balanceador de todo o sistema.

E o povo que sente o mal-estar da atualidade, fatigado de decepções atira-se para o monarca. A democracia saúda no trono seu chefe, os tribunos vestem toga e pedem o consulado.

Lá aparece de tempos em tempos um opúsculo renovando a acusação da onipotência imperial. Mas o que seria esse grito descompassado senão uma denúncia da vergonhosa impotência dos ministros e das câmaras para resistir à Coroa se ela acaso exorbitasse?

Enfim quereis a última e a mais cabal das provas?

Ei-la: é a prova negativa, que não falha. Todas as vezes que se tente conhecer o ponto culminante da opinião, o meio certo é colocar-se na oposição que necessariamente e sempre existe: o alvo dos maiores rancores adversos, idéia ou homem, é o cimo da opinião, sua face preponderante.

Que se nota na atualidade?... Quem deseje levar de arrasto após si, como a cauda de um cometa, toda essa aluvião de átomos inflamados que flutuam na oposição, não carece nem da idéia superior, nem do verbo eloqüente: basta enristar a palavra vulgar, mas audaz contra o trono, A chusma o acompanha.

Só há nesta quadra dois caminhos para a popularidade; a audácia ou a lisonja: atacar ou rojar. A verdade transita corrida e apedrejada entre os cegos amigos insaciáveis de louvores, e os fofos demagogos que à semelhança dos camaleões, mudam de cor a cada ambição.

Austera lição, porém, inflige a esses delírios vossa atitude nobre. Quando o brilho da majestade e os esplendores da realeza fascinam por tal forma todos os que levantam os olhos para o trono, vós, senhor, colocado no foco da irradiação, no seio mesmo da pompa imperial, permaneceis calmo; e respeitais o sono do povo!

Forte é a têmpera da virtude que repele as instantes provocações do poder. Sob a púrpura imperial palpita em vosso peito um desinteresse de Cincinato e Washington!

Mas, senhor, há virtudes que não o são para os reis; a abnegação é uma. Lembrai-vos que vossa mão escreveu estas palavras sentenciosas – *a sujeição do cetro*.

O trono que a nação vos confiou é um posto de honra. Deveis a Deus e ao povo sua guarda severa. Não podeis esquivar-vos a ela sob pena de deserção.

Sois um brioso soldado da Providência; não faltareis na grande batalha da liberdade que está iminente e vai decidir da sorte do vosso povo.

A suma questão da atualidade é esta, da vigorosa iniciativa que deveis tomar em prol da Constituição; nela está a chave de todas as outras tendentes à realidade do sistema e restauração do país.

O tempo das teorias passou; as necessidades públicas estão salientes; as reformas se descarnam de si mesmas e patenteiam ao menor exame. O

que falta é somente a força para cavar o leito às idéias através da corrupção e indolência da atualidade.

Essa força porém há de produzir-se dentro do termo fatal. Ou desça do trono, ou suba da vasa, a revolução se há de consumir. Do alto de onde todos a desejam virá gradual, lenta e benéfica: de baixo quem pode calcular os ímpetos da convulsão?

Vosso pai fez para o povo brasileiro uma Constituição liberal; fazei vós com essa Constituição um povo livre. E vossa glória será maior.

20 de dezembro.

VI

Senhor.

A situação está patente à vossa razão ilustrada.

Vistes primeiro sua máscara, exprimindo às vezes uma indiferença extrema, outras um desânimo aterrorador: sintomas da atonia popular, que pressagia grandes desastres, se não for combatida com vigor.

Penetrando depois no âmago da atualidade, conhecestes a natureza do mal, que há dez anos agravou-se. É a depravação do organismo político, de que resultou o amortecimento das crenças, a extinção dos partidos, e a corrupção espantosa tanto do poder como da opinião.

Observastes que a recrudescência do mal sopitando o espírito público tornou devoluta a grande massa de soberania que reside no povo. Esta força têm-na esbanjado os corrilhos ministeriais à sombra da Coroa e com a responsabilidade moral de vosso nome.

Finalmente sentistes no coração da crise o sinal mais significativo do abastardeamento do sistema representativo no Brasil; o afã com que a nação desenganada das seitas e dos homens, se confia só de vossa prudência e virtudes.

Qual é porém a causa originária do mal que assola o país?

Nenhum estudo me parece mais digno de vossa atenção neste momento decisivo e culminante da crise.

Os sintomáticos publicistas que não passam da superfície, ou quando muito da cúrtis das questões, andam a tatear causas em qualquer fenômeno real ou aparente que lhes fere os olhos. Para uns é a onipotência da Coroa, para outros é o falseamento do sistema eleitoral. Cada pensador assinala um motivo e com ele o corretivo infalível.

A causa radical do marasmo em que se acha o país está bem saliente; facilmente se acompanha na história do império seu rastro assolador. Para fazer dela evidências, basta designá-la.

É a falta de educação política.

A monarquia representativa, de todos os sistemas de governo o mais difícil e complicado, exige em maior grau que outro qualquer, compreendida a própria democracia, um povo ativo e ilustrado, prático na escola da liberdade, fortalecido por convicções robustas, e animado do espírito do trabalho.

A razão é óbvia.

Na república toda reputação, influência ou poder não só nasce do povo, mas conserva sempre sua base no povo; e o cimo nunca plaina sobranceiro à opinião. A onipotência da maioria em um período mais ou menos longo, abate as popularidades gastas, erige novas, e inverte aquela crosta superior que se vai formando sobre as massas.

O povo não luta pois na república senão consigo mesmo; com as paixões próprias, que os tribunos costumam explorar em proveito seu e detrimento da pátria. Grécia e Roma foram republicanas; mas o governo misto que Tácito e Cícero declararam impossível na Antiguidade, só pode realizar-se com o influxo da civilização moderna.

Na monarquia representativa, além da realeza, princípio hereditário e permanente, há o elemento aristocrático, infalível nessa forma de governo. Nos países de origem moderna como o nosso, apenas restam do feudalismo umas veleidades caducas e fofas de nobreza genealógica; mas com o tempo se vai formando uma classe superior pela ilustração, riqueza e posição independente: é a aristocracia burguesa das monarquias representativas, com a qual a própria laudocracia inglesa apesar de seu orgulho já foi obrigada a transigir.

Nesta forma de governo portanto o povo tem de lutar alternadamente com a realeza, cuja tendência unitária e absorvente é natural, ainda

mesmo nos príncipes liberais; e com a burguesia aristocrática, compacta pelo espírito de classe e apoiada nos cargos vitalícios, nos cabedais criados pela indústria, nas clientelas de numerosos pretendentes.

É necessário já muita força para que a democracia resista à pressão da classe superior, que dispõe de todos os meios de influência. Se porém a simpatia ou tolerância da Coroa insufla esse elemento ele acaba subjulgando o povo à sombra da realeza e ameaçando a Coroa com o espectro da revolução.

Governa então a pior tirania, de que fala Montesquieu: – “aquela que se exerce à sombra da lei”.

Só um povo doutrinado na escola do patriotismo e hábil no manejo da soberania pode arrostar a influência perniciosa, reivindicando pelos meios legais a sua autonomia, e restabelecendo o império da Constituição e da moral.

Está o povo brasileiro neste caso?

Não, senhor. Este povo nobre e digno das instituições que o regem; este povo precoce para a liberdade, pois ainda na infância colonial já se eletrizava com ela; não foi educado, como merecia, para a monarquia representativa que, aliás, adotou de coração.

Recaia a culpa sobre aqueles que podiam dirigi-lo e não souberam, ou não quiseram.

Em 1821 a independência se fez no entusiasmo da liberdade. O Brasil conquistou simultaneamente o governo dos brasileiros pelos brasileiros, e o governo do povo pelo povo.

Desde 1808 com a vinda do rei e a invasão de Portugal, a emigração da metrópole para a colônia fora muito crescida; havia pois ao lado da população nata uma população adventícia, mas já ligada à outra por identidade de língua, laços de sangue e relações domésticas.

Com a independência não era possível refundir de repente nem expelir essa colônia. Ela permaneceu no país, à sombra das instituições, oferecendo uma base natural a qualquer idéia de oposição, que porventura surgisse. D. Pedro I, que tinha o pecado original de seu nascimento além-mar, devia muitas vezes injustamente carregar com a responsabilidade dessa resistência, na qualidade de seu chefe nato.

Os partidos no Brasil se geraram desse antagonismo de nacionalidades; ser liberal significava ser brasileiro; do mesmo modo que ser português ou aliado dos portugueses, valia tanto como absolutista. A revolução de 1831, que trouxe a abdicação, foi como a consagração da independência; aí a monarquia completou sua metamorfose e fez-se brasileira em vossa pessoa, senhor.

Mas enquanto viveu vosso pai, ainda o antagonismo de origem preponderou francamente. Com sua morte se desvanecem os receios de que a velha nacionalidade portuguesa absorva o recente império americano. O partido da independência, que era todo o país liberal, divide-se.

Aí acabam os partidos pátrios e nacionais; e começam os partidos políticos.

Nota-se por esse tempo um período de atividade que durou desde 1827 até à reforma constitucional de 1834. A imprensa se desenvolve; os patriotas procuram instruir o povo nas máximas da liberdade. Essa efêmera animação passou.

Os partidos logo se tornam estéreis; algumas idéias que surgem só têm em vista a conquista ou a manutenção do poder. Não obstante o povo se interessa na luta, porque ainda o estimula, embora sob uma forma latente, o antagonismo de origem.

A emigração portuguesa continuava. Influência do clima ou espírito aventureiro que se desenvolve no emigrante, a atividade desses hóspedes os colocava logo em posição avantajada no comércio e indústria. O Partido Conservador que absorvera os restos da facção absolutista, em geral atraía a si essa colônia, que nele encontrava filiações de raça.

Era do comércio português e aderências que o Partido Conservador tirava principalmente sua força e os recursos com que sustentava a luta. Por isso também sempre que o Partido Liberal, exasperado em sua pobreza, agitava o facho da revolta, o primeiro grito que se ouvia era contra o lusitanismo.

Tão íntimo era esse ciúme pátrio, que ainda em 1848, vinte e seis anos depois da Independência, produziu ele em Pernambuco cenas deploráveis; e mais modernamente fez hastear na tribuna como um programa político a idéia tacanha da nacionalização do comércio.

Mas, senhor, por mais forte que fosse a têmpera de semelhante antagonismo, ele havia de gastar-se com o tempo. O comércio nacional desenvolveu-se; grande parte da emigração portuguesa refundiu-se na população nata; estrangeiros de outras nacionalidades concorreram em grande escala; e finalmente os costumes se limaram, os receios se desvaneceram.

A lei da raça predominou, logo que o ódio da família se extinguiu.

Sendo essa aversão de origem a mola real com que os partidos governavam a opinião, gasta ela, sentiram os chefes a sua impotência.

Por outro lado algumas raras idéias governamentais que os políticos haviam lançado em circulação, foram motivo de amargas decepções. O Partido Conservador servia-se da indústria para subir; e no poder, longe de proteger as duas principais indústrias do país, o comércio e a agricultura, as oprimia com direitos protetores de fábricas e manufaturas não existentes nem sonhadas no país.

O Partido Liberal depois de ter feito da regência que o país lhe confiara um juguete, traindo o voto nacional, excita em 1842 o povo à resistência, para de novo traí-lo governando de 1845 a 1848 com a lei de 3 de dezembro, causa da revolução de Minas.

A estupefação e desgosto da nação atingiram o último grau, quando de 1853 em diante ela viu homens dos diversos partidos que a tinham dilacerado, a abandonarem, conciliando-se para mais cômoda e suavemente explorar as graças do poder.

O voto, que era a expressão da idéia, tornou-se para os ambiciosos um tento no jogo político. O povo então achou natural vender a sua mercadoria.

Bem vedes, senhor: em vez de educarem o país na liberdade; inculcar-lhe os costumes e hábitos do governo representativo; desenvolver a imprensa pondo-a ao alcance de todos; instituir os comícios e leituras públicas, não se fez até agora senão dissipar o tempo e a riqueza nacional para exagerar o elemento aristocrático e corrompê-lo.

O que é a nossa atual aristocracia?

Composta em geral de duas classes de pessoas, os abastados de inteligência e escassos de cabedais, e os ricos de haveres mas pobres de ilustração; raros, bem raros são os que têm a força de se conservar em sua

órbita. Aqueles, urgidos pela sedução do luxo e mesmo pela necessidade, buscam nos altos empregos públicos e elevadas posições uma renda, ou as facilidades de alianças e estabelecimentos avantajados. Estes, pruridos pela vaidade, se oferecem aos desejos dos primeiros em compensação de graças e consideração.

Há, senhor, caracteres íntegros nesta classe; há talentos puros, e riquezas modestas. Desgraçados de nós se não houvessem; mas infelizmente são poucos; e os outros têm o cuidado de os deixar na sombra.

O mais profundo publicista inglês escreveu uma página que parece traçada sobre a nossa atualidade política:

Se toda a elaboração da sociedade que exige uma organização concertada, vistas largas e compreensivas estivesse em poder do Estado; e todos os empregos do governo fossem ocupados pelos homens mais capazes, toda a cultura de espírito e inteligência exercida do país seria concentrada em uma numerosa empregocracia; desta empregocracia o resto da comunhão esperaria tudo, a direção e impulsão para as massas, o acesso para os homens inteligentes e ambiciosos.

(Stuart Mill. *On Liberty*)

Para dar o último toque a esse esboço fiel observarei que a hereditariedade se não tem força de lei, goza do vigor do costume. Os nomes da geração passada que figuraram na política, são títulos bastantes para o ministério.

Em tal situação qual é o remédio enérgico para o mal?

Os utopistas que afagam um ou outro pensamento bonito, bebido no último livro folheado, falam em eleição direta, descentralização, reforma judiciária, e muitas outras idéias sem dúvida aproveitáveis; mas não se lembram dos meios de realizar a reforma.

Se a reforma é sincera, lealmente democrática, e eficaz bastante para restituir o povo brasileiro ao exercício pleno de seus poderes; por certo que a empregocracia que tudo domina se há de opor vigorosamente.

Consultai a página da obra que citei e vos é conhecida. Em seguida diz o ilustre publicista que o mundo exterior não é capaz de criticar ou moderar a ação da empregocracia; e nenhuma reforma se efetuara contra os interesses dessa classe poderosa. Ela exerce um veto tácito sobre as leis, não as executando: o veto da inércia.

Não podia Stuart Mill escrever melhor se houvera observado a nossa sociedade. Contra a vontade da aristocracia oficial não tem o povo força para realizar uma reforma. Prescinda-se embora do mandato especial, quem há de votar na legislatura ordinária senão a parte mais interessada da aristocracia, o parlamento? E quem há de fazer e desfazer os votantes senão os agentes dessa aristocracia nas arbitrárias qualificações?

Mas eu dou já como certo que o povo se anime e queira a reforma; entretanto que nas condições presentes o problema mais difícil é arrancar da inércia e torpor o espírito público, inoculando-lhe novos estímulos políticos, já que os antigos se aniquilaram.

Para despertar do egoísmo as unidades esparsas; criar nelas dedicações; unir essas individualidades em massa compacta que transmita às outras o entusiasmo da idéia, só existe um meio: a imprensa.

A tribuna, onde quer que a levantem, no parlamento ou na praça pública, não vale sem os ecos poderosos e as formidáveis repercussões da imprensa. Outrora o orador que subia ao *bema* em Atenas ou ao *rostrum* em Roma tinha certeza de ver no auditório um povo; atualmente os costumes e leis sociais são outras; os comícios não se improvisam, nem se levam a efeito sem o meio indispensável da publicidade.

A imprensa, bem o sabeis, senhor, é um luxo entre nós; as leis fiscais a fizeram tal, O povo é pobre e não pode pagá-la. Alguns periódicos aparecem com sacrifícios enormes, que vegetam em estreito círculo e afinal acabam inanidos.

As folhas diárias de grande formato e circulação, essas constituem o feudalismo da publicidade. Suas colunas abertas à concorrência mal chegam para os abastados: a emissão das idéias ali importa uma despesa não só de inteligência e estudo, mas de grosso cabedal.

Esta observação não depõe contra o caráter honesto e retas intenções das pessoas que dirigem no Brasil a imprensa diária; antes revela seu critério e moderação no uso de uma força que levemente manejada podia causar males incalculáveis.

Mas não é razoável esperar dessa imprensa, que tem suas raízes como suas ramificações na aristocracia burguesa, que ela se empenhe em prol de uma reforma tendente a derrocar a onipotência da classe superior, e restituir à realeza e à democracia os seus direitos usurpados.

De modo algum. Qualquer reforma que se opere nas atuais circunstâncias será um engodo. A empregocracia para aplacar alguns assomos de impaciência, concederá uma lei de aparato como em 1856 e 1860; mas na execução sua inércia há de pôr o veto. Os deputados por eleição direta ou indireta sairão do mesmo círculo e sempre filhos da fraude e venalidade.

O único meio eficaz de salvar o país, senhor, é a união firme dos homens de bem, de que sois o chefe legítimo, contra a imoralidade. É a aliança sincera da realeza com a democracia, para regenerar o elemento aristocrático, restringindo sua influência perniciosa, e inoculando-lhe novos brios e estímulos que o preservem da corrupção.

Se na atual aristocracia alguns caracteres estão irremediavelmente perdidos, em compensação outros de rija têmpera se conservam puros; e na máxima parte a eiva felizmente não passou da superfície. Mas a corrupção lavra com velocidade; se não for debelada quanto antes, ninguém pode avaliar seus estragos.

O que ela não contaminar, arrojará para fora da política.

O mal urge, senhor. Esta crise é daquelas cousas das quais se disse que o silêncio é clamor. *Dum tacent clamant.*

25 de dezembro.

VII

Senhor.

Sentida a urgência indeclinável de vossa iniciativa, como o único meio eficaz e prudente de tirar o país da estagnação em que há anos de debate cumpre estudar o modo prático por que essa revolução pacífica se pode consumir dentro dos rigorosos limites da Constituição.

Esse estudo abrange a importante questão do sistema segundo o qual se deve funcionar a Coroa na monarquia representativa.

Não é de propósito meu instaurar aqui uma controvérsia escolástica a respeito dessa tese eminente do direito público. Quanto pudesse eu catar nos livros de melhor nota e aduzir de meu próprio raciocínio acredito que vos é trivial.

Deixo de parte a cediça erudição. Algumas considerações sucintas que desejo submeter-vos, desprendem-se das teorias e assentam sobre a prática e experiência.

Tem muita voga entre os homens políticos a conceituosa antítese das palavras *reinar* e *governar*, como o mais perfeito contraste da porção de poder que vos compete em relação ao ministério. Nenhum cabedal faço dessa máxima, invento de um povo que se adstringe muito às palavras e pouco penetra no âmago das cousas.

Minha convicção a respeito da função da Coroa é nas conclusões idênticas ao axioma do *rei reina e não governa*; mas prefiro bebê-la na lição fecunda do povo mestre em ciência governamental, inventor do sistema representativo e seu modelo.

A Constituição brasileira confere ao imperador título apenas de chefe do Poder Executivo; e para não deixar que pairasse dúvida sobre o sentido óbvio da qualificação meramente honorífica advertiu que exercitaria esse poder por meio de seus ministros.

Colocado na cúpula do sistema, investido de atribuições majestáticas sobre todos os poderes, o monarca brasileiro é nessa qualidade de alto moderador o chefe natural não só o Executivo, como também do Judiciário. Em relação a este último a Constituição não o declarou expressamente mas seu espírito é tão claro que em todos os tribunais as sentenças são expendidas em nome do imperador.

Em Inglaterra o rei é qualificado de fonte da justiça, *fountain of justice*; e por isso não se arroga a mínima fração do direito de julgar, confiado aos magistrados que o exercem em seu nome. É um título de honra, atributo da majestade, como a nossa frase constitucional chefe do *Poder Executivo*.

Nenhum voto portanto compete ao monarca a respeito do exercício das atribuições meramente executivas, nem mesmo o voto de qualidade, aliás impossível à vista da maneira peculiar da organização do ministério.

Há diferença profunda entre os corpos deliberantes e os corpos executores. Nos primeiros a fração vencida se isola da maioria e não participa da responsabilidade em que porventura incorra o voto ou conselho. Nos segundos a opinião dominante absorve as dissidentes; a solidariedade prende quantos presidam a execução do ato.

O ministério é de todos os corpos executivos o que mais obedece a esta regra; os publicistas ingleses costumam dizer que o gabinete é um só homem – *one man*. Nessa opinião compacta e unânime que forma a resolução ministerial, não há interstícios por onde a vontade do imperador penetre. É um todo indivisível que se destruía fracionando-se.

O conselho de ministros em Inglaterra é secreto; o rei não assiste a eles. “Costume altamente benéfico”, diz Lord Grey, Gov. parlamentar, que data do tempo de Jorge I. No Brasil os ministros fazem apenas entre si umas conferências preliminares e celebram depois em vossa presença o conselho. Aí renovam as anteriores divergências individuais, solicitando vosso apoio ou pelo menos resistência contra a maioria.

Compreendeis a inconveniência de semelhante proceder e a excelência da praxe inglesa.

Os ministros podem levar para o conselho vários e encontrados alvitres a respeito de uma questão importante. Na discussão os argumentos são desenvolvidos ponderadas as objeções. Afinal sucede que dos retalhos das convicções, por mútua concessão, constroem uma opinião média, que não sendo de nenhum ministro individualmente, seja a do ministério.

Se do vosso olhar, senhor, devassasse o segredo dessa mútua abnegação, a solidariedade de despedaçara; esses homens desceriam por força em vosso conceito. Podíeis discriminar os vencidos dos vencedores, os condescendes dos convictos. Desde esse momento estava o ministério moralmente decaído; sua permanência no poder seria um mau exemplo.

A verdade do sistema representativo, e a dignidade dos caracteres exigem o segredo impenetrável do conselho de ministros. Aquele membro que o trair, ainda mesmo com o monarca, deve ser imediatamente arredado, por haver rompido a solidariedade que é o princípio de coesão desse corpo.

As resoluções do gabinete são apresentadas à Coroa quando carecem de sua assinatura. Em Inglaterra costuma o rei, quando julga conveniente, ouvir seu conselho privado, que está fora da política e tem por fim unicamente esclarecê-lo. É como um livro de sabedoria e experiência nacional.

Cabendo ao monarca o direito inconcusso de recusar sua assinatura ao ato proposto pelo ministério, pode-se induzir daí argumentando

do maior para o menor, a legitimidade de sua ingerência na resolução do conselho de ministros, durante a deliberação.

Cumpra meditar bem este ponto se o imperador pudesse revogar a proposição ministerial por uma espécie de recurso ou apelo obrigatório, o argumento gradativo fora procedente. Mas tal não há. O imperador não anula o ato do ministério; apenas impede a sua realização. Como poder moderador demite o gabinete; mas não revoga a medida assentada em conselho.

O principio exato é este. A Coroa é depositária de uma simples fórmula, mas essencial para o cumprimento do ato executivo. Tal forma lhe dá um direito de resistência, semelhante ao que se estabelece entre diversos poderes independentes e é condição do equilíbrio constitucional.

Recusando sua assinatura, o imperador perturba o livre exercício do Poder Executivo confiado ao ministério. Imediatamente se estabelece o conflito. Se o gabinete entende que sua política, a lealdade ao partido e fidelidade às idéias, não sofrem é dever de prudência e acatamento à majestade condescender com seus escrúpulos. Então se desvanece o choque.

Quando porém o gabinete entenda que não pode prescindir do ato, a dignidade de homens e sinceridade de políticos exigem que incontinênti dêem, e não peçam, sua demissão respeitosa. Uma hora mais que permaneçam no poder deve ser contada por anos que expiem no esquecimento sua culposa fraqueza.

Subsistindo o conflito, a solução dele devolve-se ao Poder Moderador, Encerra-se pois nesta órbita a função constitucional da Coroa em relação ao Poder Executivo.

Não é fora de propósito advertir a razão por que a nossa Constituição de acordo com o direito público, separando o poder ministerial do imperador, deixou-o contudo preso por essa fórmula da assinatura e este título de chefe. À primeira vista parecia mais curial que destacasse inteiramente os dois poderes, Executivo e Moderador, como propôs B. Constant.

A razão é óbvia. O Poder Executivo pela sua natureza exige antes do ato, certa reserva, e depois tal firmeza, que o Poder Moderador incumbido de velar sobre sua marcha, não poderia esbarrá-la em tempo de evitar o perigo. É para que o Poder Moderador acompanhe de perto a trilha da administração e observe seus rumos, que ele foi instituído chefe titular do Executivo.

Longe de ser hostil à pessoa do monarca, esta sã doutrina é a mais propícia ao seu poder e grandeza. Desprendendo-a do dédalo inferior das atribuições executivas, eleva-se a Coroa ao apogeu de sua força.

Ponderai somente este ponto, senhor. Nada é mais possível do que se esvairar e corromper a opinião de um país; exaltando em vez dos excelentes, os caracteres добres e pervertidos. Deve o monarca participar com tais homens do uso de uma autoridade que eles profanam?

Em Inglaterra podem ser ministros do rei seus próprios inimigos, como era Canning de Jorge III, sem desgosto da majestade que se não associa ao gabinete, e sem quebra de dignidade por parte do estadista, que não faz a ambição e o sacrifício das convicções.

No Brasil, ao contrário, dizem que as maiores notabilidades de ambos os partidos, não somente se retiravam do poder, mas desquitavam-se dele; e a recusa que em 1858 vários estadistas fizeram de organizar o gabinete, confirmou o boato.

Que absorvéis da administração? Um simulacro apenas, mas bastante para magoar o amor-próprio, que tem a cútis por demais susceptível.

Não é pois do Poder Executivo, senhor, que deveis tirar a força para debelar a crise: esse poder não vos compete. A mínima fração dele que a tibieza dos ministros vos obriga a exercitar, em vez de robustecer, ao contrário amesquinha e debilita a majestade.

É esta uma verdade incontestável. Desde que o monarca desce um só grau da cúpula eminente onde a nação o colocou, ele confunde-se com o turbilhão que reina nos espaços atingidos pela ambição. Os ministros transformados em cegos instrumentos, longe de guardar a Coroa, servirão somente para macular-lhe o prestígio; a opinião a fará moralmente responsável por quanto desvario e culpa se praticar à sombra do poder.

Dessa sentença inexorável, não vos absolveria, senhor, nem a inviolabilidade da Constituição, nem a rigidez das virtudes que vos enobrecem.

Vossa força, tão grande quanto benéfica, está nas atribuições supremas que em outros países se qualificam de prerrogativas da Coroa, e nossa Constituição reuniu em um poder, sob o título de *moderador*, Aí repousa a majestade cingida de todo o esplendor; aí reside aquela porção importante da soberania popular; que a nação desprende de si, e encarnou

em um homem superior, para a advertir em seus erros, e resistir à veemência de suas paixões.

O Poder Moderador é o *eu* nacional, a consciência ilustrada do povo. Assim como a criatura humana no correr da vida é admoestada por um senso íntimo, que a obriga a refletir sobre a moralidade do ato que vai praticar; a nação recebe do monarca o mesmo serviço; e muitas vezes o remordimento precursor da má paixão evita suas conseqüências, obrigando o povo a refletir.

O estudo deste fecho do mecanismo constitucional será protesto se cotejar os acontecimentos dos últimos anos, que o tem traduzido na prática.

Permiti que interrogue vossa memória.

Qual o uso que tendes feito do Poder Moderador em relação à política durante vinte e cinco anos de efetivo reinado?

Destacam-se três períodos bem distintos na história da política imperial.

Até 1853 consistiu essa política em alternar no poder com espaços quase iguais os dous partidos existentes no país. Quando um enchia seu tempo de governar, começava a sentir uma resistência surda; receoso de precipitar a queda ia temporizando, até que sua persistência se fatigasse ou vossa paciência se exaurisse.

Assim caíram os ministérios liberais em 1841 e 1848; os conservadores em 1844 e 1853. A crise prolongava-se mais ou menos conforme o caráter dos indivíduos.

No período da conciliação de 1853 a 1862, nota-se uma alteração muito sensível em vossa política. Os ódios das antigas lutas tinham magoado vosso coração realmente bom; doía-vos reinar sobre um povo que vivia a se dilacerar, e para o qual o exercício de vossas atribuições constitucionais era o sinal de uma hecatombe.

Adotastes então uma política de tolerância e concórdia: em vez das transições bruscas do período anterior, reinou uma flutuação do poder, obrigado a moldar-se às menores asperezas da opinião.

Em 1862 começa a última fase. Chamando para organizar o gabinete de 24 de maio ao Conselheiro Zacarias, chefe da oposição na Câmara, revelastes a intenção de cingir-vos às máximas do governo parlamentar. Com

vigor era estreada a nova política, pois cortando pelas tradições nacionais, implantava-se no país o estilo inglês, segundo o qual o *leader* da oposição nos Comuns é o diretor nato da situação por ele criada.

O primeiro obstáculo, produzido pelo voto explícito de desconfiança dado ao 24 de maio, vos retraiu. Em vez do Visconde de Uruguai, que se divulgou ser e nome proclamado pelos conservadores em uma assembléia do partido; em vez do Conselheiro Torres Homem, chefe da maioria parlamentar, tirastes da penumbra um cidadão respeitável, mas anacrônico para a situação.

Contudo vencida essa hesitação natural, o pensamento do governo parlamentar parece preponderar em vosso espírito até maio deste ano em que novo obstáculo desviou-vos do *leader* da oposição parlamentar para cair de novo no mesmo anacronismo de 1863. Os ministérios de 15 de janeiro, 31 de agosto e a incumbência de organizar o sucessor dada ao Conselheiro Saraiva, emanam daquela tendência de vosso espírito.

Creio ter sido fiel na exposição dos fatos; serei sincero e respeitoso em sua apreciação.

Em nenhuma das três fases a política imperial parece ter sido a mais adequada às circunstâncias.

Na primeira fase, quando lutavam dois partidos organizados, nenhum deles teve tempo e meios de realizar suas idéias no governo: eles alternavam-se em períodos regulares, e apenas no poder eram esterilizados pela resistência demasiada que encontravam na moderação e prudência da Coroa.

No tempo da conciliação, a política imperial, aliás com intenções louváveis, longe de promover a restauração dos antigos ou criação de novos partidos, até certo ponto concorreu para agravar esse estado anômalo, com a conhecida repugnância de usar da prerrogativa de dissolver a Câmara.

Nos últimos anos a Coroa foi nimiamente condescendente.

No estado de decadência a que chegou o Parlamento era impossível conhecer os verdadeiros diretores da opinião, pois de fato não existiam. Pequenas saliências, a presidência da Câmara, um banquete ou qualquer circunstância insignificante, apontavam à situação um homem talvez na véspera nulo.

Nos países onde o governo parlamentar funciona regularmente, o poder não oscila à mercê de qualquer fátua manifestação de um grupo de deputados: segue a direção firme que lhe imprime um partido organizado, com raízes na população.

O imperador não pode sem dúvida desprezar a opinião pública, se porém, a opinião se extravie e contamina com a mais feia imoralidade, ele, probo e austero, tem não só ante a nação, porém ante Deus, obrigação indeclinável de resistir em nome da lei e da moral.

Quando a nação não ouça a paternal admoestação, e se aprofunde no vício, deturpando a virtude, elevando ao redor de trono maus caracteres e almas prostituídas, então...

Seria a circunstância única em que um rei teria o direito de abdicar sem fraqueza, abandonando à justiça de Deus o povo que delinqüiu!

Mas não haja receio. O Brasil vos ama; e responderá dignamente ao vosso apelo.

31 de dezembro.

VIII

Senhor.

Os eixos sobre que deve girar o poder supremo confiado à Coroa são diversos daqueles em que trabalhou até agora o nosso mecanismo representativo.

Situado na cúpula do sistema, neutro e inacessível, o monarca, poder nacional, plaina sobre os outros, meros poderes políticos. Ele não exprime somente, como a legislatura, uma delegação da soberania; exprime um depósito permanente e sagrado. O imperador é mais do que o primeiro representante da nação; é seu defensor perpétuo, o magistrado supremo do Estado.

Chamo-o poder nacional para significar a quase comunidade em que se acha com a nação. Nele reside urna parte da soberania popular, que isolou-se em princípio e se consolidou nessa grande individualidade, a fim de resistir aos desvarios da opinião.

Nada caracteriza melhor a natureza desta sublime instituição e a excelência da monarquia representativa do que o voto de Madison e outros ilustres colaboradores da Constituição americana.

Reconhecendo a necessidade de uma força moderadora, que servisse de salutar corretivo à onipotência da maioria; depois de laboriosas investigações confessaram os sinceros publicistas a impossibilidade de resolver o problema na forma de governo puramente democrática.

Este poder, senhor, a mais alta expressão da majestade, a Constituição brasileira vos confiou privativamente. Não podeis tolerar, sem quebra de vosso juramento, que vontade alguma, qualquer que ela seja, penetre no recesso inviolável das atribuições soberanas.

Os liberais sinceros se empenham com razão em desenvolver a Coroa das atribuições do Poder Executivo, e a exalçam à região superior, para evitar que sature-se das paixões e intrigas que geram nos homens a cobiça do mando.

Mais funesto será o mal, se os ódios e interesses de partido atingirem à elevada esfera do Poder Moderador e a contagiarem. Em vez do princípio conservador que aplaque os ausos da opinião esvairada, as prerrogativas imperiais na mão audaz dos aventureiros políticos se transformarão em instrumento de compressão ou anarquia.

A plenitude das atribuições supremas, com exclusão de qualquer poder, é uma das mais fortes garantias da liberdade. Lá da sumidade do trono, senhor, guardais a nação, melhor que nenhuma outra instituição, melhor do que a própria maioria. Nas eminências o olhar se explana; e quando a base conturba-se, o primeiro ponto que oscila é o cimo da pirâmide.

Os liberais brasileiros, do tempo em que os havia sem mescla e de marca, se intuíram tanto desta verdade, que em 1834 extinguiram o Conselho de Estado. Assim isentaram ainda mais a Coroa do elemento aristocrático, arredando até esse mínimo estorvo que podia tolher-lhe, com o pretexto das conveniências, os generosos impulsos.

Não há contestar este ponto. Os atos do Poder Moderador são de exclusiva competência vossa: para exercê-los não dependeis de agentes e atualmente nem de Conselho.

A Constituição vos conferiu em sua inteireza o título, como a efetividade, das prerrogativas imperiais. Basta que vossa vontade se enuncie

de um modo positivo e solene; torna-se logo de sua própria virtude e essência fato consumado. No domínio da lei não se concebe resistência para ela.

Só a nação, assumindo a plenitude da soberania constituinte a poderia revogar, se a justiça o reclamasse.

Não renovarei a controvérsia exausta da responsabilidade ministerial em relação ao Poder Moderador. Esta questão, na qual se fez maior gasto de talento do que de idéias práticas, é ociosa; carece de assunto.

Os atos do Poder Moderador, na qualidade de atos soberanos, são de sua natureza legalmente irresponsáveis. Emanam daquela fração da soberania orgânica e primitiva que se destacou da massa geral para lhe servir de contraste.

Se com o imperador está a maioria da nação, seu ato é onipotente; não há na terra tribunal para o julgar, a não ser o da consciência universal.

Se é a opinião mesmo injusta da minoria que a majestade apóia, seu ato é inocente; significa apenas o protesto do fraco, a defesa do vencido, ante o supremo júri nacional que vai decidir do pleito político.

Quando a tirania popular desterra Aristides por ser justo e sacrifica Luís XVI por ser bom, a minoria não é responsável pelo voto contrário. Sua opinião, subjugada embora, é um direito ao sagrado, como a opinião triunfante.

Quem estuda com profundidade a sublime instituição do Poder Moderador reconhece essa natureza essencialmente inóxia. Ao passo que sua ação benéfica é de alcance imenso para o Estado, cuja salvação muitas vezes depende dela, não está em sua esfera cercear uma só atribuição de qualquer poder, nem restringir os direitos individuais do cidadão.

A substância dessa instituição é o grande princípio da resistência, reconhecido pelo voto unânime dos publicistas, como o nervo do governo representativo. A luta, que se observa em maior ou menor grau por toda a trama do sistema, manifesta-se aqui na mais alta expressão; entre o povo e o rei, entre a soberania manente e a soberania vigilante.

Nem todas as funções moderadoras são coligidas no monarca; certas costumam ser confiadas ao senado vitalício e ao Poder Judiciário; outras completamente inertes, ficam depositadas na lei fundamental do Estado.

Nossa Constituição fornece um exemplo frisante das últimas.

O povo brasileiro que aceitou a lei fundamental de 25 de março de 1824, tinha sem contestação o direito soberano de a revogar, apenas se convencesse que não era a mais própria para sua felicidade. Receando-se porém da própria precipitação, opôs-lhe embaraços nos trâmites estabelecidos para a reforma constitucional (Art. 174 a 177).

Esse impedimento criado a si mesma pela soberania é uma função moderadora. Vossas atribuições, senhor, tem igual caráter e maior virtude. Sois uma lei também; mas lei viva, solerte, enérgica, armada, para defender a nação contra suas paixões, e obrigá-la a refletir nos transes solenes.

As democracias grega e romana no tempo de sua indomável independência sentiram a necessidade desse corretivo, e os buscaram na religião. O oráculo foi o Poder Moderador para os povos primitivos.

O abuso das prerrogativas imperiais retarda momentaneamente a marcha do país; mas não perturba as evoluções regulares do sistema. Cumpra cada um o seu dever, que dentro da órbita da lei o equilíbrio se restabelecerá.

A nação, cônica de sua justiça, forte pela convicção, assumirá uma atitude digna, e no termo preciso obterá pelos meios constitucionais revogar ou restringir o depósito da porção de soberania confiada à Coroa.

Quando a controvérsia da responsabilidade ministerial nas prerrogativas imperiais escapasse à censura de ociosa, seria para incorrer na pecha de fútil.

Essa fórmula só prestaria a dois fins: a restringir o uso das atribuições supremas da Coroa, tornando a manifestação de sua vontade dependente de influências parlamentares elevadas ao ministério; a resguardar a Coroa de toda a imputabilidade, ainda mesmo daquela íntima e recôndita que escapa à ação da lei e à censura pública.

Ambas as pretensões além de inconstitucionais são impossíveis.

Não há torpeza imaginável, que não encontre homem ainda mais torpe para a praticar. Um rei perverso nunca deixa de fazer o mal por falta de ignóbeis instrumentos para suas crueldades. Carlos IX arcabuzava ele próprio o povo de Paris por divertimento, não por necessidade.

Também força alguma é capaz de subtrair um fato ao influxo dessa opinião ambiente, elástica e sutil que insinua-se por todos os poros, e circula, como o ar na atmosfera.

Fez Deus a consciência humana tão elevada, que nem a sua própria onipotência criadora eximiu ao senso íntimo da criatura, quanto mais a majestade humana.

Se o ato do Poder Moderador irritar o espírito público em um país intolerante, é inútil atravessarem por diante qualquer barreira; a opinião há de rompê-la para ir à vontade superior que perante a Constituição é a fonte exclusiva dos decretos soberanos. A autoria lhe pertence ou haja iniciado, ou simplesmente aprovado a medida.

O povo francês entendeu que Luís Filipe não o tinha bem governado; cassou-lhe a soberania e desaforou-o da pátria. Aqueles que referendaram seus atos são cidadãos franceses: e talvez fossem ministros do império, como foram do reino, se Napoleão III quisesse aproveitar-lhes os serviços.

A responsabilidade ministerial nas prerrogativas da Coroa só tem um efeito real, e esse deplorável; o de rebaixar ministros, investidos das importantes funções do Poder Executivo, a instrumentos cegos e passivos, manivelas que a Coroa rejeitaria, mal as sentisse perras em sua mão.

Fazei cumprir a Constituição, senhor. Não consentais que sob vossa rubrica se escreva outro nome qualquer. Essa lauda que transmite vossa vontade, representa a superfície onde se exerceu o poder inviolável e sagrado. A assinatura de um ministro aí é uma invasão à soberania e uma profanação à majestade.

Relevai, senhor, que a propósito desta tese constitucional eu refira-me a um fato bem recente.

Correu que a nomeação de alguns conselheiros de estado fora adiada pela oposição que a dois nomes fizeram certos ministros. Se este fato que chegou até a minha obscuridade é verdadeiro, por ele avaliáveis da casta de solidariedade ministerial que voga em nosso país. Vereis como a inviolabilidade da Coroa é a cada instante exposta à censura pública.

A nomeação de conselheiro de estado é de vossa privativa competência. A respeito dos primitivos a Constituição o declarou positivamente por duas vezes (arts. 137 e 139).

Se entrasse na intenção da lei fundamental atribuir essa nomeação ao Poder Executivo, a deixaria implícita na generalidade do art.102, § 4º onde bem coubera.

Não podia essa faculdade da nomeação de conselhos figurar entre as prerrogativas mencionadas no art.101; porque não é como elas uma atribuição moderadora, e apenas uma cláusula ou forma inerente ao exercício dessas atribuições.

Outras competências tem o imperador individualmente, como a de dar tutor ao menor no que lhe sucede (art. 130), resolver o casamento da herdeira presuntiva (art. 120), nomear mestres para seus filhos e mordomos de sua casa (arts.110 e 114). Nenhum desses atos exclusivamente imperiais foram mencionados entre as prerrogativas; porque são, com a nomeação dos conselheiros de estado, a modalidade da Coroa.

Quando no domínio da Constituição, em que a audiência do conselho de estado era obrigatória, a nomeação foi privativa do imperador; a dúvida seria impertinente no domínio da lei ordinária que restabeleceu essa instituição.

Atualmente a audiência do conselho de estado é ato espontâneo da Coroa. Haveria incoerência da lei em privar da escolha do conselheiro, quem o pode condenar a eterno mutismo, recusando-se a ouvi-lo jamais.

Enfim há verdades, que calam. Se competisse ao Executivo tal nomeação, talvez o vosso conselho se compusesse de homens, que embora notáveis no seu partido, não tivessem a vossa estima e confiança, condições essenciais do cargo!

Eis uma ocasião oportuna, senhor, para arrancar à onipotência ministerial uma parcela cerceada à majestade.

No momento em que vossa vontade tenha sua manifestação autêntica e solene; os escolhidos estão nomeados. Ao ministério cumpre pura e simplesmente executar o ato.

Se a solidariedade ministerial o impede vossa interferência nas resoluções do Executivo; aqui é a inviolabilidade da Coroa que rechaça qualquer contestação do gabinete.

Depois do ato executado, entendendo o gabinete ou algum dos membros que não deve tomar a responsabilidade de suas conseqüências,

renuncia ao poder e vai ao Parlamento declarar abertamente sem figuras nem rodeios os motivos de sua retirada. O país julgará do critério deles.

Que o ministro não pode negar execução ao ato do Poder Moderador sem incorrer em traição, é evidente. O contrário importaria uma restrição indireta do exercício das atribuições supremas. Com a ameaça da demissão em circunstâncias melindrosas, se tolheria o impulso da Coroa.

O ato moderador é irresponsável; sua realização tem a mesma natureza; a imputabilidade só é possível em relação à forma abusiva da execução.

Estudo da maior importância é o da natureza do Poder Moderador.

No complexo das atribuições que lhe são conferidas se destacam duas ações bem discernidas, duas forças inversas: conservação e restauração.

A força conservadora está na faculdade concedida ao imperante de modificar o exercício de um poder político, sem contudo o alterar: pelo veto, a lei; pela reunião extraordinária da assembléia, a administração; pelo perdão ou anistia, a justiça.

Nas condições normais do sistema essa força preventiva basta para aplinar as escabrosidades, que porventura impeçam a rotação do maquinismo político, ou para conter os movimentos acelerados e imprudentes.

Os diretores da opinião são chamados a governar o país; a maioria parlamentar de que eram chefes ou pelo menos vultos proeminentes, apóia sua administração. O monarca repousa na confiança do partido cujas idéias a nação adotou. Se julga que o Poder Executivo delas se afasta, fá-lo comparecer ante a maioria que o elevou para que lhe tome contas severas.

Mas há circunstâncias excepcionais em que a simples conservação seria insuficiente para preservar o sistema da ruína. Tais crises, motivadas pela extravasão de um poder ou inércia de outros, produzem o emperramento de todo o mecanismo político logo após a corrosão e completo aniquilamento.

Momento semelhante é o da nossa atualidade. A depravação do Poder Legislativo e dependência do Judiciário de um lado, exorbitância do Executivo por outro, paralisaram entre nós o governo representativo. A atonia do povo e sua rudez política, a par do espantoso desenvolvimento e corrupção do elemento burocrático, dão ao mal uma enormidade assustadora.

É para estas graves crises que a Constituição armou o monarca também de uma ação impulsora, capaz de restaurar o sistema. “Quando as molas desarranjadas se chocam, embatem e travam, é necessário uma força que as reponha em seu lugar”, diz B. Constant atribuindo ao poder real a ação preservante e reparadora (*P. de Política* – cap. 2°).

A alta e suprema iniciativa da Coroa não se confunde com a iniciativa de esfera menos elevada, que imprime o movimento à administração. Esta é regulamentar; a Constituição a reservou na máxima parte para o Poder Executivo.

O *discrímen* da iniciativa imperial, que a distingue essencialmente de qualquer outra, é de funcionar acima da própria Constituição. Esta atitude reclama um termo novo. A força ativa do Poder Moderador é sobreconstitucional; ele se exerce em um espaço superior, intermédio entre a Constituição, soberania escrita e anterior, e o voto, soberania latente e atual.

O imperador com um ato seu modifica ou altera um poder; não na essência jurídica das atribuições, mas na essência moral da personalidade. Muda o ministério, dissolve o ramo temporário do Poder Legislativo; suspende os magistrados.

Nenhum poder, nem mesmo o povo, tem, no domínio da Constituição, faculdade igual.

A nomeação e demissão do ministério é o primeiro momento dessa iniciativa. Do imperador emana direta e exclusivamente a organização desse corpo executivo, que dá o impulso ao Estado. Tem pois a Coroa o incontestável direito de inaugurar uma nova ordem de cousas, escolhendo para o gabinete homens que sirvam de intérpretes ao seu pensamento político.

Quando no país existem partidos governamentais organizados, cada um deles atrai as melhores inteligências e se torna depositário de uma soma de idéias práticas. A missão do monarca é respeitar a opinião, deixando aos princípios por ela exaltados a liberdade de semearem o bem que encerram. O ministério sai então do seio da maioria parlamentar, que representa a excelência da opinião.

Mas os partidos se corrompem; a eles sucedem facções perigosas, ou uma burocracia formidável que impõe à Coroa os ministros e ao povo os representantes. O estilo da organização parlamentar do gabinete suspende-se.

O monarca está investido do direito de escolher os homens que entender, sem restrição alguma; *alone without any advisers*, dizem os ingleses.

Admirai, senhor, a sabedoria de nossa Constituição, que mencionando esta atribuição a firmou com uma palavra enérgica, não usada em relação às anteriores: *livremente*. Como nenhum obstáculo pode surgir na órbita das outras prerrogativas, não houve necessidade de as robustecer; bastou indicá-las. Nesta era possível que se opusesse a razão do costume e a suscetibilidade parlamentar; desatou-se pois a majestade dessas filigranas.

Como remate ao pensamento salutar, deu-se a maior amplitude e facilidade à escolha; já isentando o cargo de ministro de habilitações exigidas em outros de menos importância; já dispensando a audiência do conselho de estado que era necessário em todos os atos do Poder Moderador, até mesmo na nomeação de senadores.

Quis o legislador colocar essa atribuição majestática em tal plenitude, que não achasse o imperador estorvos senão em sua consciência e no voto nacional.

Mas a iniciativa imperial seria nula se não fosse apoiada pelo ato complementar da dissolução, que avoca ante a soberania o grande pleito entre a Coroa e o Parlamento.

A dissolução não é, senhor, um ato violento, como falsamente o consideram os partidos sem base, que aspiram ao poder, só pelo poder. É um ato às vezes de energia, às vezes de consumada prudência; mas em todo o caso essencialmente liberal.

Sempre que o monarca se põe em face de seu povo, ele dá testemunho de respeito à soberania nacional. Também sempre que a câmara temporária se restaura no seio da nação, ela volta das urnas mais forte e vigorosa; é a opinião revestida da sanção popular.

Não se pode sinceramente contestar à Coroa esse alto e sublime atributo de influir no país pela formação livre do gabinete uma nova idéia, e propor à vontade nacional uma política estranha aos partidos atuais.

Tal iniciativa é um alvitre dado à nação por seu conselheiro supremo.

O rei constitucional não é uma cifra, diz Brougham, escritor da mais pura escola liberal. Reduziria o Poder Moderador a essa nula expressão, que pretendesse privá-lo da faculdade de imprimir melhor direção à

política do estado, e experimentar o governo novas idéias em substituição de outras gastas.

Despido do Poder Executivo, de que lhe não compete mais que o título honorário de chefe; obrigado no uso das prerrogativas a adstringir-se a um ou outro partido; a Coroa em vez de pêndulo diretor, seria como leve grimpá móbil aos sopros da opinião.

Que se devera esperar de um rei tão completamente anulado na parte mais nobre da personalidade?

Uma razão, condenada ao sacrifício perpétuo das convicções, reduzida a refranger como uma superfície polida as idéias estranhas, breve se havia de embotar e perverter na ociosidade. Semelhante rei seria um luxo dispendioso para o estado.

Têm-se visto sob a púrpura todas as variações do espírito humano desde a tirania até a imbecilidade; porém esse aleijão político nunca existiu, nem há de existir. Um homem, Sieyès, ideou semelhante indecência com o título pomposo de grande eleitor. O sarcasmo de Napoleão esmagou o sonho: “Que homem de brios há aí que se sujeite à condição de um porco com alguns milhões para ceva?”

A Constituição brasileira, promulgada por um príncipe heróico, elaborada por conspícuos varões, não podia deixar imperfeita a cúpula do grandioso edifício. A Coroa aí está revestida de tal pujança, que sendo necessário pode fazer parar a nação um instante, como Josué fez parar o sol.

O profeta recebia sua possança de Deus; o imperador a recebe da lei.

Se a Constituição avisasse em restringir a iniciativa do imperador não devia lhe atribuir a nomeação e demissão do gabinete, para que este saísse infalivelmente do seio da maioria parlamentar. Quando julgasse o poder neutro necessária uma mudança na política, a provocaria pela dissolução da Câmara.

O país elegeria novos representantes, que sustentariam o mesmo gabinete ou o arredariam do governo. Assim a iniciativa partiria da opinião; e as funções da Coroa se limitariam à de um simples vigia colocado na eminência para dar rebate.

Bem diverso porém é seu preceito. O pensamento político emana prévia e exclusivamente da Coroa; ao Parlamento, representante próximo e

recente da opinião, cabe aceitá-lo; se o não faz, a nação é chamada a decidir em última instância.

Essa provocação do imperador tem efeitos muito salutares no sistema representativo. Ela entretém a animação na vida pública e desenvolve o vigor da opinião. O fluxo e refluxo de idéias entre o trono e o povo corrige e lima o elemento aristocrático, o qual por sua vez contrai os fortes impulsos dos princípios extremos.

O povo, cuja cabeça não encerra uma vontade firme, se enerva na indolência, enquanto a classe burocrática, ilustrada e ativa, adquire uma exuberância de força, que muitas vezes produz a congestão do poder. É como um indivíduo apático; as extremidades se relaxam; o ventre se avoluma.

É preciso que o rei saiba querer, para que o povo aprenda a resistir; assim instruem-se mutuamente o rei na ciência do governo, o povo na ciência da liberdade.

Além dessa iniciativa legal exerce o monarca a influência moral inerente à majestade e realçada por seus méritos pessoais. O simples agrado do soberano virtuoso encerra, diz B. Constant, “um tesouro inesgotável de opinião para a monarquia”.

Na Inglaterra os pares, membros natos do conselho privado, têm o direito de entreter o rei em audiência particular sobre os negócios públicos. Os altos magistrados e membros da administração pertencem também àquele conselho e freqüentes vezes consultam diretamente a Coroa.

A transmissão constante de idéias entre o monarca e os cidadãos principais aproxima do trono a classe ilustrada e permite que por meio dela se derrame no país o influxo das idéias do primeiro cidadão e as luzes de sua experiência. Opera-se uma consubstanciação da Coroa e do espírito público. Maior influência e mais grata não pode exercer sobre a administração um monarca ilustrado, do que essa da virtude e saber. Escusa fatigar-se com o trabalho ministerial, quem dirige a opinião de que o gabinete é apenas um instrumento.

Há, é certo, no país uma escola que se teme do prestígio imperial, porque ofusca muito ouropel. Pretende ela que a expansibilidade do monarca destrói o equilíbrio dos outros poderes.

Faz-me isso lembrar, senhor, de uma zombaria de Swift sobre a diplomacia européia – “Quereis vosso equilíbrio tão perfeito que se um pardal imprevisto poupar nalgum canto, derrocará todo o edifício.”

7 de janeiro.

IX

Senhor.

A atitude que deveis tomar ante a crise está desenhada pelos traços vivos da situação.

Tendes o poder que vos confere a Constituição; a força que vos transmite o povo.

Que resta?

Vontade para querer não vos há de faltar. Só esperais que vos advirta a consciência do momento oportuno. Não tarda. O silêncio profundo que enche as regiões superiores já foi abalado pela surda repercussão da crise.

Não tenho o desvanecimento de patentear à vossa razão esclarecida idéias que lhe sejam desconhecidas. Quanto disse e acrescente não é mais que transunto de vossa meditação sobre a coisa pública.

É usual, nas graves situações, darmos ao pensamento uma forma sensível para assim fazê-lo comparecer ante a mente calma que melhor o afere e critica.

Sou para vossa consciência essa voz ou página íntima.

Permiti pois que continue a trazer perante ela as reflexões cabidas que em vós despertam os sofrimentos da pátria.

A primordial necessidade da política, podeis agora palpá-la, é recolher à sua órbita legal o elemento aristocrático, para restabelecer o equilíbrio entre os três princípios cardeais da monarquia representativa.

Não se trata de reproduzir a obra ingrata da assolação das notabilidades, que em 1858 cometeram alguns cavadores de ruínas, sob o pretexto de oligarquia. Empenharam-se em aluir as grandes reputações e derrocar os nomes puros, melhor riqueza da pátria, acumulada em muitos anos de trabalho.

Todo esse ímprobo afã para substituir à influência legítima do ser e virtude, uma nova e então verdadeira oligarquia! Esta, sem base no passado e confiança no futuro, sedenta de mando, desenvolveu em larga escala a corrupção, como o único meio de se manter e firmar.

A missão da atualidade é restaurar e não demolir. Aquela propaganda foi inspirada pela ambição e despeito; seu fim era somente mudar as figuras do xadrez político. O empenho atual tem nobre motivo: é o restabelecimento do princípio. Não se indaga das parcialidades, mas das boas doutrinas do sistema; não se inquires nomes, e só capacidades.

Quando pois aludo à influência perniciosa da burocracia, senhor, destaco a parte sã atualmente anulada; só me refiro a essa classe ambígua, sem princípios nem crenças, que parece ter arrematado em hasta pública a empreitada da alta administração. Os empregados honestos e as ambições nobres, que buscam a carreira pública, sofrem sua arrogante opressão.

A aristocracia é um elemento infalível e salutar no governo e na sociedade. Deus a estabeleceu dando ao homem cabeça e coração, inteligência e virtude. Sem o estímulo da elevação a humanidade ficaria eternamente jungida à sua animalidade.

A excelência da monarquia representativa é tirar a esse elemento o privilégio de casta, que o torna odioso e absurdo. A ação popular constantemente o resolve, vazando-lhe no seio nova e robusta substância.

De todas as aristocracias, a que se forma da classe administrativa e da influência oficial, é reconhecida pelos publicistas, como de maiores vantagens para o país.

Ela desenvolve a ciência do governo, acumula avultado cabedal de tradições, e mantém a firmeza e persistência na marcha do estado. Esses benefícios são compensados muitas vezes por inconvenientes tais como a rotina, o amesquinhamento das grandes individualidades e a compressão das jovens inteligências.

A nossa aristocracia é burocrática: não que se componha somente de funcionários públicos; mas essa classe forma a sua base, à qual adere por aliança ou dependência, toda a camada superior da sociedade brasileira.

Para o desenvolvimento espantoso que tem esse corpo oficial entre nós, não concorre, como pensam, o número dos empregos; sim a tendência absorvente da administração a par da falta de iniciativa particular.

A mais acertada organização do elemento burocrático é assunto de grande importância, que virá oportunamente. Cure-se agora somente de extorquir ao atual conventículo a soberania usurpada que opõe invencível obstáculo à realidade do sistema.

Quando o elemento aristocrático está personificado em uma classe na máxima parte honesta e moralizada, ela impressiona-se logo com a exuberância do poder que adquiriu, e sente necessidade de a restringir no interesse próprio.

Onde impera a virtude, o egoísmo das mais nobres ambições acaba por submeter-se.

Diverso é quando a corrupção invade a aristocracia de um país. Produz-se então uma compacidade do vício, que sufoca interiormente a parte sã e opõe no exterior uma superfície impenetrável a qualquer esforço.

A coesão é sua força; há de viver, assim, para não deixar de viver. O instinto da conservação adverte do perigo de ser penetrada pela ação da lei, que a traspassaria até o imo, desmoronando-a.

Essa é a situação da classe superior no Brasil: a desmoralização infelizmente a infestou. Os caracteres íntegros obtêm muito preservando-se do contágio; isolados pela depravação que os cerca e insinua-se entre, sem o apoio dos generosos impulsos do povo, qualquer esforço individual seria um suicídio político.

A mocidade, opulenta de seve, rica de nobres estímulos, longe de influir viços na geração gasta, é logo crestada. Ante ela, nos umbrais da vida pública ergue-se a ambição, como a Circe da fábula; e as jovens inteligências se imolam às torpes seduções, para escapar, como os companheiros de Ulisses, à condição de brutos.

Voltei os olhos em torno, senhor, e procurai um homem superior que se tenha elevado do seio do povo, na robustez de suas crenças, na virgindade de sua inteligência, na amplitude enfim de sua personalidade!

Não o encontrareis, eu vos garanto. A ambição, longe de soltar, corta as asas aos mais nobres talentos. Almas opulentas que deviam exuberar com a seve própria, se querem vingar são obrigadas a se enxertar nos troncos podres e carunchosos.

No Brasil a burocracia não é ainda o povo brasileiro; como outrora em Roma o patriciado foi o povo romano. Mas tem o arbítrio de fazer e desfazer das massas que habitam o império uma nação artificial.

Ela outorga e cassa ao cidadão brasileiro o voto, que não é somente um direito político, feixe de todos os outros, mas uma fração de soberania ativa reservada a cada individualidade, para o governo do estado.

Depois de consertada a nação fictícia, levam-na às urnas a fim de decidir de qual das duas porções da aristocracia devem sair os deputados. Nestas ocasiões para estimular seu bando, os cabos empregavam outrora o ódio; atualmente a cobiça é de uso geral.

Desta manipulação a que é submetido o dízimo do país real sai o parlamento; a cor e a forma do produto divergem; mas o processo para a preparação é sempre o mesmo.

Não é menos curiosa a maneira por que a burocracia fabrica a opinião pública no Brasil.

Os jornais, como tudo neste império, vivem da benevolência da administração. No instante em que o governo quiser com afinco, a folha diária de maior circulação descerá da posição que adquiriu. Basta trancar-lhe as avenidas oficiais, e subvencionar largamente outra empresa com o fim de hostilizá-la.

Acarretaria esse extermínio crescida despesa, sem dúvida; mas quem atira à mão larga milhares e milhares de contos para encampação de certas companhias e indenização de outras, não recuará quando se tratasse de abater um inimigo formidável.

Não há imprensa no Brasil capaz de afrontar-se com a classe superior em prol da democracia e dos verdadeiros princípios constitucionais; nem haverá enquanto o povo não a puder acoroçar.

Os escritores têm legítimas ambições. Outrora o mundo oficial os considerava meros instrumentos, remunerando-os com empregos subalternos; atualmente foram admitidos ao grêmio, mas sob a condição rigorosa de respeitar as tradições e render culto às conveniências.

É escusado insistir em uma demonstração que diariamente se está fazendo ao vivo nos próprios fatos.

Empresas industriais, associações mercantis, bancos, obras públicas, operações financeiras, privilégios, fornecimentos, todas essas fontes abun-

dantes de riquezas improvisadas, emanam das alturas do poder. A burocracia as despeja a flux para os prediletos; e estanca para os desvalidos.

Há fortunas avultadas, laboriosamente adquiridas; outras que se formam lentamente no comércio e agricultura fora do bafo protetor da administração. Essas mesmas não obterão a consideração que almejam, e o respeito a que têm direito, se não renderem preito à suserania oficial.

Cometam esse atentado, e o cofre das graças, escâncaro para tantas mediocridades, nunca se abrirá ao trabalho honrado. O subdelegado da paróquia, no primeiro ensejo favorável, descarregaria sobre o ousado todo seu despotismo vilão!

Assim os diversos elementos de que se deve compor a mente nacional ficam sopitados; o espírito agrícola, mercantil, literário e artístico, tolhidos no desenvolvimento, não concorrem a formar a opinião pública. Só vive, pensa e governa no Brasil, o espírito burocrático.

Ajeitados o parlamento e a opinião, a burocracia espera da Coroa o ministério para governar.

Stuart Mill a propósito da onipotência da aristocracia russa diz com muita graça, que o Czar pode mandar para Sibéria todos os seus membros um por um; mas não tem força para governar contra a vontade dessa classe.

No Brasil os ministros são nomeados pela Coroa; mas quem faz o gabinete é somente a burocracia; nela reside a soberania popular fraudada à nação.

Quaisquer que sejam os nomes por vós escolhidos, senhor, caracteres íntegros, vontades rígidas, o corpo oficial logo os absorve e amalgama formando deles membros de tal monstro, que seus próprios amigos os desconhecem.

A aristocracia entre nós não tem felizmente, como em outros países, força própria e intrínseca, ou base sólida e profunda. É parasita e superficial. Extrai o suco das outras classes estranhas à administração, jungindo-as ao seu carro. As raízes que a prendem ao poder são frágeis, porque nem repousam na permanência dos cargos, nem na popularidade.

Tal é o motivo do culto rendido à realeza. Todas essas individualidades esperam com impaciência um fragmento do poder; cegamente submetem-se à sombra da vontade imperial, julgando que este é o cami-

nho mais breve e fácil para subir às eminências do governo, pelo qual se mirram.

Na mão de um usurpador esse corpo sedento de ambição fora um instrumento maleável para qualquer despotismo que o admitisse à partilha na tirania e lhe acenasse com larga cota de vaidades.

É provável que, reunidos em assembléia, hesitassem um instante; questão de pudor em uns; de desconfiança em outros. Mas escalados em grupos, e postos em face das radiantes promessas, nenhum resistiria à tentação, a não ser pela mesquinhez do salário.

Eis como sob as exterioridades do sistema representativo coexistem duas cousas até certo ponto contraditórias; a soberania burocrática, sobreposta à nação, e a ditadura ministerial, disfarçada com a máscara do governo pessoal.

Sempre que nas monarquias o elemento aristocrático toma proporções amplas, observa-se uma convergência mútua entre a realeza e a democracia. Natural pendor as aproxima.

Desde 1860 que eu observo a tendência de vosso espírito, senhor. Rompendo com a anterior reserva, começastes a prodigalizar a augusta pessoa em certos atos, aproveitando as ocasiões de entrar mais no seio do povo.

Esse impulso que assusta o mundo oficial, não é sintoma de absolutismo como a muitos se afigura; sim a aspiração legítima da realeza, para quebrar o círculo de ferro que a estreita, e renovar a aliança constitucional com a democracia.

O instinto do povo brasileiro o adverte da nobreza e justiça dessa nova atitude da Coroa. Ele responde constantemente com transportes de gratidão e assomos de esperanças às intenções do soberano.

Mas esses esforços não bastam para aluir a barreira compacta da burocracia. Enquanto a Coroa temporiza e a opinião espera, a corrupção lastra e adquire uma intensidade, perigosa.

Alguns espíritos bem-intencionados que se preocupam com o aspecto carregado da atualidade, trazem a lume suas idéias elevadas. São sementes atiradas na polida superfície da rocha; avelam.

A continuar semelhante estado, porque a geral timidez fuja de ofender suscetibilidades, e levantar rancores, a catástrofe será infalível. Che-

gamos àquele ponto do desfiladeiro, em que já se não resvala, porém rola; algum tempo mais e o país se despenhará.

Absolvamo-nos do passado, sim; mas depois de o ter remido; e o meio de o remir é a confissão plena, sincera e contrita dos erros comuns. O silêncio com que se amortalha e sepulta a história contemporânea, se não fosse um terror supersticioso, seria uma fraude à opinião.

Que valeu a censura à aristocracia francesa?

Chegado o momento fatal, o povo fez o inventário do passado, balanceou os seus sofrimentos e rompeu os diques. Quanta riqueza de heroísmo, nobreza, virtude e talento inocentes não foi imolada para resgatar as torpezas dos maus!

Melhor é ter a justa consciência do próprio estado, e sondar a úlcera para lhe conhecer a profundez.

A conservação acorda então a energia abatida; e dá a coragem necessária para amputar o membro gangrenado.

Debelar a corrupção, eis o grande programa nacional, o grito da pátria, que não sufocam, nem as complicações da guerra nem as conveniências oficiais, mordanças com que se pretende abafar a opinião.

Vossa missão é árdua, senhor, mas é sublime, é quase a missão da Providência; incutir a fé nos bons e o terror nos maus.

Bem sei que a severidade vos pesa tanto como vos praz a clemência; mas há circunstâncias, e esta é uma, em que a tolerância para a culpa seria um menoscabo à virtude.

Usai do inexaurível tesouro de opinião, que vos dá a majestade e vossa grande popularidade aumenta. O olhar, a palavra, o agrado, de que fala B. Constant, são raios que animam esperanças quando brilham, e desmaiam as vaidades donde se retiram.

Estava eu bem longe ainda deste mundo político, em outro onde não reina o egoísmo, quando ouvi a um velho circunspecto falar de vossa repugnância invencível por certo homem público. Tinham exibido as provas de ato feio por ele praticado como juiz; e desde então recusastes vossa rubrica a qualquer decreto onde se lia seu nome!

Senti, ao ouvi-lo, os ditames da moral que me haviam ensinado vibrarem com força maior e se imbuírem no coração. Sou homem, sujeito ao erro, senhor; naquele instante creio que fui invulnerável.

Ingrata profissão é atualmente a da probidade! Em contágio com o vício triunfante, expostos à indiferença quando não ao motejo público, sem a mútua adesão, os homens honestos temem-se às vezes de sua própria consciência.

Achem eles ao menos na majestade um exemplo consolador, que os anime e preserve.

16 de janeiro.

X

Provastes, senhor, que em vosso reinado não há homens impossíveis: completai o magnânimo pensamento, mostrando que também não os há necessários.

Seja necessária somente a benemerência, como só deve ser impossível o vício, ainda quando o adornem as galas de um espírito superior.

Cousa acerba é a prostituição de uma bela inteligência! É o cancro no rosto, o lodo na pompa! E perigosa, produz a fascinação do mal; se a imoralidade fosse estúpida, a irrisão a expulsaria do mundo.

Era uma grande capacidade, Bacon. Subiu aos mais altos cargos; porém estreara sua carreira pela vilania, coroou-a com a concussão. Foi apeado das honras e para sempre expellido da carreira pública.

Tais exemplos, senhor, repousam o espírito na história e lhe dão vigorosa têmpera. O alto magistrado decaído recolheu à vida privada; a expiação foi digna dele. Essa grande alma depurou-se no fogo sagrado da ciência. A posteridade a absolveu.

Talentos aparecem neste país que precisam de igual redenção. A expiação do estudo e labor seria proveitosa aos seus créditos e à glória da pátria; enquanto que sua permanência na política dana o país, contagia a mocidade que desponta.

Muitos, como dizia Napoleão do indigno Talleyrand, “vivem em estado permanente de traição, mas sempre de cumplicidade com a fortuna”.

Quem são esses?...

Oh! Não temais, senhor, que desacate a majestade. Amiúde vos fazem assistir desgostoso ao espetáculo cesariano da luta de gladiadores que se dilaceram no circo público.

Não seja eu que à semelhança dos antigos atletas, me dispa na praça, cinja os rins com o látigo, reboque-me na poeira, e assim preparado nas regras da arte, arraste à arena uma reputação e trave com ela a luta de corpo.

Acometo com uma indignação funda e muito tempo socalcada a corrupção que invade meu país; as vítimas deploro-as, não as conheço. Sei eu, parte mínima deste grande enfermo, se o miasma já incubou-se em mim?

Vosso mesmo olhar de supremo juiz quiçá não devasse o caos de paixões acumuladas durante tantos anos; nem penetre a incrustação espessa de que o ódio ou a lisonja cobriam as reputações.

Talvez seja mais justo selar com a demência este passado aflitivo, do que revolver-lhe as cinzas que ainda escaldam. Reparti, senhor, a culpa por todos nós, que todos nela incorremos uns pela avidez, outros pela fraqueza, a máxima parte pela indiferença.

Vamos, ante o altar da pátria, pôr em comum os nossos erros e as nossas virtudes, para remir aqueles e fortalecer estas.

Mas também cresça a severidade depois dessa geral remissão. Daqui em diante seja o mínimo desvio grave culpa. Discrimine vosso olhar austero os bons e maus; afaste estes dos cargos e honras, e anime os esforços daqueles. Dareis assim à opinião apática um exemplo necessário.

Não vos há de retrair, nessa missão benfazeja, a resistência que porventura oponha a corrupção. Ela é forte sem dúvida, mas há de abater-se ante vossa inflexibilidade.

No momento em que assumirdes a atitude firme e severa, produzir-se-á na gente honesta uma comoção agradável que espanque o torpor. Abundam ainda felizmente os corações retos que anelam pela restauração dos costumes e das leis.

O resto são fezes, que só dão matéria vil para facções.

Não há um elo capaz de prender todos esses movimentos generosos. Os nomes ilustres, se ainda granjeiam respeito, já não inspiram confiança.

O chefe por quem a parte sã da população almeja; o pensamento diretor contra o qual não se concebem rivalidades; o centro para onde convirjam as unidades esparsas; sereis vós, senhor.

A flor do país se reunirá ao redor do trono. Esse há de ser vosso partido; o grande partido nacional da regeneração, de cuja substância devem sair os novos partidos políticos.

O resto são fezes, que só dão matéria vil para facções.

No seio mesmo da corrupção há uma parte, não eivada, e apenas comprimida. É natural que a repercussão a agite também, e lhe dê forças para sacudir o jugo da imoralidade.

Enfim, senhor, ponde ao serviço dessa causa pura os entusiasmos populares, que vosso nome desperta e atualmente se esperdiçam em estéreis manifestações! Quando o monarca tira sua força de Deus e do povo, ele é invencível e todo-poderoso no estado.

Estes atos porém não são mais que acessórios, embora importantes, da grande iniciativa que deveis tomar em relação à marcha do país.

Adotais uma política, ou liberal ou conservadora, qual à vossa alta sabedoria pareça mais acertada; porém uma política firme, honesta e franca, enunciada ante o país com civismo, realizada com energia.

Parece-me que vos estou ouvindo com a habitual concisão enunciar em termos claros e sóbrios o pensamento capital da futura administração.

A necessidade máxima da crise é educar o povo e moralizar a autoridade. Cumprir executar com boa-fé e lealdade as leis que temos, enquanto não é possível melhorá-las no que se avisará desde já e com o preciso critério.

Não se toque na lei das leis, nem para a violar, nem para a iludir. O dolo é mais pernicioso que a violência. Esta não deixa precedente; é exceção de força. Aquele é vício que fica entranhado e corrompe.

Para restaurar o sistema representativo não se há mister de alterar a Constituição, mas somente de a realizar; quando for tempo de aperfeiçoar as instituições, então recorra-se ao meio extraordinário.

A eleição dupla sobre larga base é mais democrática do que a eleição censitária. O grande Partido Liberal nunca, desde a independência até a época de seu apogeu, achou embaraços neste sistema, que a reforma democrática de 1834 respeitou.

Não sejamos tão pródigos e desdenhosos do bem já adquirido. Convém extrair das instituições atuais toda a substância possível até agora, votada ao mal e empregá-la a produzir o bem. É um esforço mais modesto que o das belas teorias; porém de suma utilidade.

Qual for a tendência das idéias, sua base essencial e nosso primeiro empenho deve ser a restauração do espírito público. Restitua-se ao povo o exercício do direito de voto de que é mero titular, e o uso dos três poderes democráticos atualmente passivos.

Para realizar estas idéias, escolheis um estadista que as partilhe sinceramente, caráter são, vontade firme, boa inteligência. Forma-se um ministério na altura da situação, um ministério exemplo, que infunda respeito e levante dedicações. Fortificai-o, senhor, com a vossa confiança plena, para que ele possa arrostar os primeiros arremessos da inveja e o pânico dos perdidos.

Se acometido o intento, devesse a Coroa de ele recuar, melhor seria não decidir-se; porque, frustrando-se essa derradeira esperança, a decepção e estupor do país serão terríveis.

Não é de presumir de um gabinete organizado sob tais auspícios e honrado com a mais nobre confiança, que se desvie da senda do dever. Quando, porém cometa semelhante fraqueza, e duvidando de si transija com a corrupção, suprimi-o, senhor, incontínênti. Vossa energia excitará novos transportes.

“A honra é sempre a melhor política.” Foi não somente uma bela frase, como uma obra gloriosa de Washington. Atualmente que se desenvolve entre nós um fervor de americanismo, seria para desejar que antes dos braços e artefatos, transportassem de preferência para esta América as virtuosas tradições daqueles rígidos cidadãos, que primeiro civilizaram a liberdade no Novo Mundo.

A prosperidade material, que muitos sonham e esperam da colonização, das estradas de ferro, da navegação dos rios, o que fora sem a regeneração moral do país? Matéria para a combustão; pasto aos vermes.

A grandeza material deste império é obra de Deus. A exuberância do solo, a força criadora do clima, hão de fazê-lo opulento infalivelmente. Do que mais necessitamos é da grandeza moral, das virtudes que ornaram a juventude dos povos; e já mareamos nós, império de ontem, nos vícios das nações decrépitas.

O primeiro ato do novo gabinete creio que será pedir-vos a dissolução da Câmara. A exposição dos motivos desse decreto valerá ante o país como a declaração formal e completa da política inaugurada.

Ainda que a Câmara estivesse disposta a aceitar a nova ordem de coisas, a verdade do sistema representativo e o decoro parlamentar exigiam a provocação às urnas.

A Câmara, representante imediato do povo, exprime a opinião atual do país, a opinião que vigorava desde o tempo de sua eleição até o momento presente. Quando o monarca entende que o bem do estado reclama outras idéias, estranhas às lutas existentes, é preciso que a opinião se pronuncie explicitamente sobre a nova política proposta pela Coroa.

A Câmara anterior é anacrônica para essa política futura; seu apoio não patentearia o voto nacional: o Senado não saberia qual atitude tomar. Por outro lado ficaria pairando sobre a fácil assembléia uma forte suspeita de corrupção ou fraqueza.

É por isso que o ministério de 30 de maio de 1862 subverteu as formas parlamentares. Inaugurando uma terceira política, estranha às duas faces da opinião reinante no Parlamento, não provocou como devera, o pronunciamento nacional.

Qual foi a conseqüência? A nova legislatura apenas instalada repudiou o gabinete; declarando por tal modo que a nação fora governada cerca de dois anos contra seu voto.

Os vícios do nosso sistema eleitoral, ninguém os desconhece; não obstante, sob a influência regeneradora da revolução iniciada pela Coroa e a ação de um governo justo, devemos esperar que a nova Câmara seja pelo menos sã e moralizada. Em pior regímen se elegeram a constituinte e as legislaturas de 1826 e 1830, assembléias notáveis pelo patriotismo e independência.

Quando porém aconteça que a nova legislatura saia das urnas contaminada pela venalidade, ou se deprave na verificação dos poderes; dissolva-a de novo, senhor, e sem hesitação, embora preste decidido apoio ao gabinete. Será um exemplo de moralidade. A posição que assumirdes perante a nação, há de acordar a consciência pública. O país sentirá que desejeis reinar sobre um povo moralizado.

Essa insistência da Coroa é legítima e salutar, apesar do que pretendam certos terroristas.

Um dos maiores políticos dos últimos tempos, Cavour, também pensava que a dissolução, longe de ser uma violência à vontade nacional, é o meio de imprimir à sua manifestação maior solenidade. Ele dissolveu uma legislatura não obstante a grande maioria que o apoiava; era necessário fazer sentir ao Senado, que resistia à firmeza da opinião do país a respeito da secularização dos bens eclesiásticos.

Não tereis necessidade porém de insistir, senhor. Essa expansão veemente do espírito público a respeito de vossa augusta pessoa, é nência de uma crise salutar, que se há de operar sob o influxo da iniciativa imperial. A nova legislatura corresponderá à situação; e votará as reformas mais urgentes, apoiando francamente o gabinete, porém mantendo ileso sua dignidade.

Deve aparecer no país uma oposição; qualquer que seja a perversão de seus instintos, desde que combater um governo honesto será coagida a moralizar-se para lutar com vantagem. Dizia o grande Pitt: “Se não tivéssemos uma oposição seria necessário inventá-la.”

O primeiro e grande benefício de vossa política será a restauração dos partidos e sua depuração. A virtude reassumirá seu império; a emulação para o bem voltará. As idéias atualmente sufocadas pelo egoísmo poderão sair a lume; em vez das grosseiras ciladas da corrupção, os princípios combaterão com as armas leais e nobres da inteligência, que não geram rancores.

Eles sentirão a necessidade de buscar o apoio das diversas classes do país, cujas tendências formam as moléculas da opinião. A agricultura, o comércio, as letras, as artes, terão a par da administração voto na causa pública, e pesarão na balança social.

Restaurados os partidos, o feudalismo das posições oficiais desaparecerá para dar lugar à verdadeira aristocracia do mérito, corrigido pela opinião, e renovada pela seiva popular. Ao ciúme e egoísmo que aleijam o talento, há de suceder a emulação que desenvolve as valentes inteligências.

Os ministros notáveis não ofuscam o brilho do trono, antes o realçam. A História não mostra um só grande rei, isolado dessas vigorosas individualidades que são na frase do Evangelho “o sal da terra” e a creme dos povos.

Criai, senhor, estadistas eminentes; suas obras, como seus nomes serão raios de vossa glória.

Quando os ilustres representantes da geração que vai sumir-se possam encher os seus dias com uma velhice de Chatam e Palmerston; quando aos novos estadistas, que se estão gastando em um doloroso atrito de paixões acerbas, se ofereça a longa carreira de Canning, Russell e Gladstone; e à mocidade brasileira não se antolhe um sonho impossível à rápida ascensão de um William Pitt e Robert Peel; a coroa que vos cinge a augusta fronte estará na altura de vosso nome.

O Brasil era menor há vinte anos; porém estava então mais alto, porque na sumidade que domina o trono brilhavam os grandes nomes de nossa história, de que bem raros e eclipsados restam. A pátria valia mais aos próprios olhos e à consideração das nações estrangeiras. Homens de grande mérito e alta posição eram enviados nas missões diplomáticas, hoje quase abandonadas.

Desbastem-se as clientelas para se formarem os nomes gloriosos, que atestam a existência de um grande rei e de um grande povo. Eles são como as árvores gigantes que medram nas encostas das altas montanhas, onde exuberam o húmus da terra, e manam do alto ricos mananciais.

Senhor.

O penoso sacrifício está consumado.

Muitas vezes arranquei a verdade do coração rebelde que a recusava; outras mais senti a mágoa de a ter proferido; porém ante a majestade, não sou um homem; sou uma idéia, como ela é uma instituição.

Há uma força fatal e invencível que impele as idéias a prorromperem através de uma época, ainda quando o indivíduo que lhes serve de condutor deva ser despedaçado. É um projétil que arrebenta; deixá-lo; o canhão arremessará outros.

Não têm nome as idéias. A verdade é o único batismo, como a razão é o único foro, para os indivíduos que se fazem idéias e se incorporam na massa da opinião.

Minha individualidade não foi estorvo à censura. Se alguma parte ela teve nos fatos que a razão a frio condena, a culpa lhe cabe, e mais grave que às outras.

Não a defendi contra a própria consciência; não a defenderei agora de vossa justa severidade.

24 de janeiro.

AO REDATOR DO *DIÁRIO*

12 de janeiro de 1866

Sua folha, sempre lida com prazer, trouxe-me, há dias, grande satisfação.

Não foi produzida pelo esmero da cortesia que recebi; essa é própria, do elegante escritor; eu a esperava.

Sinto que me inibisse de retribuí-la. Copiosa é a língua portuguesa, especialmente em assunto de galanteria tão culto dos nossos maiores. Sobrejou, porém a gentileza, que a exauriu na página seleta onde só desmerece o motivo.

Reverter a bizarria com os mesmos termos seria, sobre monótono, cediço. Freqüente nas colunas editoriais do *Diário* sente o público o fino quilate de uma alma de lei, e o brilho de uma inteligência da melhor água.

A satisfação a que aludo, e satisfação íntima, tem outra causa.

Vou confessá-lo em toda ingenuidade. É o receio que de envolta com muita simpatia manifesta o nobre redator de ser eu arrastado pelo desencanto até o absolutismo.

Imagino a aflição de um sacerdote inspirado da liberdade, a pensar que o devoto sincero do mesmo culto sagrado vacila na fé e resvala já para a apostasia.

Na mesma ocasião em que eram enunciados tão cordiais sentimentos, publicou seu jornal uma carta de S. Paulo. Devo ao hábil correspondente lindos elogios, que por meu mal foram logo rebatidos em praça com usura.

Sou nada menos do que – “o crocodilo feroz do despotismo, disputando a admiração dos poucos crédulos que ainda restam e os tênues almejos do magnânimo coração do rei insonte...”

A reticência não é minha; sim do indignado escritor que some-se por ela e logo após surge para mandar-me literalmente ao *diabo* sob a conduta de Horácio. Não sabia que eram conhecidos velhos o lírico latino com o anjo decaído.

Nova dose veio aumentar a minha satisfação na tarde seguinte: esta chegava do Norte.

Seu correspondente da Bahia tacha-me de feiticeiro, e naturalmente já se deleita com meu auto-de-fé. – “Em todos os países os misticismos de Erasmo têm trazido para os espíritos vertigens e desvairamentos. Erasmo reduzindo todo um edifício a pó pretende reedificá-lo? Com que materiais?”

Também nesta carta há anteriormente uma reticência à palavra *perigosas...* Aí sem dúvida mergulhou o prudente escritor o monstro, que desta vez, para guardar a cor local, deve ser algum *caramuru*. Não o afundou tanto porém, que se não veja ainda a sombra terrível.

Encheu-se a medida ao contentamento que transbordou. É para expandi-lo que dirijo esta carta ao meu sempre generoso adversário, principal redator do *Diário*.

E já que a palavra outra vez caiu da pena precise-se a intenção em que foi desde o começo empregada. Somos neste momento adversários porque estamos em posições opostas, e temos rumos ponteiros.

O coração entusiasta do nobre redator caminha do presente para o futuro; leva os olhos no horizonte límpido que douram os raios de sua inteligência. Já perlustrei esta senda; desando-a agora. Venho do futuro para o presente; da aurora para a noite; tudo é triste e árido.

Mas a ambos nos impele a mesma nobre aspiração, a liberdade. O jovem lidador marcha à sua conquista nas regiões encantadas; o desiludido alvanel esforça arrancá-la das ruínas que a obstruem. É natural que o malho do operário alua muito pardieiro, que a arma do campeão perpassa e desdenha.

Desponte a luz porém, onde quer que seja, do seio de suas esperanças, ou do fundo do meu desencanto, ela nos reunirá, espero em Deus. Já não seremos adversários.

Torno à minha satisfação.

Estes ecos da imprensa, partidos de vários pontos e condensados aos surdos rumores que burburinham nos círculos da Corte, são indícios de uma crise salutar. Anunciam eles que a pena de Erasmo não fez a autópsia de um cadáver; operou sobre corpo vivo e robusto, onde são prontas as reações.

Nas seis primeiras cartas limitei-me a estereotipar a atualidade. Para que nenhuma consideração me tolhesse, desprendi-me da minha individualidade, e de envolta com as outras fundi-a no crisol de uma razão severa.

Se pois ao contemplar o quadro fiel da situação, ergue-se ante os olhos de patriotas sinceros um vulto pavoroso, não é da imaginação do escritor que surgiu; mas do seio desta crise que tudo subverte e confunde, até o espírito dos homens bons.

Meus escritos nem são reflexos; apenas esboços. O original, buscai-o em torno; ele aí está, vos toca, envolve e oprime, como fluido deletério que abate os ânimos e entorpece os sentidos.

Pasmosa alucinação é esta que sofrem os povos em épocas decadentes. Assemelha-se à pungente ilusão dos tísicos; doce placidez os enleva, quanto mais se agrava o mal. Não os lastimem, que é irritá-los.

Diariamente saem à praça, se arreganham em público, transitam livremente por vielas e ruas, sucessos que estão de contínuo atestando um deplorável desvio da opinião. Ninguém os contesta; passam incólumes, respeitados, aplaudidos, e entram placidamente no domínio dos fatos consumados, onde são logo condecorados com o título de *precedentes*.

Um escritor lembra-se de coligir tais acontecimentos e, unindo-os pelo fio que os prende, expô-los no seu complexo à atenção dos homens cordatos. Os que aplaudiram a realidade, revoltam-se contra a imagem. O entusiasmo os deslumbrava então; punge-lhes agora a reflexão.

Muito tempo havia que Roma despedaçara sua Constituição livre. Como disse um historiador, a Cidade Eterna levantara um trono que esperou vago cerca de século por um possuidor. É pertinente lembrar que foram os Gracos que mataram a república.

Já a liberdade tinha desertado do Capitólio, onde nunca mais devia entrar; e o povo romano solicitava um senhor a quem servir! Contudo,

o nome de rei era ainda ali um objeto de aversão e horror, como fora em Atenas o título de tirano.

Aclamavam-se ditadores perpétuos com poderes soberanos; decretavam-se triunfos, erigiam-se estátuas; deferiam-se honras imortais. Mas a lisonja ousada que se atrevia até o sacrilégio, não tentou reunir as três letras execradas para saciar as ambições vaidosas.

César aceitou a estátua que o povo romano colocou no Capitólio a par de Júpiter, com a inscrição de semideus: e apesar de seu gênio, não se animou a receber o diadema que em público lhe ofereceu o cônsul Marco Antônio.

Esta página da história antiga é cheia de fundas tristezas e implacáveis lições; é o transe da devassidão do maior povo da terra. Na decrepitude de uma raça, imensa na virtude e imensa no vício, todos os países acham estímulos para a glória, e advertências na miséria.

Nossa felicidade é possuímos a monarquia para socalcar as ambições afoitas; e na monarquia um príncipe reto, liberal, invulnerável aos assaltos da paixão. Não fossem estas duas guardas que Erasmo em vez da árdua tarefa teria se limitado a escrever na página atual dos anais brasileiros: *Fuit Libertas!*

O absolutismo?... Quem não o vê? Não convive ele conosco?

Onde a minoria subjuga a maioria, aí está a tirania; seja de um seja de muitos. Repimpado nas poltronas ministeriais, espreguiçando-se nos sofás da assembléia, pedante nas repartições públicas, risonho e sedutor na imprensa, empertigado nos fardões, mostra-se em toda a parte esse Proteu da nossa política.

Só não penetrou ainda o coração daquele a quem devera mais seduzir, e a alma de alguns cidadãos prudentes que há muito sentiram o liso declive por onde resvala o país.

Alguém apareceu que tirou de seu dever coragem para afrontar o delírio. Arrancou o monstro do Parlamento, da administração, do jornalismo, da opinião, dos últimos refúgios e o arrastou ante o país para que o contemple em face!

Volta-se toda a cólera contra o imprudente! “Carregue-se este bode emissário com os nossos pecados políticos, e expulsem-no do grêmio; que vá pagar no deserto a culpa do absolutismo!”

Em boa hora venham tais assomos de indignação que, se doem ao escritor por ingratos, prazem ao coração brasileiro! Sim; como na cerimônia hebraica de bom grado me carregarei dos nossos erros passados e comigo arrastarei ao olvido o ódio e remorso deles. Mas floresça no meu país a liberdade constitucional e restaure-se o império da lei e da mora!

Sobra-me espaço. É mais um momento ao prazer desta prática. Desejo apagar os receios que nutre a meu respeito.

Não vacilo, como supõe; nem sulco em frágil esquiife ondas aparceladas. É terra firme e chão sólido que discorro: o campo foi longamente roteado; os rumos aventados pela experiência. Não se oscila neste terreno que é o das instituições juradas.

A lei e a honra quando não se provoca a nação a assumir a plenitude da soberania, permita o nobre redator que o afirme, só têm uma acepção; é a Constituição executada com probidade; é o direito e a moral; a justiça e a virtude.

Reli com atenção as cartas publicadas, investigando a frase onde o espírito de tão refletido pensador pudera ter sentido meus deslizes para o absolutismo. Cego talvez pela própria obstinação, não a encontrei.

Será na dedicação de Erasmo à pessoa de monarca; na confiança que manifesta pela ação benfazeja da Coroa; no apelo à energia da majestade?

Mas é na esfera da Constituição que se dilatam essas aspirações liberais. Invoca-se a Coroa, para reclamar dela a verdade do sistema.

Avisou com prudência o sisudo jornalista em adiar a discussão para quando tenham as idéias seu completo desenvolvimento. Não me afastarei do acerto; mas prezo em tanto sua adesão, que anelo por esboçar-me de uma maneira mais saliente, por isso que mais solta de outras considerações.

Quero a Constituição como foi escrita, não como a aleijaram. Na Constituição aparecem bem distintos os três princípios cardeais da monarquia representativa; a Coroa, o povo e o elemento intermédio ou misto, que em falta de melhor termo chamo aristocrático.

Estes três princípios se engrazam na vida política, à semelhança de rodas dentadas; não se move uma sem que as outras girem igualmente. Dessas evoluções concertadas nasce a vida representativa, a mais nobre função dos povos livres.

Nosso mecanismo constitucional está inerte; não há quem o desconheça. As molas se oxidaram; os eixos ficaram perros. Para repô-lo, e lhe restituir o movimento, é necessário o impulso pelo menos de uma das três peças: todas a um tempo fora excelente; mas era empresa para forças magnas.

Erasmus tem consciência das suas, mesmo para o mínimo empenho receia que sejam somenos. Cumpria-lhe escolher dos três pontos o mais acessível.

Acredite o nobre redator que a opção não se fez sem pausada reflexão e estudo acurado.

Viu Erasmus o povo ralado por grandes decepções, descrente dos homens que o dirigiam, entorpecido pela ignorância ou indiferença, vexado com as tribulações do presente; reconheceu que sua palavra não tinha possança para comover tantos milhões de almas derramados por vastas superfícies. E se falhando o intento apenas chegasse ao ponto de conturbar a onda, sem ter o poder de a aplacar e dirigir-lhe o curso?...Não seria tremenda a responsabilidade que pesaria sobre ele?

Erasmus recuou.

A aristocracia?... O elegante escritor há rompido, armado do seu talento, a crosta espessa e glacial, que sopita as idéias neste belo país criado para as magníficas expansões. Conhece o gesto pretensioso, o riso de mofa, o esgar da inveja, que mangram as melhores inspirações.

A classe superior apresenta todos os sintomas de decomposição. A desmoralização obceca uns, e apavora outros. Homens que deviam tomar o passo aos acontecimentos; andam vagos, múrmuros, e mais tímidos, quanto mais elevados: a altura dá vertigens. Muitos a esta hora me supõem possesso de grande cobiça ou estulto delírio.

Erasmus sentiu a impotência de sua palavra para assoberbar esta avalanche aristocrática, assim como a sentira para revolver a onda estagnada da opinião popular.

Restava a Coroa.

Ali está a cabeça da nação. Não toldam a lucidez da mente superior sombras que projetem a inveja. Sua abnegação e civismo estão provados.

Grato e fácil é o desígnio de convencer uma razão reta, quando não se tem outro prol além da verdade. Mais ainda; se a convicção já ali despontou e só aguarda espaço e vez de produzir-se.

Eis por que Erasmo se dirigiu ao trono. Lá está o que o egoísmo e a vaidade lhe recusariam em muita parte. Ouvido benévolo para o escutar; dedicação pronta para o compreender; ilustração magnânima, que não desdenha a idéia, e corrige o erro sem mofa.

É duro, quando se professa como o nobre redator o culto à verdade, sair à praça para esmolar de indolência em indolência óbolos de leitores; e recolher após afanoso lidar, travado de amarguras, com mesquinha coleta.

Para ser lido e meditado pelo imperador, Erasmo não carece de proteção, nem de engodo; basta aparecer. Acordem, os de voz estentória, a nação; congreguem, os que dispõem da senha mágica, aos capazes. Eu que não fui talhado para esses trabalhos hercúleos, faço muito elevando ao monarca os gemidos da pátria.

Pertinaz visão deve encher os olhos àqueles que enxergam nas minhas cartas o espectro do absolutismo. Não se reclama a Constituição para a conspurcar; não se invoca a honra para consumir uma obra de traição e deslealdade; não se ostenta com escandalosa publicidade um plano, cujo sucesso está no mistério, na surpresa, no silêncio.

Quem porventura deseje o absolutismo, dorme placidamente embalado pela corrente, e foge de torvar a veia: segue o curso dos acontecimentos. Mas penso eu que se ilude; o sono do povo brasileiro, confiado na virtude de seu monarca é possível; sua servidão, não acredito.

Na América a liberdade foi contemporânea da terra, disse Chateaubriand. Tudo neste solo tem um cunho de independência. A natureza quebrou aqui os antigos moldes e fundiu cousas desconhecidas. Estes mares rejeitaram durante séculos o domínio do homem. A selva disputa ao lavrador com tenacidade sua conquista.

Enfim foram os Estados Unidos que deram à França o exemplo da liberdade, que dali reverberou por toda a Europa. Escapou um canto na extrema meridional, onde o velho despotismo português repastava. Nós lhe mandamos primeiro aviso em 1789 e segundo em 1817.

Assim a civilização vem da Europa para a virgem América; a liberdade vai da América, onde se refugiara desde a Antiguidade para a decrepita Europa.

Acredito que o Brasil, destinado a representar no Novo Mundo as gloriosas tradições da raça latina, não há de esquecer o que deve à sua origem americana. Mas é certo que a própria opulência o dana. Ele desperdiça a liberdade julgando que nunca lha poderão arrebatá-lo; esbanja o tempo, porque a mocidade se lhe afigura eterna; dissipa sua riqueza, confiado neste solo cujas entranhas de ouro jamais se hão de exaurir.

Se o desbarato das forças continuar, não há vigor que resista. Estamos cercados de exemplos palpitantes dessa extenuação precoce da substância nacional. Aprenda neles o Brasil a zelar os tesouros que a Providência lhe confiou.

É tempo.

Não demos razão a esta palavra de Daniel Webster: – Que as esperanças da liberdade repousam unicamente sobre a inteligência e vigor da raça saxônia!

AO VISCONDE DE ITABORAÍ

CARTA SOBRE A CRISE FINANCEIRA

HONRADO VISCONDE

De todos os epítetos que vos cabem e andam constantemente unidos a um nome tão puro, escolho o menos cediço neste período de decadência. É sobretudo como tipo de probidade, política e civil, que vossa pessoa destaca na atualidade. Não sois o único, porém um dos poucos contra quem não se atreveu ainda a maledicência.

O país regozijou-se contemplando a posição que ultimamente assumistes no Senado brasileiro. Destes um grande exemplo que há de ser profícuo. Como Odillon Barrot, entendeis que “o desânimo para os homens políticos é uma deserção à causa pública”.

Enquanto a política dos últimos tempos se dirigia só pelo pensamento de dispersar os partidos e estragar seus chefes, retraístes ao silêncio.

Sincero monarquista, vos esmorecia a idéia de abalar a grande instituição, travando luta com uma ordem de cousas que se afirmou decorrer do alto.

Este nobre escrúpulo é da alçada da própria consciência; não o discutirei, tanto mais quanto já entrou no domínio dos fatos consumados.

Atualmente vossa posição é outra; não mais de abstenção, porém de resistência.

Já não se trata da ingrata exclusão de um partido e do menoscabo de notáveis estadistas, questões domésticas da política. São os destinos da pátria e a estabilidade daquela mesma instituição, cujo respeito vos tolhia e aos vossos amigos, que perigam.

As palavras severas que proferistes no Senado comoveram a opinião. Qual for a sorte que ao Brasil reserve a Providência, reste-lhe de tantos males este consolo: que nos dias da tribulação e angústia se achará com os melhores de seus grandes cidadãos.

No retiro onde vos acolhestes das antigas lides, foram um depois do outro os jovens estadistas que oprimia o imaginário círculo de ferro prestar, coagidos pela necessidade, plena homenagem à vossa consumada experiência. Não vos mostrastes então avaro dos cabedais acumulados, como tinham direito aqueles a quem pretenderam encostar à guisa de inúteis medalhões.

Infelizmente as luzes, que de bom grado infundiam vosso conselho no espírito dos improvisados financeiros, desmaiavam ali, ou se dispergiavam em constantes oscilações. A situação econômica do país, que pudera ser próspera atualmente se a dirigisse um estadista de vosso quilate, desandou ao ponto de chegar ao estado aterrador em que neste momento se manifesta por todas as faces.

Em países de opinião viva, sempre que uma questão por sua importância e gravidade ressalta na superfície da atualidade, os grandes talentos profissionais logo se apoderam dela e a saturam de razão e ciência. Entrando nos canais da circulação, os luminosos pensamentos filtram pelo espírito público: e a verdade surge afinal semelhante a uma flama cintilante. Os estranhos, como eu, à especialidade, não têm mais que abrir os olhos para receber a luz em cheio.

Quando, porém, falta a seiva da opinião para alentar a discussão e o estudo, as questões mais salientes não provocam a atenção dos mestres

senão como assunto de curiosidade; ficam dormidas no gabinete as sábias lucubrações, e o espírito público, estanco, não refluí as idéias suculentas que geram a convicção.

Então cada cidadão, atônito ante a assustadora perspectiva econômica de seu país, não achando na circulação um pensamento para o confortar e dirigir, busca instintivamente dentro em si, no âmago da própria razão, essa confiança que lhe não influi a sabedoria recôndita ou estagnada.

Assim aconteceu comigo. Há dias surpreendi meu espírito a submergir-se pelas profundezas da questão econômica, onde tantos engenhos bem reputados já soçobraram. Trouxe dessa exploração uma idéia, que venho submeter à vossa experiência, como o merecido tributo ao abalizado entre os nossos financeiros.

Nada sou nesta ciência em que professais; não pretendo mesmo ao título de discípulo da escola que vos reconhece por mestre. Mas toda a idéia, como todo o produto, é útil; essa criação do espírito, ainda mesmo erro, significa um elo na cadeia da opinião, da mesma forma que toda a criação da natureza, imundície ou monstro, se prende à cadeia universal dos seres.

Se na minha opinião houver bom gérmen, este vingará à sombra de vosso nome; caso não passe de uma ilusão do espírito crente e ansioso do bem público, ainda assim estimulando em vossa mente o senso da crítica, próprio da verdadeira ciência, talvez seja ocasião para nova e sempre útil meditação.

É original a idéia, neste sentido, que me foi ela incutida pela própria observação; recebi-a diretamente dos fatos atuais. Não é nova, porém, a lembrança; se não em sua íntegra, ao menos por fragmentos tem ela já subido à tona da publicidade. Indica esta circunstância que é ela de boa semente, pois vem espontaneamente em vários espíritos.

Ninguém melhor que vós, honrado Visconde, conhece a nossa tal situação econômica, e o curso das causas que a produziram e vieram desenvolvendo desde anos anteriores. Houvera, pois, impertinência em quem se propusesse a instruir-vos do que aprendeu em vossos trabalhos recentes.

Careço, porém, de expor a fisionomia da crise, como a vê o relanço de uma vista acanhada, porque este é o quadro dentro do qual deve ser traçado o esboço de um plano qualquer para a restauração do nosso crédito.

Desenha a atual situação econômica um traço bem saliente, a confusão de crédito.

Em todos os países de grande movimento industrial destacam-se incisivamente as duas espécies de crédito, mercantil e predial. Ambos giram em uma esfera distinta; se rara e indiretamente se atingem, é acidente imperceptível que não perturba a marcha regular de ambos os motores.

Os capitais ativos e arrojados, que se aventuram nas transações com a ambição de multiplicar-se, alimentam o crédito mercantil, essencialmente móbil, rápido em suas evoluções, inexorável em seus empenhos. Em muitas praças esse fundo rolante do comércio arrasta uma parte das reservas particulares, cabedal civil que procura nesse emprego arriscado maior juro.

Os capitais modestos e sedentários que aspiram de preferência a uma renda módica, porém segura e permanente; esses, a quase totalidade da riqueza monetária civil, entretêm o crédito predial, de natureza imóvel, como a propriedade sobre que reside, lento na sua marcha, e paciente no reembolso desde que o prêmio for pontualmente satisfeito.

No Brasil os dois créditos se acham envolvidos um no outro, e tão aderentes, que raro banco ou capitalista não os terá confusos em sua carteira e talvez no mesmo título. Todas as nossas transações se prendem por filamentos mais ou menos longos e tortuosos à lavoura, grande raiz de toda essa ramificação.

As causas da anomalia são conhecidas, e atuaram em sentido divergente.

De um lado o vício do nosso regime hipotecário afugentava os capitais particulares desse emprego: era aí que pululava a fraude e a usura, e se colhiam os lucros enormes, porém arriscados. Esse torvo caráter do crédito predial infundia no dinheiro civil o mesmo pavor que em outros países a agiotagem mercantil.

Ao inverso, a boa-fé proverbial do comércio brasileiro, a serenidade em que tinha sempre corrido a nossa existência industrial, quase virgem de grandes estremecimentos, deviam inspirar os particulares a maior confiança, e atrair a esse emprego considerado seguro e lucrativo suas economias.

Privado assim absolutamente dos subsídios que lhe podiam dar os capitais civis, o crédito predial, especialmente o ramo agrícola, teria pe-

recido, e com ele a lavoura, se o comércio embora sob onerosas condições não fosse em seu auxílio.

Assim operou-se a missão dos dois créditos; e dessa missão derivaram muí naturalmente, como vou demonstrar, as dificuldades que travam a situação econômica do Brasil neste momento.

O crédito, ninguém o ignora, é um mero instrumento do capital, que serve para lhe acelerar a marcha, como o vapor precipita a rotação de um cilindro. A mesma soma de capital que privada do impulso do crédito, apenas realizaria em certo período uma evolução, pode, tocada pelo motor, completar dentro do mesmo espaço três e quatro.

Essa rapidez, porém, varia consideravelmente entre as duas espécies de crédito; em nosso país mesmo a proporção é enorme; o crédito mercantil funciona por meses, o agrícola por anos.

Desde, pois, que esse último crédito calcava-se no outro, a consequência necessária era entrar a marcha acelerada das operações mercantis jungindo-as à lenta e tardia amortização das dívidas da lavoura. Cada nova letra agrícola, que ia por intermédio dos comissionários invadindo o domínio do comércio, entorpecia a porção do capital circulante, servido por essa tração do crédito mercantil.

Há entre a soma das operações anuais de uma praça e seu capital rolante um justo equilíbrio, que não se rompe impunemente. Se as operações excedem às forças do capital, dilatadas pelo crédito até o limite racional, a liquidação logo corrige essa exorbitância; se ao contrário o círculo das transações se acanha, o crédito retrai-se naturalmente, e o dinheiro abunda.

Ninguém ignora que problema difícil tem sido, nos mais adiantados países, este de fornecer capitais à lavoura. No Brasil, país novo, onde se pode dizer que a grande propriedade está ainda em gestação, e onde por conseguinte não há sobras, é fácil de apreciar os efeitos desse desvio do fundo comercial para a lavoura.

Exaurido a pouco e pouco o crédito mercantil, e indiretamente imobilizado, a consequência devia ser, ou a paralisia do comércio por falta de seiva, ou a extravasão da emissão bancária além de suas margens naturais, para poder servir conjuntamente o comércio e a agricultura, que dela se nutriam.

Nestas circunstâncias, o centro e diretor de nosso crédito o Banco do Brasil, julgou com acordo do governo preferível o último arbítrio, que figurou-se um apelo para o futuro, enquanto o primeiro era a aniquilação da indústria nacional. Não é ensejo de instituir exame a respeito desse passo, encetado em princípio com certo receio e afinal sob a influência de acontecimentos aterradores. O fato está consumado.

Com a suspensão do troco das notas em ouro e a elevação ao triplo da emissão em setembro de 1864, coroou-se a latente revolução que se operava desde a criação do Banco do Brasil.

Nessa revolução entrara um elemento secundário, que é oportuno assinalar.

Sempre que um instrumento qualquer de progresso é de novo introduzido em um país, enquanto não se forma certa experiência e destreza no seu emprego, aparecem necessariamente muitos erros e até desastres. Assim devia acontecer no Brasil com o crédito e a associação, cujo desenvolvimento data de quinze anos. Pouco afeito ainda a manejar essas duas poderosas máquinas da indústria, o comércio brasileiro foi vítima da mesma ilusão de outros povos; acreditou que o crédito criava capitais e os multiplicava, quando sua verdadeira e legítima função é unicamente acelerar o giro do capital.

Dessa imperícia no manejo do crédito, junta aos abusos da associação, resultaram graves prejuízos. Certa massa avultada de mau papel se foi acumulando nas carteiras dos negociantes e banqueiros, e alguma dela chegou mesmo a penetrar na carteira dos bancos. A praça começou desde então a ressentir-se de um mal-estar, sintoma infalível de morbidez.

Entretanto a liquidação se houvera feito com perdas inevitáveis, mas sem profundo abalo, se o crédito mercantil já não se achasse urdido com o crédito agrícola. Imobilizada grande soma de capitais, não sobrava bastante para efetuar a liquidação: esta equivalera a uma insolvência geral. A salvação comum fez convergir, portanto, os esforços de todos para o adiantamento indefinido desse grande balanço que estremecia a praça.

Mas há um cúmulo também para os fatos; atingindo ele o transbordamento é necessário e fatal. Em setembro de 1864 parece que havíamos chegado a esse ponto, pois a crise, por tanto tempo paliada, fez enfim explosão.

O alargamento da emissão do Banco do Brasil veio encher os claros deixados pela queda das casas bancárias e aniquilamento de considerável porção de valores, bem como pela retração dos depósitos particulares. Com este auxílio pudera o comércio lentamente operar a liquidação, se novas e instantes necessidades não se estivessem criando a cada momento, que exigiam maiores avanços.

A lavoura atravessa também uma crise; os braços escasseiam de um lado; do outro se tentam melhoramentos dispendiosos. Estas causas já de si poderosas, acrescidas à carestia das subsistências e aos efeitos de más colheitas anteriores, obrigam o agricultor a avultados empenhos, cujo alto prêmio os aumenta em rápida progressão.

Ora, ainda que se houvesse posto um limite aos empréstimos à lavoura, o que não era possível, bastavam os prêmios acumulados dessa grande dívida para que o crédito mercantil montasse além do nível elevado a que já o tinha subido a crise de 1864. Acresceu, porém, a guerra, que, afora seus efeitos ordinários, produziu na situação econômica do país dois fatos graves.

Foi o primeiro precipitar o escoamento dos depósitos bancários para o Tesouro, criando assim de repente no mercado um grande vácuo, que não podia ser logo preenchido. Daí a maior inanição de uma praça já oprimida e extenuada pelo desenvolvimento da crise remota.

O segundo fenômeno, e mais grave, foi a completa monetização do papel bancário, como um meio sub-reptício de fornecer recursos ao governo. Consideram em geral os economistas, e entre eles M. Chevalier, como papel-moeda, as notas bancárias inconversíveis. Há talvez excessivo rigor nessa apreciação: ainda mesmo inconversível, a emissão de um banco representa certa massa de operações, e, portanto, um acerto de valores, que abona o reembolso: a suspensão do troco pode indicar emigração de metais, mas não penúria de capitais.

Quando, porém, se lança em circulação papel que não representa uma transação mercantil, e, portanto, não é substituído por títulos e valores; quando a origem e causa de semelhante papel é unicamente a garantia e compromisso do governo, qualquer que seja a forma e o nome, aí estão reunidos todos os característicos dessa moeda simbólica.

O governo, pois, monetizou aquele algarismo já avultado da emissão, que ele extraiu do banco. Com esta desgraçada operação agravou extraordinariamente a crise; pois, contagiando a parte sã com o vírus da parte contaminada, dissipou a confiança já abalada no primeiro estabelecimento de crédito. Melhor valera, como opinou o luminoso parecer do conselho de estado, a emissão franca e legal de papel-moeda.

Assim, absorvido de um lado pelas necessidades crescentes do comércio e lavoura, exausto do outro pela tromba sugante do Tesouro, o Banco do Brasil foi coagido a distender ainda o já amplo círculo da emissão. O triplo estava excedido, antes mesmo da repercussão da crise inglesa; a progressão deve ter continuado e há de continuar.

Eis, portanto, a situação econômica em seus traços fisionômicos:

– Absorção do crédito mercantil em larga escala pela nossa lavoura, que não tem outra fonte onde se nutra.

Este é o contorno geral.

– Abatimento do comércio, já pela opressão de grande massa de papel da lavoura, já por graves prejuízos incubados que minam a confiança.

– Exaustão da seiva mercantil pelo tesouro, que não só atrai os capitais volantes tocados pelo pânico, mas oprime e deprecia o papel bancário monetizando-o.

Estes são os perfis. Outros se poderiam traçar ainda, porém de mínima importância e apenas gestos efêmeros que sempre acompanham as crises.

Tal é o mal; qual o remédio?

Acometo agora essa parte, a mais árdua do assunto: se a patologia das crises sociais, como das crises animais, reclama grande observação, o tratamento delas depende não somente de muita experiência, porém freqüentes vezes de uma inspiração feliz. Grandes financeiros ingleses deveram o começo de sua reputação a uma dessas cartadas atrevidas no jogo econômico do país.

Antes de buscar o remédio próprio, não seria supérfluo escolher a espécie dele. Todo o mal, físico ou moral, cura-se por dois únicos meios. Um violento, incisivo, rápido; é o sistema da ablação. Outro brando, paliativo, gradual; é o sistema da cicatrização. Quando a úlcera for perigosa

e atacar apenas um membro prescindível do organismo, ampute-se a parte ofendida. Se, porém, já o princípio mórbido grassou por todo o organismo, o único meio é depurar.

A nossa crise econômica é desta última natureza. Pode-se afirmar que não há no comércio brasileiro uma só fibra que esteja inteiramente sã e intacta. Torna-se, portanto, necessário restituir a vitalidade a esses órgãos, separando com suma prudência aquela parte inteiramente corrompida, que porventura esteja contagiando a outra. Salve-se quanto for possível e somente sacrifique-se o indispensável.

O meio de alcançar esse fim desejado, o próprio mal o está indicando. Se o traço saliente da crise, seu esboço, é a confusão dos dois créditos mercantil e agrícola, o corretivo eficaz deve ser a imediata separação daqueles instrumentos.

Organize-se efetivamente entre nós o crédito agrícola que só existe na letra morta da lei hipotecária, ou na embrionária gestação dos títulos da lavoura, que atopetam os canais da circulação mercantil. Tenha o crédito imóvel um centro poderoso, como tem no Banco do Brasil o crédito móvel.

Fundado nesta corte um grande banco agrícola brasileiro, seu efeito salutar se faria sentir imediatamente pelo transporte da avultada dívida da lavoura que enche a carteira do Banco do Brasil para a sua sede natural. Todos os lavradores de firma abonada achariam no recente estabelecimento protetor da agricultura, a longo prazo e melhores condições, os fundos necessários para remir suas letras. Se há desse papel agrícola alguma parte ruim, não creio que seja em proporção que imponha ao Banco do Brasil enorme prejuízo.

Livre dessa superfecundação opressiva das letras da lavoura e da sucção do Tesouro, o crédito mercantil entrará nos seus trilhos. A emissão, descarregada pelo transporte da dívida agrícola e saldo da conta do governo, se retrairá imediatamente a ponto de recolher-se breve à esfera nacional do duplo, e sem compressão, para que aí mesmo encerrada sirva às necessidades do comércio. Restituído esse estabelecimento ao estado normal, a consequência será o troco em ouro, que ponha termo ao fabrico infinito de um papel-moeda disfarçado.

No sentido de manter o Banco do Brasil dentro da esfera mercantil e evitar que outra vez exorbite, parece indispensável a revisão do estatuto. Nenhum papel que não seja de procedência e natureza inteiramente comercial, salvo fundos públicos, deve entrar na carteira desse estabelecimento. O governo saldará sua dívida e se absterá para o futuro de desviar, de seu emprego natural, os fundos mercantis.

Mas esse banco agrícola, de vastas proporções, como é possível organizá-lo nas presentes circunstâncias?

Esta é a grande questão, aquela que logo surge à mente dos que estudam a atualidade; questão complexa, que envolve mais de uma dificuldade: a formação de tão avultado capital como se faz necessário; a confiança para que esse capital busque um emprego que tem sempre em todos os países repugnado; a oscilação constante do valor da nossa propriedade rural junta à incerteza de seu título; os hábitos dos nossos lavradores, difíceis de submeterem-se à pontualidade e exatidão de um novo regímen.

Vou expor meu plano: e, se não me ilude uma fagueira esperança, creio que ele remove uns e atenua outros desses óbices, prestando ao mesmo tempo às finanças do Estado um serviço que elas estão debalde reclamando do comércio inanido.

Emita o estado uma série especial de *apólices agrícolas* do valor nominal de um conto de réis, podendo fracioná-las por metade, ou quinto. O portador desta apólice seja acionista do banco agrícola, com direito a um dividendo máximo de 8% garantido pelo governo até a quota de 6% amortizável no prazo de cinquenta anos.

O banco agrícola, cujo fundo é representado em títulos de dívida pública, terá o direito de emitir até o duplo desse fundo. O produto de emissão não pode ser empregado senão em empréstimos diretos à lavoura, à taxa de 10% e segundo um cadastro anual organizado pelo estabelecimento e aprovado pelo Tesouro. Como base do máximo do crédito aberto a cada lavrador, se atenderá ao termo médio de sua colheita anual, à vista das faturas de venda nos cinco anos anteriores.

O lavrador mutuário hipotecará ao banco sua propriedade; obrigando-se a remir a dívida e pagar o prêmio por anuidade, na proporção da colheita que obtiver; contanto que em vinte e cinco anos se haja libertado

completamente. Deste modo atende-se às vicissitudes da safra, compensando os maus com os bons anos.

Suposto que o banco empregue imediatamente dois terços da emissão, reservando o resto para novos avanços futuros, perceberá sobre o fundo real das apólices um prêmio de 13%. Deduzindo 3% para os gastos da administração; 2% para um fundo de reserva destinado à amortização das apólices; se repartirá pelos acionistas 8%, máximo dividendo.

Haja, porém, alguma falha nesse cálculo, de modo que não se possa, feitas as deduções, dividir 8%. O estado, que garantiu esse máximo até a quota de 6% concorrendo com 1, 2, ou 3% para preencher a falha, teria feito ainda assim uma operação magnífica. Isto é por uma concessão; pois estou convencido que o banco jamais deixará de pagar aos acionistas os 8%.

Aí está formado o capital e impelido para a lavoura, por um empréstimo do estado, o qual, servindo-se dele, ao mesmo tempo lhe garante o mais rendoso dos empregos seguros na atualidade: fundos públicos de 8% ao portador. Quanto à oscilação da propriedade rural e aos hábitos inveterados dos lavradores, são respeitados pela idéia de assentar as anuidades e o prêmio sobre a colheita, que forma atualmente a base das transações agrícolas.

Se o banco vier a liquidar-se, o que só pode suceder por falta de exação dos devedores, o estado como fiador pelo capital e emissão ficará sub-rogado nas hipotecas e poderá cobrar por via executiva sua importância e juros. Esta cláusula é rigorosa, porém justa; a lavoura não pode esquivar-se a garantir o estado quando este contrai grandes compromissos para auxiliá-la.

Releva notar que o benefício da instituição não deve restringir-se à Corte: cumpre que o resto do país, tão pouco desvelado pelo governo central, participe do impulso. Em toda província onde apareçam tomadores de apólices agrícolas em proporção razoável é justo criar uma caixa ou agência sob as mesmas bases.

Duas importantes objeções se levantam ao exame deste projeto: a existência de uma emissão inconversível, com certo caráter de papel-moeda, o que é um mal presente e uma das causas atuantes da crise; e o abalroamento de um mercado já repleto, por essa nova grande massa de papel que vem obstruir os canais da circulação.

Sérias são ambas as objeções, e em face da ciência não houvera réplica: mas um estado anormal não comporta de repente o rigorismo da teoria.

Temos uma grande emissão inconversível; acabar com ela de repente fora uma calamidade. Equivalia a sufocar a praça, a tirar ao comércio a respiração. O cerceamento há de ser gradual. Ora, substituir grande parte desse papel inconversível e eivado já da desconfiança, por outro novo e vigoroso, é um primeiro benefício que alentará a circulação.

Acresce que o novo papel agrícola não pode rigorosamente ser considerado inconversível. O produto das anuidades pagas pelos lavradores corresponde a uma soma igual de notas emitidas; no fim de cada ano, pois, tem o banco com que retirar uma fração de sua emissão ou preparar-se para a próxima conversão.

Quanto ao regurgitamento produzido pelo novo papel bancário, já se advertiu que parte é apenas uma substituição do atual, pois a emissão do Banco do Brasil desceria ao duplo. Uma grande sobra haverá sem dúvida; mas, tudo induz a crer não produziria o temido efeito de pejar os canais de circulação por modo que chegue a obstruí-lo.

Nas circunstâncias anormais em que se acha o país, é necessário não só manter por algum tempo a circulação exagerada que as circunstâncias fundaram, como até alargá-la ainda mais, a fim de que as transações realizadas e os valores empenhados possam se desenrolar sem perigo do movimento mercantil e retrair-se gradualmente.

De primeiro lance parece absurdo o princípio de dar alas ao que se empreende restringir; tal é porém a lei da natureza, nas revoluções físicas, da mesma forma que nas revoluções morais. Proponha-se alguém a destrinçar o enredo de um fio: se lhe prenderem a meada de sorte que o enleio não se afrouxe será vão o intento. Carece relaxar os nós para desatá-los, abrir os passes e estendê-los para retirar as pontas.

Idêntico processo reclama a atual circulação: o papel bancário é o fio urdido a que se deve dar largas para o desenlear. Fora desse meio só há, para tais nós gordianos, a espada de Alexandre, que nem todas as mãos sabem empunhar, e nem todos os tempos suportam.

Atenda-se também a outras circunstâncias próprias para desvanecer os receios daquela sobra de papel bancário. Com a instituição do crédito agrícola regularizam-se os empréstimos da lavoura, assentando-os sobre uma

base mais sólida e conhecida. Valores suspeitos, que atualmente circulam no comércio sem título bastante e somente pelo respeito a certas firmas, devem de adquirir na praça o direito de cidade, e portanto a confiança geral.

A circulação é, pois, alentada com esta revalidação de valores já existentes, mas agora precários pela sua natureza incerta. Demais, deve o banco agrícola produzir na lavoura do país grande animação e movimento com a inoculação de avultados capitais que fomentem nova produção e desenvolvam a atual. Aí estão, portanto, margens largas, por onde se possa espraiair o pretendido excesso de papel, sem receio de refluxo contra o mercado da corte.

Uma última razão.

O governo tem de emitir grande massa de papel-moeda: e infelizmente já se atentou contra a Constituição lançando na circulação bilhetes ilegais ou com o cunho do tesouro, ou com o cunho do Banco do Brasil. Quando vós, ilustre Visconde, o acérrimo adversário do papel-moeda, chegastes ao Conselho de Estado a reconhecer aquela dura necessidade, não há quem a possa contestar.

À emissão oficial me parece preferível à emissão agrícola, embora dupla.

A emissão oficial, ainda singela, pesaria tanto ou mais sobre o mercado que a outra. Por um lado se concentraria nos mesmos canais já repletos e se acumularia sobre o papel do Banco do Brasil, ainda onerado com a dívida da lavoura. Por outro não ofereceria a condição salutar da amortização gradual dentro do prazo de 50 anos, nem o apoio de uma larga base hipotecária.

Está feito o esboço do plano. Das linhas gerais se deduzem suas vantagens reais.

São elas:

Para o Estado, a melhor operação no sentido de alcançar de pronto fundos bem difíceis de obter no momento: um empréstimo, pelo qual nas piores condições só pagará 3% de juro e cuja amortização lhe custa apenas a concessão da emissão.

Para a lavoura, a organização do crédito agrícola, que libere essa indústria dos gravames atuais, fornecendo-lhe fundos suficientes ao prêmio razoável de 10%, e vigorando-a com a seiva do capital.

Para o comércio, o alívio de seu mercado, obstruído pela grande massa de papel de lavoura; o desfogo da pressão do governo sobre a esfera

de suas transações; e como conseqüência o pronto restabelecimento do equilíbrio por uma liquidação moderada.

Para os particulares, um emprego rendoso e seguro de suas reservas, muitas agora retraídas pelo pânico, e improdutivas, ou eivadas de uma tendência manifesta para a dissipação. É fato reconhecido que, além da destruição de capitais, a crise tem causado a dispersão de muitos e impedido a formação de outros. Quem não confia no dia de amanhã gasta quanto ganha, e perde o estímulo de adquirir. Sobe o consumo e a produção desce. As veias que alimentam os capitais se escoam para o estrangeiro.

Sobre estas vantagens cumpre adicionar uma, indireta e complexa, em benefício de todos, do Tesouro como das indústrias e particulares. A consolidação do nosso estado financeiro atualmente tão precário, restaurando todas as forças econômicas do país, não somente há de robustecer as posses abaladas e firmar os valores; deve também preparar uma área franca e sólida para o desenvolvimento do novo sistema de contribuições, que venha combater os futuros *deficits*.

Deixo entregue a idéia ao financeiro; aproveite-a ele se a julgar útil, se não abandone-a à veia da corrente que tudo arrasta, de envolta com o lixo desta atualidade, para o profundo abismo do ontem.

Limitei-me à simples explanação. Nesta oficina do trabalho intelectual cada um tem sua especialidade, como na loja do artista. A ciência forneceu a matéria-prima, o pensamento, nosso gesso ou mármore.

A mim, aprendiz, coube a obra grossa, desbastar o cepo; a vós, mestre, o fino labor, a escultura do pensamento de que há de sair à estátua da lei.

AO MARQUÊS DE OLINDA

*Accinge, sicut vir, lumbos tuos;
interrogabo te, responde mihi*
(JOB, cap. 33, v. 3º)

NOBRE MARQUÊS

Os monumentos ressumbram sempre n'alma de quem os contempla um sentimento de calma veneração, travado embora de certo ressaibo melancólico, exsudação do passado.

Sois vós, marquês, um monumento da pátria; múmia da história brasileira, que em obediência aos antigos ritos ainda espera, patente à admiração dos coevos, a marmórea pirâmide. E ordene Deus conceder-lhe compridos anos e vigor bastante para reparar neste mundo os males que há causado.

É, pois, cheio de veneração que me aproximo de vossa pessoa. Ao penetrar os umbrais de uma existência política tão longa e trabalhada, sinto invadir-me um santo pavor. Afigura-se ao torvado espírito, que devasso a lúgubre solidão de um panteon histórico e profano o jazigo dos mortos.

Aqui, receio pisar as cinzas de Vasconcelos, José Clemente, Paraná, e outros operários ilustres da grande obra de 1837; além, singular alucinação, vejo destacadas no vácuo lívido as sombras venerandas dos liberais conduzidas por Evaristo, Feijó e Vergueiro. Levantam-se do túmulo espavoridas, e esforçam desprender a mortalha da mão ímpia que a dilacera!

Não tema o ilustre ancião desacatos de minha palavra. Ignorante das fórmulas aristocráticas e nua de brilhantes atavios, sabe ela todavia o que deve aos nomes gloriosos de sua pátria e às cãs veneráveis alvejadas nas lides nacionais pelo bafo das vigílias.

Sobretudo serene vossa velhice uma convicção. Não sou, marquês, algum fosseiro de ruínas, desses que se deleitam com o aspecto sinistro da devastação. Longe de aspirar à ingrata missão de sapador de reputações, meu empenho sincero tem sido reparar os estragos do tempo, buscando restituir aos vultos ilustres o que hajam perdido no geral desmoronamento destes últimos anos.

Nunca, nos longos dias de vossa grandeza, passada e presente, ouvistes esta voz desconhecida ressoar, quer entre a chusma que solicitava o vosso favor, quer de envolta ao coro que vos deprimia. Virgem da lisonja, como do vitupério, ela representa já o eco da História, respondendo ao brado da consciência alvoroçada.

Disse um dia Luís XVIII a seu ministro Talleyrand: “A ambição não envelhece.”

Tendes com o célebre estadista, marquês, vários pontos de íntimo contato. Reputava-o acima de todos os talentos que possuía a fina astúcia; granjeou-lhe essa prenda foros do espírito mais sagaz de toda a Europa.

Não é cortejo dizer que disputais com vantagem igual fama nesta América Meridional.

Era o príncipe grande dignidade da igreja de Cristo, que abjurou sem o menor escrúpulo para mais tarde abraçar de novo. Vossa predileção pelas matérias eclesiásticas é bem conhecida; sois o defensor da disciplina católica. Por isso, e a modelo do bispo, foi sob vossa dominação que a religião do Estado viu-se, com escândalo público e assistência do governo, assaltada na praça pública pelo mercantilismo.

Talleyrand, exímio aluno dos jesuítas, formulou a doutrina dos mestres na repetida máxima diplomática que “a palavra foi dada ao homem para ocultar o pensamento”. Não lhe ficou somenos seu ilustre êmulo americano; coligiu os princípios famosos da seita em um axioma administrativo: “É preciso resistir ao rei para melhor servir ao próprio rei.”

Os dois teoremas se valem: alcance vasto, grande profundidade, íntimo conhecimento da fragilidade humana, são traços que logo ferem o espírito em ambos. O primeiro, porém, é mais escolástico; o segundo mais prático. Há naquele filosofia; neste sólida experiência.

Pouco se alcança em vendar o pensamento com a palavra, quando ela tem de sair a lume nos fatos. Muito ao contrário, se o ato que se produz e traz um nome fica não obstante órfão do agente e inteiramente anônimo.

Tal é o sublime efeito do axioma administrativo criado para uso dos ministros da Coroa. Um exemplo: Resolve-se a partida do monarca para Uruguaiana; o presidente do Conselho declara na assembléia geral que o ministério resistiu, mas a vontade imperial era imutável!

Outro exemplo: um gabinete impossível insiste na sua retirada, diante do estrago assustador que ele tem feito no país. O soberano exige sua continuação; o ministério resiste; mas o profundo respeito à majestade move os grandes estadistas a permanecer no poder, contra sua consciência!

Reduzido o ministro a simples mola de resistência, calca-se, e ela cede. Às vezes ouve-se o sutil rangido, outras nada se percebe. Por tal modo os fatos da administração trazem consigo esse cunho equívoco e dobre que cinza a opinião.

São tais atos resultados da resistência ministerial? Provêm da vontade superior imutável, ante a qual se inclina respeitosamente o gabinete? Serviu-se ao rei contrariando sua vontade, ou subserviu-se excedendo-a?

A ninguém é dado perscrutar semelhante arcano. Vós tecestes, marquês, com perícia consumada este labirinto de Creta, onde o Minotauro ceva-se de virtude e pundonor, como outrora de inocência e beleza. Primastes sobre o diplomata que apenas conseguiu urdir tramas.

Há um ponto em que o paralelo ficou incompleto. Talleyrand serviu a uma revolução e três dinastias adversas. Não tivemos e queira Deus não tenhamos jamais senão esta abençoada, que nos deu a Providência. Faltou-vos, pois espaço para desprender os vãos ao vosso talento superior. Quantos homens célebres não sofreram essa depressão fatal dos acontecimentos?

Em compensação de semelhante lacuna quis a sorte que realizásseis a palavra dirigida a Talleyrand pelo homem que mais lhe apreciou a astúcia. Apesar da grande velhice...

Perdão, marquês. Bem sei que os velhos têm, como as damas, certo fraco; não gostam que se lhes toque na idade. Mas, para quem descobriu a eterna mocidade, os anos que se acumulam tornam-se ao contrário uma faceirice. Vós sois, marquês, como a bela Ninon de Lenclos, que aos oitenta anos fazia conquistas, e afrontava as moçoilas com o brasão de haver enfeitado três gerações de mancebos.

Chegastes à idade em que outrora os pecadores se faziam beatos e agora os estadistas escrevem suas memórias.

As memórias dos grandes ministros são um inventário útil de suas ações e um roteiro seguro para os novos publicistas. As vossas, como as de Guizot, deviam primar pela riqueza do assunto. Havendo pertencido a todos os partidos, modernos e antigos a datar da constituinte, vossa autobiografia deve ser um tesouro inexaurível de lição e conselho.

Todos, desde o republicano até o absolutista, acharão nesse novo evangelho político um tema, um exemplo, uma epígrafe, para adornar sua doutrina. Estas máximas serão para o futuro como os textos do Direito Romano, que servem aos rúbulas indistintamente para provar o pró e o contra.

Para vós, porém, não chegou ainda o tempo das memórias; estais com as mãos na obra. A ambição não encaneceu em vossa alma, venerável marquês; ao contrário, parece que frondou e refloriu com as neblinas do inverno.

Na robustez da idade, quando o espírito se arroja, apareceis na História do Brasil dando um testemunho admirável de abnegação e modéstia. Retirastes do ministério, impellido pela convicção da própria insuficiência. Mais tarde chamado de repente à alta magistratura da regência, vos cercastes de brasileiros eminentes. Repousando na imparcialidade das altas funções, deixastes que os obreiros gloriosos trabalhassem na restauração do princípio da autoridade.

É em 1851 que a ambição fermenta. Ligeira divergência vos arredou do gabinete de 29 de setembro. Neste incidente comezinho dos governos representativos, lobbrou vosso amor-próprio doído um propósito da parte de antigos correligionários de apear-vos da posição elevada que ocupastes outrora no Partido Conservador.

Inoculou-se no coração esse mau pensamento, e germinou. Tempo depois, em 1857, deitou ele os primeiros frutos, acres e perniciosos, como toda idéia que tem a raiz no ódio ou despeito. A mão que durante três anos sentira oscilar o edifício político abalado pelos tremores demagógicos travou então dos fragmentos do Partido Liberal e os manejou como aríetes para derrocar aquelas possantes colunas que haviam amparado o império nos dias da provança.

O Partido Conservador era ainda possante: resistiu ao primeiro choque, mas ficou abalado. Recolhestes ao silêncio para refazer as forças e espereitar a ocasião. Faltou então o chefe que dirigisse o partido, e o preparasse para a grande e próxima luta.

Tínhamos homens de talhe para a empresa, uns pela ilustração, outros pela popularidade: Itaboraí, Uruguai, Eusébio, Caxias, Pimenta Bueno. Mas a Providência, que já começava a desamparar-nos, depois de abater Paraná, esmorecia o coração dos vivos.

Quando em 1863 ressurgistes dos limbos de uma pasmosa mistificação, os conservadores não estavam em seu posto de honra para resistir-vos. Travastes da acha ministerial para devastar o partido estremecido.

Poucos anos depois, vossos auxiliares, meros colonos do poder conquistado com seu esforço, mortificaram por sua vez um amor-próprio tão suscetível. Organizastes o atual gabinete para debelar a revolta dos liberais. Depois de havê-los atado ao carro triunfal, o conquistador os remeteu para os gladiadores. Não os salvou do anfiteatro o sacrifício pagão ao Minotauro.

Deveis sentir, marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra.

Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe.

Quem o dissera?

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história.

Vencestes, nobre marquês; vencestes, como o velho Saul venceu Davi. Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ser sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam.

A sisudez, que é o pudor da velhice, curtiu certo bem duras humilhações. Nelas sem dúvida se aguçou vosso espírito para o trocadilho e a argúcia, que ultimamente cultivava com desvanecimento.

Nos dez anos fatais, quanta calamidade não choveu sobre esta mísera pátria! A desmoralização do governo, a corrupção infrene, o descrédito público, a ruína das finanças, o aniquilamento da indústria, e finalmente a guerra ladeada a uma pela vergonha e pela miséria!

Não vedes através do enredo confuso dos acontecimentos o fio misterioso da trama, que de liço em liço conduz à vossa pessoa?

Foi à sombra do nome ilustre do antigo regente, e com o influxo de suas palavras, que se consumou o extermínio ou o banimento de quanto havia de melhor e puro.

Levantaram-vos um pedestal; recebestes logo, à guisa dos deuses, um atributo expressivo. Como Júpiter se chamava *Olimpico*, e Plutão o *Indomável*; vós, marquês, começastes a ser conhecido entre os inúmeros devotos pelo *Venerando*. Nada se fez então que não fosse colocado sob tão valioso patrocínio.

Data de 1857 a asseveração insidiosa que derramou-se no país de uma sonhada oligarquia, solapa essa com que se minou a opinião pública

e as justas reputações nela cimentadas. Quem trouxe das altas regiões esta curiosa descoberta do círculo de ferro, senão vosso gabinete de 7 de maio? Quem primeiro deu o exemplo das mesclas ministeriais, com intento de enxertar um em outro partido? Quem levantou de repente da obscuridade onde jaziam os homens sem experiência e traquejo que vieram desgraçar a pátria?

Tal é vossa obra, marquês, nem toda de vossas mãos, porém a maior parte segundo o risco e esboço. Creio que era boa a intenção; demolistes na idéia de reconstruir melhor e mais duradouro. Não o alcançastes; faltaram forças ou os materiais senão ambas as coisas.

Até aqui a voz da História, a voz póstuma que há de falar da posteridade à vossa memória contrita. Eleve-se agora outra; a palavra severa da pátria, solícita da glória de seus filhos e aflita no seio da tribulação. Desprende a alma das contrariedades que a agitam neste momento, entrai em vós mesmo ouvireis:

Accinge sicut vir lumbos tuos, interrogabo te, responde mihi.

Cinge tua consciência, ilustre velho, para responder à pátria que interroga:

Fiz-te poderoso; da obscuridade em que nasceste te elevei à memória da posteridade. Agora, no último estádio dessa gloriosa carreira, persistes em sepultar para sempre teu nome sob as ruínas da pátria?

Enchi-te de bens de toda a sorte; dei-te riqueza, poder, lustre, honras; distribuí contigo, filho pródigo, favores que bastariam para saciar a ambição de muitos. E quando eu gemo e sofro tu dormes à sesta e consentes que os convivas de teu banquete tripudiem sobre meu corpo exânime?

É digno de um estadista de tua altura, de um brasileiro de teu caráter, esse papel mesquinho que estás representando de estribeiro-mor da política, incumbido de montar facções que me dilaceram e apear partidos que me servem?

A rija têmpera e fibra indomável que hás mostrado, com assombro de todos e vergonha desta mocidade indolente, não sentes que devam ter mais nobre emprego do que o serviço doméstico de teu amor-próprio ofendido?

Marquês! A pátria vos clama da profundeza de sua miséria. Ela tem direito de exigir a salvação do filho, seu primogênito de quantos lhe restam da benemérita geração de 1823.

Faz trinta anos que congregastes ao redor do trono o Partido Conservador; e o país foi salvo. Então só um órgão político era acatado: o

princípio da autoridade. Atualmente o mal invadiu o corpo social; a monarquia, a religião, a liberdade, os costumes, a honra, a prosperidade, todas as vísceras importantes estão ulceradas.

O instrumento de salvação, o mesmo que serviu em 1837, aí jaz atirado ao pó e desdenhado. É o grande Partido Conservador, numeroso até na imobilidade, forte ainda no abandono. Como a espada ilustre dos grandes capitães, ninguém ousa empunhá-la por acatamento às gloriosas reminiscências.

Vossa mão, porém, marquês, já lhe conhece o peso e o sestro. Erga-o ela do canto onde o arremessou, e ponha-o, ao serviço de uma causa santa. Fumem no altar da pátria, grata oferenda, as injúrias esquecidas, os ressentimentos apagados, os erros confessos.

A Providência, que em várias épocas se há revelado propícia à glória do nome vosso, traçou conceder-vos mais um favor subido e raro. Permitiu que pudésseis reparar os males de que fostes autor, nem sempre voluntário. Poucos estadistas receberam dela essa oportunidade de remir as culpas de seu passado. Uns são atalhados pela morte, outros se consomem no estéril arrependimento.

Dez anos de calamidade, dez anos, o período fatal de grandes catástrofes que a História comemora, a quarta parte de nossa existência dissipada, podem ser por vós resgatados nobremente em uma fração mínima de tempo.

Dez minutos de abnegação, marquês, por aqueles dez anos de ambição! O país não exige muito. Uma palavra de conselho ao monarca por tanto desperdício do poder; e em compensação a serenidade da consciência e a gratidão nacional.

Sede como Nestor, de quem disse Homero que a eloquência divina fluía no areópago dos reis, como os flocos de neve desatam na límpida atmosfera. Desfie assim, de uma consciência pura, o vosso conselho no coração augusto do soberano.

Recolhei no íntimo de vossa alma, como em um claustro, longe do burburinho e da miséria do mundo: conversai na solidão com as vozes íntimas; elevai-vos à esfera superior onde a mente se despoja das vestes manchadas ante o olhar da divindade.

Aí achareis a força de romper com esta situação que vos estringe como as serpentes de Laocoonte.

AO POVO

CARTAS POLÍTICAS

Nemini cedo.

I

Foge o tempo: cada instante que se escoá é mais um sopro a esvaír-se do hábito vital deste mísero país.

Dignidade, grandeza e progresso da pátria arrastam por estas ruas quais torpes andrajos de nação indigente e decrépita.

Houve tempo em que a alma do país se voltou para o trono, de onde esperava a redenção de tamanha calamidade. Concentrava-se toda a confiança na virtude e sabedoria do monarca excelente.

Largo espaço este veemente impulso da nação para se abrigar à sombra de seu legítimo e perpétuo defensor perdurou com igual intensidade. Relaxaram-se, porém, as fibras nacionais tão ansiosamente distendidas.

Agoniza enfim a robusta esperança, se já não acabou de morrer.

A própria voz que, último eco do sentimento público, repercutiu essa verdade e a levou ante a Coroa; a voz de *Erasm*o, sempre amiga e dedicada ao soberano, já não ousa balbuciar esta crença, tão válida outrora.

E como?

O sangue generoso do Brasil é neste momento entornado a jorros nos charcos do Paraguai pela imperícia dos generais mercenários, que o governo assoldou a preço de milhões para comandar nossos bravos.

Malfadada pátria! Teu solo é daquela argila vigorosa de que Deus plasma os heróis: e contudo não acharam entre eles um digno de conduzir teus irmãos à vitória!

O suor cruento do povo extenuado corre a esta hora vazado em ouro pelas campinas do rio da Prata. Entanto os chefes das famílias brasileiras, aniquilado de repente o desvelado patrimônio, sentem como pais que geram a prole para a desgraça.

A miséria, com seu cortejo ignóbil de crimes e devassidões, já fez sua entrada triunfal neste opulento império que parecia dela preservado por seus imensos recursos. Nunca há, porém, ouro bastante para o rodo da dilapidação.

Rumores surdos, assomos de impaciência das classes inferiores, circulam a cidade. Como as repercussões do solo indicam as cavernas subterâneas, tais ecos anunciam profundos ressentimentos do espírito público.

No vértice deste cataclismo, que ameaça submergir-nos, o ministério se recosta nas poltronas ministeriais “com a mesma placidez com que busca o leito do repouso”.

E a voz excelsa que devia espavorir tanta indiferença emudece. As falas do alto vão assoalhando coisas incríveis, mas que os fatos de todo o dia confirmam.

É nas colunas do trono onde o atual gabinete, foragido da opinião que o repele, se escora para ainda suste-se no poder com arreganhos de força.

Usaram em tempos remotos infligir ao parricida terrível suplício. Atavam-no ao cadáver de sua vítima. A própria consciência indignada flagelava o filho perverso e desnaturado.

Talvez influa esse pensamento para manter ainda o gabinete de 12 de maio jungido ao cadáver do governo brasileiro. Vão intento! Não se incute o remorso de sua obra a quem dela não tem a consciência.

O atual gabinete acredita que beneficia o país; cumpre render este justo tributo a sua boa-fé. É vítima de um fanatismo governamental.

A situação presente semelha a uma terrível quimera.

Um motivo ignoto, que devemos crer justo e nobre, tolhe nesta crise formidável a suprema ação da majestade. Os recentes sucessos patenteiam à evidência a triste realidade. Não será do alto que romperá a iniciativa da regeneração.

O coração do rei é inescrutável, disse o profeta. *Cor regum inscrutabile*. Devera ao inverso ser para seus povos como o firmamento, aberto e descortinado. Nele veria a soberania nacional o anúncio da serena monção da liberdade, ou as brumas da próxima tormenta.

Se o olhar do povo brasileiro penetrasse no fundo do coração íntegro e virtuoso, que a Providência colocou no fastígio do poder; se na limpidez da augusta consciência vira se refletirem claros horizontes de futuro; certo que aplacara o pavor.

Outra vez renascera a confiança, e a nação paciente aguardaria a hora da redenção.

Longe disso; enquanto se esbroa por terra e se desfaz em pó a construção laboriosa e não acabada de quarenta anos difíceis, a densidade da política imperial cada vez se obscurece mais.

Ninguém sabe o que esconde essa atmosfera espessa das altas regiões; se uma esperança tenaz, se um profundo desânimo...

Terrível fatalidade pesa nesta hora sobre o império brasileiro.

Com a rara fortuna de possuir um monarca exemplar na virtude e notável na inteligência, forte pela solidez das instituições e pelo amor dos súditos; o Brasil não pode ser arrancado ao abismo, para onde se precipita, pela mão de seu amado imperador.

Aquém da revolução inglesa figuram dois reis da mesma família, Carlos II e seu irmão Jacques II. É escusado repelir o paralelo; a história do presente reinado está virgem dos escândalos das velhas monarquias.

Um dos mais conspícuos historiadores britânicos, Macaulay, refere uma palavra do sagaz Buckingham, que desenha com um só traço, mas profundo, a fisionomia de ambos aqueles monarcas e a sorte da Pátria em época tão desastrosa:

“Se Jacques pudesse, se Carlos quisesse...”

Sinto uma dor pungente ao lembrar que o historiador brasileiro, quando contemple do futuro a uma e outra margem do 7 de abril os vultos egrégios dos dois primeiros monarcas brasileiros, possa repetir aquele conceito.

Tal é esta dor, que ela revive a esperança extinta. Esforço crer ainda, esforço subtrair a mente ao turbilhão de fatos clamorosos que envolvem e aturdem o cidadão.

Custa conformar a plena confiança na pessoa com o desengano de seus atos. É minha convicção inabalável que o poder superior quer e

pode salvar o país; mas uma força adversa e misteriosa, a fatalidade, frustra os benéficos efeitos da vontade imperial.

Pois que uma causa ignota priva o soberano de salvar a nação pela sua atitude enérgica, urge que o povo acorde para defender o patrimônio sagrado de suas liberdades e gloriosas tradições.

Será lento, porque a letargia é profunda; e tardio porque o mal se despenha incessante. Mas abaixo da Providência o povo já não tem senão a si mesmo, sua prudência e constância.

Eis a razão por que *Erasm*o se dirige agora ao povo, como outrora se dirigiu ao imperador; volta-se para onde rompe um vislumbre de luz.

Caminha para o oriente da liberdade; se fugaz clarão o fascina para o deixar outra vez nas trevas, paciente aguarda nova luz que o guie.

Vou falar ao povo brasileiro e proferir verdades que ele nunca ouviu, nem de seus ditadores, nem de seus tribunos.

Cidadãos deste já florescente império!

Antes de ocupar-me de vossos máximos interesses, quero dizer-vos poucas palavras sobre o homem que empreende neste momento a árdua empresa de arrancar-vos à vergonhosa apatia.

Não venho, transfigurado pelo despeito, desfazer a obra conscienciosa que trabalhei recentemente: alijai esse pensamento, que sem dúvida acaba de inspirar-vos a desabrida imoralidade desta época abominável.

Mais que o mesmo homem, sou a mesma opinião, a mesma idéia, o mesmo sentimento. Ante o povo, como ante o imperador, sempre *Erasm*o; sempre a verdade e nada mais do que a verdade.

Proponho-me, como então, a renovar a aliança da realeza com a democracia. Quero restituir o monarca e o povo, um ao outro. É o meio de conspirar a catástrofe.

Sei que há no povo, como no trono, uma majestade, e portanto uma magnificência. Qualquer delas esparge favores sobre os seus cortesãos; e talvez com profusão maior sobre quem a desdenha.

Por isso muitas vezes ceifa-se melhor as graças no comício e colhe-se mais fácil a popularidade nos paços da realeza.

Não sego eu neste ou naquele campo. Nem a majestade imperial, nem a majestade popular tem o que dar a quem presentemente nada ambiciona delas para si e só muito para os outros.

O que *Erasm*o deseja sinceramente, não lhe podem negar o imperador e o povo: a estima, o primeiro; e a atenção, o segundo. Não lhe podem negar, porque o soberano assim o deve à sua virtude e o povo ao seu interesse.

Não se infira destas palavras uma completa abnegação política. A ambição é a esperança ativa e laboriosa, como a esperança é uma ambição inerte. Quando ela abandona o homem, morre-lhe a vida inteligente.

Um homem sem ambição é o sepulcro de uma alma extinta. A palavra que dele exala vem gélida e lúgubre como os ecos do túmulo.

*Erasm*o tem grandes ambições; nem se peja de confessá-las. Mas nesta quadra as ambições lisas e puras recatam-se pelo receio de torpe contato com a sórdida cupidez.

Tantos cidadãos notáveis que atravessam esta crise mudos, concentrados, arredios dos negócios... Em geral os consideram presas de um seco e frio egoísmo. Engano; são crisálidas senão urnas de nobres ambições refrangidas.

Trabalho, pois, não a causa de minha ambição, que não é desta época, sim a causa de toda ambição honesta: a causa do futuro.

De resto, para saciar a ardente aspiração de minha alma, há um favor que não depende nem dos reis, nem dos povos; uma graça de maior valia que a munificência da Coroa e o sufrágio popular: é a bênção da posteridade.

Se me for dado obtê-la!... Afirmo que não a troco pelas mais preciosas do presente.

Já vedes que não sou tribuno; não careço de arremedar a fofa e retumbante eloquência da gíria demagógica; nem revolver na vasa social os maus instintos da plebe.

Dirijo-me ao povo; e por povo entendo o corpo da nação sem distinção de classes, excluídos unicamente os representantes e depositários do poder.

Aos grandes como aos pequenos, falarei a linguagem que me deu a natureza; compreendam-me os capazes, pelo raciocínio; os ignorantes, pela intuição misteriosa, que em todos os tempos há inoculado a verdade no seio das massas.

Carecia dizer-vos estas coisas. Conheceis agora o homem que tomou o firme empenho de comover-vos, malgrado vosso. Desta vez heis de acordar, eu o garanto; tenho, infelizmente, nos brios nacionais indignados poderoso reagentes que vos arranque ao torpor.

Cumprireis vosso dever, povo!

É preciso que vossa energia, como em 1831, salve a nação e preserve o trono. É preciso mais; que defenda contra a fatalidade que o coage nosso virtuoso imperador.

II

Dizia um sábio dos tempos antigos, notável pela excentricidade, que “dos animais selvagens o mais perigoso é o caluniador e dos animais domésticos o adúlador”.

Ambas as castas, a que babuja e a que morde constantemente vos cercam, povo. Preservai-vos delas com igual cuidado: o veneno de qualquer é violento e mortífero.

A lisonja mais despejada com que vossos cortesãos costumam embalar-vos é a da liberdade, palavra tão inebriante para os povos, como a da beleza para as mulheres.

Ousam proclamar que sois um povo livre!

Essa grande falsidade, à força de repetida, tornou-se um mote de nossa política. É uma frase oca, mas sonora; produz belo efeito nos monólogos da comédia parlamentar.

Pesa-me arrancar o povo brasileiro a essa doce ilusão; e agravar os males que o acabrunham, com o desengano cruel de um belo sonho de quase meio século. Mas é meu timbre a verdade; devo à majestade popular a mesma franqueza que usei com a majestade imperial.

Ouvi-me! Entre as nações civilizadas não há outra menos livre do que é presentemente o Brasil.

Parece-vos, cidadãos, que proferi uma blasfêmia política. Sem dúvida me julgais alucinado pela paixão, ou pervertido pelo interesse, pois me arrojai a semelhante acerto.

A nação brasileira menos livre que a França de Rouher, e a Prússia de Bismark?

Pausadamente, com a consciência aberta e a razão atenta, vos respondo que sim. Ainda mais, afirmo que semelhante convicção está incubada no fundo de todo o espírito reto; e não se produziu somente por um certo pudor da opinião.

Não contesto que exista em nosso país uma grande massa de liberdade, mais avultada do que na própria Inglaterra. Não falo dos Estados Unidos, porque ali reina o despotismo da multidão.

De tão enorme volume de liberdade, porém, a máxima parte jaz ainda em bruto, como a natureza de nossas regiões magníficas; o resto constitui o monopólio de um pequeno número.

A liberdade no Brasil está, como dizia Nodier, na mão dos fortes e na bolsa dos ricos. Dos sobejos que eles repartem, ou das migalhas que ficam pelo chão, vivem os fracos e os pobres; por outra, a maior parte da nação.

País civilizado em relação aos costumes, vivemos ainda nos tempos selvagens da política; o cidadão não vale na medida de seus direitos; mas sim na proporção dos benefícios que pode dispensar ou segundo o quilate das próprias forças.

Temos a glória de possuir a mais liberal das constituições. Livro de ouro dos sábios patriarcas do império, figura como um código de moral política, respeitável pelo culto que as gerações novas costumam prestar aos seus progenitores.

Lei, porém, não é; carece de majestade e império; não a vivifica o espírito da soberania nacional; encerra apenas o conselho dos anciões e as máximas de sua sabedoria.

Não está a situação patenteando a desconsoladora realidade?

Por menos livre que seja um povo, tem ele dois bens sagrados para o governo; e são, a substância da vida – o sangue; o fruto do trabalho – o suor.

O tributo que o filho deve à mãe-pátria a ela somente cabe o direito de o exigir; o poder tem apenas o dever de solicitá-lo, como um dos meios indispensáveis para cumprir sua missão administrativa.

Os próprios reis absolutos, que dispunham dos povos como de um patrimônio da família, respeitavam o sangue e o suor dos súditos. Só o empregavam no engrandecimento e glória da pátria comum.

Aqueles que desperdiçavam o precioso bem e exauriam o país, eram logo condenados pela voz do povo ao labéu de tiranos: galé perpétua da memória execrada dos opressores da humanidade.

Olhai neste instante para a velha Europa. Vereis como os soberanos da Áustria, da Prússia e da Itália hesitam em disparar o primeiro tiro; e, contudo, fundos rancores exaltam os brios nacionais. Mas se alguns deles têm esbanjado os direitos dos súditos, ao menos do sangue são parcós.

Entretanto, vós, povo brasileiro, não dispodes nem do suor nem do sangue vosso.

As provas se acumulam, insultando vossa magnanimidade. Quiestes acaso esta guerra nefasta, que de repente se despenhou sobre o império, como um sopro da cólera celeste? Abristes com as próprias mãos este abismo para sorver milhares de vidas e os recursos de talvez um século de existência?

Acreditá-lo seria fazer violência à verdade e injúria ao vosso bom senso. Aceitastes a guerra com dignidade, quando vistes a honra nacional comprometida; mas no âmago da consciência nacional está latente a indignação, que mais tarde há de cair sobre os obreiros da calamidade pública e assoberbá-los.

O brasileiro, cordato e brioso almejava, é certo, pela mudança de nossa política no Rio da Prata.

Duas fases já teve essa política desde seu princípio; na primeira, que data dos tempos coloniais e prolongou-se ainda pelos primeiros anos do Império, dominou o princípio de conquista; na segunda, inaugurada em 1829 e sempre mantida até agora, mais ou menos habilmente, desenvolveu-se o sistema da intervenção.

A expulsão de Rosas, o mais brilhante resultado dessa política sábia e moderada, foi também o desengano amargo para os homens eminentes que mais a haviam trabalhado.

O ilustre Visconde do Uruguai, o pensamento iniciador das negociações de 1851, e o lembrado Marquês do Paraná, o executor dessa obra gloriosa, reconheceram antes mesmo de lhe pôr o remate, a impossibilidade de insistir no futuro sobre a continuação de semelhante política.

O Brasil não podia representar eternamente o papel mesquinho de expulsor de caudilhos, que renasciam não das cinzas, mas da rabadilha um do outro.

Ontem Rosas, hoje López, amanhã Urquiza, depois qualquer outro e talvez dos nossos pretensos amigos.

Não são coisa vil e somenos as vidas e cabedais de uma nação nova, para derramá-los à profusão na terra estranha e ingrata, onde a boa semente só brota profundos rancores, miseráveis impérios!

Um novo sistema, de abstenção e sobrançeria, sem dúvida formulou-se no alto senso dos dois estadistas promotores das negociações de 1851. O certo é que desde então começou ele a filtrar na convicção dos cidadãos atentos a essa magna questão.

Ultimamente estava a idéia radicada no espírito público. Esperava a nação que o primeiro impulso dado pelo governo à política platina, depois da pausa havida, seria naquele sentido, para firmar a atitude sobranceira e digna que convém a um grande império em face de pequenos estados.

O Brasil não precisa do território de seus vizinhos, pois o tem de sobra e ubérrimo; também não é essencial para seu bem-estar a paz e equilíbrio das repúblicas americanas. A política de intervenção fora sobretudo filantrópica: exprimia a caridade internacional de um povo por seus irmãos dilacerados. Quanto ao interesse que nosso país tirava dela, reduzia-se aos subsídios ou empréstimos não pagos, além dos ônus de uma guerra sempre iminente.

Grande e amarga foi, portanto, a decepção do país, quando viu, pasmo, uma nova situação que se dizia salvadora, ir catar no guarda-roupa do passado a diplomacia já abandonada ao pó e às traças.

O Brasil tinha sem dúvida para o futuro uma guerra em aberto com as repúblicas do Prata, não esta ou aquela, mas com todas. Nossa história guardava páginas em branco, esperando o registro de muitas e brilhantes vitórias.

Era um legado transmitido pelo sangue heróico de que provimos. Os manes de Afonso Henriques e D. João I exigiam esta homenagem.

Era uma dívida sagrada à memória dos valentes soldados portugueses que desde o século XVII defenderam, contra a cobiça castelhana, a fronteira sul do Brasil. Era um empenho que contraímos com a Providência quando ela nos assinou a primazia na América do Sul.

Isto como raça.

Como povo, a guerra exprimia a reparação de um longo passado de injúrias, e a imposição solene da nova política. Seu resultado infalível havia de ser a definitiva solução de todas as questões pendentes, e o respeito que aplainaria qualquer futura dificuldade.

Mas essa guerra, imensamente popular no Brasil, essa guerra justa, útil e gloriosa, é porventura a ruínosa complicação que nos forjou o tino dos progressistas?

De forma alguma.

Aquela guerra era uma questão de futuro para a qual nos devíamos preparar com todo o cuidado; senão por necessidade, ao menos por decência. É indecoroso para o gigante lutar com o homúnculo; castiga-o e passa além.

Ainda mais, as tradições nacionais; as justas suscetibilidades da raça, impunham ao Brasil a obrigação indeclinável de fazer a guerra, só e exclusivamente. A aliança com o inimigo de ontem e de amanhã, será admirável em uma questão de interesse; mas em ponto de honra nacional é trair o povo ou menoscá-lo, aceitar o supérfluo concurso de quem já o ultrajou cobardemente.

Qual honra é uma que se acomoda à injúria atroz para vingar outra injúria? Será decorosa a desafronta da dignidade nacional comprada com uma longa série de humilhações?

A cediça evasiva é que fomos provocados.

Não acrediteis em tal mistificação, povo. Foi vosso governo, de sua própria vontade, que no remanso da paz e quando tratava de ainda mais desarmar o país, lembrou-se de repente de enviar às margens do Prata dois emissários para nos importar a guerra.

Os índios de nossas florestas tinham essa usança. Como o combate lhes era alegria e festa, quando passavam algum tempo sem ele, faziam partir um ou mais guerreiros para o campo dos inimigos a fim de provocá-los com alguma fanfarronada. Chamava-se isso *buscar a guerra*.

Assim fizeram conosco: em maio de 1864, partiram os emissários; mas a guerra desencadeou-se com tal fúria que os espavoriu.

Hei de escrever mais tarde a história desta guerra tão repassada de heroísmo brasileiro, quanto repleta de erros e desvarios. Agora não; o presente aqui está conosco instante e despótico, que não consente volver ao passado.

Tenho eu razão de afirmar que não sois um povo livre, quando sem vosso consentimento se decreta uma guerra, sorvedouro de vosso sangue e suor?

Nossa Constituição, essa velha cartilha que os políticos de hoje só estudam, como os navegantes sondam os escolhos, para os evitar; nossa boa e leal Constituição dispõe que ao Poder Executivo compete *declarar a guerra e fazer a paz*.

Deste preceito se ajudaram os fabricantes da grande calamidade pública para, de surpresa, sem audiência da nação, na emergência dos embaraços financeiros, arrastar-vos a uma luta desastrosa.

Se o legislador constitucional, ao escrever aquelas palavras, presentisse o que seria o Poder Executivo de sua pátria nos anos da desgraça de 1863 até..., certo que a mão lhe tremera. Talvez preferisse deixar na grande obra uma falha, a consagrar com a majestade legislativa a futura ruína do jovem império americano.

O governo arrogando-se, à sombra daquele artigo, uma prerrogativa soberana da nação, inaugurou o mais cruel despotismo.

O direito de paz e guerra é o direito de vida e morte do estado; é ainda mais, o direito da glória ou opróbrio de um povo. Armado com a feitura e execução da lei, os déspotas oprimem um país e o mutilam; investido porventura do poder beligerante um governo inconsiderado pode assassinar ou desonrar a pátria.

Era possível que o povo brasileiro da independência, que recebeu o batismo da liberdade nos cárceres e patíbulo do absolutismo, se despisse dessa porção mais importante da própria soberania para a dar ao governo?

Ninguém há que o pretenda. O direito de paz e guerra pertence à nação, que o exerce pelos seus imediatos representantes: a Constituição foi positiva.

O nervo da guerra é o dinheiro; o músculo é o soldado. Ambas essas fibras se prendem ao povo. A iniciativa do imposto de sangue e suor pertence ao ramo temporário da legislatura; é também aos deputados, representantes da democracia, que o governo pede as leis ânuas de força e orçamento.

Há na guerra, como em qualquer outro fato governamental, duas partes, a deliberativa e a executiva; a primeira é a lei; a segunda, o ato.

A deliberação da guerra, o estudo de sua necessidade e alcance, pertence ao Poder Legislativo; as forças e orçamentos extraordinários são a lei que decreta o estado bélico.

O ato do governo, simplesmente executivo, consiste na declaração da guerra e sua direção até a oportunidade de celebrar uma paz digna e vantajosa.

É só a execução do mandato legislativo que a Constituição outorgou ao governo no art. 102. Essa faculdade não tem alcance e natureza diversa das outras.

Também o ministério nomeia empregados, prove benefícios, concede títulos, vela na segurança pública; mas dentro da órbita da lei. É executor e não legislador.

Suscitar uma guerra, sem ter obtido da assembléia geral, com os meios essenciais a aprovação legislativa, é uma traição à pátria. Seja embora a guerra injusta e desastrosa, a honra nacional porá em coação os representantes do país.

Sois livre, povo brasileiro, vós, cuja vida e morte, cuja honra e humilhação, dependem da bÍlis de um só ministro?

Já a luva de uma duquesa, tarde apanhada, deu causa à conflagração da Europa. Ao menos fizeram as nações provas de galanteria.

Na América do Sul, foi também um arrufo o motivo da guerra atual; arrufo, não da duquesa, mas de vaidade igualmente susceptível. Um chefe parlamentar se amou por causa da poltrona senatorial.

Se o governo, declarando a guerra por sua conta, ao menos tivesse com o parlamento a cortesia de o instruir dos acontecimentos! Nunca o desdém pela assembléia geral se ostentou com desgarro maior; parece já brasão e timbre da farda ministerial.

O que têm feito vossos representantes em relação a esta crise tremenda?

Duas vezes, o ano passado e este, votaram de tropel, em horas escassas, resoluções mal-amanhadas, ou antes cartas brancas ao ministério para gastar do sangue e suor brasileiro larga porção esmada à fantasia.

Passou a axioma, que vossos presumidos representantes não são os verdadeiros escolhidos do povo. Ninguém ignora que o voto, que já sai das urnas poluído, mais se deturpa nas cercanias do poder.

Entretanto basta o título de representante da nação para excitar a invencível repugnância do governo. Ele sofre a presença das câmaras com um tédio e irascibilidade que nem mais procura disfarçar.

Lembrai-vos de Mirabeau? Era uma alma originalmente aristocrática, na qual não obstante a verdade derramava profundas e esplêndidas irradiações democráticas.

Propunha ele como um dogma constitucional a permanência da sessão legislativa durante a continuação de guerra. Seria o parlamento a fonte de força e opinião, onde sob essa crise melindrosa, o governo fosse constantemente acrisolar a ação administrativa e receber nova pujança.

O governo brasileiro, não somente esquivou-se de apressar a reunião do Poder Legislativo quando ateou-se a guerra, mas levou o menoscabo ao ponto de o despedir, como um credor importuno. Bem entendido, depois de obtida a reforma da letra.

Durante esta guerra o Poder Legislativo não fez mais do que uns remendos informes às leis ânuas.

Apenas o ano passado amanhou essa tarefa ridícula, deu-lhe férias o gabinete. É natural agora que o enxote de uma vez, para livrar-se do ruído incômodo das discussões.

O governo deseja concluir a guerra; e a assembléia geral o atrapalha nesse importante trabalho. Já basta a impertinência de algumas vezes soltas que na imprensa destoam do *laus perennis*.

Muito bem, senhores. Acabai de provar a este povo, que ele está bem longe de ser um povo livre; tirai-lhe a última ilusão, para que enfim se recolha ao silêncio e à resignação perdida até a veicidade da queixa.

III

Se exaurindo teu sangue e suor, infeliz povo, ao menos regassem com eles os louros nacionais!...

Ah! Eu vejo agora a figura solene da pátria, que assoma ante a mente respeitosa. Traz lágrimas nas faces e luto dentro d'alma.

As lágrimas são de consolo; correm pelos filhos valentes que morreram pelejando com denodo no campo da batalha. Mas o luto é acerbo e pungente; o Brasil o sente pela sua honra de nação vilmente sacrificada.

É tempo de soltar um brado de indignação contra essa lenta e fria ignomínia a que filhos ingratos condenaram a mãe-pátria. Praza aos céus que a esta hora os soldados brasileiros tenham enfim vingado com uma batalha esplêndida nossos brios conculcados.

O abismo nos invoca. Só não o vêem diante aqueles a quem alucina a vertigem do poder. Esses, enquanto o país estorteja, deleitam-se na compostura de frases perluxas e nos guizos de suas ocas palavras. Pensam eles que se conjura calamidade tamanha com a fofa presunção e o talento da ninharia.

Não bastam vinte longos meses de aviltamento para patentear a incapacidade da facção que arrastou o Brasil a uma guerra nefasta?

De dia em dia nos aprofundamos na abjeção e impropério. Se o obscuro cidadão, perdido na turbamulta, já sentiu mais de uma vez queimar-lhe o rosto a vergonha de sua pátria; que não será da face augusta, para onde volvem os olhos do mundo, a contemplar nossa atitude em tal momento!

Quero falar sem paixão. Calco os assomos que me assoberbam; declino de atenções pessoais e considerações políticas. Quando se trata de salvar o decoro do nome brasileiro, só conheço um princípio – o pundo-nor.

Esta lauda da nossa história relata à humanidade mais um exemplo do triste fenômeno a que estão sujeitos os povos, como os homens. Fomos vítimas de súbita demência política; estranha revulsão sopitou em 1864 o

bom senso nacional. Os cômicos episódios da questão inglesa já anunciavam os pródromos do mal.

A época infeliz que vamos atravessando não é realmente outra causa senão um grande e longo desvario da razão pública. Incompreensível insânia transformou em desassisado libertino o circunspecto e prudente império da América do Sul.

Quem recorda a prova gloriosa de sensatez que em 1831 deu o povo brasileiro, acéfalo e privado de seu chefe natural, pasma ante o assombroso espetáculo da atualidade.

Em anos anteriores o absurdo surgia a períodos como o grande resolutivo de nossas questões políticas. Desde certo tempo passou a estado permanente e crônico. Seu domínio foi com a ascensão da liga definitivamente inaugurado na alta direção do país.

A guerra que sustentamos é desde sua origem um tecido de incongruências e desacertos. Só há em toda ela de nobre, digno e consolador, a intrepidez de nossos marinheiros e soldados. Virtude espontânea do homem e do povo, produziu-se independente do governo, e apesar dos esforços adrede empregados para abafá-la.

É incrível! A tática desta guerra parece dirigida ao fim inaudito de fazer do soldado brasileiro um covarde. Mercê de Deus não o conseguiu: a sofreguidão do inimigo por fortuna desencadeia às vezes o valor de nossos bravos, que deprime ainda a culposa indolência do governo e seus agentes.

Desde o começo da luta até o presente, mais de ano, ainda não ferimos um só combate por impulso e arrojo próprio. Nossa missão parece a defensiva; é o inimigo, cansado de esperar, quem se atreve a afrontar-nos em nosso próprio acampamento.

Invadidos ou atacados, eis como se batem os exércitos aliados. Para dar um passo avante aguardam os tardos generais com paciência inesgotável que o inimigo nos abra espaço.

Foi justamente na ocasião em que verificamos o completo desarmamento do país, a propósito da questão inglesa; quando o horizonte de nossa política interna se toldava com as graves complicações econômicas; foi nessa delicada emergência, que de chofre, sem preparativos, o governo brasileiro provocou o estado do Uruguai.

À repentina atitude bélica deu-se como causa aparente e confessável a tolerância da república vizinha a respeito dos atentados cometidos contra cidadãos brasileiros dentro de seu território e em nossas fronteiras.

Mais nobre e poderoso motivo de guerra não o há. Um só compatriota insultado impunemente em país estrangeiro bastava para comover nossos brios, sem contudo perturbar a razão nacional.

A facção que havia à sombra da violência britânica empalmando uma situação, tirou da nova injúria pretexto para uma política externa que disfarçasse a intestina dissolução. Se ao menos, posta a nação ao serviço de interesses partidários, lhe esbanjassem unicamente a riqueza, mantendo ilesa sua honra!

Mas que fizeram até agora em desafronta da injúria?

Precipitaram o país de sobressalto em uma guerra desastrosa para obter satisfação dos agravos sofridos na pessoa de nossos irmãos.

Entretanto, depois de bravatas impróprias de uma nação que se respeita, obrigaram o império a assistir impassível aos novos insultos e vilanias cometidos no Rio Grande pelos caudilhos Muñoz e Aparício, até hoje impunes.

O heroísmo de nossos bravos expurgou com sublime, mas não inimitável, temeridade a praça de Paissandu, onde novas afrontas eram diariamente lançadas ao Brasil. Soltaram sob palavra os vis e traiçoeiros inimigos!

Em Uruguaiana, os destroços de uma força paraguaia extenuada desfaleciam à penúria. Esse bando de assassinos não recebeu uma prova sequer de asco e horror. Ofereceram-lhe em nome dos brasileiros as condições de uma honrosa capitulação!

Valia a pena empenhar-se o país em uma guerra desastrosa para alcançar tantas humilhações?

Se a honra, vida e propriedade do cidadão brasileiro é coisa somente ao juízo do governo, que ele perdoa em Paissandu, Montevideu e Uruguaiana os mais graves atentados contra aqueles direitos sagrados, como explicar o melindre de pundonor no momento de empreender estouvadamente a guerra?

De que serviu ao Brasil correr às armas para garantir no futuro uma de suas fronteiras contra as agressões dos orientais; quando nessa mes-

ma ocasião deixava o governo ao desamparo e franca aos paraguaios outra e importante fronteira, abandonando assim criminosamente Mato Grosso à ruína e assolação?

Em um momento a ofensa à pessoa dos brasileiros é uma injúria atroz que brada vingança, um caso de guerra indeclinável e urgente, pois não atende à situação difícil do país. Logo após essa mesma ofensa ou ainda mais revoltante torna-se um alto sem imputação praticado por bárbaros, para quem devemos, nós povo civilizado, mostrar-nos sobranceiros e generosos!

Meu Deus! Quantos são pródigos da honra e sangue da nação os homens que se erigiram em árbitros de seus destinos!

Se nossa missão nas repúblicas espanholas era toda de unção e paz, realizá-la pelas armas parece um grande desatino. Pois tínhamos de perdoar os flagícios de nossos irmãos e as ofensas da pátria, fora mais digno, econômico, e sobretudo mais humanitário, perdoar em princípio, antes do fatal *ultimatum* de 4 de agosto.

Então perdoaríamos um simples desacato e poucas vidas. Não absolveríamos, como depois sucedeu, insultos cruéis; nem lamentaríamos milhares e milhares das existências tão escassas ainda para este vasto território!

Depois da rendição de Uruguiana que fizemos ainda para desafrenta da dignidade nacional agravada?

Marchou o exército aliado para as margens do Paraná, mas com a prudência necessária para não surpreender o inimigo, deixando-lhe tempo folgado de se recolher a seu território e fortificá-lo.

Não restava já um só paraguaio em Corrientes quando levantou o exército seus quartéis de luxo para acampar nas margens do rio, fronteiro ao inimigo.

Durante meses, que foram séculos para a honra nacional, ali permaneceram na mais vergonhosa incúria as forças brasileiras. O sangue precioso de nossos irmãos não corria no campo de batalha, regando os louros da pátria; mas a febre os consumia nos hospitais.

A mais forte armada e o maior exército da América do Sul esbarraram ante alguns troços de miserável tropa recruta, abrigada por toscas paredes insossas!

Debalde a coragem entusiasta do soldado brasileiro o arrojava, debalde ansiavam combater os jovens guerreiros acudidos ao grito da pátria; a incompreensível indolência dos generais comprimia os nobres arremessos, prenúncios da vitória.

O exército passou revista de mostra em grande gala; chegavam uns após outros os boletins das curiosas evoluções dos altos personagens; os jornais, baldos de notícias, se ocupavam em referir os jantares, e abraços dos generais.

Nesse ridículo açodamento esvaía-se toda nossa atividade. E assim dilatou-se cruelmente a amarga decepção que desde os primeiros arreganhos em frente a Montevidéu confrange e angustia nosso pundonor.

Era necessário, porém, acalentar a impaciência pública. Começaram a vir da campanha notícias aterradoras sobre as dificuldades da passagem do rio. Os obstáculos se antolhavam formidáveis; a perda havia de ser imensa.

Improvisados Homeros de caricatos Aquiles preparavam o cenário para a morte de Heitor. A população, sincera e desprevenida, acreditou na descrição exagerada, e aguardou, em solene e grave silêncio, as glórias enramadas de luto da gigantesca batalha.

Correu o tempo.

Enfim chegou-nos a nova cansada, não da peleja heróica e brilhante, que devia abrir uma longa série de vitórias; mas de um combate no gênero de Cervantes.

D. Quixote, de lança em punho, atacara o moinho paraguaio!

Riso e motejo nos lábios de um brasileiro, quando a pátria veste luto?

Este riso, cidadãos, é o riso acerbo da angústia. O prazer dilata a alma; a dor a confrange; qualquer destes movimentos leva a lágrima aos olhos, o sorriso aos lábios. Choram no auge da ventura; rimos nos transes da maior aflição.

O motejo aqui não passa de uma abusão do espírito. Pensamos aturdir com a zombaria o pesar que nos assola, e talvez submergi-lo no fel que sempre costuma o sarcasmo extrair do coração humano revoltado.

Em face do espetáculo contristador do exército e armada brasileira, esbarrados ante os bandos de um caudilho, não há outra expressão para tamanho sofrimento senão o riso.

Pois o general, chefe de um exército, representa o papel de cosaco, para investir de lança em punho com um piquete de doze homens, a margem inimiga e explorar os arredores?

Enfim, pisávamos terra paraguaia; o país inteiro encheu-se de júbilo ao receber esta notícia. Desvanecidas as tristes apreensões, apagou-se também o justo ressentimento do passado. O espírito público pairou outra vez na intensa esperança da grande batalha.

Nova e cruel decepção! Avançamos apenas duas léguas em território inimigo e estacamos. Invasor, queda-se o grande exército à sombra da esquadra e não avança um passo. Criou raízes ali nos charcos pestíferos, que envenenam diariamente nossos bravos soldados.

É o invadido quem busca o invasor, e se esforça para o expelir de seu território. Ligeiras escaramuças e dois combates foram provocados pelo paraguaio. O de 2 de maio, fatal surpresa que patenteou uma verdade já suspeita; a inabilidade da alta direção da guerra. O de 24 de maio, grande carnificina; duas multidões a se cortarem sem o menor vislumbre de estratégia, ou um esboço sequer de plano de batalha.

Que se batam assim os paraguaios, os argentinos e orientais não há que admirar; são guerrilheiros, nunca foram soldados; seus generais são comandantes de cavalaria; sabem dar a carga e fugir. O Brasil, porém, tinha indeclinável obrigação de fazer a guerra civilizada; a guerra da tática militar, que abrevia a luta e evita a grande efusão de sangue.

Os matadouros de gente, a carnagem feroz de homens, são dos tempos bárbaros e dos povos rudes. A guerra então é vingança; o combate um assassinato por multidão.

Nobreza exige. É forçoso que o Brasil mantenha seu nome da nação culta e de segunda grande potência da América; ou então se reduza a uma terra de mercadores.

Se o império tivesse um general e um almirante, López estaria vencido a esta hora e Humaitá arrasado, com imensa economia de sangue e dinheiro. Mas, infelizmente, à frente de nossas forças de terra e mar, só vejo uma lança e um sabre; lança valente, sabre ilustre. Mas não bastam!

Para a vitória esplêndida, sóbria de sangue e fecunda em resultados, é necessário a mão vigorosa que saiba manejar os exércitos ou as esquadras, como o bravo Marechal Osório brande sua lança gaúcha, e o denodado Tamandaré esgrime o sabre de abordagem.

Eis o que nos falta; é essa mão.

Tivéssemos estadistas no governo que eles haviam de a ter já adivinhado, embora desconhecida, e talvez mesmo oculta pela modéstia. Os generais não se fazem, nascem; a praça somente serve de os completar e robustecer.

Propala-se que o exército brasileiro não avança, porque lho inibe a vontade suprema do general chefe das forças aliadas, o presidente Mitre.

Semelhante razão, a ser verdadeira, é em tudo conforme com o geral desmancho deste tempo. O Tratado da Tríplice Aliança, página infeliz da nossa diplomacia, que talvez seja ainda arrancada dos protocolos brasileiros; essa doação não insinuada de nossa glória, sangue e ouro ao estrangeiro; não foi ao ponto de jungir-nos assim à soberana vontade do presidente da República Argentina.

Cedemos muito; mas parece que ainda não abdicamos a nossa independência!

A mente vacila a quem atenta para as alucinações desta política. Que significação tem a *honra nacional* para os homens que arrastaram seu país a esta situação desesperada, iludindo-o com aquela senha venerável a todo o povo nobre e independente?

Atendei, cidadãos, e afrontem-se vossos brios.

Acataram os dominadores a honra nacional, rebaixando o império ofendido ao ponto de enviar seu representante à barraca do cabeça de uma rebelião para solicitar a paz, que facilitasse a negociação diplomática?

Não fora o Brasil um estado ofendido, podia prestar esse ofício de amizade, como fez a Inglaterra. Na posição de ameaça em que se achava colocado, aquele procedimento foi indecoroso e funesto: o infeliz desfecho da questão oriental ali está incluso naquele ominoso germen.

Prestaram culto à honra nacional sofrendo que o chefe de uma divisão da armada brasileira, depois da intimação das represálias, se oferecesse a saudar o pavilhão oriental à simples reclamação do General Flores, e por virtude da caça a um vapor da república?

A bandeira oriental, símbolo da soberania que nos ofendera, e se negara à satisfação exigida; a bandeira oriental, saudada pelas armas brasileiras, já em atitude ameaçadora e começo de hostilidades! ... Que ludíbrio!

É respeito à honra nacional o silêncio profundo em que foram de uma vez sepultados os compromissos tomados pelo Estado do Uruguai e garantidos pelo convênio de 20 de fevereiro?

O país se recorda que o General Flores empenhou sua palavra como garantia à severa punição dos desacatos feitos à nacionalidade brasileira. Uma nova missão extraordinária partiu para obter a fiel execução do compromisso. Até o presente somente constou que Muñoz ia bater-se contra o Paraguai, insultando com sua presença nosso exército e profanando com sua participação a nossa causa.

Foi em homenagem à honra nacional que o Brasil, primeira potência da América do Sul, cedeu o comando de suas forças, muito superiores em número, aos generais de estados de segunda ordem?

No momento de celebrar-se o Tratado da Tríplice Aliança estava conhecida e limitada a sede da campanha; não podia ser outra senão a área da província de Corrientes. A cláusula da reciprocidade estabelecida a respeito do generalato, conforme o território onde operassem os exércitos, não passou de uma burla. Foi engodo à nímia condescendência deste povo bom e paciente.

A imperícia e apatia dos diretores da nossa política frustraram, é certo, a previsão dos fabricantes do Tratado da Tríplice Aliança. Nossa fronteira de S. Borja ficou exposta à invasão; uma força paraguaia penetrou até Uruguaiana. Ainda aí, para cúmulo de vergonha, veio o estrangeiro disputar-nos a primazia do comando.

Deu também o governo prova de zelo pela honra nacional, desaforando nossos batalhões para os colocar sob as ordens imediatas de oficiais estrangeiros, roubando ao país a glória e os feitos dessa porção de bravos?

Soldados brasileiros compõem a máxima parte do exército de um aliado, como atestam os documentos autênticos. A auriflama que foram desafrontar não marcha galharda e sobranceira à sua frente, para lhes infundir o orgulho nacional; vai abatida ante os estandartes ainda ontem inimigos, e nunca afetos, embora hoje associados.

Ah! Cidadãos!... A pátria madrasta não tinha o poder tirânico de enjeitar seus filhos. Foi coagida a cometer tão grande impiedade. Inflingiram-lhe mais este desar.

Basta de desdobrar páginas lutuosas. Praza aos céus que a bala de nossos canhões e a espada de nossos bravos cedo as dilacerem para satisfação dos brios nacionais e reabilitação do nome brasileiro.

Não é preciso compulsar as atas da guerra. Eis a bradar na consciência pública, a revelar-se no geral desânimo, a patentear-se no desgosto do exército e armada, a dura verdade que oprime e esmaga esta situação.

Aqueles que dissimularam os assassinatos perpetrados no acampamento contra os soldados brasileiros, e não exigiam a pronta e severa punição do crime com receio de estremecer a aliança.

Aqueles que, depois de haverem tirado do país levadas numerosas e valentes, deixam a apodrecer no acampamento os batalhões mercadejam as mínimas vantagens que deviam conquistar em múltiplo pelas armas.

Aqueles, finalmente, que expõem o império brasileiro à irrisão do mundo, fazendo-o, há mais de ano, mesquinho e fraco diante da insignificante república do Paraguai.

Esses, maus ou infelizes cidadãos, não são os propugnadores da honra nacional, mas os fautores de nossa vergonha e opróbrio.

IV

É um escárnio, um grande escárnio, o título pomposo de nação livre com que nos ostentamos ao mundo.

O despotismo impera no Brasil; a irrisão, que lhe ameniza a forma, ainda a mais punge a alma do cidadão. A força bruta reveste em sua mesma fereza certa majestade do leão: o escárnio descara a afeição ignóbil da inteligência; é o abutre do espírito humano.

Era grave e sincero o antigo despotismo. Oprimia sem reboço, combatia a rosto descoberto; de um lado o rei, do outro o povo: dois atletas. O rei tinha a dignidade do conquistador; o povo conservava o pudor e brio do vencido.

A grei humana foi assim educada durante séculos para a liberdade. Deus empunhava os reis, como um látigo; *virga mea*, diz a Santa Escritura.

Sua mão onipotente fustigava com este instrumento de castigo os povos corrompidos.

Agora o povo se fez homem; à infância sucedeu a virilidade. Aquele despotismo franco e decidido só pode reinar entre as nações que vivem ainda na penumbra da civilização.

Na esfera da luz, a clausura de um povo tornou-se impossível.

A liberdade não é mais a seita de uma raça, é o catolicismo político: enche o universo. O despotismo já não pode viver no seio da civilização, senão sob a máscara; fez-se hipócrita e reina pela astúcia.

Se fosse possível erigir atualmente uma das antigas monarquias absolutas, breve esse país ficaria reduzido a uma grande solidão de homens; só permaneceriam os que nascem para servir; os cidadãos buscariam em qualquer canto do mundo nova pátria.

Não vos fascinem, pois, brasileiros, as fosforescências de liberdade que cintilam a furto no seio desta noite sinistra de nossa existência política. São os fogos-fátuos do mau espírito, que nos extravia.

A franqueza com que profiro estas verdades; a audácia de me dirigir ao povo, nome agoureiro que estremece a gente dominante, cuidais vós, cidadãos, que sejam sintomas de liberdade?

Ilusão!

A poderosa liberdade do pensamento, garantida pela Constituição brasileira; a voz solene e vibrante do povo, não é de nosso país. A imprensa e a tribuna existem entre nós por mera complacência: há tolerância e favor, direito não.

Escrevemos sem prévia censura ou confisco, porque nos relevam semelhante fantasia. E um fôlego para que a opinião comprimida não sufoque, destruindo o sainete da opressão. Realmente o despotismo sobre a matéria bruta deve ser monótono e charro; o picante está na relutância.

E corre porventura a gente do governo algum risco por causa dessa condescendência que usam com os espíritos inquietos?

Nenhum por certo. A dose de liberdade de pensamento que nos coube em partilha é mínima, e muito inferior àquela que Napoleão III outorgou ao povo francês. Não se discute naquele país muita coisa que

entre nós está ao alcance de qualquer; não há direito de exame sobre as instituições e atos do governo.

Mas que importa? A opinião é incompressível; através das restrições em que a pretendem encerrar, escapa uma palavra, um grito, um sarcasmo. É a gota de óleo que filtra do vaso e cai sobre a tela: insignificante agora, logo se propaga com incrível rapidez. E a grande nódoa aí fica indelével no espírito público.

Demais nesse foco de civilização que abrange o centro da Europa, nenhuma idéia pode ser abafada. Se a sopitam ali no solo francês, ela mina surdamente e vai fazer explosão além, na imprensa inglesa, belga ou alemã. A opinião que se quis desviar de seu curso reverte com força maior.

Em uma população ilustrada e ativa a absorção da idéia se faz quase instantânea. Cada cidadão é um poro que perspira e transpira incessante esse ambiente vital do povo, que se chama opinião.

Quando, porém, a população jaz na indolência, ou está ainda em geral submergida na ignorância, o pensamento não pode livremente circular. Por maior força que o revista, ele não penetra jamais a flácida superfície da indiferença.

Quanta influência tem no país a aluvião de palavras, que diariamente se despenha da tribuna parlamentar ou se espraia na imprensa?

Que peso exercem no espírito público as lições da sabedoria e experiência do conselho dos anciãos, ou a palavra magistral e ungida pela sinceridade de um venerável Itaboraí ou de um provector Pimenta Bueno?

A influência e o peso da gota d'água.

Nem ao menos é a gota na lápida rija, onde sempre cava à força de bater; *guta cavat lapidem*. Não passa de um pingo no oceano ou da réstia no bojo amplo, *in gurgite vasto*. É o imperceptível no imensurável.

O governo descansa, pois, tranqüilo a este respeito; imprensa e tribuna são inocentes folguedos para o nosso povo menino. Brincando esse jogo de liberdade, não cura ele do bem real.

Também o imperador dos franceses concedeu aos seus súditos o sufrágio universal e consta recentemente que o rei da Prússia deseja imitá-lo. É uma tetéia política semelhante à nossa imprensa livre.

Se alguma vez aparece uma travessura mais forte que de leve incomode os dominadores, sabem eles o segredo infalível de a aplacar imediatamente. Murmuram ao ouvido alguma insinuação, e depressa passam adiante; excelente meio de deixar atrás a censura.

Um exemplo. Estas cartas parecem a alguns dos nossos senhores, inconvenientes; a outros, extravagantes. Nenhum deles, porém, afianço, ousará contestá-las. E para quê? Basta-lhes soprar na dócil consciência dos satélites; e em breve um sussurro se derrama pela cidade.

Esse sussurro não diz, mas infiltra, de uma banda, que estou fazendo a propaganda do absolutismo; da outra que provoço o povo à revolução. Como a novo Proteu me emprestam mil formas: ora me apontam através dos reposteiros imperiais, ora julgam roçar-me nas escadas grimpantes do poder.

Deplorável país, onde não concebem o povo senão como o tapete rapado dos dominadores, ou o teto do edifício social que abate; inerte ou revolucionário, lesma ou hidra.

Abominável tempo, no qual é áulico todo cidadão que tribute justiça e respeito ao monarca; e plebícola aquele que esforça abalar o povo para o arrancar à indolência.

A verdade, porém, é que tais infiltrações subterrâneas da aleivosia no espírito pensante do país são mais poderosas que a palavra enérgica do escritor atirada às turbas. A chama desta se apaga caindo de arremesso no chão; a faísca da outra vai se propagando, sempre e surdamente.

O povo lê pouco, mas escuta muito o que se diz em voz submissa.

Crede-me, pois, vós que me ledes antes por curiosidade do que por patriotismo; crede que não somos um povo livre. Temo, senhores, pela unânime e tácita aclamação da indolência nossa. A fantasmagoria parlamentar que existe no Brasil, não é, como lhe chamam, governo representativo, sim representação do governo.

Cause ela algum embaraço maior; o pano cairá; e os espectadores da comédia que recolham ao silêncio, à sujeição, à obediência passiva. Com uma só palavra suprimirão a imprensa, a tribuna, o voto, o júri, todas as instituições democráticas de nosso estatuto fundamental.

Duvidais acaso?

Não vos arrastaram a uma guerra desatinada e imprevidente? Não vos carregaram com o peso enorme de uma dívida espantosa? Não escarnecem de vós há um ano, deixando-vos sem instrumento de permuta para as primeiras necessidades? Não zombam de vossa longanimidade distinguindo de preferência com honras e títulos os homens que comprometem a pátria? Não menoscabam diariamente o parlamento reduzindo-o a uma aula de controvérsia?

Que fizestes?

Sofrestes impassível. Assim haveis de sofrer que vos arranquem um por um os trapos de liberdade que mal cobrem já as vergonhas de um país, livre nascido, e fadado para altos destinos.

Não tendes consciência da força imensa que reside no povo, como o tufão encadeado no seio da nuvem! A opinião é a rainha do universo; sua pujança é irresistível; sua majestade esplêndida. Fazem-lhe a corte os monarcas e príncipes, os célebres e ilustres. Quanto há de grande e sublime na terra se acotovela no supedâneo desse trono popular.

Oprime-se um povo que se levanta armado para a luta; decepa-se o braço da revolta como se corta um madeiro; varre-se a multidão na praça como se arrasa a mais elevada montanha.

Não há, porém, na Terra, poder capaz de abater um povo que pensa e quer energicamente: um povo robustecido pela convicção profunda da soberania e solidado com a firme adesão das idéias. Este é o Anteu da civilização moderna, para o qual Deus só criou um Hércules, o direito.

O povo brasileiro tem na sua história a viva experiência das duas forças: a força bruta e material da revolução; e a força inteligente da opinião.

Todas as vezes que o braço popular se armou neste país para a revolta, caísse ele abatido pela autoridade, ou se repousasse depois do triunfo, o efeito constante e manifesto foi sempre um passo avante na degradação da liberdade brasileira.

Parta-se da independência.

Em 1824, houve a revolta de Pernambuco, logo debelada. A conseqüência ninguém a ignora: D. Pedro I, que de sua própria iniciativa oferecera à recém-nação uma Constituição eminentemente liberal, profanou sua bela obra, criando os tribunais de sangue chamados juntas militares.

A Constituição deflorada em seu berço: eis o fruto do primeiro erro.

Em 1831, a revolução ergueu o colo na capital do Brasil. O fundador do império não aceitou a luta com a pátria que ele criara; de todos os rasgos de heroísmo de que está cheia sua vida, nenhum foi mais do que este sublime. O povo triunfou sem combate.

Marchou, porém, a liberdade depois do Sete de Abril?

Passados os primeiros entusiasmos, achamos em 1837 a nação a debater-se nas garras da anarquia. O Partido Liberal, impotente para defendê-la, se retirava do poder esmorecido: o Partido Conservador a salvou.

Em 1840, um sopro de agitação, uma efervescência popular, passou; desta vez não se tratava de abdicação, sim de coroação; era a revolução imperial. O partido que a promovera cedo recebeu a punição de sua culpa; o poder que havia conquistado infringindo a Constituição escapou-lhe das mãos.

Tentaram os liberais apoderar-se dele no campo da batalha. Minas e S. Paulo se armaram; foram vencidas; e das cinzas da revolta nasceram todas as leis homicidas da liberdade, que hoje nos parecem opressivas e naquele tempo foram salvadoras. Depois de 1842, a liberdade declinava sensivelmente no país; em 1848, começou a agonizar.

A revolução armada, pois, é no Brasil, o que há sido em toda parte, a febre da liberdade; febre maligna, que traz a vertigem, o delírio e finalmente a consunção.

Outrora, em tempos que fogem de nós, a árvore da liberdade carecia de ser regada com sangue para florescer. O pensamento não tinha então as asas da imprensa para voar e devassar o mundo; a consciência do povo estava selada à palavra do apóstolo do século, o escritor.

Era necessário, pois, que o pensamento se fizesse história e a palavra tradição; essa elaboração chamava-se martírio. O impostor de ontem era profeta no dia seguinte ao do suplício; as obras e as falas de sua vida, repassadas pelo mistério solene da morte, se gravavam fundas na memória das gentes.

Eis por que o sangue era tão fecundo e hoje estéril; mais que estéril, corrosivo e fatal.

Atualmente o solo gordo e pingue, onde viça a liberdade, é aquele que rega o suor do povo, sal fecundo, que borbulha na frente durante as horas da meditação, e escorre do braço robusto do operário.

Se o povo brasileiro quisesse com firmeza, ele havia de ser um povo livre, e sem muito esforço. A vontade nacional exerce grande influência magnética. Não há quem se atreva a subjugar uma população possuída do vivo sentimento de sua dignidade.

O Brasil quis com veemência e afinco a independência, a monarquia, a Constituição; teve-as sem grande luta, unicamente pela solene imposição de sua atitude sobranceira e inabalável.

No seio das convulsões que sucederam a 1831 o espírito público aderiu poderosamente à coroa cingida pela cabeça loura do infante imperador, estirpe tenra ainda da dinastia brasileira.

Nenhuma das muitas ambições recônditas, que sem dúvida borbulhavam nessa ebulição dos espíritos, ousou vir a lume. A opinião pública, exuberância da vida social, rebentava por todo o país e sufocava qualquer leve aspiração republicana.

Infelizmente parece que o Império já não é capaz dessa vivaz energia, que outrora resbordava em suas manifestações. Demasiava-se ele então na atividade, juntando à palavra o gesto, à idéia o fato. Excede-se agora na apatia incompreensível; sobre a imobilidade a mudez; sobre a inércia a atonia.

Sagaz é a oligarquia que domina o país. Sente que se despisse o governo dos falsos ouropéis e lantejoulas de liberdade, com que o costumam decorar, a opinião política humilhada se revoltara.

Esmeram-se por isso em manter o povo na doce ilusão de que é livre.

À sombra de uma Constituição que consagra em sua plenitude a soberania da nação, com um parlamento eleito pelo voto quase universal e uma imprensa que vai até o escândalo e a licença; quem não verá nessa perspectiva a miragem brilhante do governo representativo?

Descarne, porém, o vulto; tire à luz o esqueleto; e olhe. É governo representativo, como o autômato é homem; move-se, fala, calcula; tem a máquina no ventre; a vontade está na mola-poder, a razão no pêndulo-conveniência.

O povo brasileiro entra em si, examina seu país; compara-o com os outros regidos pelo sistema representativo; vê, pelo prisma da ilusão, que possui todas as instituições radicais da liberdade, sem a aristocracia de raça da Inglaterra, nem a demagogia onipotente dos Estados Unidos.

No trono contempla o vulto de um monarca, homem probo, príncipe liberal e ilustrado, rei justiceiro e clemente. A torva suspeita ou o validismo odioso não flutua nessa região imperial; as névoas que a turvam, às vezes, não as impele a paixão; vêm da nímia prudência.

Na geração de estadistas e políticos da atualidade, lobriga o povo entre a chusma das mediocridades, homens eminentes, de quem o nome se prende à melhor página de sua história, administradores de cujo tino e experiência há lição profícua em nosso passado. Deles alguns dirigem neste momento o país.

Com todos estes elementos, com a nação soberana, o monarca excelente, e instrumentos de boa têmpera, o povo, não achando em si a fruição da liberdade, abate-se; não sabe a que atribuir esse mistério; lança-o à conta da fatalidade; descrê de si e da raça de que provém. Como o enfermo, que um mal oculto vai sutilmente corroendo, langue, definha, sucumbe.

Não sabeis o que vos falta, brasileiros? Quereis que o repita ainda uma vez?

Sois uma bela estátua de varão-povo que Deus amassou desta forte argila americana. Só vos falta a inspiração do sopro vital, *spiraculum vitae*: alma e consciência nacional; opinião.

V

Em um de seus memoráveis discursos sobre a guerra da América, lançava um impetuoso orador inglês do alto da tribuna estas formidáveis imprecações:

O parlamento está inteiramente morto aos sentimentos de seu dever e dignidade, que sanciona medidas tão culposas e absurdas; medidas, senhores, que reduzirão este florescente reino ao desprezo e à vergonha! Há dias podia a Inglaterra fazer face ao mundo inteiro; hoje seu destino é digno de compaixão!

Depois exclama aquela voz severa:

Não conseguireis, senhores, não conseguireis submeter a América. Em que estado se acham ali os negócios, dizei? Ignoramos o pior; e contudo sabemos que três campanhas custaram muito e nada produziram. Ponde tudo em jogo, enrijai as forças, concentrai os recursos, estendei o tráfico até as carnificinas dos déspotas da Alemanha; e eu vos afirmo que todo o vosso empenho será vão e impotente, tanto mais quanto contaís sobre mãos mercenárias!

Ao homem audaz que assim exprobrava a pátria do seio da representação nacional e lhe expunha em face até onde se havia ela aprofundado na vergonha e humilhação, ao petulante orador, cobriu acaso o estigma e ódio de seus concidadãos?

Oh! A Inglaterra é um país de liberdade e opinião. A estima e respeito público acompanharam sempre em todas as vicissitudes aquele vulto eminente. Nenhuma voz estulta se arrojou a insultá-lo, negando-lhe jamais um coração inglês. Ao contrário, o povo acatava nele a mais bela e venerável personificação dos brios nacionais.

Se há nome com efeito de que a Inglaterra livre se deva orgulhar, é o de Chatam, o maior de seus oradores e o mais nobre entre seus grandes caracteres.

Alma romana, apurada pela civilização moderna, sentia-se nela através dos entusiasmos de uma política vasta e liberal, a antiga rijeza inflexível do cidadão por excelência. “Seu objeto”, diz um biógrafo ilustre, “era a Inglaterra: sua ambição, a fama.”

Em 1778, já a França tinha reconhecido a independência dos Estados Unidos; o governo britânico hesitava em declarar a guerra àquela potência e solicitava uma aliança com a Holanda. A fulminante eloquência de um grande orador troava assim no parlamento:

Que é feito do antigo espírito da nação? Onde está sua bravura, onde seu heroísmo? Acaso exauriram também os ministros seu caráter, consumindo o último real do tesouro? Não se envergonham de temporizar como fazem em seu procedimento com a França?

Mais enérgica ainda foi nesta apóstrofe:

Jamais, enquanto rojardes vilmente aos pés da França sem ousar erguer a fronte para defender-vos, jamais a Holanda aceitará vossa aliança! Jamais, enquanto conservardes os atuais ministros, ela fará causa comum convosco! Não há potência tão cega na Europa, nem tão insensata, que se alie à fraqueza e à bancarrota. Não há tão estulta que se associe à obstinação, ao absurdo, à imbecilidade.

Quem foi este inglês degenerado e mau cidadão, que na difícil situação de seu país, no meio das calamidades, cometia o crime de acumular novos embaraços ao governo? Porventura a indignação pública não fez justiça cabal a esse aventureiro, que jogava a honra da pátria na partida ministerial?

Chamava-se Fox, o ilustre estadista e orador eminente. Ninguém o excedeu no patriotismo; alma tão cândida e leal, dificilmente se encontra no seio das intrigas políticas, onde a ambição tantas vezes se traça com as vestes da impostura e baixeza. Suas palavras veementes acordaram o governo da abjeta indolência, e nesse mesmo ano a guerra foi declarada à França.

Em tempos recentes, durante a questão do Oriente, houve em Inglaterra um jornal que diariamente expunha ao povo inglês e ao mundo inteiro os erros crassos cometidos na Criméia pelos generais britânicos. Nada escapava à sua análise rigorosa; sem ambages, nem reticências, fazia o paralelo dos dois grandes exércitos aliados, e mostrava a incontestável superioridade da França.

Estaria esse escritor vendido ao ouro francês para deprimir por semelhante modo as coisas pátrias, exaltando o estrangeiro rival? Visaria acaso o aventureiro a algum fim ignóbil, como o de subir ao poder, fazendo capacho da dignidade nacional?

Quem assim compreendeu sua alta e nobre missão foi o primeiro órgão da publicidade em Inglaterra e no mundo, o gigante da imprensa diária, o jornal-rei. Lord Raglan teve o arrojo de ameaçar o correspondente daquela folha de o fuzilar se ele não cessasse com sua incômoda *espionagem*. Do alto das formidáveis colunas o Titã da opinião desafiou o general a que levasse a efeito sua despótica ameaça.

O correspondente permaneceu no acampamento e continuou a escrever para o *Times*. O general britânico recalçou suas iras, curvando a cerviz aos decretos da opinião soberana. Aplacado o orgulho e a obstinação, o espírito cordato reconheceu a justiça das censuras; a energia, antes consumida em nociva relutância, foi melhor empregada em reparar os erros cometidos. No fim da campanha a Inglaterra estava na Criméia ao nível de seu nome: a imprensa havia salvado sua honra comprometida.

Quando alenta o patriotismo essa atmosfera saturada de liberdade e constantemente renovada pela discussão! Aí nutre-se a alma das grandes

virtudes cívicas; o talento se forma ao impulso de uma atividade fecunda. É nessas regiões puras que se desenvolvem duas crianças raras no mundo; o povo e o estadista. Fora delas aparecem apenas goradas tentativas; multidões e ministros.

Infeliz país o meu, onde o cidadão que levanta a voz para argüir os erros deploráveis cometidos em uma guerra infausta é logo coberto com o baldão e o insulto! Seja banido da pátria esse réprobo político, desde que ousou tocar com mão sacrílega o paládio inviolável.

A honra não é mais o sentimento da própria dignidade; o decoro que reveste as ações nobres, obrigando o mundo ao respeito e veneração, não é mais nem a gala da virtude, nem o orgulho do dever, nem a consciência do direito.

Para os defensores desta mísera atualidade reduz-se ao mistério, à dissimulação, à impostura enfim. Um cavaleiro ofendido em seu pundonor mostra-se túbio na desafronta do ultraje. Os indiferentes começam já a estranhar semelhante frouxidão.

Não se dirijam, porém, os amigos sinceros do ofendido ao seu coração, para o advertir com severidade e excitar-lhe os brios. Fugam de tão feia traição! O meio de preservar a reputação vacilante é o segredo. Saiam à direita e à esquerda, extorquindo com rogos ou ameaças o silêncio de todos!

Semelhante procedimento, que é o do governo em relação à guerra atual, seria ridículo, se não inspirasse, por desgraça nossa, profunda lástima. Punge cruamente ao coração brasileiro que a dignidade nacional, de sublime virtude, descesse no ânimo dos dominadores ao torpe vício da hipocrisia.

Desde o princípio da guerra que todos os esforços convergem a acamar sobre as nossas questões internacionais essa crosta espessa de silêncio e mistério. Acumularam grande provisão de falsas iras patrióticas para extravasá-las sobre o sacrílego que ousasse profanar o arcano. Passou a dogma que na emergência de uma guerra, não se deve proferir uma palavra ou balbuciar um receio, para não criar embaraços ao governo.

Esta heresia se escreveu na imprensa de um Estado livre; ecoou em uma tribuna que ainda chamam parlamento. E quando tais blasfêmias se articulavam ante o país, um assomo da indignação popular não esmagou

com desprezo merecido esses falsos apóstolos que renegavam a opinião e abjuravam da publicidade!

De modo que é justamente no momento mais grave de sua existência; quando, para defender a soberania e dignidade ofendidas, carece a nação de todas as suas faculdades e órgãos; é nessa ocasião suprema que a aleijam e mutilam!

Cega para não ver o abismo para onde a arrastam; surda para não ouvir a murmuração e escárnio dos estranhos; pasma para não ter consciência do que sofre; eis como deve ser, ao molde desta desgraçada situação, um Estado livre em tempo de guerra. Seus senhores lhe fazem a honra de governá-lo, nas horas vagas deixadas pelos arranjos particulares; não há mister que ele se preocupe com seus destinos.

Se for preciso o imposto de sangue, estenda a pátria o colo para que lhe abram a veia; se houver necessidade de a acabrunhar com o peso das contribuições, vergue ela os largos ombros, como uma besta de carga, para suportar o fardo.

À sombra funesta da extravagante doutrina, reina o despotismo infrene. Basta que alguns títeres do xadrez ministerial provoquem uma guerra intempestiva, para que se achem logo, por virtude de seu mesmo crime, investidos de uma perigosa ditadura. O estado beligerante é um estado de alienação para o povo; torna-o incapaz.

Que por parte do governo e seus adeptos se apregoassem tais princípios, não é coisa para admirar. O que espanta é o silêncio pensado da oposição, tanto na imprensa como na tribuna. Muitas vezes, é certo, se há tocado ao assunto da guerra, mas o pensamento resvala sutilmente pela superfície e teme-se de penetrar a cútis dessa questão soturna.

O país não vê o aspecto medonho da situação: ilude-o a perspectiva falaz de parlamento e do jornalismo. Se alguns rasgos da luz sinistra lampejam, logo desmaiam ante a contestação do governo e se apagam afinal.

As causas dessa abstenção variam.

Há uma classe de estadistas que sacrificam muitas vezes o bem público à sua ambição. Mesmo na oposição capricham eles muito em consertar as dobras de sua toga pretexta, para se mostrarem sempre, e em qualquer circunstância, *homens de governo*. Não querem também preparar para si o leito de Procusto.

Esses candidatos eternos ao Ministério fogem espavoridos da questão melindrosa da guerra como de um antro. Para a tratarem, deviam molestar as suscetibilidades dos aliados, ofender o amor próprio dos generais, excitar enfim uma grande celeuma, que os afastaria das faldas do poder, onde levantaram a tenda.

Outra classe, menos acessível às altas ambições, é influída por sentimentos pessoais; pelo interesse ou pelo temor. Uns não falam das coisas da guerra porque algum fio os prende a essa grande teia; uma porção deles ou da família ganha com o favor de certos personagens. Outros receiam a lógica da difamação, com que usualmente se argumenta e responde aqui à justa censura.

O poder da difamação é como o poder do patronato, uma instituição gerada em nosso país da degeneração do sistema representativo. O escândalo aguça até a mesma atenção pachorrenta dos bons: os maus, esses aplaudem sempre a queda de uma reputação; a calúnia para eles equivale a um nivelamento de caracteres. Assim forma-se uma popularidade, que bafeja sempre os escritos injuriosos. O insulto tem voga certa; a defesa é cediça e monótona.

Não estranhem, pois, que cidadãos de coragem tremam desse assassinato moral, impunemente cometido na maior publicidade. Sua honra preservada durante uma existência inteira, provada por cruéis vicissitudes, recatada às vezes com escrúpulo excessivo, pode afogar-se de repente nos vômitos da calúnia.

Se fosse ao menos um exagerado patriotismo que produzisse essas explosões de ultrajes! Mas as paixões políticas, nobres em geral, não entram nisso; são os mesquinhos sentimentos do indivíduo; as duas mãos do egoísmo, a vingança e a cobiça, que amassam semelhante fermento. Frequentemente atacam as instituições e escarnecem das leis: o primeiro magistrado da nação é vítima de alusões torpes, que revoltam. Ninguém sai a punir estes desvarios; os jornais aonde são levados não escrupulizam em dá-los à estampa.

Toque-se porém nos atos de um ministro, diplomata, general ou almirante; todos os obstáculos se erguem à manifestação do pensamento: escasseia o espaço ainda mesmo comprado; e um bando de corvos se abate logo sobre a vítima que os assanha.

A última classe dos que evitam a questão da guerra é a dos estadistas prudentes e cheios de abnegação. Receiam que patenteando a verdade inteira ao país, ele sucumba sob o peso da vergonha; e desenganado cruelmente de quem o governa, recuse os subsídios indispensáveis para vingar a honra nacional.

Sem dúvida enxergam mais longe os consumados estadistas, mas penso eu que os ilude sua mesma prudência.

Este povo, que respondeu generosamente ao apelo de um gabinete inconsiderado, e acudiu pronto em defesa de seus bríos, não obstante os erros da política dominante; este povo, cheio de pundonor e heroísmo, não esmorecerá ante as mais duras provanças para desafronta de sua dignidade.

Qualquer que seja a profundidade do abismo tão cuidadosamente encoberto, e a enormidade do sacrifício necessário para a conclusão da guerra, nenhum brasileiro hesitará, desde que o poder se ache em mãos hábeis e vigorosas. Haja um governo na altura do Brasil, e o povo se elevará imediatamente ao nível dessa política superior.

O que desfalece o coração brasileiro é o desatino que preside ao desenvolvimento da crise mais assombrosa por que já passou o país. Quando a cada passo se observa o esbanjamento dos dinheiros públicos, a dissipação das forças do Estado, o atropelo erigido em atividade, a inércia com foros de prudência; quando esse torvelinho de erros e escândalos produz na mente pública uma vertigem; então sim, há motivo para temer-se o súbito desânimo do país.

A população, acabrunhada pela humilhação pode recusar-se a vazar o sangue e o suor, que não serve para vingar sua honra; porém só para encher os vampiros e acrescentar glórias ao inimigo. Sim; quanto maiores esforços se exigem do país para vencer o Paraguai, mais vulto se dá à insignificante república, que o Brasil bem dirigido houvera esmagado em alguns meses.

Temam pois os provectoros estadistas o desânimo geral, se continuar o silêncio sobre as coisas da guerra. Para evitá-lo patenteiem a verdade ao povo; penetrem, eles que têm a força e os meios, na cova de Caco onde some-se o nosso ouro; destrincem a política enredada e confusa que enleia o país.

É o maior serviço que podem no transe atual prestar à sua pátria. Afrontem com bizarría a difamação, se ela ousar abrir as fauces e mordê-los.

Para recalcar o mau fermento deste presente, têm eles o testemunho de um longo passado sem mácula e o juízo do futuro.

No meio do profundo silêncio que sepultava essa, a mais perigosa das ulcerações nacionais, advertiu-me um íntimo remordimento de meu dever de cidadão. Seria uma traição e uma covardia recusar à pátria, mãe política e à futura geração, herdeira de nossa grandeza ou miséria, o débil esforço da escassa inteligência.

A voz do egoísmo murmurou. Com a previdência do receio desenhou a perspectiva que me esperava; o despeito e insulto dos ofendidos; a sonolenta pachorra da atenção pública; a fadiga do trabalho; e a decepção do espírito aos arrancos com a matéria bruta.

Do outro lado a voz da afeição recordava que no turbilhão dos acontecimentos contemporâneos andavam de envolta pessoas estimadas. Respeitasse eu embora o santuário da vida privada, havia de magoar-lhes o coração.

Triunfou o dever.

Tudo lhes ofereci em holocausto. Só faltou atirar a minha individualidade à praça pública, para que aí servisse de pasto à maledicência. Não o fiz por motivo muito longe do temor; era mais uma difamação inútil, mais uma ceva para as paixões abjetas.

Que importam à causa pública as injúrias que porventura se lancem sobre um indivíduo? Que vale para a opinião o nome obscuro e desdenhado de um escritor, se não reflete luz, antes projeta sombras sobre suas idéias?

Há uma circunstância grave em que o anônimo é uma emboscada, recurso vil do covarde; é quando se ataca a individualidade. Mas na arena da vida pública o cidadão torna-se uma idéia ou ato político; para combatê-lo lealmente servem as mesmas armas.

Submetendo-me a consciência a esse preceito de respeitar o recesso inviolável da vida privada, tenho o direito de cobrir-me com a guarda do mistério, que, arredando para longe a minha individualidade, deixa a razão em sua plenitude e serenidade.

Esta longa expansão, brasileiros, não é resposta a murmuradores; na altura a que sobe o escritor para tratar de vossos máximos interesses não descobre esses infusórios das águas turvas. Quando, porém, se consuma um

fato de suma importância, a consciência embora aprovasse antes a intenção, desperta outra vez, e mais severa, ante a realidade.

Depois de ter escrito as duras verdades que lestes sobre a guerra, sentiu a mente um soçobro. Teria a indignação sobrepujado o critério, transviando a palavra? Correria da pena fel que não devia ser espremido de um coração brasileiro? Divulgara eu coisas reservadas e por todos ignoradas?

Carecia de um desabafo ao espírito inquieto. Felizmente a consciência passando e repassando em seu crisol as verdades que enunciei não achou fezes a escumar. Quanto avançou a respeito da guerra é a evidência; evidência dos fatos oficiais; evidência de sua lógica inflexível.

No momento mesmo em que escrevo estas linhas a notícia de mais uma vergonha vem infelizmente encher-me de razões. Eu sacrificara com júbilo meu amor-próprio, e aplaudira os sucessos que desmentissem minhas palavras severas.

Mas o nosso exército continua enterrado nos mesmos pântanos e sempre insultado pelo vil paraguaio. O Brasil, a primeira potência da América do Sul, depois de um esbanjamento louco dos dinheiros públicos não tem canhões para bombardear o inimigo; e a ele, o selvagem acossado na fúria como o tigre, não faltam armas aperfeiçoadas, de longo alcance, para bater-nos na mesma distância!

E a esquadra permanece mera espectadora, seu almirante contempla esse quadro lúgubre com a mesma impassibilidade, com que o sofrem aqueles que o mantêm à força e de nome no posto abandonado e devoluto.

Prosseguirei pois no meu empenho. Podem os gritos desgarrados estrugir no intento de me atordoar; pode a estudada indiferença fingir que não percebe estas folhas esparsas; pode a alta imprensa (com exceção do órgão mais ilustrado e mais generoso adversário, o *Mercantil*, que teria melhores pretextos à esquiva) recusar a estes escritos a cortesia que não nega às utilidades insossas; nada me fará arrefecer a coragem.

Estas páginas ficarão; elas hão de ser mais tarde livro, como as outras. Nas estantes empoadas de alguma livraria aparecerá um recanto onde jazam no esquecimento. Algum dia longe, serão descobertas pelas escavações de futuros antiquários.

Então a nossa descendência, corrida de vergonha pelas tradições humilhantes desta atualidade funesta, pasma da tibieza do espírito público ante uma série interminável de revoltantes escândalos, acabrunhada com os males que sobre ela acumularam nossos erros, se abrigará à sombra destas páginas esquecidas, pobres de talento, mas ricas de sinceridade.

Como elas não levam um nome e, são lidas ainda por algumas centenas de individualidades, todos os futuros brasileiros poderão murmurar esta palavra de consolação:

“No meio de tão profunda obliteração do senso nacional, nossos pais conseguirão preservar-se do mal; foram eles que levantaram este enérgico protesto.”

E assim ao menos salvar-se-ão os créditos de uma geração, e sobre a memória dos pais não recairá a maldição dos filhos.

VI

A ansiedade pública se dilata neste momento em uma grande interrogação.

Que princípio mantém esta incrível atualidade?

A confiança imperial é sem contestação a base larga da situação; fugisse ela, que todo o laborioso mecanismo tombara por terra e submergira-se no esquecimento, se não fosse no geral desdém.

A Coroa está, porém, revestida de uma presunção tão forte de sabedoria que somente cede à sugestão da própria consciência, ou à soberania do voto nacional. Deve, pois, o cidadão acatar o ato do poder irresponsável, como o alvitre de uma razão mais esclarecida; não ficando contudo seu espírito privado do direito de investigar o motivo que opera com tal energia na vontade imperial.

Esse motivo não pode ser um mero arbítrio; cumpre buscá-lo na esfera do governo parlamentar, entre as causas que atuam sobre as evoluções do sistema representativo. Seria difícil a um espírito desprevenido atingi-lo; porém o governo diariamente jacta-se dele.

O voto da maioria parlamentar e o apoio da opinião pública; tais são as duas muletas a que se arrima o gabinete de 12 de maio.

A maioria constitui sem dúvida o princípio da legitimidade do governo; ela forma o aceno de individualidades de que se extrai a lei, suma e essência da vontade universal. Como todas as forças humanas, essa do número está sujeita a decair e depravar-se.

De que espécie é a maioria parlamentar que sustenta o gabinete?

Começo por despojá-la de seu pretensioso título; não se pode qualificar a atual maioria de parlamentar: é manca; existe apenas no ramo temporário da legislatura; e, se este representa o elemento democrático e se renova periodicamente, está não obstante em nosso país mais sujeito a corromper-se. Quem o duvidar lance os olhos para o Senado, onde tão rara é a defecção; e coteje esse exemplo de coerência com a mobilidade de uma câmara que toma anualmente nova fisionomia.

Essa mesma truncada maioria não é sequer homogênea e compacta. As matérias mais estranhas entram em sua composição. Aí estão juntos, os verdadeiros partidistas, conservadores ou liberais, espreitando o momento já tardio da completa discriminação; os netos da velha de Siracusa, resignados ao mau com receio de pior; os descrentes, que, perdida a confiança nos homens, se deixaram arrastar pelo fluxo dos acontecimentos; e finalmente os progressistas ainda imbuídos na grande utopia do terceiro partido.

Com tantos e vários elementos não excede essa maioria ao mesquinho algarismo de quinze votos! Tal é a força imensa que sustenta inabalável o gabinete, não obstante a poderosa gravitação que o arrasta! Toda a sabedoria e razão nacional está por certo encerrada nessa meia dúzia de augustas cabeças, que assim decidem dos destinos da pátria! Oito figuras, oito apenas das mais insignificantes da governança, podiam amanhã por uma travessura desmoronar a gigantesca mole.

A que se reduz o sistema representativo pervertido de sua verdadeira índole? A uma caricatura disforme de governo parlamentar, onde a magna questão da salvação e honra de um povo se decide pela maior ou menor aderência do toro de meia dúzia de senhores ao assento das poltronas legislativas!

Em conclusão, tem o gabinete maioria: é justo que governe.

A outra muleta do governo, o apoio da opinião pública, creio eu que se traduz pela adesão ou simpatia da imprensa da corte. Essa força a tem o governo incontestavelmente; o jornalismo fluminense é todo ministerial.

Apenas desde algumas semanas os liberais tiram a lume uma pequena folha com um grande título; da parte dos conservadores reina profundo silêncio; dir-se-ia que emigraram por uma vez da imprensa.

Entretanto examine-se de perto para conhecer o que vale no fundo o apoio prestado ao governo pela alta imprensa da corte. Dos três grandes diários, um tem por princípio e hábito antigo de sua marcha aceitar sempre os fatos consumados como a expressão mais sã da verdade em matéria política; os dois outros estão por circunstâncias acidentais nas mãos de amigos da situação; eles exprimem dedicações pessoais e nobres sacrifícios em prol de uma causa.

Mas aquele entusiasmo generoso que borbulha sempre, como o suor, da frente inspirada em grandes convicções; aquele afogo que vaza a idéia ainda tépida do calor d'alma; já não sente-se ali naquelas colunas em que outrora abundava. A fé desertou do jornalismo também; as centelhas que ainda luzem a espaços vêm da amizade, não mais da comunhão política.

Se em favor da atualidade concorrem as duas grandes razões invocadas, a maioria de quinze votos e a adesão de dois jornais amigos; contra se produzem objeções formidáveis, às quais admira pudesse o gabinete de 12 de maio resistir um curto momento.

Na esfera legislativa se encontra a primeira, o Senado, onde o ministério está em considerável minoria. Desde anos que se trata de arredar esse obstáculo incômodo ao trem veloz da política progressista; convém que passe adiante a bagagem de reformas e inovações dos recentes estadistas.

Os extremados, homens de grandes medidas, propõem logo um corte na vitaliciedade do Senado; os moderados se inclinam antes à desautorização política da segunda câmara. Em sua opinião é somente no ramo temporário da legislatura que se deve pôr a questão de gabinete, visto que em relação a ela tem o poder o corretivo da dissolução.

Há alguma verdade nessa doutrina, mas travada de um grande equívoco. Sem dúvida o Senado, pela sua organização, despido da iniciativa das leis ânuas e encargos mais onerosos à população, afastado da urna, fonte viva da opinião, não exerce, como o representante imediato da soberania nacional, uma influência direta no governo.

Em compensação, porém, está essa corporação respeitável investida de uma fração do poder moderador; ela exerce como o imperador um

veto sobre as deliberações da outra câmara. Este veto nenhuma disposição constitucional inibe que se estenda a qualquer ato, seja uma simples lei regulamentar, seja um orçamento ou fixação de forças.

A doutrina contrária equivaleria à mutilação das atribuições conferidas pela Constituição ao Senado; se houvesse uma qualidade de lei em que essa câmara renunciasse por costume ou precedente ao direito de exprimir um voto em oposição ao governo, a câmara vitalícia ficaria reduzida a mera chancelaria.

O Senado tem, como a Câmara, mais que o direito, o dever rigoroso de recusar ao governo pão e água sempre que em sua consciência entender perigosa a continuação de um ministério no poder. É esta a grande arma popular; nela se embotou o cetro despótico dos reis saxônios; com ela em punho conquistou a Inglaterra suas liberdades.

Convém que certos dos nossos políticos submetam-se a essa verdade, à qual esforcem por esquivar-se. Uma nação que é a única soberana de si mesma tem o direito de escolher homens que a dirijam. Esse direito ela o exerce recusando ao gabinete os meios da administração, e forçando a Coroa a cingir-se à opinião.

A diferença entre o voto da Câmara e o do Senado é frisante. A Câmara, negando ao ministério as leis ânuas, exprime a vontade da nação no momento de constituir-se a legislatura; por isso a dissolução foi dada à Coroa para de novo interrogar a nação, consultando sua vontade atual e iminente ao conflito.

O voto do Senado tem outra significação mais complexa; ele pode exprimir ou a opinião atual refletida pela sabedoria e prudência dos consumados estadistas que ali sentam; ou o princípio de resistência de minoria aos desmandos de uma política esvairada. Nesse caso a câmara vitalícia assume sua importante missão de corpo conservador.

Qual é, porém, o corretivo contra essa atitude? Qual a força capaz de cercar os abusos dessa resistência, talvez dilatada ao ponto de formar uma oligarquia?

O corretivo, admira não o vejam aqueles próprios que estão sob a pressão incessante e contínua de sua influência. É o mesmo que opera sobre o poder moderador, e coíbe os excessos de qualquer função conservadora

delegada pelo povo; é a opinião pública, essa fisionomia sempre vigilante e alerta da soberania nacional.

Se um monarca, abusando de suas atribuições majestáticas, se obstinasse em opor uma barreira invencível à ação de outro poder, como no caso de perdoar todas as penas impostas pelos tribunais; onde estaria o corretivo para aqueles que, na frase de Montesquieu, “só espumam um freio, o da consciência”?

Na opinião pública. O soberano imediatamente seria advertido pelo ofego da nação, e se não entrasse no trilho de suas altas funções, romperia o equilíbrio sobre que repousa todo o organismo do Estado.

Uma escola, em verdade, existe no país que pretende subtrair o imperador, como o Senado, à opinião pública. Ela fabrica o sistema representativo como uma máquina onde há algumas peças de ornato que não têm o direito de quebrar; e por conseguinte não trabalham. O imperador porque é perpétuo, e o Senado porque é vitalício, não têm política. A irresponsabilidade desses poderes, ou melhor, imputabilidade, os constitui incapazes políticos e os sujeita portanto à tutela do Executivo.

Aí estão descarnados os tristes efeitos dessa doutrina, que por incompreensível aberração professam os liberais de nosso país. Pela responsabilidade gratuita dos atos majestáticos, invade o Executivo a esfera do Moderador; pela obstenção política do Senado, seqüestra um ramo da legislatura. Assim a opinião escarnecida só encontra essa bossa ministerial da corrupção, que vai absorvendo a seiva do país.

Há um fato que desenha perfeitamente a função da segunda câmara no mecanismo constitucional. Em 1853, o senado piemontês tomou uma atitude oposicionista; uma lei de confiança caiu por doze votos; outra lei também de confiança corria perigo de igual sorte. Nessas condições Cavour pediu ao rei a dissolução da câmara; porque, dizia ele na exposição de motivos, “a atitude do Senado, corpo essencialmente conservador e composto de homens graves, só podia-se fundar na opinião de que o ministério, embora apoiado por uma *grande maioria* da câmara eletiva, não possuía na realidade a confiança do país”.

Eis um grande estadista reconhecendo a influência política moderadora do Senado. O voto dessa respeitável corporação do Estado não é uma cifra; conta por muito na equação representativa; sua oposição como a da

Câmara pode levantar o conflito parlamentar que se resolve pela mudança do gabinete ou pela dissolução da Câmara.

Pugna igualmente contra a atual situação o abatimento e prostração do país.

O silêncio é para o povo, como para o homem, uma expressão e uma eloqüência. O aspecto mudo e sucumbido da criatura inane compunge mais do que o grito de uma aflição viva e suplicante. Quando em um país o espírito público cai nesse orgasmo fatal, a opinião se ergue ao ponto culminante; não é possível exprimir com angústia maior o sofrimento de um povo do que por essa atonia das crises fatais.

Em volta, pois, de algumas vozes ilustradas que defendem o ministério, eu apresento milhares de vozes abafadas no surdo arfar da população. É nas cidades entorpecidas por um desgosto funesto; na gente do interior já segregada do centro donde não recebe vida; no tédio da enervação geral, que está a verdadeira e legítima expressão da opinião, durante esta época anômala. Ela inflige ao gabinete o terrível estigma de sua mudez.

Condena também a situação a implacável ironia dos acontecimentos.

Os homens são instrumentos nas mãos da Providência, que os afaga ou rejeita, conforme eles servem aos altos desígnios. Jamais essa repulsa manifestou-se com tamanha aversão e veemência, como na atualidade. Cada fato que sucede é um novo menoscabo da fortuna contra os indivíduos que dirigem o país.

A composição do atual gabinete foi o primeiro sarcasmo da sorte. A maior parte dos que são agora ministros podiam sê-lo naturalmente em outra composição. Sua reunião em um mesmo conselho, sua adesão política, é um fenômeno só explicável pela derrisão dos fatos. A sorte tem, como a natureza, certa malícia; de vez em quando inventa monstros.

Não bastava, porém, esse amálgama de recentes ódios e antigas divergências; o aborto devia ser aleijão. A incoerência levada à infantilidade, as contradições incessantes, a negação eterna de si mesmo, tal é o caráter predominante do gabinete.

Apresenta-se um projeto bancário; no dia seguinte aparece uma demonstração da praça para que o governo renegue o filho. Anunciam próxima a terminação da guerra; e da campanha chega a certeza de sua

prolongação. Um paquete é portador de notícias de uma crise financeira que impele o gabinete a fabricar de chofre um projeto de ocasião; com a chegada do outro paquete deserta-se vergonhosamente da questão.

Houve necessidade da nomeação de alguns presidentes de província; não faltam membros conspícuos na maioria; recaiu a escolha justamente sobre nomes que são o corpo de delito formal da coerência e probidade política de certos ministros.

De qualquer lado que se volte, acha o ministério essa mesma fatal e amarga ironia dos acontecimentos. Não é já o passado só, mas o presente, que os moteja desapiedadamente. Em cada hora de seu governo, como em cada tradição de sua vida política, há um momo, uma visagem, uma gargalhada.

A última e sobre todas formidável objeção que se levanta contra a atualidade política é a própria inteligência ilustrada que a criou e a sustenta: a Coroa.

No princípio deste ano proferiu o Sr. D. Pedro II algumas palavras notáveis, dessas que os soberanos gravam na história de seu país. Disse que Leopoldo, o falecido rei da Bélgica “havia realizado com a maior lealdade o grande princípio da monarquia constitucional.”

Na mesma ocasião em que esta frase de alta significação descia até à minha vulgaridade, vi eu no grande órgão da publicidade européia o busto político do falecido soberano moldado em dois traços magistrais: “Leopoldo, escreveu o *Times*, não era somente o rei da Bélgica, mas seu primeiro-ministro; a Europa não perdeu nele unicamente um sábio monarca, perdeu sobretudo um grande estadista.”

É concebível que o monarca admirador desse modelo do rei constitucional se deixe ir à mercê dos acontecimentos, em vez de imprimir-lhes a direção de sua esclarecida inteligência?

Não; o alto pensamento que serve de centro ao nosso sistema compreende melhor sua função: ele aspira decerto a essa glória de estadista, que representa atualmente como outrora a de conquistador, a maior ambição dos reis. Só pela profunda lição da ciência política pode, no século atual, um soberano elevar-se acima da coroa que ele cinge.

Nunca em circunstância alguma de sua vida Leopoldo se abandonou à correnteza; nunca ele lançou os destinos de seu país sob a pressão de uma crise medonha ao capricho de alguns homens.

Ao contrário, seu grande talento foi dominar os sucessos, e até prepará-los; se alguma vez parecia ceder a eles, como em 1848, era antes uma concentração de forças para superar maiores obstáculos que se acastelavam.

O soberano belga domou uma revolução com estas textuais palavras, onde, através da aparente bonomia, palpa-se a boa têmpera de uma alma rija: “Se não me querem mais para rei, digam, que imediatamente trato de arrumar a minha mala.”

Igual deve ser a norma do príncipe ilustrado que aplaudiu esse tipo de lealdade da Coroa com a nação.

Não é possível que por mal-entendida imparcialidade submeta-se a régia consciência ao alvitre de alguns espíritos que não avultam nem pelos talentos, nem pela inteireza, de suas opiniões políticas.

O imperador é também um representante da nação; e de todos aqueles cuja palavra fala mais alto. Quando ele diz não, os outros poderes se calam; e só tem o direito de responder-lhe a soberania nacional. Não lhe confiou o povo esse verbo político para que o emudeça qualquer insignificante maioria.

Como primeiro estadista e primeiro cidadão deste império, o imperador é sem dúvida quem acima de todos deplora esta atualidade. Não somente sofre mais profundamente que nós os funestos efeitos dela, porém sente a dor de não a haver subjugado.

Eis, portanto, desenhada a balança política.

De um lado, na concha ministerial, uma dezena de votos e duas ou três vozes ilustradas na imprensa; do outro, na concha nacional e Senado, o desânimo público, e inexorável condenação dos fatos, e a própria consciência imperial. À direita, algumas réstias; à esquerda, o país inteiro. Entretanto o ministério se mantém firme no poder, e a nação oscila no vago das incertezas.

Que peso oculto e formidável atua para essa aberração de todas as leis do sistema representativo?

É um assunto digno de séria meditação do povo.

VII

A história dos povos está cheia de cenas repugnantes.

Homens ambiciosos, exaurindo a seiva nacional, para fartar sua avidez de mando; governos ineptos esmagando o país com a ignorância crassa; filhos ingratos, que o despeito leva a armar o braço mercenário contra a pátria; todos estes quadros aflitivos se observam na tela do passado.

Faltava, porém, a essa vasta galeria da miséria humana uma cena virgem, a mais dolorosa para a alma do cidadão; o quadro de um governo defendendo com veemência e exaltando com entusiasmo o aviltamento de sua pátria, forjado por mãos estranhas!

A população desta corte... Não: a diminuta fração de brasileiros, que ainda tem coração para sentir as calamidades públicas, desesperou contemplando há dias perante o Senado esse repulsivo e desolante espetáculo.

Nem a religião do lugar onde vagam sombras venerandas, nem o acato à assembléia augusta, nem a comiseração por nossas desgraças, nem o pudor da própria culpa, gelaram a palavra ímpia nos lábios dos ministros.

Consumou-se a grande abjeção.

A protelação acintosa e pérfida de uma luta desgraçada, por escárnio dita a debelação da guerra, achou apologistas. O arrasto de nosso bravo exército, que levam de rojo pelos brejos como um réptil inerte, e a torpe frouxidão da armada, a apodrecer nas águas do Paraná, esses tristes poemas de nossa humilhação tiveram cantores.

Causava dó realmente assistir à tribulação desses dois espíritos, aliás esclarecidos, convolvendo-se no sofisma, para arrancar daí alguma fútil razão. Terrível martírio da inteligência se dilacerando a si mesma com as garras do absurdo.

Batidos pela argumentação valente dos ilustres senadores que um após outro ocuparam a tribuna, os dois ministros, desamparados, fizeram esforços hercúleos. Debalde, que a robusta dialética os tingia ao poste que eles próprios levantaram.

Toda a defesa da ominosa política reduziu-se a uma fútil evasiva. Propuseram-se os paladinos de tão ruim causa a provar que não competia ao governo formular planos de batalha para remetê-los aos generais, pois assim ficara tolhida a livre ação da tática militar.

Em apoio desta verdade cediça fizeram-se largas escavações na história; tirou-se a arejar a mofada erudição; à falta de razões abriram os diques às torrentes de frases, que no dizer de Voltaire alagam e submergem os desertos da idéia. *Verse un torrent de mois sur un desert d'idées.*

Quem já teve a estulta lembrança de exigir do governo brasileiro que levante planos da batalha e comande nosso exército e armada dos gabinetes ministeriais?

A direção técnica da guerra, a estratégia militar, pertence ao general, homem de ação que opera sobre o terreno, conforme as circunstâncias e a força dos instrumentos. Essa competência deriva da natureza das coisas; a distância e os acidentes locais não alteram a questão; longe ou perto, no Paraguai, ou dentro da baía do Rio de Janeiro, o almirante da esquadra brasileira a deve manejar para o combate com a mesma liberdade e inspiração.

Releva entretanto desvanecer uma confusão em que labora o governo. Uma coisa é plano de batalha, e outra muito diversa plano de campanha.

A guerra, essa mecânica diplomática, é o desenvolvimento de uma força através dos obstáculos a ela opostos. Anteriormente à execução, sobre a carta geográfica da área das operações, se pode estudar o traço geral e as linhas estratégicas que mais tarde se devem desdobrar sobre o terreno. Esse mapa da guerra, onde se delineia o itinerário das combinações militares, é o plano de campanha.

Ele constitui o primeiro e mais importante trabalho do cabo investido do comando supremo sobre as forças beligerantes de um país. O governo, ouvindo a respeito o prudente alvitre dos encanecidos generais que já não militam pela idade avançada, aquilata logo da capacidade do homem a quem a nação confia o que tem de mais sagrado e precioso, a honra do estandarte e o sangue de seus filhos.

Em um estado como o Brasil, novo e criado na paz, onde portanto não abundam os grandes estratégicos provados nos campos de batalha, devera ser o melhor plano da campanha paraguaia o legítimo título para a escolha do nosso general. Em vez de andar às apalpadelas como cego, para cair ao azar em quem a sorte destinou, imprimiria o governo brasileiro a esta guerra o que especialmente lhe falta, o cunho da inteligência.

Se algum dia o historiador severo, mas imparcial, esmerilhar entre o dédalo de erros e desatinos que enleia a fatal questão, a força predominante nessa época deplorável, há de reconhecer a existência daquele fenômeno. A inteligência submeteu-se à matéria bruta e entregou-lhe a alta e suprema direção da guerra.

Desde o princípio da luta não tivemos ainda um só plano de campanha. Nosso exército e esquadra vão à discrição das águas e à mercê dos acidentes. O primeiro e único estratégico desta guerra é López, não obstante sua estultície e barbaria. Ele tem a tática selvagem da serpe, que atira o bote e roja para escapar-se; mas, enfim, é uma tática ao menos; sente-se que vive naquele bando de recrutas a alma pensante de um chefe, seja embora de um chefe de salteadores.

Uma só evolução de nossas forças se não efetua que não seja o efeito daquela rude estratégia do inimigo. Foi ele quem abriu e fechou a campanha de Mato Grosso; quem levou a guerra a Corrientes, e depois a Uruguaiana; quem provocou as duas batalhas de Riachuelo e Tuiuti. Nossas forças são há perto de dois anos o ludíbrio do presidente do Paraguai, a cujo cenho se movem.

Custa a um coração brasileiro arrancar do íntimo seio tais verdades, que de acerbas queimam o espírito por onde passam. Sirvam elas de cautério à dor extrema que prostra meu país, sucumbido sob o peso da tanto opróbrio! Reanime-se ele para a desafronta, já que descurou por tanto tempo a guarda de sua honra.

Não exagero. É a força bruta e material que dirige a guerra. Não vence o espírito humano, domando a natureza inerte e estúpida: não vence a estratégia militar ostentando o poder quase divino do pensamento superior; triunfa a baioneta, a espada, o canhão; ferro ou bronze, vibrado pela coragem heróica.

Por isso qualquer obstáculo material que possa embaraçar a ação da força física esbarra-nos o caminho. Somos derrotados a cada instante pelo rio que desceu, pela cavallhada que não chegou, pelos torpedos que assoalham, e por mil circunstâncias de igual jaez.

Toda esta longa aberração é o desenvolvimento natural do primeiro absurdo. A facção que provocara uma guerra antes de ter preparado os meios necessários, encetou a campanha sem curar de plano, nem de general apto

para executá-lo. Imbuíam-se da falsa idéia de ser a guerra o embate de duas massas, onde a maior esmaga a menor; desde então só cuidam em forjar um grande exército e uma grande esquadra; questão de quantidade e peso, a que sacrificam a questão racional.

O plano de uma campanha levantado pelo general não é imutável; há de sofrer necessariamente as alterações que o desenvolvimento das operações inimigas e um melhor estudo da localidade e circunstâncias aconselhem. Não impede também as súbitas evoluções, filhas de uma inspiração de momento, que arrebatam as mais brilhantes vitórias.

Mas as modificações do traço geral são comunicadas ao governo; de modo que este pode em seu gabinete, auxiliando-se da experiência dos profissionais, acompanhar de longe a desenvolvimento da luta. Os vários acidentes, as marchas rápidas, as pausas estratégicas, todos estes pontos obscuros para o vulgo se esclarecem e explicam às vistas da administração, cotejando-os com o plano da campanha.

O governo brasileiro não cura de tais nugas: entregou a direção da guerra aos chefes de sua confiança e espera com uma admirável serenidade a conclusão natural da luta. Sua tarefa administrativa consistia em levantar um exército numeroso e uma esquadra respeitável: desempenhada ela, o resto pertence à espada dos generais.

Tal é a linguagem oficial na tribuna.

Coubera aqui perguntar se o Poder Executivo está realmente convicto de haver dado generais às forças brasileiras, e inquirir dos fundamentos da confiança obstinada que resiste à insultante ostentação dos fatos. Mas fora isso tomar ao sério palavras que apenas excitam o riso pela sua extravagância.

Em qual país se viu jamais, a não ser nesta pátria adotiva o absurdo, um governo demitir-se da suprema inspeção da guerra pelo fútil pretexto da confiança depositada em seus agentes? Onde já se observou este exemplo lastimoso do Poder Executivo de uma nação, atado vergonhosamente à cauda de seus instrumentos e recebendo deles a impulsão que devia comunicar-lhes?

Só no Brasil... Escapou-me a palavra... Só nesta época desgraçada, em que o Brasil desapareceu para deixar lugar ao império da alucinação e

desatino, só durante esta síncope da razão social, torna-se possível a existência de semelhantes desvarios, e a jactância de os haver praticado!

Nos próprios governos despóticos, onde o povo é apenas matéria talhável para o imposto e o recrutamento, não sofre o homem tamanha degradação. O orgulho da majestade se empenha em levantar bem alto a honra de seu trono. Embora oprimida no resto de sua personalidade, a alma do súdito ao menos se expande com esse esplendor que a coroa reflete sobre a pátria.

Ainda não penetrei, porém, brasileiros, na medula deste grande opróbrio, amassado com o sangue de nossos irmãos, e as lágrimas de tantas mães e viúvas desoladas.

Homens de talento, como são incontestavelmente os ministros da Guerra e Marinha, não podiam espontaneamente proferir aquela inaudita blasfêmia, nem mesmo em hora avessa e má. Ainda quando afogados no erro, têm os espíritos superiores a nata da essência divina, que sobe à tona; por aí se distinguem das almas grosseiras, onde tudo é lia e se deposita no fundo.

Comprime, portanto, o ânimo daqueles membros assim como de todo o gabinete, forte coação que encerra no íntimo a inteligência. O instinto da conservação trava de quaisquer ridículos argumentos forjados por gente peca; e com tais armas de Mambrino se arremessa à pejeja.

A verdade é esta, cidadãos. O véu cuja ponta já foi por outros erguida, vou rasgá-lo sem escrúpulo: é preciso que o país observe a olho nu o quadro de sua profunda miséria; não há conveniências, nem cautelas, que exijam o mistério em tão grave emergência; o silêncio em tal assunto deixa de ser reserva: passa à traição.

Falo, pois, em plena confiança.

A causa dessa incompreensível obscuridade, que se condensa sobre as coisas da guerra, é a aliança. O governo brasileiro, não satisfeito de subscrever a humilhante cláusula do comando-chefe, excedeu ainda esse grande atentado dando àquela condição do tratado uma interpretação lata. Entendeu-se que a direção tática da guerra competia exclusivamente ao General Mitre, cumprindo ao Brasil sujeitar-se em tudo e por tudo ao seu alvitre.

Que inaudita bajulação a um pobre estado, que depois da pomposa proclamação de seu presidente mal pôde levantar o exército de dez mil praças, e essas mesmas na maior parte armadas à nossa custa!

A jovem nação tão robusta, que a consunção de seus recursos ainda não pôde inanir, o rico império foco da civilização da América do Sul, foi jungido à carretilha de uma república, a qual não há dez anos nossos valentes soldados pisavam como vencedores! Devem existir ainda em nosso exército veteranos de Morón, se é que já não sucumbiram todos à dor de marchar sob o estandarte que seu valor abateu outrora.

O governo brasileiro não tem voto na guerra: ignora mais do que os particulares, instruídos por cartas confidenciais, o delineamento e sucessão da campanha.

As ordens não vão desta corte, onde está o simulacro do poder; partem todas do estado-maior do general-chefe, umas para o exército e armada, outras – quanta insânia! – para o tesouro e arsenais do Rio de Janeiro. Os ministros as executam fielmente e com uma sofreguidão de atividades que talvez não tivessem para servir diretamente a seu país!

Estava reservado ao gabinete de 12 de maio esse cargo não invejado de comissário do presidente da República Argentina. Nele se resume toda a política brasileira com relação à guerra; fazer contratos de fornecimentos e construção, atopetar os armazéns de uma profusão de objetos dispensáveis, responder com açodamento e saltando por cima de todas as leis às requisições do chefe estrangeiro, tal é o sistema funesto que o ministério adotou para a debelação da guerra!

Não viu toda a população há dias rogar o ministério em um aviso ao seu almirante que houvesse por bem enviar participações oficiais dos combates pelejados? Não admiraram todos a candura do gabinete fazendo sentir que o motivo desse pedido não era a razão do Estado, mas somente o desejo de apascentar a curiosidade pública?

O governo não quer saber do que se passa, nem faz a mínima exigência! Delegou sua razão, seu dever, seu pundonor no árbitro supremo da Tríplice Aliança: se portanto pede algumas explicações é somente para entreter a curiosidade pública. E o papel que transmite semelhantes atos leva o selo das armas imperiais, o signo de honra sob o qual venceram nossos pais, e nós regateamos vergonhas para a pátria!

Ninguém ignora as negociações secretas que precederam a partida de um distinto general, cuja comissão está ainda em segredo. Correram mil versões; cada um tentou decifrar o enigma; e não o conseguiu porque a esfinge lá está nas margens do Paraná, devorando o nosso povo. Carecia o governo do beneplácito do general-chefe para modificar o comando de seu exército; naturalmente com esse fim acaba de partir outra vez para a campanha o plenipotenciário brasileiro.

Houve quem se animasse a defender a cláusula do tratado que conferiu a Mitre o comando geral dos exércitos aliados, sob o pretexto de reciprocidade. Andaram catando para isso exemplos na História, e foram até a profanar a memória respeitada do imperador Carlos V.

O bom senso do país fez justiça a esta mistificação, desprezando-a. Não há, desafio a que o apresentem, um só exemplo de nação briosa ceder o comando de seus exércitos ao general estrangeiro, nas condições em que nos achávamos.

Semelhante concessão se tem realizado em alguns casos raros, quando as nações se acham no mesmo nível de grandeza e civilização, ou quando um dos estados concorre apenas com uma expedição limitada, e é antes potência auxiliar do que beligerante: essa foi nossa atitude na batalha de Morón.

O fato é possível também quando entra em cena um desses grandes capitães, que trazem a vitória a roço de sua fortuna: então a espada ilustre lançada à balança faz pender a concha a favor de seu país, embora do outro lado esteja maior riqueza e poder. Tal exemplo se acha na história de Gustavo Adolfo durante a guerra dos Trinta Anos.

Se, porém, as simpatias que cercam o negociador do tratado, cegas pela amizade, esforçaram defender a todo o transe aquela cláusula; ninguém, creio eu, se atreveu ainda a sustentar a interpretação da aliança que entrega o Brasil, como um simples instrumento, à mão de um pequeno estado. É um sistema de política e diplomacia nunca imaginado; consiste em desnacionalizar o país para ilustrar a sua nacionalidade, em desonrar o povo cujos brios pretende desafrontar.

A alucinação de um indivíduo, a quem enxovalhassem o traje e que no intento de o alvejar se aproveitasse da água dos charcos, é a mesma de um governo que pretende lavar uma nódoa pequena, o lanço de um pirata, com

o lodo de uma política indigna. A nossa bandeira enxaguada em Uruguiana e Corrientes, está agora em lixívia na lagoa meótida do Paraguai.

Para que vingar contra o inimigo os brios deste império que seus ministros afrontam ainda mais cruelmente?

Sabeis agora, brasileiros, por que o governo de vosso país nada comunica sobre a guerra; ele tudo ignora, à exceção das ordens que recebe para cumprir e cujo fim lhe escapa. Os próprios generais brasileiros, julgando-se garantidos por um tratado de aliança, declararam sua independência. Pois um ditador dá conta aos cônsules do poder majestático que se dignou aceitar para a salvação pública?

Já tínhamos uma tesouraria em Londres; agora remetemos o nosso erário para Buenos Aires; lá se acham também os três ministérios de Estrangeiros, Guerra e Marinha; o Ministério da Agricultura fez há tempos os maiores esforços para se transportar aos Estados Unidos.

Mais algumas concessões, e terão levado ao cabo essa obra eros-rática do escalbro de um país para a fundação de uma colônia.

Basta! O ânimo sucumbe.

.....
Reli estas folhas. No primeiro assombro tive ímpetos de as dilacerar. Duvidei que as houvesse ditado um coração brasileiro.

Recobrei-me porém, lembrando que o Brasil, nossa pátria, não é cúmplice dessa política ominosa, porém sim mártir de uma grande expiação. Redime a culpa de sua indiferença ante a inauguração burlesca desta idade de lama.

Não será tempo ainda de atenuar o castigo? Acaso é o receio de que leais estadistas chamados ao poder penetrem no seio dessa política tenebrosa e a divulguem ao país, a razão misteriosa que mantém a atualidade?

Derramem-se então estas palavras severas, e levem ao seio do povo a plena e cruel intuição de seu infortúnio.

VIII

A majestade, como toda a instituição que tem a raiz na soberania nacional, se alenta sempre com a seve da opinião. A liberdade lhe serve de aura, a publicidade de luz.

É dos nimbos condensados pelas reservas e conveniências que se geram as intrigas rasteiras, as anedotas de reposteiro, os sussurros palacianos. Estes vermes da palavra, como os outros da matéria, pululam do lodo e na sombra.

No cívico empenho de revestir a Coroa de maior esplendor e popularidade, obstina-se o sincero escritor em desenvolvê-la da névoa que cinge as alturas. A maior ambição minha é ostentar ao país o monarca na limpidez de sua lealdade para o império que jurou defender.

Amiúde o espírito sôfrego invade a perspectiva sombria da política imperial, e instiga as profundidades dos fatos contemporâneos para perscrutar o pensamento altamente repostado.

Qual é o princípio da poderosa força de gravitação que suspende aos ares com a tara mesquinha de alguns indivíduos o peso da nação inteira?

Esta ansiosa interrogação em que arfa o espírito público ainda não teve resposta. Proponho-me eu o usado cometimento de esmerilhá-la nos íntimos refolhos da consciência imperial. Não importa que esteja o trono mais longe de mim do que de tantos menos francos ou leais que lhe gravitam em torno. Nada, nem mesmo os mistérios da criação, escapa à análise viva e árdega do espírito humano: extrai-se a verdade dos seios da alma, como das entranhas do universo.

Na mente augusta, onde se revolvem neste instante os destinos do país, estou vendo à luz da história contemporânea debuxadas as causas da firme persistência da atual situação política. São duas e gêmeas, filhas de uma mesma desconfiança.

Uma suspeita ou um receio; eis sem contestação o esteio real da presente situação.

Pois que a consciência augusta se desnuda assim à lúcida visão do escritor, extirpem-se os sentimentos que aí se insinuaram. Será então permitido descarná-los, sem ofender o susceptível recato da majestade.

Uma suspeita!...

Não há duvidar. A Coroa reconhece e sente mais no íntimo a crise perigosa que oprime o país; hesita, porém, acreditar nas causas que geralmente assinalam ao mal, e nas cores negras que assombram o futuro do império. Suspeita que todos esses tons carregados sejam obra do despeito e

da avidez do mando. Figura-lhe a oposição um inimigo derrocando o poder, como uma praça, para melhor tomá-lo de assalto.

Semelhante desconfiança é injusta nas circunstâncias atuais; mas infelizmente houve razão para ela. A Coroa chegou a esse estado de dúvida pela mesma rampa escorregadia pela qual resvalaram a opinião pública e as crenças nacionais até soçobrarem no tédio geral.

Também a Coroa curtiu amargas decepções durante o fatal decênio. Estadistas eminentes, chefes de um partido, lhe recusaram o valioso auxílio no momento preciso, coagindo-a assim a buscar muitas vezes os ministros na segunda ou terceira camada dos homens políticos.

Para quem frisou a abstenção política dos chefes conservadores e sentiu a nobreza e elevação de seus motivos, não carecem de defesa esses nomes ilustres. Tolhidos na amplitude de suas idéias, abandonaram o poder com a intenção de não voltar. Acolheram-se ao silêncio e repouso; esperaram que os acontecimentos posteriores lhes viessem render a justiça, que todos observam atualmente e a uma confissão. A história parece já ter aberto para eles seu templo.

Aí no retiro dos negócios, os encontrou um viandante que pela vez primeira perlustrava essas regiões políticas. Foi este mesmo obscuro escritor; surpreso do ocaso prematuro e voluntário de tão belos nomes, sentiu então pulsar a generosa coragem que retinha longe da luta os chefes ilustres.

Eram mártires de sua idéia.

Sim, brasileiros; esses grandes cidadãos; acoimados pelos adversários de egoísmo e pelos amigos de indiferença, submeteram-se a uma tortura moral, amesquinhando a reputação adquirida e esvaecendo a imensa popularidade. Desfiavam a teia de sua glória com tanto desvelo trabalhada.

Mas deviam eles, os chefes do Partido Conservador, que durante vinte anos arcara contra o liberalismo em defesa do princípio da autoridade, compelidos por meros ressentimentos, abalar a cúpula e fecho de sua idéia? Fora decente que os operários do majestoso edifício da ordem pública, depois de o haverem erguido com tanto sacrifício e sofrimento do país, mal concluída a obra, empunhas sem o alvião para a desmoronar?

A par com estas, outras reflexões.

Quando os amigos mais dedicados eram contaminados pelo marasmo da geral frouxidão, seria prudente assumirem os chefes uma atitude

adversa a essa tendência poderosa dos espíritos? Não recaíra sobre eles a responsabilidade ou pelo menos a ameaça de arrastarem outra vez o país às lutas fratricidas, mal extintas?

A História fará justiça plena aos homens; aos políticos, porém, não absolverá.

O monarca não é uma pessoa, é uma instituição: assim como não lhe assiste o direito de sentir paixões, também o cidadão a quem porventura contrarie sua vontade, não tem o direito de magoar-se. Convém não confundir no respeito à majestade o poder com o indivíduo.

Se a Coroa se manifesta diferente do ideal político da Constituição, é dever rigoroso do cidadão, que primeiro observa esse desvio, adverti-lo à sabedoria do monarca. Coberto com a égide da lei, armado apenas com a convicção leal, o homem político está na obrigação de acudir em defesa das instituições. Não é um súdito em face do soberano, mas uma opinião confronte à outra; a soberania popular decidirá no momento preciso.

Não podiam os chefes conservadores se esquivar a este dever pelo respeito à majestade nem pelo receio de uma aparente contradição. Defendendo o princípio da autoridade, não tinham repudiado suas crenças de liberdade; antes trabalhavam em benefício delas, consolidando as instituições.

Foi, portanto, a abstenção o fato saliente daquele período de 1857 a 1862; as causas que arredavam os chefes conservadores do poder, ao qual foram chamados, por vezes, ficaram na sombra. O soberano, assim como a nação, a quem mais interessavam, permaneceram na ignorância delas. Dizem que a sabedoria imperial as aventou, e quis eliminá-las; mas era tarde ou cedo.

Deste modo, sentindo escapar-lhe os homens proeminentes de um grande partido sem causa patente, e recebendo do lado oposto uma interpretação desfavorável dessa abstinência, era natural que vacilasse no ânimo imperial a confiança. Quem sabe? Visto pelo avesso, talvez semelhante afastamento figurasse uma deserção às idéias e uma dúvida nos princípios.

Cercada pela descrença, a Coroa sentiu-se invadir também do calafrio político. Voltou-se então para o Partido Liberal, que se agitava para recobrar os perdidos espíritos.

Está viva e debuxada na memória do país a época recente da ascensão da liga. Durante anos trabalhava a imprensa oposicionista com afincos em derrocar o Partido Conservador: o espírito sagaz e trêfego dos escritores insinuava-se pela menor fenda, para injetar o ridículo sobre coisas respeitáveis. Aqueles defeitos inerentes a um partido, usado pelo poder, foram exagerados a proporções enormes.

Assim fermentou-se a opinião contra estadistas notáveis e brasileiros que haviam prestado relevantes serviços ao país. O anátema foi lançado contra a grei dos defensores da Constituição. Flutua nas grandes capitais um espírito volátil, exalação das classes menos ilustradas; este mau sopro desencadeou-se com tal ímpeto contra os conservadores, que era um ato de coragem cívica trazer publicamente aquele título.

A liga subiu afagada por grandes esperanças; missionária de uma nova era de progresso e liberdade, vinha regenerar o país caquético pela dominação conservadora. Os próprios adversários decaídos esperavam da situação nascente um benefício: o de infundir na política brasileira aquele nobre entusiasmo que dela se tinha evaporado com o declínio dos partidos.

Dois anos durou o espasmo do aborto; tantos bastaram para fazer de uma idade, que se antolhava de ouro, a idade de lama. Todos os defeitos argüidos ao Partido Conservador foram requintados: o erro tornou-se vício; o invento passou à realidade.

Descarrou-se então o monstrinho do filhotismo, que era apenas feto entre os conservadores. O país o viu nédio e rubicundo, a embalar-se nos braços dos chefes liberais, que o acariciavam com mimo paternal. A Câmara quase se transformou em ginásio da imberbe juventude.

A liga também quis ter seus medalhões para ornato. Havendo atribuído a abstenção dos chefes conservadores ao desejo de governar por detrás da cortina, como os grandes sacerdotes do Oriente, as influências da nova situação desdenharam o obscuro encargo, de carregadores de pastas, preferindo o divertimento de manejar o cordel aos manequins. Em vez dos bustos severos e graves das molduras conservadoras, nos apresentaram o emboço de algumas carrancas.

As prebendas administrativas tinham sido um dos obuses de grosso calibre dos liberais. Entendiam estes senhores que o emprego público não era uma profissão nobre e honesta, quando exercida com dignidade.

Bafejados pela fortuna ou favorecidos em sua indústria privada, desfrutando pingues rendas, não compreendiam que o Estado remunerasse o trabalho de um estadista ilustre ou de um velho servidor. Consideravam isto uma espoliação ao Tesouro.

Entretanto, com a nova situação criou-se mais uma agiotagem, a especulação administrativa, que vai lavrando por todas as indústrias, desde a advocacia, e o comércio até o daguerreótipo e a litografia. Nunca, em tempo algum, o governo serviu de manivela ao interesse privado, como nesta idade do ouro; nunca se abriram tantos esgotos subterrâneos à renda do nosso héctico erário.

Em suma, desprezando as tradições cívicas e os bons exemplos deixados pelos adversários na administração, parece que a liga caprichou em arremedar somente o que havia de pior, por ela reconhecido e confessado. Sem dúvida tinha o Partido Conservador muita coisa a corrigir; havia nele erros e mesmo vícios. A continuação no poder o cobrira desse musgo que se acumula sobre as causas jacentes, e é como a pegada do tempo.

Mas em um partido novo, que saía cheio de viço do seio das urnas, a súbita erupção daqueles mesmos defeitos não era o mofo e a ruga da velhice; sim o sintoma de eiva profunda, a putrefação. Realmente breve se manifestou a decomposição, e do esfacelamento dessa facção surdiu o renovo do Partido Liberal, que está agora outra vez hasteando. Venha melhor fadado para não recair na grave culpa. Saiba manter em sua altura o grande princípio que representa.

Não passa de balde, pelo espírito mais crente, o atrito de tantas e acerbas decepções. O ânimo imperial devia embotar-se à confiança, especialmente nestes últimos anos, durante os quais foi cada novo gabinete um grau descido na escala do abatimento político. Sentiu a Coroa, a par do fatal encadeamento das cousas, a insuficiência dos homens, uns desanimados, outros impotentes, muitos incapazes. Suscitou por um esforço extremo o gabinete de 12 de maio, e colheu nova decepção e nova angústia.

Em tais condições a Coroa receia naturalmente qualquer mudança ministerial. Em vez de uma transição para o bem, se lhe afigura que tal acontecimento seria um passo avante no caminho da perdição, um declive maior no plano inclinado do abismo; para onde nos precipitamos.

Colocado o pensador neste ponto da perspectiva, compreende perfeitamente a atitude do imperador. Apoiado em uma escarpa do precipício, julga suster daí com um esforço poderoso o país prestes a despenhar-se. Espera que, aplacados os primeiros anos da ambição por essa firme resistência, se funde o exemplo já perdido de um gabinete permanente e sobranceiro às pequenas maquinações individuais.

Observada por este prisma, a posição do monarca é sem dúvida nobre e digna. Há nesta luta, renhida dentro da esfera constitucional, entre a Coroa e a opinião, alguma causa que recorda o verdadeiro governo representativo. A isso devemos atribuir os lampejos de entusiasmo, que, raros e ainda fugaces, abrem na tribuna e na imprensa. A liberdade é uma reação; desde que há o choque do poder, desprende-se a faísca elétrica.

Neste sentido a continuação do atual gabinete seria desejável para os amigos sinceros do sistema constitucional, se por outro lado os instantes de sua existência não se resolvessem em anos de calamidades para o império. A questão no transe atual não cifra-se mais no triunfo de uma idéia sobre outra; é a grande questão nacional da vida e honra do Brasil.

Ante o suplício doloroso infligido ao país, nenhum partido pode emudecer a sua indignação. Não é a gula do poder a açular as ambições, o estímulo da oposição movida a este gabinete. Outra é a fibra, e mais nobre; a pátria, que toca o homem por quanto ele tem de puro e elevado.

Apague-se portanto no ânimo imperial a suspeita que aí depositou como um sedimento a longa cadeia dos fatos contemporâneos. O poder não tem hoje seduções para os partidos legítimos, filhos da opinião: será para qualquer deles antes uma provança dura, do que um troféu.

Sem dúvida hão de existir na oposição algumas das ambições vermíneas, que pastam nos cadáveres; a estas ainda excitam a gula estes sobejos de grandeza. Mas os homens sisudos de qualquer opinião sentem asco e nojo pelo que outrora neles acendia a emulação.

As cadeiras, que já foram como as curules do saber e da virtude, serão agora bancos de réu. Aqueles que aí venham sentar mais tarde, talvez respondam ao país indignado por todos os erros passados. Terrível é a herança que deixará a seus sucessores o atual gabinete.

O poder foi infestado por um vírus assolador: tornou-se endêmica aí a lepra política. Os melhores caracteres, que se arriscam nesse foco

mórbido, são logo contaminados; todos os homens de préstimo fogem; apenas alguns amigos dedicados sacrificam-se. São, portanto, obrigados os ministros a descer à chusma, que de bom grado aceita a lepra podendo-a cobrir de galas e ouropéis.

Nestas circunstâncias o governo, oferecido, será um martírio; procurado, um suicídio. O partido que atualmente assumir a direção do país sairá da luta dilacerado.

Exaurir o sangue e suor de um país já desfalecido para concluir a guerra com honra; reprimir a corrupção que lastra em seu próprio seio, como por toda a parte; resistir ao embate de uma torrente de despeitos e rancores; levantar sobre a base da moralidade o vulto da lei, diariamente lapidado na praça pública; são trabalhos formidáveis que romperam as forças ao mais robusto partido.

Nenhum, porém, nem o Conservador nem o Liberal, se pode eximir a este grande sacrifício. Tenha embora a política brasileira suas Termópilas. A resistência vigorosa de uma opinião contra a fatalidade, mais poderosa que Xerxes, dará pausa à nação para despertar. Então, como o ilustre espartano, o chefe do partido heróico poderá proferir, sucumbindo à vitória, estas palavras:

“Escritor, vai dizer à posteridade que nós morremos pela liberdade do Brasil.”

IX

Continua a comédia política; houve apenas ligeira mutação de cena. O gabinete de 12 de maio dissolveu-se; traz seu sucessor a data de 2 de agosto.

Rasgou-se o manto rapado da situação; depois de vãos esforços para lhe cerzir a rutura, o voltaram de dentro para fora. O gabinete de 2 de agosto é o forro apenas de seu antecessor; o pêlo da liga mais que nunca adere agora ao poder.

Costumam nos países representativos a imprensa e a tribuna se abster durante as crises ministeriais; justa deferência da opinião nacional pela majestade atenta ao exercício das altas prerrogativas.

Terminou, porém, a gestação; o novo gabinete está definitivamente organizado. Chegou, pois, a oportunidade de manifestar-se o espírito público a respeito da solução que teve a recente crise ministerial.

Direi também minha palavra; e seja ela por enquanto a última. Desapareço da cena justamente quando nela assoma, radiante de esplendor, o astro do atual gabinete. Não há neste fato a relação entre o efeito e a causa, porém só mera coincidência.

Aproximava-me do marco de repouso nesta segunda jornada, quando surpreendeu-me, já bem próximo ao termo, o estremecimento do gabinete passado. Aguardei o resultado em silêncio, e estimando com veras recolher em boa hora. Realmente já não há que fazer nesta lua-de-mel para quem não usa apedrejar os astros no ocaso e adorá-los nascentes.

O epitáfio do gabinete de 12 de maio está escrito; tire-se o horóscopo ao seu sucessor.

A notícia da decomposição ministerial, tantas vezes assoalhada, correu a cidade de par com a asseveração dos esforços que fazia o eleitor de ministros para restabelecer no governo os demissionários. Esta grave circunstância confirmou o que já era conhecido; a completa identificação da Coroa com a política vigente.

Desde logo se desenhou a perspectiva da nova organização; alguma variedade de nomes, e absoluta permanência da idéia. Ainda mais se esclareceu o aspecto da situação com o anúncio, bem significativo, do futuro organizador.

Alguns espíritos ingênuos chegaram a acreditar em um gabinete misto; porque se lembravam das palavras proferidas no Senado durante a sessão de 20 de julho pelo Conselheiro Zacarias: “Ou nunca houve tempo de coalizão, ou se o houve é este.”

Não refletiram que o presidente do novo conselho, quando faz parte do governo, exige a coalizão unicamente de baixo para cima; um ministério exclusivo, governado por uma só vontade, mas apoiado por todos os partidos; que sonho dourado! Deste não são capazes os romancistas políticos, mas só os graves e sisudos bonzos que a si mesmos se qualificam de eminentes estadistas.

Em todo o caso, brasileiros, demos graças à incoerência do organizador do gabinete de 2 de agosto, que nos poupou tão grande imoralidade!

Se o pensamento funesto da coalizão, que ele aninhava em seu alto pensamento a 20 de julho, não houvesse batido as asas para as regiões hiperbóreas, veríamos erigir-se mais um padrão da improbidade pública; mais uma combinação híbrida. Graças, pois, renda o país desta vez à versatilidade dos homens positivos que odeiam o romance político!

Foi laboriosa a gestação do gabinete de 2 de agosto: consumiu três longos dias. Se não fossem já fatos reconhecidos a frouxidão dos elos progressistas e sua penúria de homens, ali estava o documento exarado naquela difícil organização, retocada a cada instante.

O país assistiu uma vez ainda ao arremedilho, tão freqüente ultimamente, do governo parlamentar. Enquanto à desfilada para S. Cristóvão, o futuro presidente do conselho, de lápis em punho, amanhava sobre o joelho um projeto qualquer de ministério, a gente grada arruava nas passagens de maior trânsito, que são de ordinário o foco das novidades.

Esse fragmento ilustrado da opinião mostrava ardente avidez de notícias; os indivíduos se inquiriam sôfrega e mutuamente. Grupos se formavam logo para ouvir a última versão que porventura trazia algum noveleiro. Com a mesma facilidade se dispersavam ao vento de outra assoalha, que os impelia a oposto rumo.

Semelhava essa multidão um animal a quem de repente se interceptou o ar e a luz. Preso no antro escuro, arroja-se à menor fenda para receber um sopro ou raio consolador. Assim estuavam, ansiando por uma réstia de notícia, os homens políticos preocupados da sorte de seu partido; os comerciantes inquietos da nova face que tomaria a questão bancária; os empregados receosos da catadura do novo governador; finalmente a grande família dos parasitas do estado prestes a sugar a seiva dos novos caracteres que lhe deviam servir de estacas.

Todos os interesses, alerta, voltavam-se para o alto, espiando o bruxuleio da luz. De lá, da sumidade, costuma vir todo bem; no trono reside a única força do império. Cada influência, neste país livre, é bolha de sabão, que enche um sopro: e este vem daquelas eminências propícias.

De um povo que pensa deste modo não há estranhar-lhe o aspecto. É justo que nos transe mais solenes do governo parlamentar, quando se decide dos graves destinos da pátria, a opinião pública ajoelhe nas praças,

face voltada para o Oriente, cabeça derrubada, mãos no peito, a fim de receber as palavras de fogo do oráculo.

Se fôssemos um povo livre, brasileiros; se, em vez de nos porem ao ganho como carregadores de palanques, nos houvessem educado para o sistema constitucional; outra e bem diversa havia de ser a compostura da população nas grandes solenidades de sua existência política.

A opinião guardara sem dúvida à Coroa a cortesia de não perturbá-la no exercício das altas funções majestáticas: mas soubera tomar nessa mesma polida reserva, uma atitude, nobre e digna, como convém à única originária soberania, da qual são todos os poderes delegações.

Côncio de sua possança, o povo havia de achar no próprio seio a última palavra política: e portanto não carecera de a decifrar na sombria perspectiva das alturas. O pensamento da Coroa, por certo muito respeitável e importante, tira toda força da opinião. Com ela pode o monarca tudo; é mais absoluto que César. Sem ela reduz-se a uma simples resistência temporária; é o voto de Catão.

Em países verdadeiramente livres não se observará a geral ansiedade destes últimos dias. Os partidos, as classes, os indivíduos, fiarão mais da popularidade o triunfo completo de suas idéias. Nenhuma fração sisuda da opinião cometerá a fraqueza de ir acocorar-se ao redor da mesa do festim, para aguar com a vista das iguarias; ou talvez saltar sobre as migalhas que porventura caíssem ao sacudir da toalha.

Devera a gente sisuda não aparentar só, mas sentir realmente, o tédio que inspira este arremedo do sistema parlamentar. Qual valor têm as pastas que a fortuna depara a qualquer, bom ou mau, na porta de sua locanda, em horas mortas da noite, à sombra do mistério, como uma aventura galante?

O poder é o velocino de ouro, guardado pelo dragão. Só é digno dele quem o conquista pela virtude e talento, em pleno dia, à face do país. Se para obtê-lo o homem público mentir à fé dos princípios, ou estender ao óbolo a mão súplice; ele torna-se labéu, que só podem apagar prestantes serviços à pátria.

Entretanto organizava-se o gabinete.

Conhecia a nova combinação, ficou bem patente o fato da continuação da mesma política; com especialidade a respeito da guerra, que

há de ser o aneurisma desta atualidade. O ministro daquela repartição é o mesmo em um e outro ministério. Parece que sua demissão foi concedida unicamente a fim de se tornarem possíveis os instantes esforços para sua volta ao poder!

O elo que prende os dois gabinetes não podia ser mais sólido. O principal ministro repetido; os outros escolhidos entre os mais dedicados aderentes da política progressista; presidentes ou chefes da maioria.

As revelações feitas no Parlamento, há dias, patentearam a tristeza.

O nobre Marquês de Olinda assombrou o país com a sua confissão extrema. Declarou que o ministério há muito estava em desarmonia, agravada afinal. Não obstante, a Coroa insistia na continuação do gabinete; e só lhe concedeu a exoneração à vista de documento autêntico.

O Conselheiro Zacarias narrou a sua epopéia ministerial. Digo epopéia, e não romance: o nobre estadista ao passo que invectiva este gênero da literatura, cultiva o outro; é sobretudo apreciador do Tasso. Não faço injúria à sua gravidade, qualificando assim os três dias heróicos.

Há nas *Metamorfoses* de Ovídio uma luta admiravelmente descrita entre Hércules e Aqueloo. Recebe o rio o primeiro embate do adversário sob a forma varonil; vencido nessa prova toma de repente o aspecto da serpe; estrangulado pela mão possante de Alcide, surge então como um touro, para ser enfim domado.

O presidente do gabinete de 2 de agosto mostrou-se digno êmulo do grande poeta. Também teve ele três dias, em outras palavras, três formas; e final foi vencido. Podia terminando a narração de sua desfeita repetir o verso de Ovídio: “Meu vencedor é tão grande que ele me consola de sua vitória.” *Magnaue dat nobis tantus solatia victor.*

A verdade nua e bem descarnada é esta: o Poder Moderador sustenta a todo o transe a situação; e os corifeus dela, tão reservados ontem, vêm hoje alardear ante o Parlamento a sua missão imperialista, agitando aos olhos dos ambiciosos o símbolo sagrado.

Não tenho preconceito aos nomes; todos se podem reabilitar servindo bem o país. Não tenho ódio aos homens; guardo em mim um tesouro de reconhecimento e admiração para aqueles que obtenham salvar

nossa pátria. Entretanto ainda não consegui dissipar o sentimento de funda tristeza que me entrou com a solução da crise.

Malogro de esperanças para um partido, não; a questão capital não é a da política interna, mas a da honra e decoro nacional. Impressiona sobretudo nesta mutação de cena a robusta solidariedade a respeito dos negócios da guerra. Os dois gabinetes neste ponto se aderem estreitamente; nenhum vestígio aparece de juntura entre eles.

É presidente do conselho do 2 de agosto o mesmo do 15 de janeiro, que encetou em Montevidéu a célebre política internacional das impressões; ministro da Guerra, o mesmo que referendou a capitulação de Uruguaiana, e aprovou o Tratado da Tríplice Aliança.

Que ilações, meu Deus, não vai o bom senso do país tirar deste fatal conjunto de circunstâncias, sem dúvida fortuitas! Parece-me ouvir já a voz sentida da nação articulando estas palavras lastimosas:

É verdade então que murmuravam os boatos rasteiros: O erro deplorável desta guerra vem de cima. Idéia talvez sugerida pelo atentado da Grã-Bretanha, e incubada, aproveitou o primeiro ensejo para surdir. Entrava nos altos desígnios que o Brasil se tornasse estado guerreiro!

A capitulação de Uruguaiana, a locação do império às repúblicas do Prata sob o título de aliança, a longa e impertinente apatia dos generais, o desconchavo na direção da guerra; tudo isto se praticou não só com o assentimento, mas também com a adesão e aplauso de quem jurou defender o Brasil!

Oh! não, brasileiros, repeli semelhantes idéias. Conheço que elas rebentam naturalmente dos acontecimentos que vamos testemunhando e malgrado se apossam do espírito.

A história contemporânea está lembrando que a aparente neutralidade de agora não foi guardada há poucos anos; em 1862, quando a Câmara derrotou o 24 de maio; em 1863, quando a maioria manifestou oposição ao 30 de maio.

Houve então firme iniciativa e até contra os estilos parlamentares. *Erat in fatis*. Já estava decidido o pertinaz afastamento dos estadistas, cuja prudência houvera evitado a máxima parte dos graves erros cometidos posteriormente. A prudência é a virtude dos conservadores, como é o entusiasmo a virtude liberal.

Compreendo que todas estas acerbas reflexões acudam à mente nacional; mas cerrai-vos obstinadamente a elas; expeli, e, caso já se radicassem, extirpai-as de vosso espírito, brasileiros, como uma praga horrível. A fatalidade pesa sobre o império americano; é ela sem dúvida quem urde os acontecimentos de modo a enlear a majestade, talvez sua maior vítima.

Não desertemos desta fé. Abracemo-nos todos durante os dias de tribulação com o trono; se agora ele parece oscilar às refegas da calamidade, será em todos os tempos a arca santa da salvação. Os povos têm sua índole como os indivíduos; a monarquia é a índole do Brasil. Nasce o império com ela; não deve, não pode perdê-la sem perder-se.

Em 1831 nos estreitamos com este mesmo trono. Não estava ele ainda vazio da razão viril, e somente ocupado pela inocência infantil? Por que não havemos nestes tempos difíceis de renovar o mesmo ato de patriotismo, ofusque embora o esplendor da Coroa uma névoa incômoda?

É necessário ao holocausto mais sangue e suor? Aceitemos de bom grado o sacrifício, povo brasileiro. Imole-se tudo, exceto virtude e dignidade, aos deuses adversos, para que nos deixem eles perseverar na fé da monarquia e o amor do trono. Dê o Brasil ao mundo o grande e sublime exemplo da prudência de uma nação que tão provocada à resistência, se abstém e resigna.

Demais, quem sabe! Talvez que semelhante insistência seja no juízo da Coroa, em vez de solidariedade, uma completa abstenção a respeito da situação atual. Não quer o soberano truncar a obra progressista; deseja que seus autores a levem a cabo, ou sucumbam completamente ao peso dela. O documento exigido da renúncia do gabinete passado é uma prova do conceito em que tem a liga. De quantos outros já não se achará munido, para mostrar à posteridade o erro, primeiro, e depois a pusilanimidade dos chefes da situação?

Infelizmente o país é a matéria vil desse processo; e os inventores de sua desgraça vão a um e um tomando posse do Senado brasileiro. Ali recostados negligentemente ao espaldo das poltronas vitalícias se distraíam eles em tecer chistosos epigramas.

Confie também o povo na força misteriosa do disparate que há tanto nos governa. Temos visto nos últimos anos tais aberrações dos acontecimentos, que a mais estranha surpresa não somente já não causa espanto,

mas deve entrar em consideração, como uma das soluções mais naturais a qualquer situação política.

É por esta lente que deve ser observada a fisionomia do novo gabinete.

Saído do íntimo seio da maioria, talvez seja devorado por ela própria em sete dias, ou afogado pela oposição durante sete meses. Nada também mais possível do que transportar-se de repente esse umbigo do Partido Progressista para um ventre conservador ou liberal. Seria esta de todas a maior desgraça política.

O Conselheiro Zacarias foi o presidente do gabinete que festejou os arreganhos marciais do infeliz General Neto; e soprou a primeira centelha do grande incêndio que nos devora, ordenando ao nosso plenipotenciário a apresentação do *ultimatum* de 4 de agosto. Nada mais incoerente, e portanto mais racional nesta época, do que apresentar-se agora o mesmo estadista, sectário acérrimo da paz, sacrifique embora para obtê-la a todo transe a dignidade do país.

O ministro da Guerra andou transviado até o presente; entregue exclusivamente à parte mais grosseira da administração, desdenhou a alta direção da campanha do Paraguai. A esta acefalia se atribuem os erros crassos diariamente cometidos no comando de nossas forças bem como a inércia vergonhosa em que ali jazemos ainda. Por isso que o mesmo estadista continua na pasta, deve o país esperar, sempre pelo despotismo do absurdo, que o ministro ontem coacto entre na plenitude de seu incontestável talento e imprima à guerra um forte impulso.

A Deus praza que essa influência irresistível do absurdo não acarrete dois males que são de temer.

O presidente do Conselho dizia no Senado em princípio desta sessão que o país carecia especialmente de uma política firmada sobre a base da moralidade. Acaso lamentaremos a inversão deste pensamento, e durante o governo de um homem probo assistiremos ao espetáculo pungente da corrupção a roer a carcaça deste infeliz império?

O outro mal é o naufrágio de um carácter são, de repente arrebatado pela voragem. O atual ministro da Justiça pôde resistir até aqui aos ímpetos da torrente: e contudo muitas vezes as espumas da vaga o salpicaram. Agora lá o arrasta o turbilhão! Terá o país mais tarde, passada a procela, de

encontrar sobre a areia, entre tantos outros perdidos, os despojos desta boa reputação?

Quando tanto precisamos de homens puros e capazes, em todos os partidos, a perda de um nome será uma calamidade.

Chego ao termo.

É o momento de retrair-me ao silêncio. Se a intenção não existisse, o fato da mudança ministerial era bastante para inspirá-la. A grande questão atualmente é a guerra; ela significa a reparação da honra nacional e a salvação do império: a política interna importa pela decisiva influência que tem na solução daquele problema.

Se o gabinete de 2 de agosto vem ativar a guerra e concluí-la com honra, o que é possível pela lei vigente da anomalia, não quero ser um estorvo, mínimo embora, à sua marcha. O grão de areia que se introduz entre os eixos pode, não obstante sua miudez, emperrar a grande máquina.

Afasto-me portanto.

Não levo ao meu retiro, nem a satisfação do triunfo que aplaca o ardor, nem o desengano que abate a coragem. Se ainda o povo brasileiro não tomou a atitude de um povo livre, não perdi contudo a esperança na sua reabilitação.

O lavrador depois que sachou a terra e acabou o plantio se entrega ao descanso, tanto para refazer as forças, como para dar ao grão o tempo de abrolhar. Também eu estuei durante longas soalheiras a sachar o chão duro e sáfaro da opinião; também ali lancei a minha idéia.

Assim não avele a semente. Forre-me Deus à tarefa ingrata de revolver outra vez e dilacerar as entranhas de uma nação!

6 de agosto.

.....

A corte do leão

OBRA ESCRITA POR UM ASNO

[PREFÁCIO]

SENDO para admirar que se apresente um asno escritor público, não obstante ter já havido um, insigne orador, como foi o asno de Balaão, vou referir de que maneira aconteceu o caso maravilhoso.

Era eu um homem de dois pés como os outros; e vivia tranqüilamente em minha terra, conforme o exemplo e as tradições dos antigos. Habitava na cidade Tecor do grande império Zilbar; e gozava da estima de meus compatriotas.

De repente não sei por quais artes do Tinhoso o mundo virou às avessas; e desde então nunca mais pudemos nos entender eu e ele.

Comecei a ver coisas que me espantaram, como, por exemplo, gente com a barriga no alto da cabeça; e outra muita com o coração na palma da mão direita à semelhança de uma verruga, que se arrancava deitando-lhe aos punhados de ouro.

Muitos indivíduos não tinham pernas nem braços e caminhavam arrastando-se pelo chão; a cada passo os pisavam, mas como era a pele de borracha não ficava sinal. Uma grande porção de homens e mulheres trazia as vergonhas no lugar da cara e vice-versa; do modo que já se não sabia qual parte a decência mandava cobrir.

Havia abortos monstruosos, em outro tempo assim denominado, que passavam por pessoas elegantes, depois de virado o mundo ao avesso. Tinham alguns no estômago um cancro chamado vapor, o qual devorava com velocidade espantosa. Muitos nasciam com os olhos pregados nos calcanhares, de modo que só andavam de cambalhotas.

De todos, porém, os mais horrendos eram aqueles que em vez de boca tinham uma pústula. Estes, falando, lançavam um vírus fétido que logo contaminava os ouvintes e os fazia leprosos. Poucos bem poucos escapavam ao contágio; mas acabavam possessos.

Nos últimos tempos aparecera uma espécie que se chamou dos *homens cogumelos*. Eram homúnculos que brotavam nos ombros dos velhos mofados e bolorentos. Estes sujeitinhos tinham de ordinário como os cogumelos do pau uma coisa a modo de coroa por cabeça.

Se na forma da criatura racional houvera tão grande inversão, mais estupenda ainda se dera no seu modo de viver.

Em geral cada um se esforçava por tornar-se o que não era. O velho se pintava para ficar moço. O rapaz pagava generosamente a certa gente que o envelhecesse depressa. O maior empenho das mulheres era descobrirem o meio de serem homens parideiros; fazendo dos homens mulheres barbadas.

Dormia-se durante o dia para estar acordado a noite inteira. Em vez de carne, pão e legumes comiam-se ouro com molho de diamante, *saupoudré* de pérolas: a salada fazia-se de notas do banco ou apólices. A respeito de vinhos, bebiam o sangue do próximo da fábrica de tal *Charitas*, sucessor de Cliquot & Cia.

O matrimônio era uma bela instituição que tinha por fim desligar completamente o homem e a mulher, deixando-os presos apenas por um fio elétrico destinado a comunicar a mão de um à algibeira do outro. Considerava-se o celibato como o matrimônio universal, honrado pela estima pública.

Semelhante confusão de idéias devia produzir necessariamente uma alteração na linguagem dos homens. Deus tornou-se um vocábulo sem sentido, só empregado em forma de interjeição. O criador chamou-se matéria. Templo passou a significar o arsenal da rotina; sendo substituído no antigo sentido de sacrário da divindade, pelo termo novo *alcáçar*. O

mercado começava a ser conhecido por assembléia. Cadeia era o nome que tinha então o hospício dos tolos, feito com o dinheiro dos próprios, ao revés do hospício dos loucos, feito com o dinheiro alheio.

Aquela parte do paço onde se depenam os patos, esfolam carneiros, recheiam perus, e se temperam vatapás; onde finalmente se prepara a cozinha do banquete régio, a ucharia, era então designada por gabinete; passando este aposento a ser indicado por água-furtada ou lugar onde se guardam trastes velhos. Por falar em trastes, tinham inventado uma espécie de cnute, mas feito de couro cru de gente, em vez de couro de cavalo; a este instrumento em forma de bastão apelidavam preso-a-dente.

A linguagem forense também se tinha enriquecido com alguns termos novos.

Liquidar: (segundo um decreto último) Apossar-se da maior parte do alheio, distribuindo o resto dos milhões em farelo aos pobres pintos depenados, no mais longo prazo possível. Uma liquidação regular não podia levar menos de uns cinco anos.

Falência: Repouso para os banqueiros cansados de serem ricos; ou aposentadoria dos milionários. Havia quatro espécies: Casual: quando o sujeito a fazia de caso pensado e com jeito. Culposa: quando o sujeito não era bastante esperto e incorria na culpa de tolice. Fraudulenta: quando o indivíduo defraudava os escrivães, procuradores e, sobretudo os principais credores, não ficando bastante apatacado para fazer honra à sua firma. Gloriosa: enfim, espécie de falência recentemente inventada; tinha lugar quando o falido, coberto com o manto auriverde, recebia a coroa cívica da gratidão pública.

O falido culposo ou fraudulento era punido; mas por sua inépcia no manejo dos negócios. A lei vigente considerava como a primeira e mais forte das circunstâncias agravantes a tolice; por isso o indivíduo que apanhava dez mil réis sofria a pena de dez anos de prisão; o que furtava dez contos a dez meses; o que abafava cem contos a dez dias. Se roubasse mil contos não cometeria crime algum; mas realizaria uma operação magnífica pela qual seus amigos o felicitariam.

Como os portugueses faziam outrora com os judeus, usavam de uma enxarvia vermelha para marcar os poucos homens que haviam escapado da reviravolta do mundo. Dava a essa carapuça, feita de serrapilheira, o

nome de virtude. Quando algum esquisitão aparecia nas ruas com ela, não escapava das vaias e risotas da molecagem. Esta molecagem foi uma seita filosófico-política, da escola de Epicuro, a qual então floresceu.

Existia uma grande repartição chamada da Tesoura. Vinha-lhe o nome de existir ali um batalhão de empregados armados de tesouras para cortarem a bolsa dos cidadãos. O melhor título para o acesso nessa repartição era a grosseria e insolência; certo número pequeno de empregados cortesês e polido era qualificado de pouco zeloso. Havia ali uma grande burra, onde se guardava dinheiro, a qual era servida por três indivíduos do mesmo nome, mas na desinência masculina.

Entre muitos, o mais incompreensível e disparatado costume dessa época era um jogo público que eles intitulavam governo. Reunia-se em grande circo, à semelhança do Coliseu; os mais fortes e robustos deitavam-se na poeira e ali ficavam prostrados: os magriços e tacanhos escolhiam de entre si os sete mais podengos que eram colocados num estrado alto; ali estava um belo colosso de mármore, representando a esfinge egípcia.

Começava o jogo abraçando-se os sete acrobatas aos pés da estátua; os magriços, que os tinham escolhido, se arremessavam fazendo esforços inauditos para puxar os tais do estrado e dar com eles em terra. Baldado esforço: os acrobatas nus, de cabeça rapada e o corpo untado de azeite-de-dendê, não tinham por onde se lhes pegasse. Bem agarrados ao colosso, respondiam aos magriços com um repiniquete de coices e pontapés; estes, desenganados, consolavam-se sarapateando sobre os atletas prostrados na poeira.

Lá de tempos a tempos um desses homens robustos, cansado de sofrer, erguia-se dominando com o talhe elevado aquela multidão tripudiante. Seu olhar triste e grave interrogava de longe a esfinge impassível. Nada lhe respondia naquela face lapidária. O atleta envergava os braços possantes como para experimentar os músculos, mas o coração lhe desfalecia, e ele deitava-se outra vez no pó murmurando: “O raio vem do céu.”

Neste momento uma mão invisível se abria por cima do circo; e soltava uma chuva de confeitos, flores e fitas. A multidão corria pressurosa a apanhar; ouvia-se um alegre burburinho semelhante ao do carnaval em Roma. Logo depois recomeçava o jogo e o repiniquete dos pontapés.

Assombrado de todas essas coisas que eu via sem compreender; espavorido ante aquela monstruosa sociedade que se me afigurava um pandemônio; senti-me como fulminado dentro de mim mesmo. Não sabia de qual modo pensasse, e de qual procedesse; perdi todas as normas do viver; o que eu supunha bom era mau; o que me indignava todos aplaudiam.

Apesar de me haver dado o Criador algum talento, eu o empregava tão de través e desastradamente que passava por estúpido. Tornei-me uma coisa à-toa, um zero; a única serventia que acharam em mim foi a de apregoar nas praças e ruas uns anexins antigos, chamados leis. Quando eu passava gritando, davam todos muitas risadas, pregavam-me rabos de palha, encapelavam-me o chapéu, e perseguiam-me com temíveis surriadas.

Por fim desesperado desse triste papel, e humilhado profundamente por traçar uma figura que se prestava a tão miseráveis destinos, exclamei cheio de aflição:

– Grande Júpiter, eu vos imploro!

O Tonante retumbou nos céus; a nuvem rasgou-se e a majestade olímpica do pai dos deuses apareceu coruscante aos meus olhos pávidos:

– Fala, mortal. Que desejas?

– Tenho vergonha de ser homem, excelso nume!

– Como? Preferes a condição de bruto?

– Confesso, poderoso Jove, que levaria uma vida mais doce no seio das florestas, na companhia de inocentes animais, saboreando os frutos das árvores, como um coelho peripatético, discípulo de Pitágoras.

– Apraz-me fazer-te a vontade; proferiu o soberano deus.

E dardejou sobre mim o olhar magnético. Senti imediatamente crescer-me o pêlo; endurecerem os cascos nos pés e também nas mãos que logo buscaram o chão. Já eu me desvanecia de ver-me transformando em gentil veado, quando sinto espetar-se no alto da cabeça um par de formidáveis orelhas. Conheci que até com deuses não havia mais fé; estava mistificado. Cheio de indignação quis falar e zurrei.

– Pois só a figura do asno é que vos lembrastes de dar-me, iníquo deus?

– Fiz-te entre os brutos o que eras entre os homens.

– Tendes razão; fui mesmo um asno em dirigir-me à vossa piedade.

– O asno é um animal paciente, sóbrio, laborioso e, sobretudo, cheio de senso e prudência.

– Não é esta a idéia que dele fazem os homens; chamam asno ao indivíduo a quem faltam todas estas qualidades.

– Pois tu que te envergonhas de ser homem me argumentas com o que pensam e fazem os homens?

– Mas estas orelhas, poderoso Jove?

– Estas orelhas são o símbolo da atenção e, portanto, da sabedoria; quem muito ouve muito aprende. O asno é doutor entre os animais; por isso outrora era reservado para a montaria da gente de beca. Podes consultar a pragmática. Os homens doutores tendo uma cabeça como os outros, inventaram uma borla para se distinguirem; enquanto o asno recebeu da natureza um distintivo próprio e original.

– E este zurro desagradável?

– A voz da verdade é sempre desagradável aos maus; não admira que o mundo zombe do ornejo do asno, como do conselho do sábio. Queria-se seduzir o homem não valia a pena de fazer-te rouxinol; bastava que eu te transformasse em um vil metal.

O grande Jove prosseguiu:

– A vocação literária do asno é tal que, depois de morto lhe aproveitam a pele para encadernar os melhores livros; ao que os orientais chamam *sagri* e os franceses *peau de chagrin*. Já vêes, pois que tendo tu pretensões a escritor, eu não podia escolher melhor para te cobrir do que a pele do asno. Aprende a viver satisfeito com tua sorte; esta é a primeira virtude dos animais; e corrige-te da inveja, um dos mais feios vícios humanos. Verás que um coração puro e uma razão direita vive tão bem no corpo de um jumento, como do mais elegante corcel.

O céu troou de novo, abrindo-se para receber o senhor do Olimpo; e eu achei-me em um campo solitário. Contento com o meu novo destino, busquei a sociedade dos animais; sorria-me a esperança; tinha o meu coração de asno cheio de ilusões; o capim seco parecia-me verde; o cardo, folhas de rosa.

Empreendi logo uma viagem à corte; não só porque na qualidade de súdito fiel, desejava lamber as garras do meu augusto soberano, como porque me dizia o bestunto que, no reino dos animais como no reino dos homens, é na beira do trono que se cria o melhor breudo. Sabia que el-rei era o que se chama um bom leão; detestava os meios violentos; portanto não tinha eu que temer pelo meu gasnete.

Ah! Quanto é duro confessar. Sofri uma cruel decepção; depois de esforços inauditos e imensos dissabores cheguei a obter o reles e miserável emprego de *zurrador*. Consistiam as obrigações deste cargo no seguinte. Quando el-rei leão fazia alguma coisa, os lobos me obrigavam a zurrar com toda força; e logo me caindo em cima tiravam seu ventre de misérias. Caso Sua Majestade perguntasse o motivo do barulho, respondiam:

– Magnânimo senhor, este asno peludo teve a protérvia de zurrar da sublime lembrança de Vossa Majestade leonina.

Assim adulavam o soberano e ao mesmo tempo descarregavam em mim as zanguinhas que lhes metia o leão.

No seio desta existência curtida de misérias e dores, meu alívio único foi a minha vocação para as letras. Resolvi escrever quanto observara, e fazer assim um livro que será encadernado com a minha própria pele; tenha ela ao menos esse préstimo depois de esfolada, pois enquanto viva nenhum teve afora o de me doer.

Aí deixo à posteridade asinal esta obra para edificação da minha pobre raça; ela aprenderá na amarga experiência de um de seus antepassados a verdade daquele antigo anexim, cujo alcance só hoje eu compreendo: “*Que o asno é sempre asno.*”

CAPÍTULO PRIMEIRO

NO QUAL SE DÁ UMA IDÉIA SUMÁRIA DA MONARQUIA LEONINA E DO SOBERANO QUE ENTÃO OCUPAVA O TRONO DOS QUADRÚPEDES

No tempo em que o mundo virou às avessas, reinava na terra das pacovas Sua Majestade Leão *único*. Ficou assim conhecido na história não porque outros de igual nome não existissem, mas porque nenhum, nem antes, nem depois, foi para se comparar com ele na ciência do governar.

Era um grande monarca jubado; na sua qualidade de leão, contam que fizera com a nação dos quadrúpedes um pacto social, do qual vem a designação de leonino dada posteriormente a certos contratos. Entretanto os súditos não pareciam desgostosos com o soberano; ao contrário para lhe evitarem a fadiga da caça vinham eles espontaneamente se oferecer ao real dente de S. Majestade crinita; e até disputavam a honra subida de serem admitidos ao augusto esôfago.

Bem sabiam eles a que ficavam reduzidos; mas nisso mesmo estava a sua glória e timbre. A majestade de um grande rei brilha em tudo que dela emana; sobretudo no que sai tão do íntimo da mesma. O fato é que no império das pacovas encontravam-se tulhas e tulhas de felizes animais, já passados pela real metempsicose.

El-rei consumia o tempo em inspecionar o fabrico das armadilhas e outras invenções com que a nação dos quadrúpedes civilizados fazia a guerra aos pumas e jaguares, bandos de quadrúpedes selvagens que extremavam com o país das pacovas. Fora disto, não se importava absolutamente com o governo dos súditos; de modo que alguns descontentes (até no Céu os há) murmuravam do capricho. Pensavam eles que para tal mister valia mais terem como rei um castor, animal industrioso e nascido para mestre-de-obra, do que um leão, a quem a natureza dotara de garras e juba.

Sua Majestade leonina era muito aferrado às etiquetas e tradições palacianas. Conservava os usos e costumes de seus antepassados, não obstante a diversidade dos tempos. Nas grandes solenidades aparecia com umas fraudulagens já muito mofadas, que lhe davam ares de algum peru antediluviano. Os animais sisudos sofriam vendo seu monarca enfaixado naquelas plumagens; porém a ralé dos camundongos embasbacava de gosto.

Uma coisa especialmente não dispensava el-rei leão; era o programa. Tinha a paixão dos programas, redigia-os ele próprio; distribuía as diversas figuras da procissão, discutia em conselho as precedências. Tanta importância ligava a essa atribuição majestática, que uma vez a sorte da monarquia dependeu desta magna questão: “Se a corporação dos lagartos devia ceder o passo à raça cascuda dos tatus.” Estes alegavam o seu gênio

ordeiro de animais habituados a viver *na toca*; mas aqueles fizeram valer sua *reptibilidade*, ou talento progressista, e triunfaram.

CAPÍTULO II

*QUE TRAZ A NOTÍCIA DO GRANDE BEIJA-GARRA
QUE HOUVE NA CORTE PACOVIANA*

Acertou um dia de vir à terra dos pacovas certo falcão, príncipe da dinastia outrora reinante sobre a grande nação das aves.

Contam que o povo alígero, aborrecido com a carapuça de algodão, que a velha águia usava para não se endefluxar, assentou de aclamar um milhafre. Apearam do ninho, no cimo do rochedo da águia real, que se viu obrigada a buscar refúgio na ilha dos maçaricos.

O jovem falcão fora, pois, educado na escola da adversidade. Sôfrego de ver mundo, como o pombo de La Fontaine, para adquirir o traquejo da vida, veio dar ao reino do leão.

Sua Majestade jubada, desejando mostrar o seu real primo e hóspede a grandeza da corte leonina, ordenou logo um solene beija-garra. No dia aprazado reuniu-se toda a aristocracia pacoviana; el-rei leão tomou lugar no trono; o príncipe ficou-lhe à esquerda.

Aberto o cortejo avançou primeiro uma famosa e matreira Raposa, já bem entrada em anos; as cãs lhe cobriam todo o corpo desde a cabeça até a cauda. Tinha o mais venerando aspecto vulpino que se pode imaginar. Chegou arrastando os pés; três vezes badalou a respeitável cabeça; e lambeu fagueiramente a régia pata.

Não escaparam à perspicácia do sereníssimo falcão duas circunstâncias. A veneranda Raposa em vez de varrer o chão com a cauda como é costume dos quadrúpedes que lambem, ao contrário retorcia o rabicho. E não só isso: quando ela acabou de lambe a pata do leão, o príncipe havia de jurar que estavam roídas as excelsas garras de Sua Majestade.

Nas ancas da respeitável anciã avançavam dois animais famosos no país das pacovas. O mais próximo era a ilustre Cutia. Com a graça peculiar à sua raça, ela caminhava guinando com as nádegas e fazendo um remexido elegante dos quadris. O outro era um soberbo guaribão dos mais barbudos e

desempenados que pode haver; boa estampa; barba opulenta; e, sobretudo, o desplante que é inato na raça dos guaribas.

Estes dois bichos passavam por filhos adotivos da egrégia Raposa; a excelentíssima Cutia era o morgado e o excelentíssimo Guariba, o caçula. Enquanto eles se faziam pequenos para caberem debaixo da veneranda cauda materna, direi o que ia pelo trono.

O augusto leão dirigira a palavra ao sereníssimo falcão mostrando-lhe a matreira que se retirava:

– Real primo, vede esta veneranda Raposa? É meu grão-vizir perpétuo. Às vezes quando os meus povos começam a impacientar-se de aturá-lo, finjo que o demito; mas ele continua a trabalhar com a mão da Cutia até que o reintegro. É um bicho precioso, a quem tenho na mais alta conta.

– Assim deve ser augusto primo. Um servidor fiel e dedicado é bem raro, sobretudo em raposas.

– Não me compreende, real falcão; a velha Raposa não desmentiu sua casta; é uma refinadíssima velhaca. Arteira como nunca houve!

– Ah!

– Cinzou meu avô, enganou meu pai, trapaceia comigo a cada instante. Ao próprio tempo que a ninguém poupa, ela conseguiu lograr; dizem que anda rastejando pelos oitenta; mas sem dúvida surrupiou uns trinta janeiros ao velho Saturno; e pintou os cabelos para não darem pela coisa.

– Grande é meu assombro, jubado senhor!

– Por que então, aquilino príncipe?

– Pois Vossa Majestade dispensa de preferência o seu real agrado a um bicho de tal natureza?

O leão deu uma risadinha:

– Deste já conheço as manhas!

Antes que o falcão lhe retorquisse, o rei dos animais chimpou-lhe de supetão esta pergunta:

– Por que o grande Júpiter deu tamanha cauda ao tamanduá que nenhuma ficou para a cutia?

Apesar de instruído, o descendente das águias embatucou diante desta pergunta de algibeira, e o leão gostou de mostrar sua profunda e recôndita erudição.

– *Felix qui potest rerum cognoscere causas!* disse ele citando um poeta de dois pés.

CAPÍTULO III

QUE DÁ BREVE NOÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNO ADOTADO NO PAÍS DAS PACOVAS

A esse tempo, a excelentíssima Cutia, com passo de miudinho, e dando de upa, acercou-se do trono; lambeu a régia pata e foi sacudindo o coto do rabinho postar-se junto da sereníssima Raposa.

– Que posição tem na corte de V. Majestade cabeluda, este bicho tão árdego? Perguntou o príncipe.

– É o substituto da raposa, que o adotou por filho. Onde o vê, alteza, tem espantosa habilidade para governar os animais. A princípio quando aprazia à minha real pessoa fazer qualquer coisa, como por exemplo uma caçada para banquetear a corte, os meus súditos agastavam-se comigo e lá resmungavam entre as folhas do mato. A cutia, porém, inventou um meio engenhoso de acabar com esta quizília; é ela quem passa por fazer tudo, não fazendo nada. Deste modo os animais zangam-se contra o bicho roedor somente; se não lhe tosam o pêlo é porque ele tem o cuidado de esconder-se atrás de mim.

– Mas, jubado senhor, por este sistema V. M. leonina fica-se parecendo com aquele rei que o grande Júpiter primeiro deu à nação grassadora das rãs.

– Pois aí está o segredo da arte de governar; parecer o que não é. Quereis ver?

El-rei fez um sinal imperceptível; mas não escapou à vigilante Cutia, que tomando posição diante do trono, pôs-se logo em atitude de espirrar.

Alguns animais ouvindo o pavoroso estrépito, pensaram lá consigo que aquilo era espirro de leão, e não de cutia; porém não se animaram a fazer a menor reflexão; sobretudo quando a excelentíssima Cutia tomando a palavra falou nestes termos:

– Ilustres animais pulantes, andantes e rastejantes! O espirro que acabais de ouvir, fui eu que o espirrei pela régia venta do nosso amado leão. Este espirro era necessário ao bom governo deste país das pacovas; e eu como vizir faço questão de gabinete de sua aprovação.

Enquanto ela falava os animais viam com espanto que a munheca da Cutia criara garras; eram as do leão, aparadas pela matreira da Raposa, que as emprestara ao filho morgado. A sereníssima durante toda a cena anterior pusera uma pata à guisa de trombeta no ouvido para melhor escutar.

Os súditos à vista das garras aprovaram o espirro dado em nome do soberano pelo segundo vizir; e portanto cada um esfregou a sua venta no chão em sinal de acatamento à majestade. Bem vontade teve o leão de rir vendo toda a corte de venta suja; mas guardou-se para o fazer quando estivesse com os seus prediletos rafeiros.

Restabelecido o silêncio, foi a vez do excelentíssimo Guaribão lamber a régia pata, o que fez com a gravidade própria desta raça de monos pretos.

Ao afastar-se o barbudo mono, disse o leão para o jovem falcão:

– Isto é um baxá.

– De três caudas, real senhor?

– Se com uma só já ele anda tão atrapalhado! Não sei por que o meu grã-vizir Raposa engraçou tanto com este bicho, que o chama *seu querido caçula*. Nenhum préstimo tinha; mas como é animal cheio de requiebro e trejeitos destinamos fazer dele um macaco de realejo para divertir os animais de outros países quando vierem a nossa real corte. Já faz suas mesuras em regra, dança com certa graça; mas coitado não sabe o que faça da cauda!...

Por que não lha manda aparar V. Majestade?

– Nada! Na minha qualidade de leão constitucional, alteza, não devo ter a minha ingerência nos negócios animaiscos.

Nessa ocasião ouviu-se um rumor pela corte; era uma comissão composta de caititus que vinha da parte dos animais felicitar a S. Majestade el-rei leão por ter espirrado.

O relator exprimiu-se nestes termos:

– “Senhor.

“É sempre um motivo de grande júbilo para a nação dos quadrúpedes o sublime espirro de V. Leonidade. Por atos como este de incomparável sabedoria um leão magnânimo escreve seu nome na História; a posteridade lembrará o nome glorioso de V. Leonidade entre os mais celebrados heróis espirrantes.

“A nação dos quadrúpedes ao ouvir o grato som do augusto nariz de V. Leonidade, prostrou-se de ventas na lama; e ainda cheia de poeira e com o focinho esborrachado, nos envia a V. Leonidade para em seu nome lambar a régia pata e cheirar o chão honrado com o excelso espirro.”

S. Leonidade dignou-se responder:

– Dizei aos meus fiéis vassalos que muito penhoram meu coração leonino as expressões de seu amor e fidelidade.

Nisto a excelentíssima Cutia, arisca e arrepiada, fuzilou por diante do trono e escondeu-se nas ancas do leão. Sabido o caso; eram os gatos que a tinham gadanhado e decerto a rostiam se não fosse tão ligeira.

– Que temeridade é esta, bichanos? exclamou irado o leão.

Falou o orador dos oposicionistas que era um grande gato preto, descendente ainda do célebre Robilhardo:

– Senhor, saiba Vossa Real Leonidade que estamos cansados de aturar esta árdega cutia. Acatarias devidamente o espirro do nariz inviolável e sagrado do nosso soberano; mas este animalejo roedor abusa espirrando demais em nome de V. Leonidade. Nós os gatos temos o focinho aseado e não podemos a cada instante com sacrifício de nossos direitos e da nossa dignidade nasal estar a focinhar no chão como porcos. V. Majestade deve lembrar-se que embora leão, pertence ao gênero *felis*, como nós os gatos; e que portanto em face da Constituição que juramos não é mais do que o primeiro dos gatos, na qualidade de legítimo representante da raça felina.

O leão que ouvira com semblante prazenteiro a representação, respondeu:

– Eu examinarei!

Voltaram os gatos e os caititus, todos satisfeitos; e S. Majestade disse ao falcão sorrindo:

– Vedes, alteza, a finura do sistema?

Depois rugitou entre dentes:

– Estes gatos são decididamente revolucionários. Tento com eles.

CAPÍTULO IV

*MOSTRA-SE A PROFUNDA FILOSOFIA DE EL-REI LEÃO,
O MAIS CONSUMADO ESTADISTA DO SEU TEMPO*

Quando o silêncio se restabeleceu e os grandes da nação quadrupedante fizeram de novo parede em face do trono, avançou gravemente o ilustre lobo, procedente de avita e remotíssima nobreza.

Uma biografia, publicada ultimamente por certa ratazana, grande arqueólogo, fazia remontar a linhagem do abalizado animal à famosa Loba, que servira de ama a Rômulo, fundador da Cidade Eterna. Afiançava o biógrafo que um garfo daquela progênie ilustre era o tronco da família lupina do país das pacovas.

O ilustre fidalgo apesar de suas glórias e façanhas, achava-se em deplorável estado. Cobria-lhe todo o corpo uma gafeira terrível; de coçar-se já se tinha o mísero cerval esfolado a si mesmo com as unhas. Algumas ovelhas que ainda conservavam na pele o sinal de suas garras, enxergavam naquilo um castigo do Céu.

Como quer que fosse, estava o tihoso do Lobo coberto de uma grande quantidade de imundícies: pulgas, piolhos, carrapatos e até percevejos. Tudo isto vivia do sangue que lhe chupava.

Não obstante D. Lobo aproximando-se do trono com um semblante mui prazenteiro e fazendo três mesuras palacianas, beijou a garra do Leão, que dignou-se acolhê-lo com um sorriso magnânimo. O ilustre animal curvou mais um palmo de lombo; e a bicharia começou a lhe pular na pele de contente, naturalmente por causa do cheiro de carniça que há sempre junto do trono de um leão, por mais sóbrio que ele seja.

Como estais, Lobo? perguntou o soberano em tom afável.

– Como aprouver a V. Leonidade; respondeu o ilustre carniceiro com o mais fino tato cortesão.

– A mim apraz que um tão prestante amigo passe sempre bem.

– Então, pois que assim é do real agrado de V. Leonidade, estou bom, senhor.

O Leão dispensou outro sorriso com este leal servidor.

Apesar de ter chegado poucos dias antes à corte, já eu sabia que entre o Leão e o Lobo havia rixa velha. Disseram-me que D. Lobo era adversário declarado do governo leonino, ou monárquico; ele desejava de coração o lobismo ou a forma republicana, na qual os lobos têm tanto direito como o leão, de devorar as ovelhas e outros animais herbívoros.

Estremeci pois ao aproximar-se do trono o republicano, julgando que era chegado o instante da briga feia; mas fiquei pasmado quando tudo se desfez em sorrisos e mesuras.

Ao retirar-se D. Lobo disse ao sereníssimo falcão o seu augusto primo:

– Que animal tão lazarento, real senhor!

– Onde o vedes príncipe, já foi um animal notável pelo asseio.

Andava sempre nédio e luzidio. Nesse tempo o chamavam exagerado, porque de vez em quando arreganhava o dente; e não havia bicho imundo que ele não esmagasse com a pata.

– E por que mudou ele de sistema?

– Conheceu que daquele modo vivia isolado e não ganhava fama.

Então fez-se chefe da maioria.

– Desculpe V. Majestade minha ignorância. Não sei o que é maioria!

– Estais vendo aquela multidão de pulgas, percevejos e carrapatos na pele do Lobo? Pois aquilo chama-se maioria; e o animal que a sustenta é seu chefe!

– Para que serve esta praga, senhor?

– Ora para cobrir de lazeira os animais.

– Bem vejo. Mas que lucro tiram eles disso, é que não posso atinar.

– Ainda estais muito moço, real falcão. Ignorais quanto pode a vaidade entre os quadrúpedes!

– Como, senhor, a vaidade?

– Sim, a vaidade. Para se distinguirem dos seus semelhantes, não duvidam até cobrir-se de lepra.

E V. Majestade não trata de corrigi-los desse vício?

– Eu, alteza, eu Leão constitucional, contrariar a opinião animalésca! Para clamarem logo contra o governo pessoal! Jurei observar a carta que estabelece o governo dos animais pelos animais. Eles assim o querem: apresso-me em fazer-lhes a vontade. Criei duas ordens honoríficas: a dos *sujos* e a dos *lazarentos*; esta mais nobre do que a outra. Meus vizires não têm mãos a medir com os requerimentos dos que desejam ser condecorados.

– Estou pasmado, augusto leão!

– Não há dia em que não se ouça por estes matos os uivos de algum quadrúpede, raivoso por não lhe ter o meu governo pegado ainda a ilustre gafeira.

O virtuoso falcão ficara abismado:

– Recordo-me, senhor, que na corte do Leão, descrita pelo grande La Fontaine, os animais queixavam-se da peste que os atacara. Na vossa ao avesso creio que eles se lastimam por não aparecer uma epidemia que os contamine de repente, e os cubra a todos a lepra.

O interessante diálogo dos dois príncipes foi interrompido pela entrada solene da ilustre Lebre, grande marechal dos exércitos pacovianos. S. Orelhança tinha um aspecto magnífico debaixo das insígnias marciais. A imensa catana, ainda mais comprida que as orelhas do guerreiro, batia-lhe na retaguarda.

O falcão avistando o personagem soltou uma gargalhada:

– Ora, senhor, V. M. está zombando!

– Por que, alteza?

– Pois não! Escolhe para general um lebre, de todos os quadrúpedes o mais antiguerreiro e...

– E medroso?

– Sem dúvida.

– Real falcão, se todos os animais fossem aquilo para que nasceram estava o mundo perdido. Não havia a necessidade de governo, e portanto nós águias e leões não teríamos o que fazer.

– V. Majestade é um leão sábio e filósofo! Respondeu o falcão.

.....

A festa macarrônica

(1870?)

Ludit rex.

I

O IMPÉRIO atravessava um momento bem difícil: o passado está cheio de erros; o futuro prenhe de calamidades.

Uma dívida enorme acabrunha nossa população, dizimada pela guerra. O luto cobre um sem-número de famílias, enquanto a penúria espoja os indigentes até de seus velhos andrajos.

Alguns desses mendigos foram voluntários da pátria; agora são os forçados da miséria.

O cidadão onerado com excessivos impostos, findado no trabalho, na habitação, na subsistência, em todas as necessidades, não recebe do Estado senão incúria e desdém.

Não há país onde a existência seja tão cara como a nossa. A natureza acumulou neste solo todos os elementos de grandeza e prosperidade; porém um mau fado agourenta os destinos do Brasil.

O fisco nos vende por um preço exorbitante uma vida menos cômoda e tranqüila do que têm os súditos de nações mais pobres.

O que despende uma família desta capital para matar a sede chegaria em outras cidades para alimentá-la e vesti-la decentemente. Compra-se a água como se fosse um gênero de luxo. O banho de asseio tornou-se uma prodigalidade suntuosa, só permitida aos ricos.

Quatro selhas d'água, 2\$000. É mais que um banho de Ninon de Lenclos!

A propriedade rural, base da riqueza pública, está ameaçada pela crise que há de produzir a emancipação. A substituição do trabalho servil pelo trabalho livre será acompanhada de um profundo abalo na primeira de nossas indústrias, a agricultura.

Se as boas colheitas destes últimos anos forem, como é da ordem natural, intercaladas por alguns anos parcos; se uma praga qualquer atacar nossa principal lavoura, o amanhã deste longo dia de imprevidências pode ser pavoroso.

Tal é o estado do país.

No meio de tão graves preocupações e tão duras provanças; quando aqui estua a sede, ali geme a fome, além chora a orfandade; que se observa na cúpula onde a nação colocou seu perpétuo defensor?

Que se passa na região superior, que deve refletir, como uma consciência viva, as aspirações ou os sofrimentos da pátria?

O rei se diverte. *Ludit rex.*

II

Há diversas maneiras de se divertirem os reis.

Sardanapalo edificou duas cidades em um dia. Nero resolveu queimar a capital do mundo para gozar do esplêndido espetáculo.

Os imperadores romanos gostavam do passatempo dos gladiadores. Os reis de Espanha e Portugal preferiam os autos-de-fé.

Francisco I divertia-se com o seu bobo ou com a galanteria. Luís XIV passava o tempo a fazer guerras e construir palácios. Para D. João VI o maior prazer era a boa cozinha.

Há outros príncipes que se divertem mais inocentemente. Dão-se a estudos de ciência; cultivam a química e a astrologia. Estes entretenimentos são baratos e úteis; enquanto os reis se entregam a eles, não se lembram de inventar conquistas ou explorações que exauzem a fortuna pública.

Se todos os soberanos se divertem de uma ou de outra forma, por que o nosso não fará o mesmo?

Teve a idéia feliz de festejar a paz de uma maneira original e esplêndida. Para esse fim ordenou a construção de um templo colossal,

cujo risco ele mesmo, supremo arquiteto, esboçou e discutiu em conselho de ministros.

Possuímos alguns templos dignos da solenidade; neles se têm celebrado até hoje as maiores festas nacionais. Mas não igrejas de pedra e cal, que perduram; quer-se um monumento frágil, efêmero, que dure apenas três dias.

Que melhor símbolo de paz!

As casas do Senhor estão por todo o império, e até mesmo nesta grande capital, caindo em ruínas. Três freguesias da corte ainda não têm suas matrizes acabadas.

Uma dessas igrejas mutiladas, Santana, ali está ao lado, olhando a faina dos operários que trabalham em um acervo de madeira, enquanto os muros desertos da abandonada matriz em vão esperam um impulso.

A paróquia do Espírito Santo tem por matriz uma pequena capela, insuficiente para conter todos os fiéis que a ela concorrem. A de S. Cristóvão está no mesmo caso.

O Estado não tem dado auxílios diretos para obras tão necessárias ao decoro da religião; apenas algumas loterias, e essas mesmas tão escassas, que o zelo e fervor religioso as vai suprindo com os subsídios de um crime, o das rifas.

A necessidade desse subsídio ilícito é tão reconhecida que os próprios ministros protegem as rifas das irmandades e se tornam cúmplices de um crime, para que o senhor possa ter um templo decente na freguesia da Glória, uma das mais importantes da capital.

É nestas circunstâncias, quando a religião pede esmola ao vício do jogo e recebe o óbolo do delito; é nestas circunstâncias que se lembram de gastar duzentos contos de réis com um templo pagão, construído de sarrafos e lona pintada?

E há quem ouse invocar o santo nome de Deus para justificar este desperdício? Quem ponha essa ostentação teatral sob a proteção da sublime religião de Cristo cujas igrejas vivem abandonadas e desprotegidas do Estado?

Que triste irrisão!

Não era mais justo, mais decoroso, mais cristão, aplicar esses duzentos contos às obras de alguma das matrizes que estão por acabar, como sejam a da Lagoa, da Glória, e de Santana?

Mas... O rei se diverte.

III

Neste país acabrunhado por tantos males, nesta capital pungida por tantas necessidades, não havia um emprego mais útil e mais sério para os duzentos contos que se vão consumir em sarrafos e papelão?

Uma pequena parte daquela soma bastaria para socorrer de água a pobreza durante alguns dias em que há dela completa escassez.

Quem não tem visto alta noite a vizinhança reunida em torno das bicas, esperando a tamina, que não chega para suas necessidades?

Parte da noite, indispensável ao repouso do operário, é consumida nessa ingrata vigília; até que Deus se compadece do pobre e lhe manda a chuva!

Não seria mais agradável ao Senhor que o governo em vez de gastar com fútil ostentação tantos contos de réis, cumprisse uma das obras de misericórdia, “dando de beber a quem tem sede”?

Vaga por esta grande cidade um sem-número de mendigos, cobertos de chagas, afligidos por cruéis enfermidades.

A polícia não tem, para recolher os míseros, senão uma casa acanhada, sem as necessárias condições de asseio e segurança. Os desvalidos não são devidamente curados; e não aprendem outro ofício que não seja desfiar estopa.

Aos olhos do Cristo, pai dos infelizes, que lavou os pés chagados dos indigentes, não teria muito maior valor a despesa feita com um verdadeiro asilo de mendigos, do que a prodigalidade de uma festa de palanques?

Os casos de loucura se reproduzem nesta corte com freqüência. O hospício de Pedro II, cuja lotação há muito foi excedida, já não pode conter esses infelizes que são mandados para a barraca da praia de Santa Luzia, com risco próprio e dos mendigos ali recolhidos.

Quanto aprouvera mais a Deus que socorressem esses pobres de espírito, seus bem-aventurados, com dinheiro que vão consumir em fumaça e colunas de serrapilheira?

A devassidão dos costumes nesta grande capital já ataca profundamente a infância, sobretudo nas classes menos abastadas. Não possuímos casas de educação correcional onde se destruam os gérmenes dos vícios precoces.

Um governo cristão, que se envolve no manto da beatice, não se lembrou de aplicar a esse fim humanitário o dinheiro que vai inutilmente consumir em um capricho de algumas horas!

IV

Quem há de assistir aos festejos imperiais?

Sereis vós, cidadãos brasileiros, cuja liberdade é assim escarnecida com essa despesa não autorizada previamente por vossos representantes?

Sereis vós, católicos, ofendidos em vossa fé religiosa pela construção desse monóptero de lona, desse templo pagão?

Sereis vós, povo, condenado à sede e à penúria enquanto esbanjam uma parte de vossas economias para divertimento dos ricos e dos cortesãos?

Sereis vós, generosa mocidade brasileira, que possuída dos mais nobres sentimentos, subtraís aos vossos prazeres e até às vossas necessidades um óbolo para coadjuvar a grande obra da emancipação? Oh! Não!

O brasileiro que se preza desse nome, cidadão livre de um país constitucional, não pode legitimar com sua presença tão grande atentado contra as liberdades pátrias.

Aquele pagode de lona é um monumento, sem dúvida, como o chamou o governo; é o monumento da irrisão e escárnio à oposição pública; é um túmulo pomposo erigido à Constituição violada.

Os filhos do catolicismo, da religião da humildade, não podem orar em uma ara pagã, no palácio da vaidade, quando os verdadeiros tem-

plos, as casas do Senhor, estão ao desamparo, caindo em ruínas, ou pedindo esmolas furtivamente para sua construção.

Para os verdadeiros fiéis, o monóptero de papelão não passa do monumento da indiferença pela religião, do ateísmo que invade uma parte da sociedade, e já atingiu o cimo, embora se rebuce aí com estudada beatice.

O povo, esse, concorrendo aos festejos imperiais, não teria mais o direito de queixar-se do desdém com que olha o governo para as suas primeiras necessidades. Desde que lhe dessem algumas horas de entretenimento, poderiam sem escrúpulo infligir-lhe a seca, a fome, a guerra, todos os males.

Para o povo, o monóptero é um pelourinho: ali se escorrem em gotas de suor duzentos contos de réis, para serem consumidos em fumaça apenas.

Finalmente o que iria ver a mocidade brasileira nos festejos imperiais, senão o funesto exemplo da violação de nossa lei fundamental; o desrespeito à opinião pública e ainda mais o sofrimento do país?

Enquanto essa briosa juventude tira de seus escassos recursos algumas economias para formar sociedades de emancipação, o governo dissipa em foguetes e luminárias uma soma que bastava para restituir à liberdade duzentas mães; isto é, duzentas futuras famílias!

A liberdade, a religião, o povo, a mocidade; todos protestarão com sua indiferença, com seu desprezo, contra os festejos oficiais, que são uma injúria e uma ofensa aos brios do homem livre; à nossa fé apostólica; ao sofrimento da pobreza; e às aspirações generosas da nova geração.

Protestemos todos com a ausência, que será uma eloqüente e digna reprovação desse ato inconsiderado.

Deixemos as festas àqueles a quem pertencem, àqueles que podem ter coração para regozijar-se com elas. Gozem o governo, a Corte, e os ociosos, do espetáculo pomposo dessa dissipação dos dinheiros públicos. Eles não devem ter escrúpulos: pois vivem da miséria pública.

Demais carecem de se atordoar para não ouvir os clamores da população.

V

O que há porém de mais grave nessa festa, não é o esbanjamento dos duzentos contos de réis; é a violação da lei constitucional: o desprezo que mostrou o governo pela representação nacional.

Foi depois de ordenar a despesa que o ministério se apresentou às Câmaras para pedir, como simples formalidade, a aprovação de seu ato.

O direito de votar a despesa pública é sem dúvida a mais importante das prerrogativas do Parlamento, e a garantia mais eficaz da liberdade.

Para violar com tamanha ousadia o princípio constitucional, o governo tem sem dúvida um poderoso motivo.

Foi a ordem positiva de quem tudo pode.

Houve quem mastigasse o freio, às ocultas; mas cederam afinal.

Se não fosse essa razão, o ministério apesar da desmoralização em que temos caído, não ousaria afrontar com tamanho desgarro a opinião pública.

Não bastava porém que a festa fosse ordenada pela soberana vontade. Era preciso que o Parlamento e o país o soubessem para se curvarem respeitosos ante o régio senhor.

Os ministros se incumbiram de lançar ao ouvido de alguns íntimos a confidência, destinada a ser discretamente traída. O projeto do monóptero achou na Câmara a resignação muda e passiva com que a humanidade recebe a praga da seca ou da peste.

Mas isto não satisfaz ao perpétuo defensor do Brasil e primeiro guarda de suas instituições. Mandou intimar ao Parlamento que ele *não consentia* na colocação de sua estátua colossal.

Assim alcançou dois fins.

Mostrou claramente ao país que a festa era sua; que a idéia do monóptero lhe pertencia; que seus caprichos derrogam as leis e até a Constituição.

Por outro lado aproveitou a ocasião para fazer mais uma vez ostentação de modéstia. Não se importa com estátuas; desdenha tais símbolos de glória; seu nome vale monumentos.

Há modéstias mais vaidosas do que o orgulho.

Nada mais natural do que em uma festa nacional aparecer a efígie imperial. É coisa tão simples e comum como ver-se o retrato do monarca nos dosséis de todas as repartições públicas, como gravar-se o seu busto na chapa de uma moeda qualquer de 200 réis ou mesmo de 10 réis.

Essa figura é um cunho nacional; serve para designar os portes das cartas ou as estampilhas do selo. O legislador tem o direito de dispor dela como julgar conveniente e se um dia ele decretar que lhe erijam estátuas, a vontade de um homem não terá força para emudecer a lei.

Que necessidade havia pois desse aparato de retirar-se a estátua colossal para não ofender a augusta modéstia? Por que não se mandou retirar também das notas do tesouro, das apólices, das moedas, e das estampilhas a efígie imperial?

Seria por que a festa sendo exclusivamente do monarca, ele não queria solenizar o próprio triunfo, imitando assim uma testa coroada que há três anos se incumbiu de celebrar ele mesmo as cerimônias de sua ovação?

A excessiva modéstia nos reis é perigosa. Que sempre, a história o demonstra, ela é a epiderme de uma grande ambição, refreada pelo temor.

Mas o monarca está isento de censuras. Ele obedece aos sentimentos naturais do homem, a estímulos nobres, embora mal-entendidos, de glória e patriotismo.

A culpa é daqueles que, de agentes, se fazem instrumentos; e transigem com caprichos para conservarem o poder.

VI

Depois de ter anunciado com certa arrogância a festa dos papéis, o governo recuou.

Teve medo.

A reprovação pública manifestou-se com tanto vigor que o arbítrio e a prepotência não ousaram afrontá-la de face.

Este fato mostra ao povo brasileiro que sua indiferença pelas coisas públicas em nosso país não tem a perseverança que dão a energia e a força. De ordinário inerte, quando alguma vez se expande, suas manifestações apagam-se logo como a flama de uma luz efêmera.

A indignação pública, produzida pelo anúncio da festa, durou alguns dias; depois começou a amortecer. O governo descobriu o sintoma; e o favoreceu com paliativos.

Adia-se a festa, a princípio marcada para o dia 24 de maio, por uma palavra irrevogável como a do destino. As obras foram demoradas de propósito.

Conduziram o espírito público de data em data até o fatigarem, como ao viajante que obrigam a ir de légua em légua procurando o pouso. Quando a lembrança do escândalo já estava amortecida, designaram enfim o dia 10 de julho.

O governo declarou de gala esse dia. Era lógico. Para um tal gabinete o esbanjamento, a violação da lei constitucional deve ser grande gala.

VII

O poder tomou o pulso à opinião pública, e sabe o que ela vale.

O barracão, esse inaudito escândalo de lona e sarrafo, já entrou na ordem dos fatos consumados. Aquele primeiro assomo de indignação passou como fumo que o vento leva.

Ninguém pensa já no monóptero e nas arquibancadas, a não ser com o sentido de assistir à festa. Todos se convidam mutuamente, e se emprazam para a grande mascarada do dia 10.

Estes empregam todos os empenhos a que podem recorrer, para alcançar uma entrada na Casa da Moeda. Outros esperam caber na sala dos padres conscritos; nessa mesma sala onde não há muitos dias se votou, sob o título de crédito de duzentos contos, a anulação do sistema representativo, e o desprezo pelo Parlamento.

Debalde vozes eloqüentes e patrióticas protestaram. O *sic volo* plainava sobre aquele recinto.

“Cada povo, diz um escritor notável, tem as instituições que merece.” Não há verdade mais simples e mais profunda; ela se revela nos menores acidentes.

Quando outrora, na aldeia que havia de ser a Cidade Eterna, a cidade por excelência, *urbs*, as donzelas romanas cortavam seus cabelos e

os ofertavam aos guerreiros para fazerem cordas dos arcos; aí estava, nesse traço, a futura rainha do mundo.

O fogo do patriotismo corria com o sangue romano nas veias das filhas do Lácio.

Quando porém as donzelas, em vez de oferecerem seus cabelos em holocausto à pátria, ao contrário juntam-lhes enormes crescentes, e somente preocupadas de seus enfeites vão assistir ao menoscabo solene do governo por seu país, pode-se dizer que semelhante nação está predestinada para a sujeição.

Nem o amor conjugal nem a ternura filial dessas mulheres serão repassados daquele entusiasmo santo pela pátria, que faz os grandes cidadãos.

Tal é infelizmente o mísero estado a que chegamos; a indiferença já penetrou no corpo social por todos os poros: a nação não é hoje mais do que uma múmia.

Ide, pois, mães e esposas, velhos, crianças, pais e filhos! Ide à grande festa imperial! Diverti-vos em ver as casacas bordadas, as fardas resplandcentes, as lonas pintadas, os foguetes e as luminárias! Batei palmas e aplaudi.

Mas não conseguireis, no meio do burburinho, emudecer a voz da consciência nacional que brada:

“Cidadãos, aquele catafalco de lona que aí se levanta no meio da praça, não é um templo, não; é um pelourinho, é o pelourinho da liberdade.”

“Aquele símbolo nacional que ali está, não penseis que seja um ornato; é uma vítima, um réu atado ao poste.”

Em 4 de julho.

.....
Índice onomástico

A

AFONSO HENRIQUES – 147
ALEXANDRE [O Grande] – 128
ANDRADAS (os) – 43
ANTEU – 55
APARÍCIO – 152
AQUILES – 155
ARISTIDES – 87

B

BENJAMIM – Ver CONSTANT, Ben-
jamim
BACON – 103
BARROT, Odilon – 117
BISMARCK – 144
BONAPARTE, Napoleão – Ver NAPO-
LEÃO I
BROUGHAM – 57, 93
BUCKINGHAM – 140
BURKE – 59, 60

C

CANNING – 82, 109
CARLOS II – 140
CARLOS V – 189
CARLOS IX – 88
CATÁO – 51, 200
CAVENDISH – 59
CAVOUR – 108, 179
CAXIAS (marquês de) – 54, 61, 62, 134
CERVANTES – 155
CÉSAR [Júlio] – 113, 200
CHATAM – 64, 109, 167

CHATEAUBRIAND – 54, 116
CHEVALIER – 123
CÍCERO – 72
CINCINATO – 70
CONSTANT, Benjamim – 81, 92, 95,
102
CLEMENTE, José – 131
CROMWELL – 56

D

DÂMOCLES – 64
DEMÓSTENES – 38

E

EUSÉBIO – Ver QUEIRÓS, Eusébio de
EVARISTO – 29, 131

F

FÁBIOS (os) – 63
FEIJÓ – 131
FEIJÓS (os) – 43
FILIPE [da Macedônia] – 63
FLORES (general) – 157
FOX – 59, 60, 168
FRANCISCO I – 226
FREDERICO II – 67

G

GLADSTONE – 109
GRACOS (os) – 112
GRAY (lorde) – 80
GUSTAVO Adolfo – 189

H

HEITOR – 155
HOMEROS – 155

I

ITABORAÍ – 53, 134, 161

J

JAQUES II – 140
JOÃO I (dom) – 147
JOÃO VI (dom) – 226
JORGE I – 80
JORGE III – 59, 60, 68, 82
JOUBERT – 40
JUVENAL – 38

K

KEPPEL – 59

L

LA FONTAINE – 215, 222
LECOR – 63
LEOPOLDO – 181, 182
LIMPOS (os) – 43
LÓPEZ – 146, 156, 185
LUÍS FILIPE – 89
LUÍS XIV – 58, 67, 226
LUÍS XVI – 87
LUÍS XVIII – 131

M

MACAULAY – 140
MADISON – 86
MAQUIAVEL – 64
MARCO ANTÔNIO – 133
MÁRIO – 47

MILL, Stuart – 100
MIRABEAU – 69, 150
MITRE (general) – 157, 189
MONT’ALEGRE – 51
MONTESQUIEU – 38, 73, 179
MUÑOZ – 153, 158

N

NAPOLEÃO I – 67, 94, 104
NAPOLEÃO III – 89, 160
NERO – 226
NETO (general) – 204
NODIER – 144
NORTH – 59
NUNES MACHADO – 51

O

OLINDA (marquês de) – 53, 56, 130,
201
OSÓRIO (marechal) – 157
OVÍDIO – 201

P

PALMERSTON – 109
PARANÁ (marquês do) – 52, 53, 131,
134, 146
PARANHOS (conselheiro) – 61
PAULA SOUSA – 51
PAULAS SOUSAS (os) – 43
PAULINO – 52
PAULINOS (os) – 43
PEDRO I (dom) – 73, 163
PEDRO II (dom) – 39, 40, 181
PEEL, Robert – 109
PARMENIÃO – 63
PIMENTA BUENO – 134, 161
PITÁGORAS – 211
PITT, William – 60, 108, 109

Q

QUEIRÓS, Eusébio de – 51, 53, 131, 134

R

RAGLAN (lorde) – 168

ROSAS – 145, 146

ROUHER – 144

RUSSELL – 109

S

SÃO GABRIEL (barão de) – 62

SARAIVA – (conselheiro) – 84

SARDANAPALO – 226

SÊNECA – 38

SIEYÈS – 94

SILA – 47

SWIFT – 96

T

TÁCITO – 38, 72

TALLEYRAND [Charles-Maurice] –
104, 131, 132, 133

TAMANDARÉ [marquês de] – 157

TASSO – 201

TORRES – 52

TORRES (os) – 43

TORRES Homem (conselheiro) – 84

TOSTA – 51

U

URQUIZA – 146

URUGUAI (visconde de) – 53, 84, 134,
146

V

VASCONCELOS – 131

VAUVENARGUES – 45

VERGUEIRO [senador] – 131

VERGUEIROS (os) – 43

VOLTAIRE – 184

W

WASHINGTON [George] – 70, 106

WEBSTER, Daniel – 117

X

XERXES – 197

Z

ZACARIAS (conselheiro) – 83, 198,
201, 204

Escritos Políticos, de José de Alencar, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2011, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

